



Felipe Rangel Tavares

**Metropolização do espaço e
enredamentos de rebeldia e resistência:**

**Da biopolítica espacial de negação do ser
político às tramas políticas de ação rebelde**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira.

Rio de Janeiro
Setembro de 2020



Felipe Rangel Tavares

**Metropolização do espaço e
enredamentos de rebeldia e resistência:**

**Da biopolítica espacial de negação do ser
político às tramas políticas de ação rebelde**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Geografia pelo
Programa de Pós-graduação em Geografia, do
Departamento de Geografia e Meio Ambiente da
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo:

Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof.^a Sandra Lencioni

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Rogério Haesbaert da Costa

UFF

Prof. Jorge Luiz Barbosa

UFF

Prof. Denilson Araujo de Oliveira

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Felipe Rangel Tavares

Graduou-se em Licenciatura no curso de Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF-UERJ). É mestre em Geografia pela PUC Rio. É professor do curso de Geografia da Universidade Veiga de Almeida (UVA) e foi professor substituto de Geografia Urbana no Instituto de Geociências da UFRJ. É coordenador do grupo de pesquisa LUMENS (Laboratório Urbanização, Metropolização e Ensino) da UVA.

Ficha Catalográfica

Tavares, Felipe Rangel

Metropolização do espaço e enredamentos de rebeldia e resistência : da biopolítica espacial de negação do ser político às tramas políticas de ação rebelde / Felipe Rangel Tavares ; orientador: Alvaro Henrique de Souza Ferreira. – 2020.

176 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Metropolização. 3. Biopolítica. 4. Colonialidade. 5. Movimentos sociais. 6. Morro da Providência. I. Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD:910

Para João, meu pequeno príncipe.

AGRADECIMENTOS

Muitas estradas foram percorridas para chegar até aqui, muitas paradas foram realizadas a fim de recuperar as forças e prosseguir. Cada momento, do caminhar ao descansar, foi facilitado pela companhia de pessoas que tornaram essa longa jornada um processo de aprendizagem e amadurecimento do qual eu sou muito grato.

Primeiramente, agradeço a Fernanda e João, que me enchem sempre de afeto e esperança. Agradeço aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar e empenharam suas forças vitais em muitos trabalhos para que meu futuro fosse brilhante.

Agradeço aos queridos mestres que, além de orientadores, também são fontes de inspiração: Prof. Alvaro Ferreira, que acompanha meus passos desde a licenciatura em Geografia, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, e conclui este ciclo com a mesma genialidade e provocações que lhe são próprias. Agradeço ao professor João Rua, que me acolheu e cuidou de mim num momento muito delicado de minha vida, oferecendo sua poltrona, seus ouvidos e sua sensibilidade, fortalecendo meus passos, guiando-me quando tudo estava confuso. Agradeço à professora Sandra Lencioni, cuja obra intelectual inspirou este trabalho e em muitos momentos teve uma palavra de sabedoria e ânimo para me edificar.

Agradeço a todos os amigos que a Geografia me deu, em especial, Rodrigo B. Lobato, cuja amizade se estendeu desde os anos iniciais da formação para o magistério até a partilha da sala de aula, projetos e pesquisas como colegas de trabalho no ensino superior. Agradeço aos meus alunos, do ensino básico e do ensino superior, cujas inquietações sempre foram um combustível para uma prática docente investigativa, crítica e reflexiva.

Agradeço ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM) pelo enriquecimento nos debates, pelos diálogos e pela amizade nas terças-feiras. Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ao Departamento de Geografia e Meio Ambiente, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e à Comissão Central de Pós-Graduação por todo suporte e recursos oferecidos para realização deste trabalho e obtenção deste título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Tavares, Felipe Rangel; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. **Metropolização do espaço e enredamentos de rebeldia e resistência: da biopolítica espacial de negação do ser político às tramas políticas de ação rebelde.** Rio de Janeiro, 2020. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Apreendemos a metropolização do espaço enquanto processo socioespacial biopolítico. A partir da análise das intervenções urbanas ocorridas no Morro da Providência-RJ, no âmbito da Operação Urbana Consorciada da Região Portuária do Rio de Janeiro e do Programa Morar Carioca, desenvolvemos a tríade conceitual estruturação-formalização-funcionalização para iluminar as dinâmicas que imprimem a normatização/normalização bio/necropolítica colonial nas formas-conteúdo da metrópole. Tais dinâmicas promovem o que denominamos por “estranhamento espacialmente construído” e “desumanização espacialmente forjada”, expressões do esvaziamento da substância que constitui o político no ser social. Lançando um olhar sobre a tentativa de remoção de 832 famílias e, da luta pela permanência organizada pela Comissão de Moradores da Providência, abordamos a biopolítica sob duas acepções: aquela que concebe o homem como espécie biológica e aquela que verifica nas resistências um poder que de produção alternativa de subjetividades em busca de autonomia e liberdade. Afirmamos que a metropolização é um processo biopolítico que reativa as hierarquizações da modernidade-colonialidade na contemporaneidade através do processo de estruturação-formalização-funcionalização, imprimindo a normalização bio/necropolítica colonial na espacialidade da metrópole e exprimindo uma (bio)política espacial de negação do ser político. Assim, a metropolização bio/necropolítica colonial constitui nosso objeto de pesquisa. Nosso objetivo geral é analisar a metropolização do espaço a partir do termo/processo de hierarquização enquanto garantidor de uma coesão coercitiva que obstrui e nega o político do ser social. Como objetivos específicos, propomos: i) Discutir as remoções no Morro da Providência como referência empírica do processo de metropolização numa perspectiva da espacialização biopolítica (negação do ser político); e ii) Propor a noção de “tramas políticas de ação rebelde” para focalizar as lutas que se desencadeiam a partir de múltiplos enredamentos de resistência e autonomia. Tais lutas, articuladas em redes, apontam para a possibilidade de ampliação do cânone democrático e para a emancipação social, uma vez que representam a restituição da dimensão do político que antes fora negada e privada aos sujeitos historicamente subalternizados no processo bio/necropolítico de produção do espaço.

Palavras-chave

Metropolização, biopolítica, colonialidade, movimentos sociais, rebeldia, resistência, Morro da Providência, Rio de Janeiro.

Resumen

Tavares, Felipe Rangel; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. **Metropolización del espacio y enredos de rebelión y resistencia: de la biopolítica espacial de la negación del ser político a las tramas políticas de la acción rebelde**. Río de Janeiro, 2020. Tesis doctoral - Departamento de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Río de Janeiro.

Entendemos la metropolización del espacio como un proceso socio-espacial biopolítico. A partir del análisis de las intervenciones urbanas que tuvieron lugar en Morro da Providência-RJ, en el ámbito de la Operación urbana consorciada de la Región Portuaria de Río de Janeiro y del Programa Morar Carioca, desarrollamos la tríada conceptual estructuración-formalización-funcionalización para iluminar la dinámica que imprime la normatización/normalización de la bio/necropolítica colonial en las formas de contenido de la metrópoli. Esta dinámica promueve lo que llamamos "extrañeza construida espacialmente" y "deshumanización forjada espacialmente", expresiones del vaciamiento de la sustancia que constituye lo político en el ser social. Al observar el intento de destitución de 832 familias y la lucha por la permanencia organizada por la Comisión de Residentes de la Providencia, nos acercamos a la biopolítica bajo dos sentidos: el que concibe al hombre como una especie biológica y el que verifica en las resistencias un poder que de producción alternativa de subjetividades en busca de autonomía y libertad. Afirmamos que la metropolización es un proceso biopolítico que reactiva las jerarquías de la modernidad y la colonialidad en la contemporaneidad mediante el proceso de estructuración-formalización-funcionalidad, imprimiendo la normalización bio/necropolítica colonial en la espacialidad de la metrópoli y expresando una política (bio)espacial de negación del ser político. Por lo tanto, la metrópoli bio/necropolítica colonial constituye nuestro objeto de investigación. Nuestro objetivo general es analizar la metropolización del espacio desde el término/proceso de jerarquización como garantía de una cohesión coercitiva que obstruye y niega lo político del ser social. Como objetivos específicos, proponemos: i) Discutir los traslados en el Morro da Providência como referencia empírica del proceso de metropolización desde la perspectiva de la espacialización biopolítica (negación del ser político); y ii) Proponer la noción de "tramas políticas de acción rebelde" para centrarse en las luchas que se desencadenan por los múltiples enredos de la resistencia y la autonomía. Tales luchas, articuladas en redes, apuntan a la posibilidad de ampliar el canon democrático y a la emancipación social, ya que representan la restitución de la dimensión política que antes había sido negada y privada de los sujetos históricamente subalternizados en el proceso bio/necropolítico de la producción espacial.

Palabras clave

Metropolización, biopolítica, colonialidad, movimientos sociales, rebelión, resistencia, Morro da Providência, Rio de Janeiro.

Sumário

1. Introdução	10
2. Metropolização biopolítica	29
2.1. As remoções no Morro da Providência	37
2.2. Metamorfoses socioespaciais contemporâneas	43
2.3. O biopoder e a biopolítica em Michel Foucault	52
3. O espaço hierarquizado da/na metropolização moderna-colonial	65
3.1. Estranhamento espacialmente construído, desumanização espacialmente forjada	70
3.2. Estruturação-formalização-funcionalização	92
4. Reivindicar o direito à produção do espaço	111
4.1. Enredamentos de mobilizações de resistência e rebeldia	120
4.2. Tramas políticas de ação rebelde	136
5. Considerações finais	156
6. Referências bibliográficas	163
7. Anexos	173

A cidade, aldeia de flor e faca, pernada e afago, gemido de amor e som de tiro, chibata e baqueta de surdo, incomoda. Desconfio sinceramente dos que acham que ela precisa ser consertada. O Rio de Janeiro precisa de um concerto. Uma letra e está feita a diferença: que a beleza dos nossos instrumentos, em suas múltiplas percepções da vida, possa soar como inclusiva harmonia da gente carioca em sua arte de fazer insistentemente a vida.

Luiz Antonio Simas.

1

Introdução

Quando Henri Lefebvre enuncia o que seria o “Direito à cidade”, logo nas páginas iniciais da obra que leva o mesmo título, o filósofo francês postula como sendo “o direito à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (LEFEBVRE, 2001). Este é o horizonte em que se projetam as lutas pelo direito à produção do espaço e contra a negação do ser político, o qual se anuncia no título desta tese. Contudo, ao observarmos o processo de metropolização, que condiciona e produz a história urbana dos dias atuais (LENCIONI, 2006), percebemos o quão distante estamos deste horizonte... Deste modo, verificando as evidências de negação do ser político – a partir do processo de metropolização –, e as possibilidades de um humanismo renovado – nas lutas animadas pelo direito à cidade –, colocamos a seguinte questão norteadora: Quais são as dinâmicas que, no âmbito do processo de metropolização do espaço, contribuem para negação do ser político e, em oposição, para a superação desta condição?

Embora a metropolização “desconheça vontades políticas”, como afirma Lencioni (2006) ao atentar para a distinção necessária entre o processo espacial e a institucionalização das regiões metropolitanas (como expediente para o planejamento territorial), apreenderemos a metropolização do espaço enquanto *processo socioespacial biopolítico* e, portanto, constituído de relações de poder. Para a autora, a institucionalização das regiões metropolitanas consiste numa vontade política, que, segundo Souza (2006), seguiu à margem de todas as reflexões sobre a política urbana brasileira e, até então, à margem das políticas territoriais. Neste sentido, não se deve confundir o processo de metropolização com a institucionalização das regiões metropolitanas. Entretanto, também não se deve negligenciar a dimensão política de tais processos, neste caso, a vontade política que caracteriza a institucionalização das regiões metropolitanas a partir da década de 1970 no Brasil, como também a metropolização como processo político para além do poder institucional do Estado como forma de organização político-territorial. De acordo com Souza (2006), por meio das políticas, as regiões metropolitanas contribuíram para o elo da lógica capitalista: as prioridades governamentais se alinham conforme os interesses dos grandes agentes econômicos. A metropolização é um processo político.

Ao apresentar alguns pontos comuns característicos de uma metrópole, Lencioni (2006, p.45) destaca: *a concentração de serviços* privados e públicos; a metrópole enquanto um ponto de grande densidade de emissão e recepção dos *fluxos* de bens, serviços, pessoas, informação e comunicação; a metrópole enquanto um nó significativo de *redes* (transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder e cidades). A concentração de serviços, os fluxos permanentes e as redes aparecem como elementos determinantes do processo de metropolização, do momento histórico contemporâneo. A concentração de serviços de ordem superior expressa *a função de direção e comando dos centros*: são aqueles voltados para administração e gestão do capital das grandes empresas, também relativos ao setor financeiro e aqueles relativos à esfera pública – como os da administração pública e os relacionados ao controle político; *uma necessidade e condição para garantir a gestão da reprodução do capital* (idem, p.46). As redes e os fluxos se referem aos novos arranjos e dinâmicas territoriais que emergem das novas formas de organização

da produção e da circulação (LENCIONI, 2006b, p.69), expressando estratégias que buscam satisfazer a necessidade que o capital tem de abreviar o tempo total de rotação do capital (LENCIONI, 2010).

A emergência de centros de poder, direção e comando são evidências desta dimensão política do processo de metropolização – do alinhamento de interesses entre Estado e agentes econômicos –, presente nas estratégias que determinam o momento histórico contemporâneo. Outra problemática fundamental para o entendimento das metamorfoses socioespaciais contemporâneas, que também emerge e se relaciona ao poder e ao comando socioespacial, está ligada ao risco, ao medo e à in-segurança (BECK, 2011; BAUMAN, 2008; FOUCAULT, 2008; HAESBAERT, 2014; 2015).

É nesta perspectiva que, ao escrever “política”, inserimos o prefixo “bio” entre parênteses, para focalizar as técnicas e estratégias de *segurança* que: *a) destinam-se à gestão da vida coletiva (da população tomada enquanto espécie biológica, portanto, negação do ser político); b) tem papel fundamental na formação das metrópoles e na sustentação de seus centros de poder - indispensáveis à governança e governamentalidade metropolitana (a dimensão política da produção do espaço)*. De acordo com Haesbaert (2014, p.157) a in-segurança passa a ser tomada como “um modo de gestão da vida coletiva”, acionando o Estado e as classes hegemônicas pela via da gestão dos riscos e das ameaças; deste modo, as técnicas de segurança “têm na modificação do espaço e do território um de seus elementos constituintes fundamentais” (idem, p.163).

As noções foucaultianas de “segurança”, “meio”, “circulação” e “população” são imprescindíveis para o tratamento da problemática biopolítica do controle e da gestão da população no território, como também – nos termos de Foucault, da “circulação” –, crucial à compreensão da dinâmica das metrópoles. A partir de tal definição biopolítica proposta por Foucault, o que se deseja apreender com a noção de “meio” são os fluxos, ou melhor, “o aumento – e, correlativamente, o controle – da circulação, da fluidez no/do espaço” (HAESBAERT, 2014, p.171). Nesta noção está implicada a produção, organização e ordenamento do território, pois um espaço é concebido e materializado para comportar a fluidez e circulação da população, de bens, mercadorias, signos etc. Compreende-se que a forte centralidade exercida pelo núcleo da metrópole deve-se à concentração espacial de atividades e serviços de ordem superior, da esfera pública ou privada, relacionados ao comércio, mobilidade, finanças e informação. Como dito anteriormente, as tecnologias e políticas de segurança incidem e também se concentram sobre esta região, apontando para uma territorialização do Estado que concebe o espaço, nos termos foucaultianos, como “meio”: objeto de ordenamento e instrumento de dominação (funcional e simbólica) da circulação da população enquanto espécie biológica. São processos indutores e induzidos de e por territorializações voltadas ao fortalecimento do poder político-econômico público-privado, da disciplinarização dos espaços e contenção dos fluxos e circulação, que revelam o caráter biopolítico do processo de metropolização do espaço.

A enorme densidade de fluxos e as redes materiais e imateriais são componentes essenciais na dinâmica da metropolização. O território que se implica pelo processo de metropolização caracteriza-se pelos múltiplos, intensos e permanentes fluxos de pessoas, mercadorias e informações (LENCIONI, 2006,

p.48). Os fluxos evidenciam as transformações que marcam a história urbana atual, onde os fenômenos de dilatação e a dispersão predominam sobre as demais formas do urbano (LENCIONI, 2015b, p.7). É desta maneira que Lencioni (2015, 2015b) utiliza a metáfora de uma “nebulosa urbana” – fazendo referência ao geógrafo Jean Gottmann – considerando seu “corpo difuso”, isto é, “uma urbanização difusa sob o império dos fluxos em que o binômio formado pelos eixos de circulação e os automóveis são, dentre outros elementos principais, estruturantes”. Contudo, ao abordamos as regiões metropolitanas, o conceito de região adquire ênfase, pois, de acordo com a autora, é indispensável haver uma unidade interna, uma coesão, a constituição de uma totalidade para que a região se constitua enquanto tal. Os fluxos são elementos constitutivos da integração. Ao tratar sobre a abordagem de megalópoles por Gottmann, Lencioni afirma que:

Os fluxos, os movimentos, as ligações (*linkages*) entre as partes, bem como as complementaridades entre partes e funções, que se dão pela mediação de diversas dinâmicas e processos e que se desenvolvem no interior da região, são constitutivos da integração. Por isso, a megalópole como região, como região urbana e não como área urbana deve apresentar coesão interna, deve apresentar integração socioespacial. Isso significa dizer que não é qualquer área urbana onde predomina a dispersão que se constitui numa metrópole. (LENCIONI, 2015, p.49).

Apresentando uma discussão acerca de totalidade e fragmentação, a autora demonstra que a integração é o elemento-chave que assegura a coesão na dispersão, isto é, que garante o conjunto. Para Lencioni (2015b) é o exame da integração na dispersão que permite compreender os limites da urbanização dispersa, pois é a integração que permite entender a tensão que existe entre fragmentação e totalidade. Portanto, ao utilizar a palavra região, a autora pretende expressar o sentido de integração,

indispensável para se compreender uma urbanização difusa e o desenvolvimento de regiões urbanas extensas territorialmente e em coalescência, a expressar unidade na fragmentação. (LENCIONI, 2015b, p.10).

Em obras de referência para a presente pesquisa, Sandra Lencioni discute a integração/coesão a partir do conceito de redes, que se constituem como forças produtivas fundamentais de uma economia globalizada e evidenciam, numa distinção à noção de Foucault, a dimensão do espaço enquanto meio, isto é, como mediação necessária à reprodução do capital em escala globalizada. Além disso, ao classificá-las em dois tipos – redes de proximidade absoluta e rede de proximidade relativa – afirma seu papel enquanto um dos elementos estruturadores de novos arranjos territoriais, como o da cidade-região (LENCIONI, 2006b, p.71); por meio delas se garante a continuidade na descontinuidade, a unidade na fragmentação, como também, a distinção e separação do que tem capacidade de se conectar daquele que não o tem (LENCIONI, 2010). Uma vez que se pretende garantir a unidade das partes de uma totalidade, a partir de redes de integração – como elemento que assegura a coesão na dispersão – estamos lidando com um espaço de natureza fragmentada. Lencioni (2010; 2015) oferece um recurso-chave à análise do espaço ao resgatar a tríade que considera o espaço da sociedade capitalista como homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

A homogeneidade do espaço corresponde às semelhanças paisagísticas e similaridades (LENCIONI, 2015). Adere-se aos modelos de sucesso internacional que tornam as cidades meras-cópias de edifícios e arquitetura; a homogeneização se revela como tendência nas formas e nas funções. Contudo, tal homogeneidade se fragmenta, mesmo que somente na aparência; Tanto nas formas quanto nas funções, é possível perceber o processo de fragmentação, assentada numa concepção de espaço e cidade como mercadorias para atender o mercado imobiliário. Em Lencioni (2010), observamos uma relação entre homogeneidade e as formas do espaço: as cidades, edifícios, centros comerciais, avenidas, segundo a autora, “atestam as equivalências, o mesmo”. Em trabalho mais recente, Lencioni (2015) aponta também para as similaridades relativas ao processo de produção, isto é, na padronização dos procedimentos de produção do espaço construído, o que nos lembra do debate de Milton Santos (2006) acerca da unicidade da técnica. Portanto, qualificamos as intervenções do processo de homogeneização e seus resultados como *formatação*, para dar conta dos simulacros espaciais, cópias de modelos de sucesso e equivalências na paisagem urbana. Fazendo referências às mesmas obras mencionadas, percebemos uma relação entre a fragmentação e as funções do espaço, uma vez que as formas desempenham funções que lhes são designadas – como moradia, lazer, negócios, controle: a fragmentação do espaço remete à divisão das formas-conteúdo segundo as diversas funções e usos que ele abriga. Denominamos por *funcionalidade* o produto desse processo que fragmenta o espaço. Por último, é possível perceber uma relação entre hierarquia e estrutura. De acordo com Lencioni (2010), “a hierarquização permite o domínio do poder e do comando, que são instrumentais para garantir a totalidade do conjunto”. Para Milton Santos (2008), “estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Nesta perspectiva, há uma nítida referência à organização – o *modo de estruturação* – dessa totalidade. Assim, ao manifestar a dominação que assegura a unidade do conjunto, a hierarquização é um processo de organização das formas-conteúdo cujas funções foram segmentadas no curso dos processos de homogeneização-fragmentação, garantindo a coesão das partes de um todo.

Conforme Lencioni (2015), embora seja recorrente o uso da tríade analítica, muitas vezes ela termina por ser reduzida aos termos homogeneização-fragmentação, olvidando o termo hierarquização. Podemos perceber uma relação entre a tríade homogêneo-fragmentado-hierarquizado e outra tríade analítica, a saber, forma-função-estrutura. Esta, no pensamento triádico de Lefebvre, compõe momentos de um todo e devem ser utilizadas com o mesmo peso para analisar o real (LENCIONI, 2017). De acordo com a autora, forma-função-estrutura permitem conceber estabilidades provisórias e equilíbrios momentâneos, revelando um conteúdo “às vezes resguardado, implícito e dissimulado nas formas, estruturas e funções analisadas” (LENCIONI, 2017, p.20). Embora Santos (2008) acrescente o termo “processo” à tríade lefebvriana, seus apontamentos afirmam o uso simultâneo das categoriais para apreender a totalidade em seu movimento:

Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. (...) A *forma* pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. (...) A *função* é a atividade elementar de que a forma se reveste. Esta

última pode ou não abranger mais de uma função. (SANTOS, 2008, p.69).

Advogamos que a espacialidade biopolítica no ordenamento do território desdobra-se a partir do processo de hierarquização (âmbito do domínio e da direção; do comando e controle) que estrutura e ordena as formas-conteúdo conforme suas funções, dentre as quais, estão àquelas ligadas ao controle e à segurança: os “centros de poder” e as formas espaciais dos quais partem as normas, direções e decisões que se exprimem na programação, monitoramento e vigilância da vida cotidiana na metrópole – acionando a concepção de população enquanto espécie biológica, que nega e desqualifica a dimensão do ser político no ser humano a partir da reativação da colonialidade do poder.

Ao nos debruçarmos sobre um processo que estrutura e integra (coesão) o espaço da metrópole, dando ênfase à hierarquização, é preciso contemplar os termos que compõem a tríade, a saber, homogeneização e fragmentação. Deste modo, faz sentido pensar que o processo de hierarquização ordena os fragmentos de um espaço que, embora esteja submetido a uma tendência homogeneizadora, é continuamente diferenciado: a) segundo as dinâmicas de des-valorização do solo urbano, concebido como uma mercadoria; e b) de acordo com a raça, enquanto categoria de classificação da população que inferioriza e “anterioriza” determinados grupos em detrimento de outros. O ato de ordenar é um ato de poder, sendo assim, o processo de hierarquização desdobra-se a partir da *estruturação*, pois, estrutura as “formatações” que emergem do processo de homogeneização e as “funcionalidades” do processo de fragmentação – ou seja – imprimem e exprimem o *biopoder na espacialidade* e a *espacialidade do biopoder* ao *normalizar/normatizar formas-conteúdos e funções*.

O *processo de hierarquização é formalizador*, uma vez que, ao ratificar as “formatações” que advém do processo de homogeneização, manifesta seu *poder de “formalizar”*, isto é, inscrever as normatizações/normalizações biopolíticas-coloniais nas formas-conteúdo da metrópole contemporânea. Considerando a dimensão da fragmentação, a *hierarquização é funcionalizadora*: o processo de hierarquização ratifica as “funcionalidades”, manifestando seu *poder de funcionalizar*, isto é, de predefinir ações que alimentam as relações biopolíticas-coloniais. Portanto, no interior do processo de hierarquização – conjugado em sua tríade – e em diálogo com a tríade forma-função-estrutura, podemos apreender uma terceira tríade: *estruturação-formalização-funcionalização, que ilumina a espacialidade biopolítica-colonial e, destarte, as relações de biopoder no/do espaço*. Afirmamos que é a partir da estruturação-formalização-funcionalização do/no espaço da vida cotidiana que se garante a unidade do conjunto, a coesão e, também, a coerção na metrópole – o domínio do controle, da repressão e da imposição no e pelo espaço. A garantia da “normalidade” e da ordem no território ocorre por meio de procedimentos espaciais cujas normas estão inscritas nas formas geográficas, predefinindo ritmos, usos e práticas – pré-estabelecidas pelo Estado, seja a partir de ordenamentos jurídicos, seja a partir do uso da força e de seu braço repressor, neste caso, a polícia e suas tecnologias. A hierarquização é um processo indispensável à fragmentação, uma vez que, enquanto ordena, ratifica funcionalidades, pré-estabelecendo ou prescrevendo usos sociais do/no espaço tempo. Da mesma maneira, é fundamental no âmbito da homogeneização, uma vez que opera por meio de um padrão/modelo pré-concebido de “formatações”. Deste modo, enunciamos a

nossa tese: *a metropolização é um processo biopolítico que reativa as hierarquizações da modernidade-colonialidade na contemporaneidade através do processo de estruturação-formalização-funcionalização, imprimindo a normalização bio-necropolítica colonial na espacialidade da metrópole e exprimindo uma (bio)política espacial de negação do ser político*. Considerando a metropolização do espaço um processo de escala global, discutiremos a modernidade-colonialidade como faces de um mesmo movimento que se desdobra de maneira desigual pelo espaço, isto é, pela conformação de uma matriz de poder eurocêntrica, universal, capitalista, ocidental, masculina e branca que, através de dinâmicas de diferenciação e das particularidades de cada contexto geohistórico, engendra hierarquias que atingem os lugares de modo assimétrico, todavia, de forma conjunta.

Tomando como referência empírica as tensões e conflitos provenientes do fenômeno das transformações na cidade do Rio de Janeiro, especificamente, as remoções e intervenções urbanas ocorridas no Morro da Providência (a partir do ano de 2009), verificamos que no âmbito da hierarquização, o processo de estruturação-formalização-funcionalização permite-nos analisar a conjugação de três condicionantes do espaço-tempo contemporâneo, a saber, a racionalidade neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2016), a biopolítica (FOUCAULT, 2008; HAESBAERT, 2014) e o estado de exceção (AGAMBEM, 2004; VAINER, 2011). A conjugação destas condicionantes revela-nos uma estrutura urbana neoliberal-bio/necropolítica de exceção, marcada pela desqualificação e negação do político enquanto movimento: I) estabelecedor da participação ativa e efetiva nos processos decisórios; II) gerador de reconhecimento e pertencimento pela atividade (re)criadora dos direitos definidos pelo uso; e III) promotor da auto-constituição e autoemancipação dos sujeitos. Esta estrutura urbana compromete a participação popular na tomada de decisão, uma vez que a população é concebida como espécie biológica e, portanto, tem seu conteúdo político esvaziado, ficando restrita ao voto ou à frequência em consultas públicas sem que haja oportunidade de demandar questões ou formular – ativamente – os projetos. Embora tudo ocorra no interior de um “Estado democrático de direitos”, observamos o recuo do Estado no que concerne sua responsabilidade na implementação de políticas urbanas abrangentes¹, a usurpação de direitos de uma camada da população² e a violação de direitos³.

Todavia, se de um lado o Estado recua no que diz respeito à implementação de políticas urbanas de cunho participativo, por outro, para comportar a intensa fluidez e a circulação de capitais, bens, serviços e pessoas, o Estado permanece provendo as infraestruturas de caráter metropolitano. Segundo Lencioni (2017), a produção dessas infraestruturas se coloca cada vez mais como negócios do capital, uma vez que o processo de metropolização se faz acompanhar pelo crescimento da participação da iniciativa privada na provisão dessas infraestruturas e no refluxo do Estado em sua competência de provê-las e/ou dirigir o processo de seu desenvolvimento. A metropolização é um processo político de viabilização política do capital no espaço urbano.

Nesta primeira aproximação, percebemos que a organização dos fluxos e circulação no espaço metropolitano tem por objetivo gestão da reprodução do capital e sua viabilização política. Como mencionamos anteriormente, a iniciativa

¹ Torres Ribeiro, 2006, p.23.

² Faulhaber e Azevedo, 2015, 28.

³ Sánchez *et al*, 2016.

privada tem ampliado sua participação na provisão de infraestruturas metropolitanas, o que conduz à produção da cidade como negócio, como mercadoria, revelando-nos indicadores da sobredeterminação de uma nova racionalidade de administração ou governança urbana, a saber, uma racionalidade neoliberal. De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas cuja promoção do bem-estar humano está relacionado à liberação das capacidades empreendedoras individuais,

No âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário, pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p.12).

O geógrafo britânico compreende a neoliberalização como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Contudo, segundo Dardot e Laval (2016), a abordagem de Harvey continua a aderir a um esquema explicativo pouco original, isto porque, o neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades, não podendo ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital. De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou política, é, em primeiro lugar e fundamentalmente, uma racionalidade, que tem como principal característica a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. Embora Harvey (2008) não tenha utilizado as categorias “norma de conduta” e “modelo de subjetivação” – que Dardot e Laval (2016) recuperam a partir das obras de Michel Foucault – o geógrafo britânico contempla as dimensões da subjetividade, quando versa a respeito da “construção do consentimento” (HARVEY, 2008), bem como na tese de “A condição pós-moderna” (HARVEY, 2008b), quando trata da emergência de novas maneiras dominantes pelas quais tempo e espaço são experimentados a partir das mudanças nas práticas culturais e políticas. Neste sentido, o neoliberalismo enquanto racionalidade e prática socioespacial, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria *conduta dos governados* (nos termos da Dardot e Laval).

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção história e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT E LAVAL, 2016, p.17).

Tomando as contribuições de Harvey (2008) e os desdobramentos propostos por Dardot e Laval (2016), observamos a atuação do Estado como ator determinante na realização político-econômica do neoliberalismo enquanto racionalidade e, portanto, uma espécie de guardião dos interesses do mercado.

Foram antes os Estados, e os mais poderosos em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios, a lógica da concorrência e o modelo de empresa⁴. Dardot e Laval (2016) apontam para a originalidade do neoliberalismo que reside no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas um outro regime de acumulação, mas também, de modo amplo, outra sociedade – revelando que a ordem jurídico-política pertence de imediato às relações de produção, à medida em que molda o econômico a partir de dentro e, portanto, fazem do capitalismo um “complexo econômico-jurídico”⁵.

É preciso atentar ao papel do Estado, porque para Dardot e Laval (2016), este atua enquanto co-decisor dos investimentos, coprodutor voluntário das normas de competitividade e instaurador da “ordem-quadro”, a partir do princípio da concorrência, em que ele próprio está submetido, devendo prevalecer uma “governamentalidade empresarial” no plano de sua ação.

O processo de metropolização torna evidentes as dinâmicas espaciais engendradas por esta racionalidade. De acordo com Lucas Faulhaber e Lena Azevedo (2015), instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) logram êxito ao criar conceitos que são assimilados como premissas pelos gestores públicos e pela população; conceitos travestidos de noções técnicas que esvaziam a participação e a discussão pública e planejam o espaço urbano sobrepondo o interesse privado ao público. Essa relação pode ser observada nos conflitos engendrados no Morro da Providência que, no âmbito da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro (2009) e dos megaeventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro (Copa do Mundo, 2014; Jogos Olímpicos, 2016), foi palco de tensões em torno de remoções para projetos de “requalificação urbana”. Na época, o prefeito do Rio de Janeiro – Eduardo Paes – exerceu suas funções como “gestor da cidade”, administrando-a como uma empresa, dentro da lógica do empreendedorismo urbano discutido por Harvey (2005), sobre o qual abordaremos com maior profundidade nos próximos capítulos.

Seguindo a análise de Dardot e Laval (2016), a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da vida humana faz desaparecer a separação entre esfera privada e esfera pública, corroendo os próprios fundamentos da democracia liberal. A nova racionalidade promove seus próprios critérios de validação, que não tem mais nada a ver com os princípios morais e jurídicos da democracia liberal⁶. O direito público é diluído em benefício do direito privado – as leis e as normas são vistas, simplesmente, como instrumentos cujo valor relativo depende exclusivamente da realização de objetivos, reduzindo a democracia a um modo técnico de designação dos governantes – o que faz do neoliberalismo, enquanto doutrina, um antidemocratismo⁷.

Na tentativa de focalizar e visualizar a totalidade que se constitui e se conforma na cidade e no urbano, observamos a emergência de medidas excepcionais enquanto técnica de governo – na perspectiva apontada por Agamben (2004). Às novas modalidades de exercício do poder hegemônico,

⁴ Dardot e Laval, 2016, p.19.

⁵ Idem, p.26.

⁶ Dardot e Laval, 2016, p.382.

⁷ Idem, p.384.

particularmente na cidade do Rio de Janeiro, que reconfiguram as relações entre interesses privados e Estado, Vainer (2011) denomina “democracia direta do capital”, o que conformaria uma “cidade de exceção”. De acordo com o autor, há uma redefinição das formas de poder na cidade, fundada sobre a racionalidade neoliberal, que incidem numa nova concepção de cidade e de planejamento urbano, cujos paradigmas norteadores são: a competitividade, a flexibilidade, o *market friendly* e a orientação ao mercado.

A gestão da cidade é direcionada aos negócios, num processo sistemático de despolitização e desqualificação da política, de negação enquanto *pólis*. Para Vainer (2011), a forma institucional e, portanto, legal, que viabiliza esse processo são as Operações urbanas consorciadas, um instrumento presente no Estatuto da Cidade (Lei 10.257, 10 de julho de 2001), que “veio legalizar o desrespeito à lei”. A partir do discurso da “crise” e das “janelas de oportunidades”, a cidade de exceção exige e instaura uma nova forma de produção do urbano, no qual os aparatos institucionais formais abdicam de parcela de suas atribuições e poderes, promovendo a invisibilização de processos decisórios em razão da desqualificação da política e da desconstituição de fato das formas “normais” de representação de interesses⁸.

De acordo com Agamben (2004), o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea e consiste numa “terra de ninguém”, entre o direito público e o fato político, entre a ordem e a vida⁹. O estado de exceção define seu patamar ou conceito limite enquanto suspensão do próprio ordenamento jurídico, o que não significa sua abolição. Segundo o filósofo italiano, o estado de exceção apresenta-se como uma medida “ilegal”, mas perfeitamente “jurídica e constitucional”, que se concretiza na criação de novas normas (ou de uma nova ordem jurídica)¹⁰. Procedimentos de fato – em si extra ou antijurídicos – transformam-se em direitos e as normas jurídicas se indeterminam em mero fato, criando um patamar de indiscernibilidade.

Na verdade, o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam (AGAMBEN, 2004, p.39).

Embora Vainer (2011) reconheça que não se pode transpor diretamente as concepções de Agamben (2004) para as situações examinadas na cidade do Rio de Janeiro, admite que é possível extrair aportes reveladores de uma nova modalidade de gestão do espaço urbano.

Considerando a interferência direta dos interesses privados na configuração das cidades e a suspensão parcial do ordenamento jurídico para favorecer um clima de negócios aos investidores globais, perguntamo-nos: por quais direitos reivindicar quando os direitos são suspensos? Diante da progressiva expansão dos poderes do executivo (celebrada pelos idealizadores do Planejamento urbano estratégico na figura de uma “liderança carismática”) na promulgação de decretos e disposições – que modificam e até anulam as leis em

⁸ Vainer, 2011, p.12.

⁹ Agamben, 2004, p.13.

¹⁰ Idem, p.44.

vigor – constituindo-se enquanto técnica de governança, é preciso questionar a legitimidade e validade das normas elaboradas por governantes e técnicos. Mais do que isso, é preciso compreender sua gênese, manifestação e relação com o território, uma vez que o Estado – como tradicional entidade e poder político ordenador do espaço – corrobora com os interesses privados em detrimento das responsabilidades públicas e populares.

A tríade estruturação-formalização-funcionalização, desdobrada a partir do enfoque analítico do termo “hierarquização”, confere-nos a possibilidade de examinar a conjugação entre racionalidade neoliberal, biopolítica e estado de exceção e revela-nos um elemento que perpassa os processos e dinâmicas que estão em jogo na produção de uma nova estrutura urbana. Além, evidentemente, do caráter espacial em que fundamentamos a abordagem, as *normas* são esse componente que, enquanto direito ou ordenamento-jurídico, regulam – na formalização e na funcionalização – as relações sociais de produção do espaço.

Quando Milton Santos (2006) afirma que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação, contribui no sentido de estabelecer que os objetos são informação, informação que é concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial¹¹, desvelando a relação entre normas e território a partir de tais sistemas. Apontador de comportamentos, determinador de funções a desempenhar – os objetos – subordinados a uma coordenação, apoderam-se da vida cotidiana. É a informação que permite a ação coordenada e codificada, efetivada por uma razão formalizada – ação deliberada por outros, de fora – que cumpre um papel fundamental na organização da vida coletiva e na condução da vida individual¹². As normas estruturam a realidade, determinando os comportamentos a partir do espaço, um “regulador-regulado”.

A ordem mundial é cada vez mais normativa e, também, é cada vez mais normada. (...) As próprias exigências do intercâmbio internacional, fazem nascer "uma *lex mercatoria* fundada sobre as leis do mercado e seu acompanhamento jurídico" (B. Badie & M. C. Smouts, 1992) e onde "ao lado dos direitos nacionais e do direito internacional público, os *operadores privados - mais ou menos de acordo com o Estado - organizam o seu sistema de normas e progressivamente as impõem*". Paralelamente à proliferação de normas jurídicas, no conjunto do campo das relações sociais (Z. Laïdi, 1992), impõe-se uma outra tendência, à uniformização, o que se verifica, segundo J. L. Margolin (1991) "no campo da gestão, da tecnologia, do consumo e dos modos de vida" (SANTOS, 2006, p.152) [grifo nosso].

Nesta perspectiva, as normas jurídicas são co-produzidas, pelo Estado e pelos operadores privados com vistas à ordenação de processos e dinâmicas socioespaciais que afetam com maior ou menor intensidade a vida cotidiana. Outra forma de observamos a relação entre normatização e espaço verifica-se na análise de Lefebvre (2001) quando pontua que a cidade situa-se num meio termo, entre ordem próxima e ordem distante, sendo esta,

¹¹ Santos, 2006, p.143.

¹² Santos, 2006, p.148.

A ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), **por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes**. A ordem distante se institui neste nível “superior”, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela (LEFEBVRE, 2001, p.52). (Grifo meu).

A ordem distante, segundo Henri Lefebvre, é o *locus* “superior” de produção das normas, evidenciadas na programação da vida cotidiana e na sociedade do consumo dirigido. Outro modo de apreender a relação entre normatização e espaço é proposta por Richard Peet (2007) quando versa acerca de uma “geografia crítica institucional do poder” e aponta para a existência de centros de poder, onde políticas e práticas de governança são concebidas por especialistas em instituições concentradas em cidades globais que exercem poder no cenário mundial. Os centros de poder considerados hegemônicos, segundo o autor, são aqueles que produzem ideias e políticas com suficiente profundidade teórica e apoio financeiro para dominar o pensamento sobre vastos campos de poder. Há os centros formados por complexos institucionais sub-hegemônicos, que traduzem os discursos recebidos, modificam-no e acrescentam ideias, evidenciando sua validade por meio da prática regional; e por último, os centros ou complexos contra-hegemônicos, que lutam contra o convencional e advogam alternativas políticas¹³. A partir dessa abordagem, Peet (2007) agrega os conceitos de ideologia, hegemonia, discurso e governamentalidade para apresentar a influência das instituições supra-nacionais na formulação de imaginários, políticas e normatizações em diferentes geografias.

Focalizando a relação entre norma e território, Ricardo Antas Jr. (2003) afirma que a norma é parte constituinte do espaço geográfico e que, sem ela, não seria possível compreendê-lo como instância social. Para o autor, é preciso considerar a multiplicidade de atores produtores de normas, principalmente quando agentes não vinculados ao Estado têm apresentado o poder de introduzir uma nova juridicidade na organização social, anunciando o fim do monopólio do Estado ocidental na produção de normas jurídicas¹⁴.

Conceber o Estado como o detentor de toda a regulação social, econômica e política produz análises lógicas, mas não proficientes. O território no Ocidente é regulado pelo Estado, pelas corporações e pelas instituições civis não-estatais, sobretudo aquelas de alcance planetário (ANTAS JR., 2004, p.84).

Neste sentido, a elaboração de normas se dá cada vez mais distante das dinâmicas e demandas populares e locais, visando assegurar a gestão da reprodução do capital em nível global, promovendo a concorrência como modalidade de conduta e procedendo na transgressão/suspensão do ordenamento-jurídico segundo os critérios definidos e validados pelos complexos institucionais hegemônicos.

¹³ Peet, 2007, p.32.

¹⁴ Antas Jr., 2004, p.81.

Gostemos ou não, a democracia eleitoral foi criada para blindar os interesses dos grandes proprietários e garantir a centralidade do Estado perante a sociedade e não para resolver as necessidades dos oprimidos (ZIBECHI E MACHADO, 2017, p.13).

É preciso atravessar as camadas desse “verniz participativo” que essa pseudodemocracia anuncia e projeta em ordenamentos jurídicos, como no caso da “gestão democrática da cidade” presente no Estatuto da Cidade que, em seu primeiro capítulo a estabelece como diretriz geral da política urbana:

por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (Lei nº10.257, Estatuto da Cidade, capítulo I, art. 2º, 10 de julho de 2001).

De acordo com Novaes (2012), ao regulamentar o capítulo da Política Urbana, o Estatuto da Cidade fortaleceu a ideia de que os espaços de representação social devem ser alargados para permitir a participação de novos sujeitos sociais. É a partir dos anos 1990 que as discussões em torno da participação da sociedade vão sendo incorporadas e regulamentadas, principalmente pelo papel protagonizado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (NOVAES, 2012). Todavia, segundo Carlos (2005, s/p), o movimento pela reforma urbana acabou dando origem a uma legislação que centra sua atenção no problema da propriedade e da cidade, ignorando as profundas contradições que explicam as relações sociais contemporâneas: embora tenha surgido de debates com participação popular, “não se liberta da racionalidade do Estado capitalista em suas alianças representadas na democracia representativa”¹⁵. O conceito de “gestão democrática” está fundado numa noção de cidadania que só pode realizar-se dentro do Estado capitalista, como sua expressão lógica, pois limita-se à existência da sociedade civil – surgida com o desenvolvimento do capitalismo e para sua preservação (CARLOS, 2005). É nesta perspectiva que Souza (s/d) reconhece que, ainda que o Estatuto da Cidade tenha conferido relevância à participação popular no planejamento e na gestão urbanos – e deve-se saudar tais avanços –, tal participação pode não passar de um “ralo verniz de participação”, pois a redação dá margem para que a participação venha ocorrer sob uma forma meramente consultiva, e não deliberativa, o que o autor denomina de “pseudo-participação”. Apresentando os dados produzidos pela Rede Nacional de Avaliação e Capacitação dos Planos diretores participativos – que analisou 526 Planos diretores em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal – Novaes (2012) faz um mapeamento crítico acerca dos 10 anos de gestão democrática no Brasil, e conclui que,

os processos da elaboração e revisão dos Planos Diretores nem sempre resultaram da construção de um pacto social em torno de um projeto de cidade envolvendo a diversidade de agentes e de interesses sociais existente nas cidades. Em suma, os Planos Diretores avaliados, de maneira geral, não

¹⁵ CARLOS, Ana Fani Alessandri. La utopía de la “Gestión democrática de la ciudad”. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-01.htm>>. Acesso em: 16/03/2020.

sinalizam para a construção de um sistema de participação na política urbana. (NOVAES, 2012, p.27).

Embora seja uma política de cunho urbano abrangente – que confere responsabilidades à União, ao governo estadual e às regiões metropolitanas – quando o Estatuto da Cidade se refere ao “Plano diretor”, diz respeito a um instrumento específico que se situa no âmbito do planejamento municipal. No capítulo em que se refere à Gestão democrática da cidade, o Estatuto da cidade contempla órgãos colegiados de política urbana nas três esferas de governo, tal como, a promoção de conferências que versem acerca do urbano, também a nível nacional, estadual e municipal, especificando o seguinte item:

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania. (Lei nº10.257, Estatuto da Cidade, capítulo I, art. 2º, 10 de julho de 2001).

É no ano de 2015 que se institui o Estatuto da Metrópole que, dentre outras atribuições, “estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomeração urbanas instituídas pelos Estados” (Lei Nº13.089, de 12 de Janeiro de 2015). Trata-se de mais um capítulo da política urbana brasileira, que desdobra o art.45 do capítulo IV do Estatuto da Cidade. É no Estatuto da metrópole que se estabelece a “governança interfederativa”, definida enquanto “compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum”. Embora estabeleça uma ordem jurídica para o desenvolvimento de uma gestão metropolitana integrada, em sua estrutura básica, a governança interfederativa mantém: a instância executiva sob a égide do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; uma instância colegiada composta de representantes da sociedade civil, de caráter deliberativo; uma organização pública com funções técnico-consultivas e um sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas. Segundo Moura e Hoshino (2015), o novo modelo colocaria em xeque o “arraigado municipalismo nas políticas setoriais” e

vem para tensionar o velho pacto e reabrir uma chaga historicamente alimentada por rixas partidárias e desencontros entre mandatos vizinhos, que agora terão de ser superados ou, no mínimo, amenizados para atender ao comando legal. (MOURA E HOSHINO, 2015, p.7).

De acordo com Moura e Hoshino (2015), a lei chega tardiamente, mas representa um avanço e impõem-se a tarefa de aperfeiçoá-la e complementá-la, sobretudo porque “joga lenha na fogueira da reforma política, que não poderá (...) fechar os olhos para os descompassos do pacto federativo brasileiro”.

Embora a gestão democrática e a governança interfederativa sejam instrumentos recentes de uma política pública debruçada sobre o urbano e que inaugura a possibilidade de um repertório de ações integradas e cooperativas, percebe-se, todavia, que a estrutura de representatividade permanece inalterada, isto é, mudam-se as formas, mas se mantém o conteúdo – os

cidadãos não deliberam, pois os conselhos populares são consultivos, “a participação da sociedade tem caráter opinativo” (NOVAES, 2012). A norma estrutura e formata o modo como a participação deverá se desenvolver dentro da ordem-quadro da democrática representativa, restrita ao voto e à consulta, configurando o que Boaventura de Sousa Santos (2016) denomina “democracia de baixa intensidade”. Todavia, outras experiências democráticas emergem, sobretudo na América Latina no final da década de 1980, “ampliando o cânone democrático” (SANTOS, 2016), a saber: a democracia participativa e a democracia comunitária, promovendo uma radicalização da democracia e o surgimento de uma “nova gramática de organização social” (SANTOS, 2016). Tais movimentos apontam para um horizonte no qual as normas, ou, os direitos, estão abertos à reformulação por sujeitos que historicamente estiveram ausentes ou foram excluídos dos processos políticos institucionais.

Como nem tudo são flores, as grandes mobilizações de esquerda, levantes populares e os progressismos na América Latina chegaram ao governo pela via eleitoral (ZIBECHI E MACHADO, 2017), isto é, na esteira da democracia representativa. Para Zibechi e Machado (2017), a emancipação coletiva não deve se conformar com o Estado, os partidos e as instituições existentes, pois,

as mudanças que necessitam e desejam boa parte dos setores populares não podem processar-se através do sistema eleitoral nem do aparelho estatal. (ZIBECHI E MACHADO, 2017, p.13).

Embora o progressismo tenha mostrado suas limitações, como aponta Zibechi e Machado (2017), - e sua crítica é fundamental – não podemos ignorar os avanços na radicalização da democracia, como Boaventura de Sousa Santos (2016) nos apresenta e sai em defesa. Por tal motivo, lançamos mão do referencial teórico e metodológico fornecido por Ferrão (2015) ao propor uma “governança democrática metropolitana”. A questão que norteia a problemática do autor é reveladora de sua hipótese: “como garantir o direito à cidade nas metrópoles contemporâneas?”. O autor propõe:

reforçando as relações de coevolução dialética entre novas formas de regulação pós-burocrática por parte do Estado à escala metropolitana e novos modos de microprodução de cidade, resultantes de processos de ação coletiva capazes de criar espaços de respiração e emancipação democrática. (FERRÃO, 2015, p.209)

Sintetizando esta proposição, o autor afirma que a “a cidade dos cidadãos” baseia-se em “interações e tensões criativas entre a cidade com poder (...) e a rua com poder”, ou seja, a cidade institucionalizada cuja autoridade de regulação assenta na legitimidade democrática e um espaço de práticas de ação coletiva e sociabilidade pública. Ferrão (2015) chama atenção para dois tipos de governança territorial dentro de um paradigma de governança democrática, que podem incidir sobre espaços político-administrativos (governos metropolitanos supramunicipais) ou sobre espaços relacionais (espaços não institucionalizados de ação coletiva), sendo, respectivamente, um mais rígido com maior legitimidade democrática e outro mais flexível e com pouca legitimidade democrática. Deste modo, a “cidade dos cidadãos” pressupõe

uma cidade com poder político, isto é, que possa atuar como instância de regulação e de redistribuição com legitimidade

democrática, e uma rua com poder cidadão, ou seja, com indivíduos, grupos e comunidades insurgentes, portadores de uma agenda de transformação progressista da cidade. (FERRÃO, 2015, p.219).

Uma gestão e uma governança metropolitana, reconhecidas enquanto democráticas, tem como mediação a relação dialética entre um Estado pós-burocrático (conselhos, comitês, colegiados) e espaços não institucionalizados (a sociedade civil organizada em movimentos sociais, mobilizações, coletivos, etc.). A participação popular ocorreria tanto numa esfera institucionalizada – garantindo legitimidade democrática – quanto fora do âmbito de regulação estatal, assegurando autonomia aos grupos e movimentos. Este é um importante parâmetro à análise de uma gestão e governança democrática, sobretudo porque corrobora com o direito à cidade, seja no campo das reformas políticas no interior do Estado, quanto nas possibilidades abertas para sua negação, desvanecimento e superação. É o que Santos (2016) aponta como superação da democracia nos limites da teoria liberal: “um movimento de democratização de alta intensidade que inclui outras práticas democráticas e outros tipos de democracia”. Para Santos (2016), democracia é todo o processo de transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada.

Caminhamos, tendo como horizonte político-filosófico, a perspectiva do direito à cidade propostas por Henri Lefebvre (1991), no qual “mudar a vida” e “mudar a sociedade” nada significam se não há produção de um espaço apropriado. Nossa análise apontará que, a produção do direito – do político – deve ser uma tarefa que se constitui a partir da experiência de autoemancipação e autoconstituição dos sujeitos, o que demanda o desvanecimento do Estado¹⁶. Não há contradição entre o pensamento de Lefebvre (1991) e Ferrão (2015; 2017), pois ambos caminham na direção da superação da separação entre Estado e sociedade civil, ainda que, por uma via institucionalizada. Podemos verificar essa aproximação a partir das proposições de Henri Lefebvre em “O direito à cidade”, quando versa sobre a construção de modelos a partir do conhecimento e a necessidade de uma estratégia urbana:

apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (LEFEBVRE, 2001, p.113).

De acordo com Lefebvre (2001, p.113), “a estratégia de renovação urbana, em si mesmo reformista, se torna ‘necessariamente’, revolucionária”, tanto porque se erige contra as coisas estabelecidas, quanto porque tem na classe operária seu suporte social – para o autor, apenas esta classe pode contribuir para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos “centros de decisão” (LEFEBVRE, 2001, p.113). Destarte, Henri Lefebvre elabora duas proposições (elaboradas pelos grupos capazes de iniciativas revolucionárias), a saber: 1) um programa político de reforma urbana; e 2) projetos urbanísticos. A primeira

¹⁶ Pogrebinschi, 2009.

proposição deverá ser proposta aos partidos políticos, nas palavras de Lefebvre, preferencialmente aos partidos de esquerda, formações políticas que representam ou que querem representar a classe operária. Todavia, o autor enfatiza que, “esse programa não será estabelecido em função dessas forças e formações” (LEFEBRE, 2001, p.114). A segunda proposição diz respeito aos projetos urbanísticos, formas de tempo e espaço inventadas e propostas à práxis, a partir do imaginário que se investe na apropriação, considerando o estilo de vida, o modo de viver na cidade e ao desenvolvimento do urbano. Lefebvre conclui que tais proposições deverão contemplar o curto, médio e longo prazo. É possível verificar que as proposições de Ferrão (2015), isto é, da “cidade com poder” e da “rua com poder”, se aproximam da estratégia urbana de Henri Lefebvre¹⁷.

Configurando nosso objeto de pesquisa, debruçamo-nos sobre a metropolização bio/necropolítica colonial enquanto processo socioespacial de negação do ser político. Nosso objetivo geral consiste em analisar a metropolização do espaço a partir do termo/processo de hierarquização enquanto garantidor de uma coesão coercitiva que obstrui e nega o político do ser social. Como objetivos específicos, propomos: i) Discutir as remoções no Morro da Providência como referência empírica do processo de metropolização numa perspectiva espacialização biopolítica (negação do ser político); e ii) Propor a noção de “tramas políticas de ação rebelde” para focalizar as lutas que se desencadeiam a partir de múltiplos enredamentos de resistência e autonomia. No intuito de exemplificar os fenômenos, relações e tensões em questão, trataremos como referencial empírico o Morro da Providência, situado na região administrativa Portuária – que abrange os bairros do Caju, Gamboa, Saúde e Santo Cristo – no município do Rio de Janeiro. O Morro da Providência é relevante para esta pesquisa porque, enquanto alvo das intervenções urbanas no âmbito da operação consorciada, nele emerge a “Comissão de Moradores”, uma mobilização que contou com apoio de várias instituições na resistência contra as remoções. Portanto, diante de um processo de negação do ser político via “requalificações urbanas” surge um movimento de restituição do político ao ser através da luta pelo direito à moradia. As contradições na reprodução do espaço revelam-nos a tensão entre dominação e apropriação e permitem-nos discutir o problema pelo prisma da biopolítica.

O percurso metodológico que empreendemos neste trabalho baseia-se no método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre. Segundo Frehse (2001), o método foi explicitado por Lefebvre pela primeira vez em dois artigos (1949 e 1953) voltados a pensar a realidade social do mundo rural. Conforme Ortigoza (2010), um dos caminhos teóricos que tem se apresentado para entender o urbano hoje passa pela contribuição de Henri Lefebvre, afirmando que, embora o

¹⁷ Considerando que a obra “O direito à cidade” é publicada no final da década de 1960, o urbano e a “classe operária” na contemporaneidade não são os mesmos do período registrado por Henri Lefebvre. Como afirma Pogrebinski (2009, p.331), o sujeito histórico do político varia de acordo com as condições materiais existentes no momento de sua constituição como sujeito e da intervenção de sua ação na história. Com a complexificação do fenômeno urbano e as transformações no mundo do trabalho, o sujeito histórico do político também se transforma. O que buscamos focalizar aqui é a estratégia visionária de Lefebvre, já na década de 1960: um programa político revolucionário de transformação do espaço urbano a partir daqueles que efetivamente vivem nele, utilizando a via institucional, todavia, buscando superá-la.

método tenha sido proposto como alternativa aos estudos de sociologia rural, pela sua riqueza, mostrou-se adaptável para diversas áreas das ciências sociais. Os dois artigos de Lefebvre foram publicados no livro *Du rural à l'urban* em 1970. Considerando as questões de método no campo da sociologia rural, no primeiro artigo, “Problemas de sociologia rural: a comunidade rural e seus problemas históricos-sociológicos” ([1949], 1978), Lefebvre constrói uma crítica que ressalta a importância da “espessura histórica”, isto é, “do histórico que persiste e atua no atual”. O autor confronta a sociologia descritiva, empirista, positivista, normativa – e sua tendência à direita do espectro político – cujas investigações se perdem no imediato por seu caráter não histórico. No segundo artigo, “Perspectivas da sociologia rural” ([1953], 1978), Lefebvre também persiste na crítica a metodologia, focalizando nas pesquisas da sociologia estadunidense e francesa. Para Lefebvre (1978) *a sociologia deve partir dos fatos atuais, de sua descrição; porém, quando os fatos têm uma “espessura” histórica, deve-se fortemente considerá-la*. Deste modo, o autor sugere a eliminação de diversos métodos a fim de operacionalizar a sociologia rural: métodos que naturalizam os fatos sociais, que criam falsas mediações ou que se apoiam puramente nas tecnologias e nas técnicas. Assim, ele propõe um método que inclui três momentos:

- a) Descritivo. Observação, mas informada pela experiência e por uma teoria geral. Em primeiro plano: a observação do terreno. Utilização prudente das técnicas de pesquisa (entrevistas, questionários, estatísticas).
- b) Analítico-regressivo. Análise da realidade escrita. Objetiva data-la exatamente (para não se contentar com uma relação de “arcaísmos” sem data, sem comparação umas com outras).
- c) Histórico-genético. Estudo das modificações referentes à estrutura em questão, uma vez datada, pelo desenvolvimento ulterior (interno ou externo) e por sua subordinação a estruturas de conjunto. Objetiva uma classificação genética das formações e estruturas, no marco do processo de conjunto. Objetiva, portanto, de regressar ao atual descrito anteriormente, para reencontrar o presente, mas elucidado e compreendido: explicado. (LEFEBVRE, 1978, p.71).

De acordo com Ortigoza (2010), na fase final do método é importante apontar as contradições emergentes, traçando as reflexões finais sobre o problema estudado.

Lefebvre acredita que o presente não esclarece o real, por isso ele faz a regressão, procurando encontrar o marco da mudança. Esse percurso demonstrado pelo autor requer um esforço de reflexão que tem como pano de fundo o método dialético de investigação, pois nos faz enxergar que por trás de toda a coerência que o modo de produção capitalista tenta passar, há um processo rico em contradições se desenvolvendo (ORTIGOZA, 2010, p.161).

O modo pelo qual empregamos o método não subdivide os capítulos de acordo com os momentos, antes, utiliza-se deles (descrição, análise-regressivo, histórico-genético) entre os capítulos, isto é, no processo de redação de cada capítulo, fazemos uso dos três momentos do método. Outra opção teórica e metodológica que trazemos apoia-se em Ferreira (2017), quando apresenta-nos

a tríade analítica materialização-substrução-projeção para compreender na produção alienadora das cidades os indícios de insurgência. A abordagem de Ferreira (2017) vai ao encontro do método lefebvriano, seja pelo uso das tríades, seja pela elaboração em momentos que são inter-relacionados dialeticamente. A materialização diz respeito à concretude, mas está para além do concreto e pode ser capturada pela observação, pela percepção, pelos sentidos. A substrução refere-se aos elementos que estão por trás da concretude observada, “uma espécie de substrato que dá suporte a algo, que serve de base a um fenômeno” (FERREIRA, 2017, p.92). A projeção diz respeito ao ato de projetar, “à ideia de realização no futuro” (ibidem).

A materialização nos permite, a partir do momento atual, observar, descrever e analisar as formas, o espaço produzido. (...) A substrução nos autoriza a reflexão acerca dos grupos sociais envolvidos no processo de produção, suas ações, reações e interações, pois o espaço é um produto social, modelado e condicionado a intencionalidades, racionalidades. (...) A projeção mira o futuro, mas evidentemente o que determina o projeto é a história construída no passado e no presente vivido. (FERREIRA, 2017, p.92-93).

O autor atenta para as relações de poder, jogos de força, representações e ideologias que, mais ou menos perceptíveis, estão imbricados nos processos. Este referencial analítico é bastante útil para a construção de uma discussão que se preocupa com a espacialização da biopolítica, isto é, com a negação do ser político, que se revela na produção alienadora da cidade. As contradições, e mesmo algumas representações, apontam para o possível, sendo a projeção esse “mirar para o horizonte” que se desvela nos indícios de insurgência na metrópole, conectando luta, sonho e utopia à “revalorização do homem como ser político para o exercício da verdadeira democracia” (FERREIRA, 2017).

A presente tese contém cinco capítulos, a contar com a introdução. No capítulo dois, intitulado “*Um olhar sobre a metropolização do espaço como processo biopolítico: as remoções no Morro da Providência*”, recuperamos os processos de ocupação e produção do espaço do Morro da Providência, focalizando as intervenções urbanas no âmbito da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha (OUCPM) e dos megaeventos realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2014 e 2016. Apresentamos alguns instrumentos metodológicos utilizados para atravessar os fenômenos (a pseudoconcreticidade, as aparências) em direção à essência da coisa (KOSIK, 2002) e discutimos a relação entre as remoções, o processo de metropolização do espaço e a (bio)política, desvelando a política espacial de negação do ser político pela via do *estranhamento espacialmente construído* e da *desumanização espacialmente forjada*.

No terceiro capítulo, que leva o título “*O espaço hierarquizado da/na metamorfose socioespacial moderna-colonial: a tríade estruturação-formalização-funcionalização*”, abordamos a dimensão do poder a partir do termo “hierarquização” da tríade formada pela homogeneização e fragmentação. Discutimos que é imprescindível tratar sobre a colonialidade do poder, uma vez que a tríade busca contemplar um “espaço da modernidade”. Portanto, em se tratando de hierarquização e colonialidade é preciso considerar não somente a dimensão econômica e política: há um “pacote de hierarquias” (GROSFOGUEL, 2008), articuladas a partir da ideia de raça, que conforma a espacialidade

moderno-colonial – e são extremamente relevantes para compreender a relação em tela e o que ocorre não só no Morro da Providência, mas no “mundo periférico”, tanto global, quanto latino-americano. Deste modo, faz sentido pensar que o processo de hierarquização ordena os fragmentos de um espaço que, embora esteja submetido a uma tendência homogeneizadora, é continuamente diferenciado segundo as dinâmicas de des-valorização do solo urbano, (concebido como uma mercadoria, no âmbito do neoliberalismo) e também segundo as dinâmicas bio-necro-políticas que remetem à “ocupação colonial” (MBEMBE, 2016), ao “racismo de Estado” (FOUCAULT, 2008b) e à “vida nua” (AGAMBEN, 2014).

“Reivindicar o direito à produção do espaço: a Comissão de moradores e as tramas políticas de ação rebelde” é o título do quarto capítulo, no qual resgatamos as discussões de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade e a produção do espaço para iluminar a ação da Comissão de Moradores do Morro da Providência enquanto “direito à produção do espaço”, cujo papel foi fundamental para impedir o avanço das remoções. Na trilha de Lefebvre – que lança mão de tudo que está à disposição para tornar o impossível possível, a ciência, a técnica e a arte -, construímos a noção de trama política de ação rebelde a partir das contribuições de Melucci (1989), Tarrow (2001), Scherer-Warren (2006), Castells (2013) e Cumbers et al (2008), pois verificamos a potência do enredamento de múltiplos atores e territorialidades no processo de resistência e rebeldia que: a) revela-se enquanto biopolítica como acontecimento (HARDT E NEGRI, 2016) e b) fornece um modelo para pensar alternativas que forneçam instrumentos às lutas dos movimentos sociais em rede na cidade.

Nas considerações finais, que também intitulamos “Para não concluir: teatros e constelações de resistência para uma generalização da rebeldia na metrópole” apontamos algumas possibilidades e desafios a partir dos debates empreendidos. As lutas articuladas em redes apontam para a possibilidade de ampliação do cânone democrático e para a emancipação social, uma vez que representam a restituição da dimensão do político que antes fora negada e privada aos sujeitos historicamente subalternizados no processo biopolítico de produção do espaço. Os desafios situam-se na superação da cidadania definida nos marcos do Estado capitalista e, portanto, nos limites da zona do ser; na importância de ações coletivas de microprodução de cidade e da necessidade de reivindicar o direito à produção do espaço como movimento de autoemancipação e autoconstituição dos sujeitos e dos direitos.

2

Metropolização biopolítica

O exame das condições que determinam o urbano contemporâneo tem na realidade o seu ponto de partida. É a realidade que alimenta a pesquisa de problemáticas e questões que se desdobrarão na construção de conceitos e teorias. Todavia, o que é a realidade? Bastaria observar e descrever os fenômenos para apreender a “realidade”? Se estamos convencidos do caráter pseudo-democrático que permeia a experiência política da vida cotidiana e da produção do espaço, desvelá-lo é uma tarefa que exige um atravessamento teórico-metodológico que tenciona o que se entende por realidade.

Quando anunciamos um “atravessamento”, de que tipo de “travessia” estamos falando exatamente? Aqui, trata-se do *détour* [desvio] realizado pela teoria e método que auxiliam a destruir o mundo fenomênico, da pseudoconcreticidade. Teoria, epistemologia e método podem fornecer um arcabouço capaz de instrumentalizar a pesquisa que, enquanto atinge o real, o compreende e pode transformá-lo. Entretanto, que teoria e que metodologia são capazes de realizar tal empreendimento? Certamente, não aquelas forjadas pelo positivismo ou ceticismo kantiano. As linhas que seguem pretendem apresentar uma discussão que, enquanto travessia, tem o intuito de demonstrar os instrumentos e referenciais utilizados para proceder nesta tarefa.

A relação entre a racionalidade neoliberal, a biopolítica e o estado de exceção – condicionantes da experiência política do espaçotempo contemporâneo – figura enquanto problemática a ser atravessada. A partir da contribuição de Karel Kosik (2002), no que diz respeito à destruição do mundo da pseudoconcreticidade, buscamos discutir que aportes de suas teses permitem-nos empreender a tarefa de compreender a relação supracitada no âmbito da práxis cotidiana.

Em suas primeiras palavras, na obra “A Dialética do Concreto”, publicada em 1963 pela Academia Tchecoslovaca de Ciência, Kosik (2002) afirma que para compreender a “coisa em si” é necessário fazer um *détour* [desvio] – através da dialética – que aqui consideramos enquanto “travessia”, uma vez que, o procedimento crítico de reflexão e análise exige um movimento que parte do mundo fenomênico até alcançar a essência para, assim, retornar e desfazer as formas fenomênicas da realidade. Neste sentido, apresentamos alguns conceitos que o filósofo tcheco faz uso para empreender essa travessia, a saber: *práxis*, *fenômeno*, *essência*, *conceito*, *representação*, *pseudoconcreticidade*.

O conceito de práxis é fundamental para compreender a realidade humano-social como unidade de produção e produto, isto é, um mundo no qual as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social (KOSIK, 2002, p.23). Neste sentido, o filósofo distingue a práxis humana entre *práxis utilitária-fragmentária* e *práxis crítica revolucionária da humanidade*. À práxis utilitária-fragmentária ou práxis cotidiana, correspondem as ações e atividades que criam o senso comum, o mundo das aparências: “em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas, quanto a técnica de tratamento das coisas” (idem, p.19). Todavia, a coisa não se apresenta em sua essência, mas, enquanto campo da atividade prático-

sensível imediata, na qual o indivíduo cria suas próprias representações das coisas e todo um sistema de noções correlacionadas que fixam o aspecto fenomênico da realidade. É a partir dessa práxis que o homem tem condições de orientar-se no mundo, socializar-se a manusear as coisas, entretanto, sem compreendê-las. De acordo com Kosik (2002):

Nesta práxis se forma tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico, quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, da confiança e da familiaridade em que o homem se move “naturalmente” e com que tem de se avir na vida cotidiana. (KOSIK, 2002, p.14-15).

Em sentido oposto à práxis cotidiana tem-se a práxis crítica revolucionária, aquela pelo qual o pensamento capta a “coisa em si” alcançando a compreensão da realidade através da dialética pela “cisão do único”. Contudo, antes de procedermos mais a fundo em tais considerações, é preciso reconhecer outra distinção realizada pelo filósofo, que consiste naquela entre representação e conceito. Como mencionado anteriormente, o mundo das aparências – produto da práxis utilitária-fragmentária – ou, mundo fenomênico, é o campo onde o indivíduo cria suas representações, isto é, constructos sociais de pensamento que, na dimensão do imediato-prático-sensível, permitem ao homem a intuição prática da realidade. Segundo Kosik (2002, p.19) “a representação da coisa (...) é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas”. Neste sentido, a representação está relacionada à práxis cotidiana (da qual o aspecto fenomênico é produto), enquanto o conceito relaciona-se à práxis crítica revolucionária: “o conceito da coisa é compreensão da coisa e, compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura (...) o significado de método que decompõem o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa” (KOSIK, 2002, p.18).

O conhecimento é o movimento, ou procedimento, de decomposição da coisa – que consiste na *disjunção entre fenômeno e essência*. A realidade apresenta-se ao homem enquanto mundo dos fenômenos. Todavia, obscurecida pela cotidianidade, o senso comum, as representações e na/pela práxis utilitária-fragmentária, situa-se a *essência da coisa*. O mundo fenomênico existe em relação com a essência, ou, nas palavras de Kosik (2002), “o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde (...) a essência se manifesta no fenômeno”. O fenômeno é aquilo que se manifesta imediatamente – para o filósofo, “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência”:

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. (KOSIK, 2002, p.16).

Neste sentido, o processo de conhecimento, concretiza-se na separação de fenômeno e essência, “que constitui a dialética em uma das suas formas” (KOSIK, 2002, p.18). Para o filósofo, não há conhecimento sem decomposição, pois somente através da separação pode-se conhecer o caráter específico da coisa, sendo o motivo de existência da ciência e da filosofia o fato da essência não manifestar-se diretamente: “o esforço direto para descobrir a estrutura da coisa e “a coisa em si” constitui desde tempos imemoriais e, constituirá sempre, tarefa precípua da filosofia” (KOSIK, 2002, p.17). Sendo assim, o filósofo tcheco

verifica a filosofia enquanto atividade humana indispensável para atingir a essência da coisa, a estrutura da realidade, “a coisa em si”, o ser da coisa. É por meio da filosofia que torna-se possível “cindir o único” – a unidade entre fenômeno e essência e, sobretudo, a manifestação fenomênica que revela-se como a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia.

Portanto, o mundo da pseudoconcreticidade indica a essência e, simultaneamente, a esconde, nas/pelas manifestações fenomênicas. De acordo com as formulações de Kosik (2002), a pseudoconcreticidade é constituída:

[pelo] complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural. (KOSIK, 2002, p.15).

Pertencem a tal esfera, o mundo superficial dos fenômenos externos, “o mundo do tráfico e da manipulação” (práxis fetichizada dos homens), o mundo das representações comuns (projeções mentais dos fenômenos externos resultantes da práxis fetichizada, ideológica), “o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens” (KOSIK, 2002, p.15).

Quando Kosik (2002) trata acerca da “destruição do mundo da pseudoconcreticidade”, aponta para a necessidade de destruição da aparente independência do mundo dos contatos imediatos do cotidiano, pois é tal aspecto de independência que confere aos fenômenos o caráter de pseudoconcreticidade: é preciso demonstrar *o caráter mediato dos fenômenos*, seu caráter derivado – contra sua pretensa independência. Essa tarefa, ou travessia, efetiva-se somente através da dialética:

a dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimento e produtos da práxis social da humanidade. (KOSIK, 2002, p.21)

Destarte, a destruição da pseudoconcreticidade revela-se em Kosik (2002) como método dialético-crítico, como método de transformação da realidade, à medida que a realidade humano-social é concebida como produto do homem social e, através do pensamento (ciência e filosofia), as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal são dissolvidas. Para que o mundo possa ser explicado criticamente, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da práxis revolucionária (KOSIK, 2002, p.22). Sendo assim, o filósofo pontua que a destruição da pseudoconcreticidade se efetua como:

- 1) crítica revolucionária da práxis da humanidade; (...) 2) pensamento dialético, que dissolve o mundo fetichizado da aparência para tingir a realidade e a “coisa em si”; 3)

realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo ontogenético, visto que para cada indivíduo humano, o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, uma criação própria, espiritual, como indivíduo social-histórico. (KOSIK, 2002, p.23-24)

A existência autônoma dos produtos do homem e a redução deste homem ao nível da práxis utilitária constituem a pseudoconcreticidade. Portanto, destruí-la é negá-la pelo processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade: “encontrar a ‘autêntica realidade’ do homem concreto por trás da realidade reificada da cultura dominante, desvendar o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas” (KOSIK, 2002, p.25).

Tais considerações permitem-nos elaborar um diagrama no qual articulamos as discussões de Kosik (2002) no intuito de extrair aportes que instrumentalizem a análise da problemática da metropolização do espaço no âmbito da vida cotidiana. Ainda que as formas geométricas representem de forma grosseira a profundidade da análise do filósofo tcheco, pensamos que, é possível formular tal diagrama, justamente pelo fato do mundo da pseudoconcreticidade ser estabelecido sobre um espaço absoluto, no qual as formas estão fixadas e naturalizadas, tal como sua estrutura, função e conteúdo, que adquirem aspecto de petrificação. Mundo dos fenômenos, das representações, da pretensa independência dos produtos do homem, é produto da práxis cotidiana-utilitária-fragmentada-fetichizada.

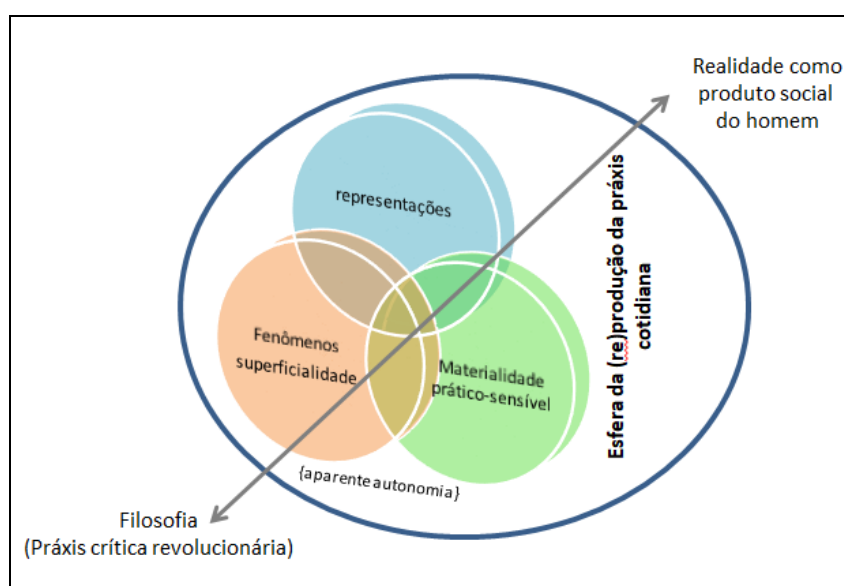


Figura 1. Diagrama do mundo da pseudoconcreticidade Fonte: Elaboração própria.

A compreensão da realidade como produto social do homem efetua-se partindo da realidade banalizada/reificada, a partir da filosofia enquanto práxis crítica revolucionária. Neste processo, os conceitos são distinguidos e captura-se a essência, “a coisa em si”, num atravessamento (a seta representada na figura 1) que destrói a esfera da (re)produção da práxis cotidiana, o mundo da pseudoconcreticidade e sua autonomia aparente.

É atravessando esse mundo, lançando mão da filosofia da práxis crítica e revolucionária, que alcançamos a essência, a “coisa em si”. Todavia, quais são as condições que determinam esse mundo cujo desafio é atravessar? Guarneceados pelas contribuições de Kosik (2002), temos à disposição um arcabouço teórico e conceitual crítico que norteia, não só a maneira pela qual focalizamos o objeto de estudo, mas, sobretudo, o processo pelo qual construímos e procedemos na análise. De acordo Haesbaert (2014), o conceito ilumina tanto a realidade empírica quanto o pensamento ou racionalidade, sendo a problemática seu ponto de partida fundamental. Os conceitos também problematizam a realidade/racionalidade. Segundo o autor, algumas problemáticas definem o foco central do conceito, evidenciando determinadas questões ou relações e deixando outras em segundo plano, ou fora de foco. Contribuindo neste sentido, ao apresentar a abordagem Deleuziana acerca da teoria e conceitos enquanto “caixa de ferramentas”, Cruz (2013) desdobra as “linhas do novelo” que constituem os conceitos, atentando para as *linhas de visibilidade/enunciação*, para as *linhas de força* e, por último, às *linhas de objetivação*. Em suma, ao incidir (como um raio de luz) sobre a realidade, cada conceito ilumina essa superfície, criando “visibilidades e dizibilidades”, ao mesmo tempo em que, produz sombras ou penumbras – o que está fora da incidência ou foco central. Este movimento também institui e produz a realidade, característica das “linhas de força”, cuja capacidade criativa e, portanto, política, revela a intervenção que os conceitos provocam a partir dessa incidência. Portanto, além de instaurar uma forma de compreensão, de ver e dizer o real, os conceitos também intervêm nesta realidade, caracterizando as “linhas de objetivação”.

Contudo, se os conceitos iluminam certas dimensões e problemáticas da realidade, como deve-se proceder nesta aproximação? Essa questão norteadora é enunciada pela filósofa Maria Ciavatta (2014) – como logramos nos aproximar da realidade? – quando a autora discute os conceitos de mediação e particularidade e seu uso na pesquisa social, afirmando que método e objeto são indissociáveis, sendo o último constituinte do primeiro. Segundo a filósofa, quando o assunto é a aproximação da realidade através da reconstrução histórica, a proposta incide *na busca das articulações que explicam os nexos e significados do real e levam à construção de totalidades sociais, relativas a determinados objetos de estudo* (CIAVATTA, 2014, p.194). Neste sentido, ressalta o referente histórico, material, social, moral ou afetivo do conceito, não apenas uma concepção mental. Referindo-se à obra de Karel Kosik, a reconstrução histórica do objeto científico diz respeito ao ponto de vista epistemológico e metodológico no qual seres humanos e objetos existem numa situação de relação e nunca isolados, como alguns processos analíticos se desdobram. Deste modo, uma questão base é a interpretação da relação sujeito-objeto que, segundo Ciavatta (2014), não deve privilegiar o predomínio do sujeito ou do objeto, antes, deve enfatizar a relações que se estabelece entre os dois: “o homem, sujeito e objeto na produção do conhecimento, não é um indivíduo isolado, mas um sujeito social que realiza a história e nela se realiza” (CIAVATTA, 2014, p.199). Portanto, cabe ao pesquisador, conceber a realidade como uma totalidade histórica, socialmente construída:

É a realidade na dinâmica dos seus processos, nas suas leis mais íntimas, que revela, sob a aparência dos fenômenos, as conexões internas e necessárias. Totalidade não significa todos os fatos, e todos os fatos não constituem uma totalidade.

O conhecimento dos fatos isolados, mesmo quantificados, é insuficiente para explicar o todo. (CIAVATTA, 2014, p.203).

Prosseguindo no horizonte estabelecido pela questão “como apreender o real?”, Ciavatta (2014, p.204) advoga que, o exame do papel mediador dos processos sociais, articulados em uma determinada totalidade, é um primeiro passo no esforço de distinguir certas parcelas do real nas suas múltiplas relações. Discutindo a função da metodologia de pesquisa – cada vez mais empobrecida pelo desconhecimento dos grandes problemas epistemológicos surgidos na história – a filósofa apresenta duas alternativas que se colocam no processo de construção do objeto científico. Na primeira, que busca apreender o mundo da maneira mais direta possível, estão as concepções empírico-positivistas, “que se apoiam nos fragmentos de um mundo a ser emancipado de todas as metafísicas” (CIAVATTA, 2014, p.205): caracteriza-se pela busca da neutralidade, da isenção política, da objetividade do conhecimento, da suposta ausência de um sujeito ativo. Na segunda alternativa, é necessário admitir a presença de filtros, categorias, meios de aproximação entre o espírito humano e a matéria, colocando a atividade científica sob um cerceamento kantiano, no qual é impossível à razão humana o conhecimento do real. Retomando as contribuições do filósofo Karel Kosik, Ciavatta (2014) trata do *détour*, no intuito de demonstrar que, para chegar à “coisa em si” é preciso atravessar as aparências que se colocam a nossa frente na ocasião do contato imediato com a realidade, considerando o mundo das mediações, dos processos sociais, da essência oculta dos fenômenos. *É preciso reconhecer os processos sociais, econômicos, políticos, técnicos, culturais, ambientais que conformam a realidade e nela intervém.*

A mediação não deve ser confundida com variável, pois ela se situa no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação dos sujeitos sociais (CIAVATTA, 2014, p.209). *O conceito de mediação se aplica tanto aos processos materiais, quando aos processos imateriais e simbólicos, aos fenômenos culturais e políticos.*

O conhecimento produzido vai depender da pertinência da análise de uma totalidade histórica como apreensão de suas contradições recíprocas e reconhecimento do caráter mediador dessas contradições na constituição histórica da realidade. (...) Na construção do conhecimento, a razão crítica deve se exercer desde a escolha dos conceitos mais gerais até as categorias particulares, históricas, que devem constituir o real pensado. (CIAVATTA, 2014, p.215).

Dando continuidade à discussão, a filósofa apresenta a categoria da particularidade, definida como campo de mediações concretas, ontológicas.

[as categorias singularidade, particularidade e generalidade] são aspectos visíveis, destacados e essenciais dos objetos da realidade objetiva, de suas relações e vinculações, e sem o seu conhecimento o ser humano não pode orientar-se no mundo em torno, sem falar em dominá-lo e submetê-lo a seus fins. (LUKÁCS, 1967, p.200 apud CIAVATTA, 2014, p.216).

É no campo da particularidade que se situam as mediações, *determinações sociais que permitem ir do singular ao universal, não como objeto genérico, abstrato, mas na sua essência, na*

concretização (pseudo concreto) de suas múltiplas relações, como ser histórico-social. (CIAVATTA, 2014, p.218). [Grifo meu].

As determinações sociais são fundamentais para a compreensão crítica que atinge a essência, “a coisa em si”, encoberta pelos fenômenos. Cabe ressaltar que, tais categoriais não são puras abstrações – “não são noções despojadas dos aspectos diversificados do real na sua concretude histórica” – antes, “são concretos de pensamento gerados sobre a realidade objetiva e diversificada”, ou “mediações ontológicas da totalidade social, construídas na sua particularidade histórica” (CIAVATTA, 2014, p.220). As determinações sociais permitem que focalizemos as mediações – os processos, no espaço-tempo da ação/atividade dos sujeitos sociais –, que situam-se no campo da particularidade. A partir desta categoria, podemos capturar – penetrando o mundo fenomênico, mundo das aparências superficiais e externas – os aspectos visíveis dos objetos que, enquanto produtos das relações sociais humanas, contém a essência da realidade objetiva.

As articulações de processos sociais, multidimensionais, conformam a totalidade enquanto realidade geohistórica, portanto, inscrita no âmbito de determinações espaço-temporais que, enquanto mediações, situam-se no campo da particularidade, dos objetos problematizados. Retomando as considerações de Kosik (2002), quando afirma que “é preciso demonstrar o *caráter mediato dos fenômenos*”, faz-se necessário desbravar o mundo da pseudoconcreticidade e sua aparência de independência, pela dialética, o que permitirá visualizar os processos enquanto produtos sociais – especificamente, nesta esfera – resultantes da práxis cotidiana, utilitário-fragmentária, fetichizada.

Deste modo, considerando as determinações histórico-sociais que conformam o urbano nos dias atuais, debruçamo-nos sobre uma relação entre processos, ressaltando a dimensão da práxis cotidiana enquanto perspectiva capaz de oferecer um ponto de partida para análise do fenômeno e aberturas para a superação dos dilemas de âmbito metropolitano.

Enunciados que celebram o triunfo da técnica, no planejamento estratégico, nas obras de infraestrutura para assegurar a fluidez e circulação, os método e modelos de “participação” construtores do consenso, fazem parte de um arsenal que, no mundo da pseudoconcreticidade, adquirem uma dupla mitificação: os saberes partem das universidades, do especialistas e penetram no senso comum com status de legitimidade e verdade. No sentido de Kosik (2002), não passam de representações ou, ideologias, enquanto ilusão ou consciência deformada da realidade, nas palavras de Karl Marx (LOWY, 2015). A lei e a ordem, *representados* pelo ordenamento jurídico são uma mediação tanto para a ofensiva neoliberal, quanto para que as medidas de exceção sejam tomadas como técnica de governo. Estes processos atuam esfumando a consciência, reforçando hierarquias, provocando fragmentações, à medida que homogeneízam o espaço, a vida social.

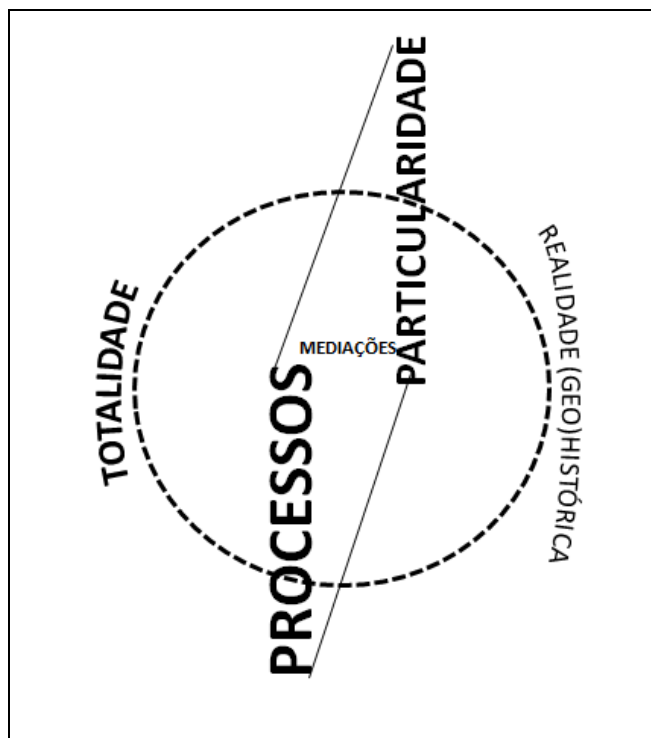


Figura 2. Mediações, processos e particularidade. Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, iniciar uma análise partindo de uma descrição dos objetos fixados pode ser uma tarefa arriscada se não percebemos a reificação inerente aos processos que incidem, penetram e banalizam a experiência humana, fechando a vida cotidiana na superficialidade, na naturalização dos absurdos, nas representações que bloqueiam o possível. É por esta razão que, mais do que paralisar-se e estacionar diante da análise da paisagem – no âmbito da pesquisa geográfica que pretende partir da morfologia urbana – devemos buscar as articulações, os processos detonadores das condições e determinações cujas formas-conteúdo do mundo, mesmo da aparência, sustentam. A práxis cotidiana é permeada por articulações que conferem *status* de verdade, de consciência e realidade inquestionável – quando amparada pelo saber de *experts*, pelas normas dos legisladores e pelas técnicas dos especialistas, cujo propósito reside no controle da população e do território – controle que se exerce no e pelo cotidiano, na cotidianidade. Privar os sujeitos da tomada de consciência, proporcionando a eles a sensação de atividade consciente, participativa, com direitos e garantias assegurados e, uma experiência urbana mediada pelo consumo, é uma evidência da práxis cotidiana na relação entre racionalidade neoliberal, estado de exceção e biopolítica.

Os fenômenos – intencionalmente produzidos e, inconscientemente reproduzidos pelo homem comum – tentam obliterar a essência. Portanto, é necessário que os procedimentos metodológicos estejam fundamentados sobre uma epistemologia comprometida com a desmitificação do mundo e edificação do possível, isto é, que seja capaz de perfurar os disfarces espaciais, sejam eles fantasias, miragens ou delírios que bloqueiam a emancipação do sujeito e sua liberação, o político e a verdadeira democracia.

Apresentaremos algumas dinâmicas e processos ocorridos no Morro da Providência, no âmbito das intervenções urbanas que atingiram seus moradores,

como as obras da Operação Urbana Consorciada Região do Porto do Rio de Janeiro (OUCRPRJ) e os megaeventos realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2014 e 2016, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, respectivamente. Tais processos serão utilizados para demonstrar as relações que pretendemos discutir no decorrer deste trabalho, tratando-se mais de um recorte empírico do que a proposta de um estudo de caso.

Procedemos numa breve retrospectiva dos processos históricos na/da produção do espaço do Morro da Providência, observando as metamorfoses acarretadas pelo processo de metropolização, evidentes nas intervenções urbanísticas em determinadas localidades da favela e na remoção de moradores para dar lugar aos projetos urbanos orientados à mercadificação da cidade e do espaço – instrumentalizada pelo planejamento estratégico, fundamentada pela racionalidade neoliberal e caracterizada por medidas de exceção. Nosso objetivo, neste capítulo, é apresentar os elementos que evidenciam uma espacialização biopolítica no âmbito do processo de metropolização, isto é, a metropolização biopolítica como *biopolítica espacial de negação do ser político* no urbano contemporâneo.

2.1 As remoções no Morro da Providência

A partir de uma breve recuperação histórica sobre as origens do Morro da Providência, debruçamo-nos sobre as transformações recentes (o fenômeno das remoções) através de referências que discutiram o tema em outras ocasiões e também a partir de relatos e entrevistas colhidas durante a realização de três trabalhos de campo no local. O primeiro trabalho de campo foi realizado em outubro de 2017, o segundo em maio de 2019 e o último em junho de 2019, ocasião em que fomos surpreendidos no final pela presença de narcotraficantes que, pressionando e ameaçando o morador entrevistado, acabou tornando inviável outros campos e entrevistas. Procuramos outros moradores para realizar mais entrevistas, mas os mesmos não deram retorno. Entendemos que, por questões de segurança de ambas as partes envolvidas, os materiais produzidos foram suficientes para prosseguir na discussão aqui empreendida.

Há pelo menos três variantes que explicam o surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro, sendo elas, resultados não de processos, mas, de fatos espaciais e temporalmente delimitados¹⁸. Dentre os “mitos de origem”, as representações da favela são tributárias das primeiras décadas do século XX, que podem ser consideradas como “organizadoras de um mito fundador da representação social da favela”¹⁹. Partimos da versão situada no final do século XIX, ano de 1897, a qual se refere à campanha de Canudos, na ocasião em que os ex-combatentes retornam da Bahia e instalam-se no Morro da Favella (hoje, o Morro da Providência) a fim de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados²⁰.

A discriminação e criminalização dos moradores das favelas ode ser verificada desde suas origens, sendo o Morro da Providência alvo de médicos higienistas, sanitaristas, engenheiros e jornalistas, que consideravam – através

¹⁸ Campos, 2011.

¹⁹ Valladares, 2011, p.26.

²⁰ Valladares, 2011, p.26.

de charges e crônicas – “um lugar infestado de vagabundos e criminosos”, como sugere o Jornal do Brasil em 1900²¹.

É somente no ano de 1937 que a favela passa a ser oficialmente reconhecida pelo Código de Obras que, se inaugura juridicamente um novo período em que se impõem administrar a favela e seus habitantes²², também marca com precisão a situação marginal da favela como problema a ser erradicado²³. Se no final do século XIX a cidade do Rio de Janeiro assiste a intervenção do Estado destacada na “guerra aos cortiços” através do prefeito Barata Ribeiro²⁴, é com o golpe de 1964 que criam-se as condições necessárias à aventura remocionista²⁵. Segundo Burgos (2006), o governo federal cria em 1968 a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), que definia a favela enquanto “espaço urbano deformado” cuja solução era a erradicação: “de fato, a missão declarada da CHISAM era exterminar as favelas do Rio de Janeiro”²⁶ – não sem resistências. É nesse contexto que mais de 100 associações de moradores se organizam e fundam, em 1963, a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), incorporando a luta contra as remoções à agenda política de reivindicações. Em 1967, porém, diante do forte controle da vida associativa exercido pela Fundação Leão XIII, a FAFEG sofre um expurgo – o presidente da federação é preso e morto, lideranças de moradores de favelas desaparecem²⁷. Conforme Burgos (2006) aponta, as remoções ocorridas entre 1968 e 1975 representam um dos capítulos mais violentos da longa história de repressão e exclusão do Estado brasileiro, no qual 100 mil pessoas foram removidas e também operou-se o desmantelamento da organização política dos moradores de favela, um verdadeiro “aborto do processo de organização e participação dos excluídos na vida política da cidade”²⁸.

De acordo com Guterres (2015), na terceira geração dos programas de governo, a remoção retorna à cena com o programa Morar Carioca – idealizado no primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes (2009-2012). É no âmbito desse programa que uma série de intervenções serão levadas a cabo, evidenciando a relação que apontamos, destacando: a provisão de infraestruturas de mobilidade orientada para a mercadificação da cidade, as parcerias público-privadas, o discurso do risco, a gentrificação e uma gestão bio-necropolítica de exceção, sobretudo pelo discurso da “revitalização”. O programa “Morar Carioca – Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais” obteve, no ano de 2011, recursos no valor de R\$530 milhões de reais, provenientes de um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que somados aos R\$1,1 bilhão de reais provenientes da União e da prefeitura, totalizaram R\$1,6 bilhões de reais a serem investidos em obras de urbanização de favelas. Os principais projetos para o morro da Providência, anunciados pelo programa²⁹, foram 921 unidades habitacionais para atender mais de três mil moradores do morro e da zona portuária, revitalização da Praça Américo Brum, instalação de

²¹ Valladares, 2011, p.26.

²² Idem, 2011, p.53.

²³ Burgos, 2006, p.27.

²⁴ Abreu, 2011, p.50.

²⁵ Burgos, 2006, p.34.

²⁶ Idem, 2006, p.36.

²⁷ Burgos, 2006, p.37.

²⁸ Idem, 2006, p.39.

²⁹ Propaganda oficial do programa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tw1f0zESqdk>>. Acesso em: 13/04/2018.

um Teleférico, a construção de um plano inclinado para facilitar a acessibilidade dos moradores, um centro esportivo, infraestrutura de rede de água e esgoto, equipamentos e serviços, contenção de encostas e reassentamento de famílias que residem em área de risco. Também havia uma proposta de transformar a favela em atrativo turístico, com a construção de um Centro histórico e cultural na área que abrange a Ladeira do Barroso, a Igreja Nossa Senhora da Penha, o antigo reservatório e a Capela do Cruzeiro³⁰ - para o qual seria necessário remover todas as famílias que moravam no entorno da localidade (contar a história e a cultura de quem?).

O programa sempre esteve alinhado aos megaeventos e à oportunidade de transformar a cidade numa vitrine para o mundo a partir deles, ainda que, no plano discursivo, adotasse uma “metodologia participativa”, “democrática”, “de baixo para cima”, reconhecendo os moradores como atores fundamentais com direitos reconhecidos³¹. Contudo, as contradições: para dar espaço aos projetos – e “beneficiar os moradores” – 832 casas foram marcadas com a sigla SMH (Secretaria municipal de habitação) para remoção, representando 1/3 da favela.

Além do discurso das ocupações em encostas e áreas de risco, a construção do teleférico também foi utilizada para justificar as remoções, pois as casas estariam no curso das obras. É interessante a questão levantada por uma moradora que nos concedeu entrevista durante pesquisa de campo em outubro de 2017: “*se queriam remover a população, para quem seria o teleférico?*”. O teleférico faria a conexão entre a cidade do samba, na zona portuária, e o topo do morro, onde estão os mirantes construídos durante a administração do prefeito César Maia e onde seria construído um centro histórico e cultural.

O Consórcio RioFaz, composto pelas construtoras Norberto Odebrecht S/A, Construtora OAS S/A e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, foi o responsável pela construção do teleférico e do plano inclinado no Morro da Providência. Neste sentido, a interação entre a esfera pública e a iniciativa privada, no âmbito dos serviços de ordem superior, visa assegurar a reprodução do capital e sua viabilização política³². Depois dos Jogos Olímpicos de 2016, o teleférico – administrado até 31 de dezembro de 2016 pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), teve seu funcionamento interrompido, devido ao vencimento da concessão do serviço e a não designação de um novo titular para assumir o equipamento.

A iniciativa privada tem ampliado sua participação na provisão de infraestruturas metropolitanas – através das parcerias público-privadas e das operações urbanas consorciadas – o que conduz à produção da cidade como negócio, como uma mercadoria, revelando-nos indicadores da sobredeterminação de uma nova racionalidade de empreendedorismo e governança urbana, a saber, uma racionalidade neoliberal. Considerando as contribuições de Harvey (2008) e Dardot e Laval (2016), observamos a atuação do Estado como ator determinante na realização político-econômica do neoliberalismo enquanto racionalidade e, portanto, uma espécie de guardião dos interesses do mercado. Neste sentido, Dardot e Laval (2016) apontam para a

³⁰ Fonte: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1466234>>. Acesso: 13/04/2018.

³¹ Calafate *et al*, 2013. < <http://www.iab.org.br/projetos/o-morar-carioca-e-maneira-carioca-de-morar>>. Acesso em 13/04/2018.

³² Lencioni, 2006.

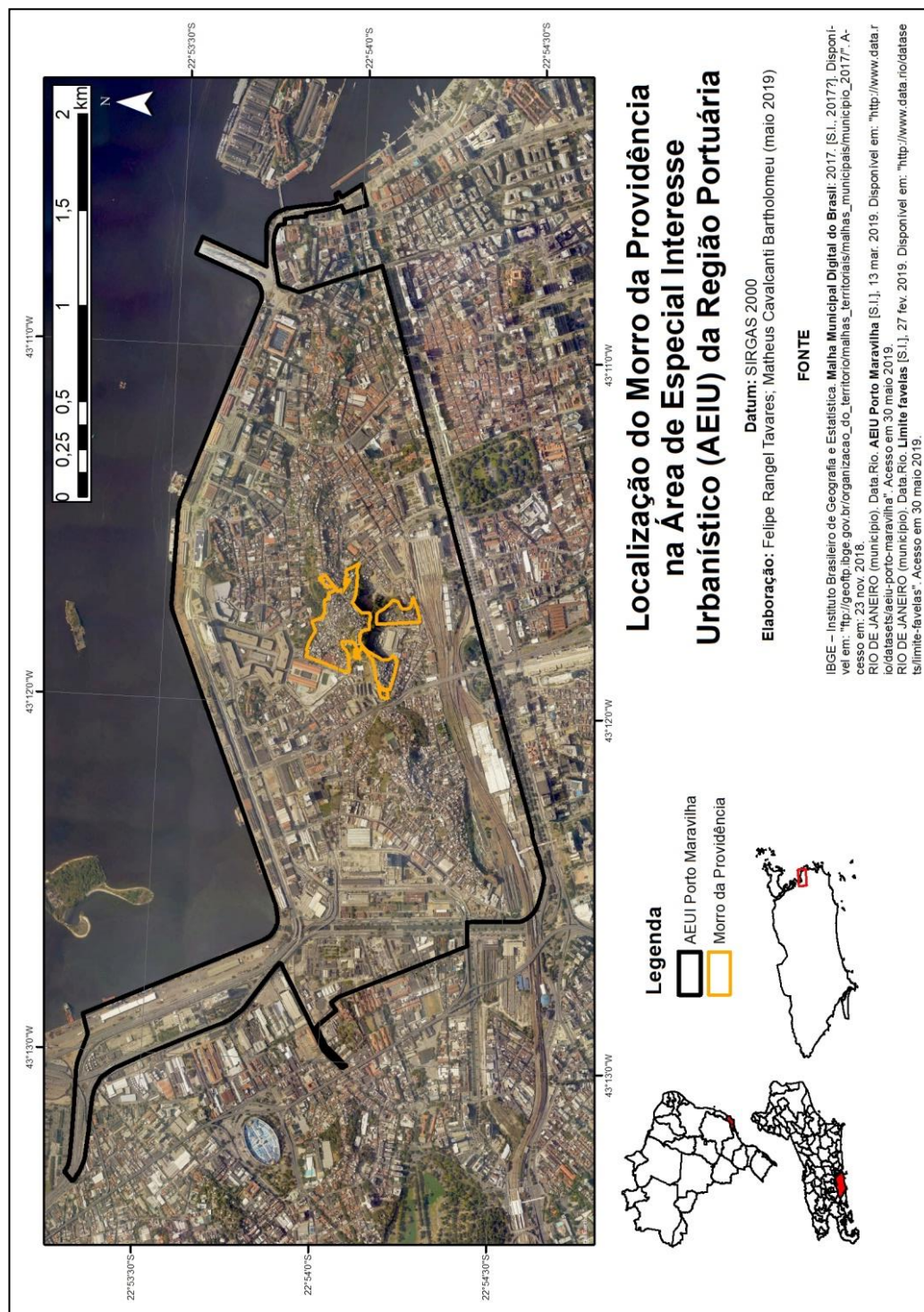
originalidade do neoliberalismo que reside no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas um outro regime de acumulação, mas também, de modo amplo, outra sociedade – revelando que a ordem jurídico-política pertence de imediato às relações de produção, à medida em que molda o econômico a partir de dentro e, portanto, fazem do capitalismo um “complexo econômico-jurídico”³³.

Por esta razão, observamos a emergência de medidas excepcionais enquanto técnica de governo – na perspectiva apontada por Agamben (2004), para o qual, procedimentos de fato – em si extra ou antijurídicos – transformam-se em direitos e as normas jurídicas se indeterminam em mero fato, criando um patamar de indiscernibilidade.

Podemos verificar que, desde as suas origens, o Morro da Providência é colocado numa zona de indeterminação no âmbito do direito (não-cidade, cidade ilegal, informal, irregular) que cria condições para que medidas de repressão, com teor de violência e marcadas pela truculência, façam parte da história do lugar e da resistência-permanência na paisagem da cidade. Se em décadas atrás essa “zona de indiferença” referia-se à questão da regulação fundiária ausente, atualmente, ela retorna sob o discurso do risco de desabamentos e da in-segurança em decorrência do narcotráfico. Quando o prefeito Eduardo Paes anuncia o programa Morar Carioca para o Morro da Providência, ressalta a necessidade de remover as famílias que vivem em áreas de risco, a partir de dados de um levantamento geotécnico feito por técnicos da prefeitura³⁴.

³³ Dardot e Laval, 2016, p.26.

³⁴ Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/paes-lanca-projeto-de-remocoes-no-morro-da-providencia-876376.html>>. Acesso: 13 de abril de 2018.



Mapa 1. Localização do Morro da Providência na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária

Conforme aponta Guterres (2015), um segundo relatório técnico, elaborado pela Geo-Rio/Concremat Engenharia, no ano de 2010, identificou zonas de baixo, médio e alto risco, num mapa referente ao Morro da Providência e da Pedra Lisa, acompanhado de 43 laudos de vistoria da Geo-Rio acerca de ocorrências geotécnicas nas comunidades entre 1943 e 2010. Segundo a autora, no ano seguinte, a prefeitura utiliza a situação de risco para justificar a saída das famílias trazendo como solução a urbanização e construção de moradias a partir do programa Morar Carioca. Para Faulhaber e Azevedo (2015), ao mesmo tempo em que o critério de risco ambiental é acionado para remoção de áreas pobres, ele não é considerado para certos terrenos frágeis da região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, concluindo que as avaliações de risco são utilizadas pela Secretaria no intuito de encobrir outros interesses. Diante dos relatórios e laudos técnicos que criam um clima de insegurança mediante a possibilidade de ocorrer “desastres naturais”, os moradores são transferidos para essa zona de indeterminação, na qual a lei, na expressão de seus direitos, é suspensa através da própria lei. Zona permeada pelo medo, pela incerteza e pelas ameaças, pela iminente des-re-territorialização forçada, na qual as raízes, os referenciais e as memórias se esvaem.

Outro fator, que também é acionado como justificativa para medidas de exceção nas favelas, está relacionado à questão do narcotráfico e da insegurança. Segundo Sánchez *et al* (2016), a comunidade é marcada por experiências traumáticas de ocupação militar, como a que ocorrera no ano de 2007, quando o morro da Providência foi alvo do projeto Cimento Social, de autoria do prefeito Marcelo Crivella, que na época atuava no cargo de senador. Na ocasião, cerca de 200 soldados do Exército ocuparam a favela para prestar segurança na execução de obras do projeto, culminando no episódio em que três jovens, moradores da Providência, foram levados por militares para averiguação e, posteriormente, entregues e assassinados por traficantes de uma facção rival. No final de 2008 a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro adota como uma política de segurança pública as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A UPP da Providência foi instalada em abril de 2010 e, de acordo com Faulhaber e Azevedo (2015), tais unidades serviriam como condição básica para a expansão forma do capital nessas áreas, principalmente, com a chegada de determinadas taxas de concessionárias com as quais os moradores não têm condições de arcar. Além disso, para Sánchez *et al* (2016), os meios de comunicação promoveriam um superdimensionamento na relação entre moradores e policiais, através de um investimento simbólico que confere protagonismo aos policiais no direcionamento da vida na favela e no estabelecimento de um novo padrão de sociabilidade e urbanidade. Segundo a autora, são frequentes as queixas de moradores quanto ao abuso de autoridade, invasão de privacidade, controle socioespacial e atos de violência cometidos³⁵.

Das 832 casas marcadas para a remoção, 140 foram demolidas em 2013, segundo relatório da Anistia Internacional³⁶. O relatório também aponta que as famílias foram reassentadas em conjuntos habitacionais da zona oeste (Cosmos, Realengo e Campo Grande), em áreas dominadas por milícias. De

³⁵ Sánchez *et al*, 2016, p.76.

³⁶ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/04/AmnestyInternational_AnnualReport2013_complete_br-pt.pdf. Acesso em: 27/01/2020.

acordo com a secretaria de habitação do município do Rio de Janeiro, até 2013, 196 famílias foram “reassentadas”³⁷.

Num fascículo produzido pela equipe da FASE (2014), que trata das transformações e resistências na área portuária da cidade do Rio de Janeiro, encontramos um mapa de violações de direitos, onde o morro da Providência se insere em tensões como, remoções forçadas, acúmulo de entulho pela destruição das casas, deficiência no abastecimento de água e de tratamento de esgoto, poluição sonora, transformação de área residencial em centro turístico, a extinção da praça Américo Brum para dar lugar ao teleférico e a proibição de bailes *funk*³⁸. Além desse material, um Guia para jornalistas e comunicadores, produzido pela organização Justiça Global, procura expor a miríade de violações que compõem a face menos evidente dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Conforme o material, as violações afetam do meio ambiente à moradia, reatualizando políticas segregatórias e racistas de controle urbano, destacando o uso de efetivos das forças armadas em favelas e periferias.

O projeto [Morar Carioca] havia sido anunciado sem participação popular. Nem sequer o plano de remoção e reassentamento foi apresentado aos moradores ameaçados. A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) iniciou a marcação das casas, sem abrir qualquer canal de diálogo com os moradores. (...) Os moradores do entorno do Morro da Providência também sofreram com o processo remoção e o assédio da Prefeitura. Na Rua do Livramento, segundo relatório do Fórum Comunitário do Porto, houve até casos até de agentes comunitários da SMH que abordam as famílias com crachás escondidos, sem documentação ou qualquer informação oficial das motivações do cadastramento ou ação de despejo (JUSTIÇA GLOBAL, 2016).

Neste sentido, ao acionar os discursos do risco e da in-segurança, afirmamos que as medidas de exceção atuam como estratégia para efetivação de interesses particulares e execução de projetos via ação pública, configurando uma cidade de exceção³⁹. A relação entre biopolítica, racionalidade neoliberal e estado de exceção revela-nos o ordenamento-jurídico, ou a norma, enquanto elemento que perpassa os processos e dinâmicas que estão em jogo na produção de um novo regime urbano. Através das formas-conteúdos, de suas funções esperadas, reconfigura-se a cidade e o urbano sob os signos da flexibilidade, do empreendedorismo, da competitividade, da eficiência e do consenso em detrimento da construção coletiva, participativa e democrática. Estamos diante da negação do (ser) político.

2.2 Metamorfoses socioespaciais contemporâneas

Prosseguindo na tarefa de discutir a (bio)política espacial de negação do ser político, levantamos o seguinte problema: *por que as remoções que ocorreram no Morro da Providência podem ser enquadradas como uma “metropolização biopolítica”?* O título deste capítulo propõe um olhar sobre a

³⁷ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/anistia-internacional-destaca-remocoes-forçadas-para-obras-da-copa/>>. Acesso em: 27/01/2020.

³⁸ Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Fase_Web.pdf>. Acesso: 16/04/2018.

³⁹ Vainer, 2011.

metropolização do espaço como processo biopolítico. Apresentaremos as principais discussões sobre o tema para responder à questão e elaborarmos a relação entre metropolização e biopolítica.

Embora Santos (1993) tenha abordado o problema da metropolização ao se debruçar sobre a urbanização no Brasil, é Sandra Lencioni que se aprofunda e desdobra o tema, tornando-se referência no assunto, no âmbito da ciência geográfica brasileira. Sua trajetória intelectual é reconhecida em Ferreira (2016), que afirma que as inquietações da autora “sempre estiveram interligadas e o processo que teve o papel de nexo aglutinador foi a metropolização do espaço”. Deste modo, tratar das reflexões acerca do processo de metropolização é seguir a trilha dos passos dados por Sandra Lencioni e, por este motivo, procederemos numa revisão bibliográfica a partir de seus artigos, publicados ao longo dos anos 2000 e reunidos no livro “Metrópole, metropolização e regionalização”, publicado no ano de 2017, como também, suas contribuições publicadas nos livros do Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-rurais (SIMEGER), publicados, respectivamente, nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019.

Considerando ainda este “caminho em direção à metropolização do espaço”, Ferreira (2016) situa o olhar aguçado de Sandra Lencioni para as *transformações do urbano*, já em sua dissertação de mestrado, defendida em 1985. Alguns fatos sobre o conceito que ilumina os fenômenos contemporâneos devem ser pontuados:

O primeiro é a consideração de que o fenômeno urbano, ligado à industrialização e à aglomeração (complexos urbano-industriais), marca das décadas anteriores à atual, vem dando lugar ao fenômeno metropolitano, isto é, à difusão dos códigos metropolitanos, num sentido amplo dessa imagem, num espaço muito além dos limites das regiões metropolitanas oficialmente delimitadas. O segundo fato é de que diversos outros processos espaciais estarão afetados por essa transformação de urbano para urbano-metropolitano ou, simplesmente, metropolitano. Especificamente estarão sendo referidos à gestão territorial e às relações urbano-rurais, processos percebidos como fortemente marcados pela metropolização do espaço. (FERREIRA, 2016, p.442).

A ênfase nas novas formas de gestão e nas intervenções localizadas, a emergência de uma espacialidade híbrida que supera a dicotomia rural-urbano, o império dos fluxos, o adensamento de determinadas áreas, o espraiamento da metrópole, as operações urbanas de “requalificação”, revelam as metamorfoses no território que são iluminadas pela metropolização do espaço, “que tem gerado forte gentrificação (...) produz segregação e apropriação desigual do espaço urbano” (FERREIRA, 2016).

Atentando para a distinção fundamental entre conceito e realidade, Lencioni (2006a) afirma que os conceitos não são o ponto de partida do conhecimento, antes, são “representações mentais que instrumentalizam o pensamento para que esse possa desvendar a realidade”, “instrumentos fundamentais para elaboração do conhecimento”. “Metrópole” é um conceito, um constructo intelectual através do qual o pesquisador pode apreender e interpretar a realidade objetiva para compreendê-la. Deste modo, ao colocar a pergunta “qual realidade objetiva pode ser interpretada como metrópole?” e, “o

que vem a ser uma metrópole”, Sandra Lencioni procede numa decomposição que vai desde a etimologia do termo até a discussão sobre as determinações de um dado momento histórico.

“Metrópole” é uma palavra derivada do grego (Lencioni, 2006a), o que nos revela a historicidade das palavras e, simultaneamente, a polissemia dos termos, uma vez que os significados se modificam nos percursos do espaço-tempo. Por tal motivo que as determinações históricas são cruciais, não apenas para compreensão do vocábulo, mas, principalmente, para “precisar o elemento que condiciona e, ao mesmo tempo, produz o fundamento daquele momento” (idem). A autora apresenta cinco pontos comuns em relação à interpretação do que vem a ser uma metrópole:

Um desses é a ideia de que a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação a sua extensão territorial. O segundo ponto é que a metrópole possui uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; o terceiro é que ela se constitui num locus privilegiado de inovação; o quarto é que se constitui num ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e o quinto é que a metrópole se constitui num nó significativo de redes, quer seja de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades. (LENCIONI, 2017, p.201).

Tabela 1. Aspectos de uma metrópole a partir da Lencioni (2006a; 2017).

Aspectos	Características
Tamanho	Densidade demográfica e extensão territorial; atenção à natureza relativa no que se refere aos tamanhos.
Concentração de serviços	Serviços de ordem superior, públicos e/ou privados; expressa a função de comando e direção, ou seja, de gestão da reprodução do capital.
Concentração de fluxos	Emissão e recepção de fluxos de informação e comunicação; necessidade e condição para garantir a reprodução do capital.

Para Lencioni (2006a), o aspecto que se destaca dentre as diferentes concepções de metrópole situa-se na concentração de serviços privados e públicos, “que buscam garantir a gestão da reprodução do capital e sua viabilização política”.

Embora o conceito de metrópole esteja associado ao conceito de cidade, desde a sua origem, como nos mostra Lencioni (2006a), esse está relacionado à urbanização, pois, a metrópole está ligada ao conceito de metropolização e relaciona-se com o espaço. O processo de metropolização se constitui como uma fase do desenvolvimento urbano, todavia, de natureza distinta, pois, “trata-se de desenvolver condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital (...) negando a cidade”. Neste sentido, segundo a autora, o processo de metropolização submete a urbanização relacionada à cidade e se constitui numa determinação do momento atual.

Quando falamos de metropolização, estamos falando de um processo socioespacial; de um processo que metropoliza espaços inseridos, direta ou indiretamente, numa lógica urbana (LENCIONI, 2017, p.203).

Observando a metrópole contemporânea como uma “espécie de tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização”, Lencioni (2006b) discute a emergência de novos arranjos e dinâmicas territoriais que ela denomina “cidade-região”, por exprimir a constituição de uma região a partir da expansão territorial da metrópole – não uma região metropolitana característica do século XX, relacionada aos processos de industrialização e urbanização, nem à região metropolitana enquanto expediente de planejamento territorial do Estado, como fora na década de 1970 no Brasil. No artigo “Da cidade e sua região à cidade-região”, Lencioni (2006b; 2017) traz apontamentos que vem desenvolvendo mais recentemente, a saber, a homogeneização-fragmentação-hierarquização, a relação entre limites e coesão, como também, a questão da policentralidade, da espacialidade híbrida (urbano-rural) e da segregação socioespacial. Neste sentido, a cidade-região apresenta-se enquanto um novo fato urbano produzido pela metropolização, um processo que, nas palavras de Lencioni (2006b), regionaliza o espaço, constituindo-se num processo de regionalização. Na esteira de tais apontamentos, Sandra Lencioni verifica a relação entre dispersão-concentração-centralização, cuja coesão – diante da fragmentação – advém da presença das redes (materiais e imateriais) que são forças produtivas para reprodução do capital e, portanto, permite-nos apreender os limites da cidade-região diante do império dos fluxos destas aglomerações difusas e polinucleadas.

Nesta direção, ao chamar atenção para a “imagem espalhada e de difícil apreensão dos limites territoriais de São Paulo”, Lencioni (2008) ressalta a ideia de aglomeração e fragmentação em relação à metrópole contemporânea, enfatizando a necessidade de distinguir os conceitos de concentração e centralização do capital, fundamentais à racionalidade da acumulação capitalista. A autora pontua que os conceitos são relativos à reprodução do capital, portanto, referem-se ao processo social e consistem em distintos movimentos que constituem dois momentos do processo de valorização do capital, a saber, a *concentração* enquanto produção da riqueza econômica (expansão dos meios de produção e força de trabalho) e a *centralização* enquanto reorganização na distribuição da propriedade dos capitais

(expropriação de um capitalista por outro capitalista no qual frações individuais de capitais se associam, se fundem ou se reagrupam).

Tabela 2. Concentração e Centralização do capital (LENCIONI, 2008; 2017)

CONCENTRAÇÃO	Embora a metrópole se apresente dispersa, ela é igualmente concentrada: concentração populacional, de renda, de indústrias de alta tecnologia, trabalho qualificado; bacia de trabalho e <i>habitat</i> .
CENTRALIZAÇÃO	Esclarece os mecanismos de administração e controle do capital: os serviços (de ordem superior) voltados às empresas reafirmam e renovam a centralidade da metrópole.

Atualmente, como se verifica a partir de Lencioni (2008), as aglomerações apresentam-se dispersas (área construída, população, atividades de consumo), dificultando a apreensão de seus limites territoriais, o que, todavia, não deve comprometer a visão do alto coeficiente de concentração, como nos alerta a autora. É essa combinação de dispersão e concentração que configura o espaço da metrópole contemporânea (LENCIONI, 2017, p.92), sendo importante notar que, neste novo patamar da urbanização, “o que é disperso é a forma que assume a aglomeração” (idem). A fragmentação da cidade é representada pela metáfora das “ilhas urbanas”, que revela as novas formas de segregação na metrópole contemporânea, caracterizada, segundo Lencioni (2017): a) pelo processo de metropolização; b) por uma aglomeração do tipo dispersa; c) pelo espaço dos fluxos em detrimento do espaço dos lugares; d) por uma extensão territorial difusa; e) pela densidade populacional em declínio; f) pela forma fragmentada; g) por um crescimento mais linear ao invés de radiocêntrico; h) por limites indefinidos; i) pela intensificação do policentrismo; j) pela adoção de planos estratégicos; l) pelas redes anastomosadas; m) pela gestão do Capital.

A metrópole também pode ser apreendida como “a virtualidade de se constituir numa sobrevida do capitalismo” (LENCIONI, 2008; 2017), pois coloca-se enquanto condição, meio e produto da reprodução do capital, o que se torna ainda mais evidente a partir dos apontamentos da autora, quando verifica as *alterações imobiliárias provenientes de renovações urbanas* – como é o caso da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro – e o *desenvolvimento acentuado da segregação no interior da cidade região*,

fazendo contrastar mais fortemente, a produção de bairros cada vez mais elitizados ao lado do crescimento de cortiços e favelas cada vez mais empobrecidos. A segregação social e espacial própria da metrópole contemporânea é muito mais acentuada do que da metrópole vinculada ao processo de industrialização e urbanização anterior. (LENCIONI, 2017, p.85).

Quando afirma que a metrópole contemporânea expressa a sobrevida do capitalismo, Lencioni (2008; 2017) aponta para a metamorfose relacionada à reestruturação produtiva que, diante do amálgama entre capital imobiliário e financeiro, instrumentaliza a metrópole à reprodução do capital. A natureza de tal metamorfose é muito bem explicitada em Lencioni (2010a), quando versa a respeito da dispersão espacial e fragmentação do urbano em Buenos Aires e São Paulo. A autora chama atenção para o predomínio do processo de dispersão territorial da metrópole,

determinado pela transição do centro da acumulação capitalista situado na indústria fabril para o localizado na própria produção do espaço urbano, onde a valorização imobiliária está intimamente vinculada e integrada ao capital financeiro, que é hegemônico nos dias atuais. (LENCIONI, 2017, p.212).

Deste modo, a autora ressalta a combinação entre processos dispersores e concentradores, acompanhados de práticas privatizadoras, apontando que a produção do espaço – nessa metamorfose do processo urbano – situa-se diante de uma reestruturação imobiliária que cria novas possibilidades para a acumulação enquanto fragmenta a cidade em parcelas. Em suma, Lencioni (2017) reforça a ideia de que a produção do espaço torna-se estratégia central da acumulação capitalista contemporânea e, portanto, essencial para a sobrevida do capital. A centralidade que a valorização imobiliária assume na metrópole contemporânea coloca-nos diante de uma metamorfose produtora de paisagens semelhantes, fragmentação e segregação espacial. Embora essa metamorfose dispersora-concentradora traga “em seu bojo a fragmentação do urbano (...), não compromete a ideia de unidade da metrópole”, como afirma Lencioni (2017). Esse apontamento é discutido num artigo de 2010, publicado na revista *Scripta Nova*, intitulado “Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano”, no qual Sandra Lencioni discute, a partir de Henri Lefebvre, o espaço homogêneo-fragmentado-hierarquizado, as redes como mediação e momento da produção e, por fim, a questão da unidade, da coesão numa metrópole dispersa.

A tríade lefebvriana é produto de uma reflexão que o filósofo francês empreende acerca do trabalho social na teoria de Karl Marx, como sendo homogêneo, fragmentado e hierarquizado (LENCIONI, 2017). A mesma tríade será considerada ao abordar o espaço nas sociedades modernas avançadas e é instrumento fundamental para compreender a produção do espaço na contemporaneidade.

Tabela 3. O espaço homogêneo-fragmentado-hierarquizado em Lencioni (2017)

Espaço	Características
Homogêneo	Perceptível ao olhar; semelhança entre cidades e edifícios; equivalências; produção de centros comerciais, avenidas, paisagens e monumentos em série; repetição.
Fragmentado	Segmentação e parcelamento do espaço segundo atividades e funções; espaços residenciais; espaços de trabalho; espaços de lazer; fracionamento da terra para atender o mercado imobiliário.
Hierarquizado	Domínio do poder e do comando – instrumentais para garantir a totalidade de conjunto; ordem; subordinação e dominação; espacialização do poder da economia e da política.

A relação entre o espaço homogêneo-fragmentado-hierarquizado e as redes materiais e imateriais é apresentada por Lencioni (2017) no tocante à garantia da continuidade na descontinuidade, pois as redes são o meio pelo qual o espaço se constitui coeso, elas “imprimem coesão na dispersão”. Tanto como mediações necessárias à reprodução do espaço, quanto como momentos da produção e produtoras de um novo espaço, conforme a autora, as redes correspondem a necessidades e estratégias contemporâneas da reprodução do capital. Lencioni (2010; 2017) subdivide as redes em “redes de proximidade absoluta” (redes materiais, ex. redes viárias) e “redes de proximidade relativa” (redes imateriais, ex. fluxos de informação e comunicação) e afirma que ambas são funcionais ao capital na superação a qualquer obstáculo espacial à valorização.

Não é de se estranhar, então, que é na metrópole dispersa, na metrópole expandida territorialmente, na cidade-região que vamos encontrar a maior densidade de redes. De um lado, que ligam esse território à economia global; de outro, que a ligam com o restante do país e, em particular, consigo mesma, no sentido de manter unificado o espaço que na

contemporaneidade está bastante disperso e fragmentado. (LENCIONI, 2017, p.171).

Fundamentais para a coesão e coerção (a espacialização da biopolítica) metropolitana, segundo Lencioni (2017, p.39), as redes sociais (materiais e imateriais) “permitem (...) garantir a continuidade na descontinuidade; a unidade na fragmentação e o domínio na hierarquia”. Para apreender as metamorfoses decorrentes do processo de metropolização, Lencioni (2017) apresenta oito características dele:

A primeira é que seu fundamento não diz respeito à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la; porque seu núcleo é a urbanização; A segunda é a de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com aspectos bastante homogêneos. A quarta característica deve-se à redefinição das hierarquias entre as cidades da região e da rede relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica está relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região, conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava diz respeito à intensidade dos expressivos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede. (LENCIONI, 2017, p.30-31).

Para compreender as metamorfoses, Lencioni (2017) lança mão da tríade espacial supracitada (homogêneo-fragmentado-hierarquizado) e da tríade estrutura, forma e função. Para a professora, embora seja esclarecedor enfatizar a estrutura, os três termos devem sempre estar acompanhados porque constituem um todo, sendo fundamental apreender as relações entre eles, que podem ser concordantes ou contraditórios. Essa tríade é capaz de capturar as estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos e a transição metropolitana. A forma revela o aparente e o visível, é elucidativa, embora, menosprezada por constituir a dimensão do aparente. Lencioni (2017) afirma que a forma é importante porque torna evidente a constituição de uma região que é expressão de uma regionalização produzida pelo processo de metropolização, cuja forma é espalhada, difusa, dispersa, desconcentrada – “central para a acumulação porque vem acompanhada da possibilidade de oferecer sobrevida às relações capitalistas” (LENCIONI, 2017, p.35).

Ainda em relação à tríade, observando o termo função, há um destaque para a função financeira e de serviços, como também, a permanência de funções pretéritas e a refuncionalização, como se manifesta nas intervenções urbanas denominadas “requalificações”, “renovação” ou “revitalizações”. O amálgama entre capital imobiliário e financeiro, que instrumentaliza a metrópole à reprodução do capital sob o imperativo das rendas, revela outra importante

metamorfose, pois é o capital financeiro que dirige e domina o processo de reprodução em geral (LENCIONI, 2017, p.58). Conforme Lencioni (2015; 2017):

a financeirização invadiu a vida cotidiana, e as finanças se transformaram no deus dos tempos atuais. As rendas nesse regime de acumulação patrimonial, sempre acompanhadas de especulações, se expressam com esplendor nas metrópoles, praças financeiras por excelência e expressão magnífica das atividades do setor imobiliário. (LENCIONI, 2017, p.61).

A lógica imobiliário-financeira que determina a reprodução do capital se traduz, conforme Lencioni (2017), no crescimento da participação do setor de serviços, na expansão da produção imobiliária para abrigar esses serviços (principalmente através dos edifícios corporativos e torres de escritórios), na renovação de bairros (gentrificação) e na criação de edifícios como reserva de valor e terrenos como “bancos de terrenos”. Dentre tais evidências, a autora chama atenção para o fato da (re)produção da cidade como negócio, ou, do espaço como mercadoria para ser mercantilizada, uma vez que: “o que menos importa é o uso (...) a finalidade principal é a produção do imóvel em si, mirando seu valor de mercado. O feito principal é a troca, a realização da mercadoria, sobrepondo-se ao intuito do uso” (LENCIONI, 2017, p.65). Segundo a professora,

a gentrificação, a obsolescência e a recuperação do valor arquitetônico e urbanístico de áreas da cidade são exemplos do primado do valor de troca e não do valor de uso, que acaba legitimando discursos. (LENCIONI, 2017, p.66).

Esse novo momento da reprodução do capital, marcado pela hegemonia do capital financeiro, provoca desigualdades sociais de grande magnitude, revelando um violento processo de desumanização via gentrificação, a produção de simulacros espaciais e “a profusão de novos espaços urbanos que não tem nada a ver com a cidade” (LENCIONI, 2017, p.69).

A lógica da dominação estabelecida pelos mecanismos financeiros, com suas inúmeras estratégias, possibilitou a obtenção de ganhos fora da esfera produtiva, abrindo brechas para o crescimento exponencial do capital fictício, aquele que é formado pelo mecanismo de capitalização, e não pelo de valorização; ou seja, que se expande e se incrementa sem relação direta com a fonte do valor, que é o trabalho. (LENCIONI, 2017, p.70).

Diante das contribuições de Lencioni (2017) e, considerando o objetivo deste capítulo, que é apresentar as evidências da metropolização como “biopolítica espacial de negação do ser político no urbano contemporâneo”, podemos afirmar que, com a sobredeterminação do valor de troca em detrimento do valor de uso no âmbito da hegemonia do capital financeiro-imobiliário, o espaço como mercadoria triunfa sobre o espaço enquanto obra (no qual o valor de uso tem preeminência). A metrópole enquanto estratégia de sobrevivência do capital, mediação fundamental para a gestão e viabilização política do capital e, praça financeira por excelência, revela-nos o horizonte para a qual as relações sociais de produção se direcionam em relação ao sujeito: um sujeito destituído da substância do ser social e do político, portanto, numa inversão do “animal

político” de Aristóteles, um ser concebido enquanto espécie biológica: apenas e tão somente, um animal.

A relevância das contribuições da professora Sandra Lencioni no debate acerca da metropolização também se dá pelas propostas de superação de tais condições: mais que respostas fáceis e escapistas, Lencioni (2017) convoca-nos à indagação e indignação, sempre comunicando a respeito da esperança, da utopia e da revolução em seus escritos. A autora relembra-nos que a metrópole é muito mais que tais relações perversas – “é também obra humana que contém o vivido que se realiza em múltiplos espaços sociais – alguns deles, que escapam à lógica liberal” (LENCIONI, 2017, p.69). É por tal motivo que Lencioni (2017, p.56) enfatiza sobre a necessidade de discutir a metropolização levando em consideração o espaço como política, pois, “traz a cena a prática política do fazer urbano e a utopia do direito à cidade”, como utopia espacial.

Em setembro de 2018, tive a oportunidade de participar de uma aula inaugural com a professora Sandra Lencioni, na qual, com o brilhantismo que lhe é próprio, versava acerca da metamorfose socioespacial contemporânea falando-nos sobre o que ocorre com uma borboleta: a metamorfose é uma mudança na estrutura do ser e, considerando o processo de metropolização, a estrutura do espaço sofre uma metamorfose. Sua exposição foi seguida de um debate – e como são importantes em tempos de obscurantismo e perseguição ao pensamento crítico! Foi neste debate que me veio um *insight*: o “ser” e o espaço tem suas estruturas metamorfoseadas no âmbito do processo de metropolização, o que implica para a superação do *status quo*, aquilo que Henri Lefebvre pontuou em “O direito à cidade” – uma renovação do humanismo – que só será efetiva se acompanhada de uma revolução do espaço, afinal, o espaço é produto-produtor, e não existe sociedade a-espacial. Observamos, nos últimos anos, que há uma crise no pensamento utópico: a aceleração com a qual experimentamos o cotidiano, o imediatismo do mundo da mercadoria e a sobrecarga sensorial a qual somos expostos pela sociedade do espetáculo, reduzem nosso horizonte de pensamento e ação, bloqueando o possível. Deste modo, as utopias são fundamentais e precisam ser reinventadas. Todavia, reinventá-las é um projeto que exige a reinvenção do ser social, o que necessariamente, confere relevância ao espaço como condição da existência do ser social enquanto um ser político. Por tais razões, emerge a necessidade de discutir o biopoder, uma vez que aquilo que define o ser de espécie – o pôr teleológico que tem um caráter irrevogavelmente ontológico (LUKÁCS, 2013) – vai perdendo substância diante da emergência de dispositivos, técnicas e estratégias que despolitizam o humano ao inserir o biológico do humano numa política.

2.3 O biopoder e a biopolítica em Michel Foucault

Abordaremos a trajetória e o sentido dos conceitos de biopoder e biopolítica na obra de Michel Foucault para estabelecer a relação com o processo de metropolização do espaço e responder à questão: por que a metropolização biopolítica engendra uma biopolítica espacial de negação do ser político? Percorreremos os principais escritos de Foucault sobre o tema, fundamentais para iluminar os processos em tela.

O conceito de biopoder é elaborado entre 1974 e 1979, versando acerca de uma nova organização do poder a partir do século XVII – um poder que se

preocupa com a gestão da vida – e que, estabelece, um contingente de conhecimentos, leis e medidas políticas visando o controle de fenômenos como os de aglomeração urbana, epidemias, transformação dos espaços e organização liberal da economia (FURTADO & CAMILO, 2016). De acordo com Furtado e Camilo (2016), as origens da problemática do biopoder em Foucault remontam às conferências no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), quando tratou da generalização da medicina nos espaços públicos. O biopoder está subdividido em dois polos, a saber, a anátomo-política do corpo humano (mecanismos disciplinares) e a biopolítica (mecanismos de segurança) e, de acordo com Danner (2010), a constituição do Estado moderno leva à instauração desses polos enquanto procedimentos institucionais de modelagem do indivíduo e de gestão da coletividade. Assim, no intuito de remontar o percurso de Foucault a partir das obras que tratam da temática, elaboramos o quadro cronológico abaixo:

Tabela 4. A Biopolítica nas obras de Michel Foucault

Ano/Período	Título
1974 (Publicado em 1979)	O nascimento da medicina social
1975-1976	Em defesa da Sociedade
1976	História da sexualidade I: A vontade de saber
1977-1978	Segurança, Território, População
1978-1979	Nascimento da biopolítica

Elaboração: Felipe R. Tavares a partir de Furtado e Camilo (2016); Danner (2010).

Ao proceder na análise da medicina social⁴⁰, Michel Foucault ([1979]1984) pretende demonstrar que a medicina moderna tem por *background* uma certa tecnologia do corpo social, a partir da hipótese de que o capitalismo do final do século XVIII e início do século XIX socializou o corpo enquanto força de produção, isto é, o capitalismo investiu, antes de tudo, no corporal, no biológico. Desta hipótese, Foucault afirma que o corpo é uma realidade biopolítica. A questão chave para o autor é “*como foi feita esta socialização?*” e, o percurso de respondê-la é traçado a partir de três etapas de formação da medicina social: a medicina de Estado, medicina urbana e medicina da força de trabalho.

A primeira, desenvolvida na Alemanha em meados do século XVIII, consiste numa prática médica centrada na melhoria do nível de saúde da população, através da observação complexa da morbidade, da normalização da prática e saber médicos, da organização administrativa para controle da atividade médica e da criação de funcionários médicos nomeados pelo governo com responsabilidade sobre uma região. A medicina de Estado assume o corpo

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª edição, 1984.

dos indivíduos enquanto constituem globalmente o Estado, a força estatal – e não força de trabalho – em seus conflitos econômicos e políticos. A segunda, denominada “medicina urbana”, é representada pelo exemplo da França em fins do século XVIII, a partir do fenômeno da urbanização, que coloca o problema da unificação do poder urbano, de constituir a cidade como uma unidade, homogênea, dependendo de um poder único e bem regulamentado. Por razões econômicas e políticas, uma vez que a cidade unifica as relações comerciais e as revoltas urbanas do proletariado tornam-se cada vez mais frequentes.

É então que aparece e se desenvolve uma atividade de medo, de angústia diante da cidade. (...) Nasce o que chamarei de medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoando da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo também das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar. (FOUCAULT, 1984, p.87)

A inquietude político-sanitária que se forma na medida em que o urbano se desenvolve provoca pânico e leva a classe burguesa a intervir através do modelo médico e político da quarentena. Para Foucault, a medicina urbana é um aperfeiçoamento do esquema político-médico da quarentena realizado no final da Idade Média, nos séculos XVI e XVII, que consistia: a) na análise dos lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que pode provocar doenças no espaço urbano (essencialmente os cemitérios). b) no controle da circulação (não dos indivíduos, mas da água e do ar, por conta da crença da veiculação de miasmas); c) no posicionamento (distribuição) das fontes e dos esgotos ou, dos barcos-bombeadores e dos barcos-lavanderias. Neste sentido, a medicina urbana não é uma medicina dos homens, “mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições (...) uma medicina das condições de vida e do meio de existência” (FOUCAULT, 1984, p.92), fazendo surgir a noção de salubridade, compreendida como a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos.

O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e dica, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto possível completo, de todos os fenômenos. (FOUCAULT, 1984, p.89).

Por fim, a medicina da força de trabalho, a medicina dos pobres foi, segundo Foucault, o último alvo da medicina social: “Em primeiro lugar o Estado, em seguida a cidade e finalmente os pobres e trabalhadores foram objetos da medicalização” (FOUCAULT, 1984, p.93). De acordo com o autor, os pobres não foram problematizados como fonte de perigo médico no século XVIII porque o amontoamento não alcançava magnitude para que a pobreza seja associada ao perigo. Outra razão diz respeito à condição de existência urbana dos pobres, como parte da instrumentalização da vida urbana. Michel Foucault chega ao ponto de afirmar que os pobres faziam parte da paisagem urbana, pois, no nível

em que se colocavam, eram bastante úteis. É quando os pobres tornam-se uma força política capaz de revoltas e, diante da epidemia de cólera de 1832 em Paris, que cristalizou em torno da população proletária e plebeia uma série de medos políticos e sanitários que a pobreza emerge como perigo.

A partir dessa época, se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos. A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres. (FOUCAULT, 1984, p.94).

Em decorrência do desenvolvimento industrial, é na Inglaterra que aparece uma nova forma de medicina social, sobretudo pela legislação médica contida na Lei dos pobres, que comportava um controle médico do pobre. De acordo com Foucault, trata-se de uma legislação ambígua, pois, à medida que uma assistência controlada e a intervenção médica ajudam os pobres na satisfação de suas necessidades de saúde, também asseguram o controle pelo qual as classes ricas e seus representantes no governo asseguram sua proteção enquanto classe. Estes procedimentos foram aprimorados para um sistema complexo que aparece em 1870, com um dos fundadores da medicina social inglesa, John Simon, que complementa a Lei dos Pobres com a organização de um serviço autoritário de controle médico da população, denominado *health service*:

O *health service* tem como características não só atingir igualmente, toda a população, como também, ser constituído por médicos que dispensam cuidados médicos que não são individuais, mas tem por objetivo a população em geral, as medidas preventivas a serem tomadas e, como na medicina urbana francesa, as coisas, os locais, o espaço social, etc. (FOUCAULT, 1984, p.96).

De acordo com Foucault (1984), foi a fórmula da medicina social inglesa que teve futuro, pois possibilitou a correlação entre assistência médica ao pobre, controle de saúde da força de trabalho e esquadramento geral da saúde pública, permitindo às classes mais ricas se protegerem dos perigos gerais. Destarte, é a partir desta discussão que o filósofo francês menciona, pela primeira vez, o que seria uma bio-política, *quando a vida biológica adentra na política*, trabalhando os mecanismos de poder através do capitalismo, do Estado, do corpo/população e do espaço – sobretudo a cidade, o espaço urbano.

O debate acerca da medicina social é fundamental para observarmos, pelo ponto de vista da espacialidade, a tomada de poder sobre o homem como ser vivo, uma “estatização do biológico” – que mobiliza estratégias espaciais, isto é, uma gestão da vida coletiva cuja preocupação do poder em “fazer viver” se desdobra através de mecanismos centrados no corpo individual (os espaços disciplinares) e na população (os espaços de segurança). Foucault discute essa bio-política de forma mais aprofundada no curso ministrado entre 1975-1976, intitulado “Em defesa da sociedade”.

Segundo Foucault (2008b)⁴¹, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu em completar o direito de soberania (fazer morrer, deixar viver) com um novo direito, que não irá negá-lo, todavia, modificá-lo e ser o seu inverso, isto é, o poder de “fazer viver” e de “deixar morrer”. A questão que norteará a discussão do filósofo na obra supracitada corresponde em “como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver, pode deixar morrer?”. (FOUCAULT, 2008b, p.304). Com a finalidade de responder à problemática, o autor procede no seguinte percurso: a) o poder do soberano e o biopoder; b) os campos de aplicação do biopoder c) articulações entre anátomo-política e biopolítica; d) o racismo como mecanismo fundamental para exercer o direito de matar.

Segundo Foucault (2008b), de acordo com a teoria clássica da soberania, um dos atributos fundamentais do soberano era o direito de vida e de morte, o que significa que ele pode fazer morrer e deixar viver – direito que se exerce de forma desequilibrada e sempre ao lado da morte. “O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (FOUCAULT, 2008b, p.286). Todavia, na constituição de um soberano há a reunião de indivíduos há uma demanda pela vida, pela proteção para poder viver. Perseguindo o nível dos mecanismos, técnicas e tecnologias do poder, Foucault (2008b) aponta para surgimento de técnicas de poder centradas no corpo, nos séculos XVII e XVIII. Tais procedimentos asseguravam a distribuição espacial dos corpos individuais (separação, alinhamento, colação em sério, em vigilância), como a escola, o exército, a prisão e o hospital, e mais, a organização de um campo de visibilidade em torno desses corpos individuais, o panóptico. O filósofo avança demonstrando o nascimento, de uma nova tecnologia que não exclui as técnicas disciplinares, mas, a embute, integra e modifica, aplicando-se não mais ao homem-corpo, mas ao homem ser vivo, o homem-espécie: dirigindo-se à multiplicidade dos homens, que constituem uma massa global afetada por processos de conjunto próprios da vida biológica, como a natalidade, a morbididade, a mortalidade, a fecundidade, a produtividade. Como apresentou ao discutir a medicina social, tais fenômenos passam a fazer parte de uma política que ele – no curso de 1975-1976 -, vai denominar biopolítica da espécie humana.

Dentre os campos de atuação dessa biopolítica, Foucault (2008b) ressalta a morbididade, a seguridade social, e a preocupação com as relações entre a espécie humana e seus meios de existência (natural e social) - este último, de maior interesse para este trabalho, pois relaciona-se essencialmente com a cidade. O filósofo aponta para três aspectos importantes da biopolítica:

I – O aparecimento da população: corpo múltiplo, com inúmeras cabeças, problema científico, político, biológico e de poder.

II – A natureza dos fenômenos levados em consideração: fenômenos coletivos, pertinentes no nível da massa; fenômenos aleatórios e imprevisíveis, fenômenos de série. A biopolítica vai ser dirigir aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração (FOUCAULT, 2008b, p.293).

⁴¹ FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no *Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes. 2008b.

III – Os mecanismos de funções diferentes: previsões, estimativas estatísticas, medições globais. Trata-se de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos no que eles têm de global, estabelecendo mecanismos reguladores que vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, nessa população com seu campo aleatório (ibidem).

O poder de “fazer viver” se exerce não com uma disciplina, mas com uma “regulamentação”, uma tecnologia que procura controlar a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos (FOUCAULT, 2008b, p.297). Todavia, como já mencionado, os poderes e seus mecanismos não se excluem, antes, estão articulados, embora não no mesmo nível.

Examinem, se quiserem, o problema da cidade, ou, mais precisamente, essa disposição espacial, pensada, concebida, que é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade de realidade utópica, tal como não só a sonharam, mas a constituíram efetivamente no século XIX. Examinem algo como a cidade operária. A cidade operária, tal como existe no século XIX, o que é? Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária. E depois vocês têm toda uma série de mecanismos que são, ao contrário, mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao hábitat, à locação do hábitat e, eventualmente, à sua compra. Sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc. Logo, vocês têm mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores. (FOUCAULT, 2008b, p.299-300).

Nessa articulação situa-se um elemento que circula entre o disciplinar e o regulamentador, a saber, a norma. De acordo com Foucault (2008b) uma sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação – um poder que tomou posse da vida, do orgânico ao biológico, mediante o jogo duplo das tecnologias, um biopoder. Esse biopoder é paradoxal, uma vez que para assegurar a vida pode fazê-lo suprimindo-a, ou, para evitar a morte provocando-a. É neste ponto que o aparecimento de um novo mecanismo de poder não exclui as tecnologias precedentes, o poder soberano e poder disciplinar. Então, embora a biopolítica seja dominante (“fazer viver”), como pode “deixa morrer”? Nas palavras de Foucault (2008b), como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder? A resposta é: o racismo.

Embora não tenha sido inventado no século XIX, o que insere o racismo nos mecanismos do Estado foi a emergência desse biopoder que, segundo Foucault (2008b), faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; **uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros.** (FOUCAULT, 2008b, p.304). [Grifo meu].

Segundo Foucault (2008b), o racismo vai permitir subdividir a espécie, sendo essa, sua primeira função: fazer cesuras no interior desse contínuo biológico (a população) a que se dirige o biopoder. A segunda função do racismo é fazer funcionar a “relação guerreira”: se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar. Todavia, não é a relação guerreira em si, pois o fator não é militar, de enfrentamento... Trata-se de uma relação do tipo biológico: a morte da raça ruim, inferior, é o que vai deixar a vida em geral mais sadia. Nas palavras de Foucault (idem), não há biopoder sem a intervenção do racismo:

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (...) quando vocês têm um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. (FOUCAULT, 2008b, p.306).

Em relação ao “tirar a vida”, Foucault (ibidem) compreende não apenas o assassinio direto, mas também: *“o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc”*. Deste modo, verificamos que há muitas formas de “fazer morrer” ou, “deixar morrer”, que operam através do biopoder, acionando, de forma justaposta, o poder soberano através da ativação do racismo. O autor verifica que é a partir de então que se estabelece uma relação entre a teoria biológica do século XIX (o evolucionismo) e o discurso do poder – foi na forma do evolucionismo que se pensou as relações de “colonização, de guerras, de criminalidade, os fenômenos da loucura e doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes” (FOUCAULT, 2008b, p.307). O autor comenta que, onde o direito à morte é requerido, vemos irromper o racismo, que funcionará através dos temas do evolucionismo.

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. (FOUCAULT, 2008b, p.308).

É impossível analisar o fenômeno das remoções e os processos de fragmentação e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro sem abordar a dimensão do biopoder. Das políticas de “urbanização de favelas” às operações policiais de “pacificação” dos morros, é através de cesuras fundamentadas sobre o racismo que se opera a gestão (bio)política do espaço. É nessa “defasagem” de um grupo em relação a outros que se situa o poder de deixar morrer; em clivagens como: “morro e asfalto”, “cidade e favela”. Entre o que é legal e o que não é: “invasão”, “assentamento irregular”, “aglomerado subnormal”. A normalização (que é moderna, ocidental, branca, masculina, capitalista) está embutida nesses procedimentos que fraturam o espaço social na contemporaneidade. Aquilo que escapa à norma, que não se adequa ou atende aos seus requisitos, é posto numa condição em que “tirar a vida” torna-se aceitável, passível de acontecer.

Se a gestão da vida pelos mecanismos de biopoder está elucidada até então, é preciso, todavia, atentar para uma questão importante que perpassa as discussões de Foucault e se torna mais nítida no curso “*Segurança, território, população*”, ministrado no *Collège de France* entre os anos 1977 a 1978: a questão da cidade e do território. Quando discute a medicina social, a medicina urbana, o problema das aglomerações está presente, sobretudo quando perscruta a França e a Inglaterra. O poder de “fazer viver e deixar morrer” incide sobre a cidade, seja através dos mecanismos disciplinares, seja através da regulamentação. Porém, neste curso, Foucault passa a conceituar essa biopolítica a partir dos dispositivos de segurança, focalizando, mais uma vez, as cidades. As tecnologias de segurança reativam e transformam as técnicas jurídico-legais e as técnicas disciplinares, agora, comandadas pelo mecanismo de segurança. Os mecanismos de segurança estão relacionados às técnicas que tem por objetivo estimar, prever, calcular, através da estatística, da probabilidade e do planejamento (ou ordenamento) uma série de acontecimentos aleatórios, fluidos, em circulação, isto é, uma “gestão de séries em aberto” (FOUCAULT, 2008).

A partir do estudo de diversos projetos de construção, elaborados por Pierre Lelièvre, em 1932, para a cidade de Nantes, Foucault (2008) demonstra que a problemática central da segurança é a *circulação*:

Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, de maximizar a boa circulação diminuindo a má. Tratava-se, portanto, também de planejar os acessos ao exterior, essencialmente no que concerne ao consumo da cidade e a seu comércio com o mundo exterior. (FOUCAULT, 2008, p.25).

Deste modo, Foucault (2008) afirma que, se a disciplina trabalha num espaço vazio, artificial, que vai ser inteiramente construído, a segurança irá se apoiar em certo número de dados materiais, com a disposição do espaço, ou seja, sobre algo que está dado. Outro ponto fundamental reside no fato da segurança maximizar os elementos positivos e minimizar o que é risco ou inconveniente, utilizando não apenas os dados materiais, como também a probabilidade. A polifuncionalidade é contemplada nos planejamentos característicos da segurança: a cidade tem múltiplas funções – como conceber e implantar no planejamento? A segurança também trabalha com o futuro – abertura para um futuro não controlado, nem controlável – “o bom planejamento

da cidade vai ser precisamente: levar em conta o que pode acontecer” (FOUCAULT, 2008, p.26). Portanto, de acordo com Foucault (2008), as técnicas da segurança se vinculam ao problema da série indefinida de elementos que se deslocam e se produzem. Como são séries abertas, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades. Assim, nas palavras de Foucault, é isso que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança.

É através do conceito de “meio” que o autor vai discutir os “espaços de segurança”, uma espécie de ambiente criado em função de acontecimentos ou séries de acontecimentos possíveis que deverão ser regularizados num contexto multivalente e transformável. Os dispositivos de segurança, segundo Foucault (2008), *trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada:*

O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio. O meio é uma noção que, em biologia, só aparece – como vocês sabem muito bem – em Lamarck. (...) O que é o meio? (...) O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. (FOUCAULT, 2008, p.27-28).

É importante perceber que o “meio” é *um conjunto de dados* sobre os quais os dispositivos de segurança (cálculos, estatísticas, probabilidade) trabalham, criam, organizam e planejam, portanto, são da ordem das representações de objetos geográficos manuseados para dar conta do problema da circulação. O meio é uma representação do espaço, concebido em termos de dados sobre os quais circulam causas e efeitos e, se existe concretamente, é na qualidade de um espaço instrumental, onde sistemas de objetos e sistemas de ações são controlados e regulados para “fazer viver”, isto é, reduzir ameaças e garantir a circulação da população. Neste sentido, Foucault (p.28, 2008) afirma que o meio é um campo de intervenção que atinge uma *população*, isto é, “*uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem*”. Embora Foucault (2008) passe “por alto” da questão espacial – dos espaços de segurança -, sua discussão contribui para levantar alguns apontamentos acerca da espacialidade biopolítica, tratada a partir do conceito de “meio” e “população”. Ampliando o debate acerca do “problema do espaço” em Foucault, o geógrafo Rogério Haesbaert (2014) ressalta o esquema de espacialidades características em cada tipo de sociedade, denominando “território de soberania” para focalizar as tecnologias de poder do tipo jurídico-legais que predominaram da Idade Média ao século XVII-XVIII, “espaço disciplinar” – referente ao que Foucault denomina de “moderno” e que é implantando a partir do século XIX, e o meio, que é o sistema contemporâneo e que

(...) dirá respeito sobretudo aos espaços de circulação (próximo ao conceito de rede), inserido em novas formas territoriais (dentro de uma concepção muito mais ampla de território, que inclui diversas modalidades de territórios-rede), onde a

problemática básica será (...) a contenção da circulação. (HAESBAERT, 2014, p.169).

Para Haesbaert (2014, p.243), a contenção territorial aparece como uma *forma de estrangimento e barragem* que, diante da reestruturação do papel do Estado, diz respeito ao processo de des-territorialização dentro da dimensão biopolítica (ou de in-segurança) na contemporaneidade. De acordo com o geógrafo, o que Foucault está querendo apreender com sua noção de meio são os fluxos, é o aumento – e, correlativamente, o controle da circulação, da fluidez no/do espaço (HAESBAERT, 2014, p.170). O geógrafo propõe não substituir o termo meio por rede porque Foucault ressalta a composição integrada do meio, simultaneamente natural e artificial, físico e humano.

Daí a importância do espaço, dos arranjos e do ordenamento espacial, em suma, do território (também em sua microfísica), nesse exercício de poder. A “sabedoria” do soberano volta-se agora para o conhecimento minucioso de seu território (e da multiplicidade de sua população) a fim de conceber a disposição ideal dos objetos (e da própria população) e o direcionamento “correto” dos fluxos. O Estado visa alcançar a melhor “disposição” (que também é espacial), como afirma Foucault, a fim de atingir seus objetivos. (HAESBAERT, 2014, p.174).

Ainda em relação ao conceito de meio, destacamos um importante apontamento que Michel Foucault traz ao abordá-lo enquanto campo de intervenção: *este campo de intervenção que é o meio não atinge os indivíduos como sujeitos de direitos capazes de ações voluntárias* (FOUCAULT, 2008, p.28), mas, *o homem espécie biológica*, ou seja, o homem destituído de suas dimensões política, cultural, social e ética. Deste modo, podemos depreender que os dispositivos biopolíticos de segurança quando atuam a partir de representações (espaciais) e de um espaço concebido como instrumento, esvaziam o conteúdo político do homem. É deste modo que o autor observa a “naturalidade da espécie humana dentro de um meio artificial” tão fundamental para apreender a implantação dos mecanismos de segurança quanto essa técnica política que se dirige ao meio, animalizando o homem.

Quando inicia a aula de 18 de janeiro de 1978, Foucault (2008) sintetiza a relação entre os dispositivos de segurança, o meio e o território, recuperando o debate de como o soberano do território tinha se tornado não só o arquiteto do espaço disciplinar, mas, também,

[o] regulador de um meio no qual não se trata tanto de estabelecer os limites, as fronteiras, no qual não se trata tanto de determinar localizações, mas, sobretudo, essencialmente de possibilitar, garantir, assegurar circulações: circulação de pessoas, circulação de mercadorias, circulação do ar, etc. (FOUCAULT, 2008, p.39).

A problemática central no âmbito da biopolítica e dos dispositivos de segurança é a circulação da população, portanto – diferentemente da disciplina que isola, concentra, encerra, comanda o que se deve fazer – a segurança requer um nível em que o *laissez faire* (deixar-fazer) é indispensável: é preciso “deixar fazer” a população circular. De acordo com Foucault (2008), ao contrário da disciplina que toma o ponto de vista da ordem, *a segurança assume a*

desordem. Conforme Agambem (2002, p.145), “a disciplina quer produzir a ordem, a segurança quer regular a desordem”. E é neste sentido que a análise, a programação e a normalização são cruciais para essa regulamentação. A normalização consiste em “levar em conta, na população, o que é normalmente esperado” (FOUCAULT, 2008, p.81). Por meio de “diferentes distribuições de normalidade”, os fenômenos de circulação na cidade serão delimitados dentro de marcos aceitáveis, servindo, portanto, de norma para gestão da população. Através da normalização, os mecanismos de segurança analisam o que acontece e programam o que deve acontecer, a partir de dois suportes: a) o *suporte matemático* - pensar os fenômenos em termos de cálculo das probabilidades a partir de instrumentos estatísticos; b) a *racionalização do acaso* - apoiar-se na realidade de um fenômeno, não procurar impedi-lo, mas ao contrário, fazê-lo funcionar em relação a ele outros elementos do real, de modo que o fenômeno de certo modo se anulasse. Essa racionalização é discutida no curso de 1978-1979 no *Collège de France*, e abordada na obra “Nascimento da Biopolítica”, no qual Foucault (2008c) se debruça a estudar a biopolítica no marco da racionalidade política do liberalismo, compreendendo enquanto biopolítica, a maneira com a qual, desde o século XIX, tem-se buscado racionalizar os problemas levantados ao nível da prática governamental pelos fenômenos próprios da população, a saber, a saúde, higiene, natalidade, longevidade, as raças, etc. Segundo Agambem (2004), as medidas de segurança só podem funcionar dentro de um contexto de liberdade de trânsito, revelando que o desenvolvimento da segurança acompanha as ideias do liberalismo. A racionalização, portanto, contém uma racionalidade política (ou governamental) que é *empregada nos procedimentos pelos quais se dirige a conduta dos homens através de uma administração de Estado* (FOUCAULT, 2001 apud DARDOT E LAVAL, 2016). De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é uma racionalidade, nos termos de Michel Foucault, uma vez que estrutura e organiza a ação dos governantes e a conduta dos governados, determinando um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.

(...) o neoliberalismo não é apenas uma resposta da crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade. É, na verdade, nesse contexto muito específico de contestação generalizada que Foucault situa o advento de uma nova maneira de conduzir os indivíduos que pretende satisfazer a aspiração de liberdade em todos os domínios, tanto sexual e cultural, como econômico. (...) Interessando-se de perto pela história do governo liberal, ele mostra que aquilo que chamamos desde o século XVIII de “economia” está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a biopolítica) que vão encontrar no neoliberalismo uma sistematização inédita. Com este último, a concorrência e o modelo empresarial constituem um modo geral de governo, muito além da “esfera econômica” no sentido habitual do termo. E é precisamente o que pode observar por toda parte. A exigência de “competitividade” tornou-se um princípio político geral que comanda as reformas em todos os domínios. (...) Ela é a expressão mais cara de que estamos lidando (...) com uma expansão da racionalidade de mercado a toda existência por meio da generalização da forma-empresa. (DARDOT E LAVAL, 2016, p.27).

Os autores franceses chamam atenção para a construção de uma nova subjetividade, uma “subjetivação contábil e financeira”, que busca produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja como um “capital humano” que “deve crescer indefinidamente” tal como um “valor que deve valorizar-se cada vez mais” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.31).

Em suma, quando Foucault se debruça sobre a biopolítica, não exclui o poder do soberano, nem as tecnologias disciplinares. Ele estuda a correlação entre esses conjuntos de técnicas e mecanismos de poder. Deste modo, ao focalizarmos na biopolítica, não deixamos de lado os outros mecanismos, no entanto, esta ênfase ilumina os processos sobre o qual nos inclinamos nesta investigação: *a relação entre a circulação da população e o campo de intervenção que se estabelece a fim de regular a des-ordem, no âmbito da racionalidade neoliberal – este espaço instrumental (de segurança) que Foucault conceitua como “meio”*. A metropolização desenvolve condições metropolitanas para assegurar, simultaneamente, a fluidez da população (e demais fluxos de diversas ordens) e seu controle/contenção territorial, portanto, aspectos que definem a manifestação do biopoder na metrópole.

A partir de uma dinâmica que concebe os indivíduos como espécie biológica, ao mesmo tempo em que intervêm em suas condutas para que se autogovernem como uma empresa (a subjetivação contábil-financeira), a biopolítica emerge enquanto tecnologia fundamental à gestão metropolitana, uma vez que esta precisa lidar com um “espaço de séries abertas”, fenômenos aleatórios, imprevisíveis, enquanto proporciona um “deixar fazer” como procedimento para normalizar esses fenômenos em nome da livre-circulação, do livre-comércio.

Outro fator que reforça o pressuposto de que a experiência metropolitana contemporânea é biopolítica situa-se na questão do racismo como instrumento de defasagem de um grupo em relação a outros, o que pode ser verificado nas intervenções urbanas que, no âmbito da metropolização, “empurram” para longe as classes que representam uma ameaça, que são perigosas – como inscrito na história das favelas cariocas e, recentemente, nas remoções no Morro da Providência. O fenômeno da concentração-dispersão na cidade do Rio de Janeiro, que é determinante para compreender o processo de metropolização, é marcado por esse caráter racista: *quem vai ser removido? Por que vai ser removido? Para onde vai o removido?* A centralidade do morro da Providência é fundamental para o cotidiano de seus moradores, que além de toda uma teia de vivência, memórias e trajetórias no lugar, aproveitam-se das vantagens de localização para trabalhar, - seja por estar próximo aos locais de emprego, seja pela proximidade do centro (e da Central do Brasil, que reúne os principais ramais de trens metropolitanos) para trabalhar na informalidade, como nos relatou a moradora Márcia de Deus que sempre fez “bicos” trabalhando como vendedora ambulante dentro dos trens. Quando o Morro da Providência entra na mira das políticas de requalificação urbana, dentro da lógica imobiliária-financeira, os moradores precisam dar lugar ao desenvolvimento (moderno, ocidental e branco) que está para chegar – isto porque não se adequam, não pertencem ao novo que o progresso trará para o local. E assim, são deslocados e destinados para bairros distantes, fora do campo de visão daqueles que elegem a cidade como maravilhosa. A biopolítica manifesta-se na dinâmica de dispersão-concentração des-re-territorializando os corpos (docilizados e animalizados) para “longe da modernidade”, revelando em si a colonialidade que

marca a gestão do homem-espécie. Os mecanismos disciplinares não deixam de atuar, afinal, uma cidade é projetada para receber os fluxos bons, enquanto segrega e tenta, parcialmente, isolar os maus fluxos, sobretudo em alguns equipamentos como *shopping centers*, museus, arenas de esportes, e outros destinados à espetacularização da cidade – deixando nítida a sobredeterminação dos dispositivos de segurança na contemporaneidade. E o poder do soberano, de “fazer morrer”, atua, principalmente, no expor à morte – seja através de violentas e arbitrarias operações policiais, seja através da ausência de serviços básicos de saneamento e limpeza, seja através do “deixar viver” em meio ao abandono de escombros proveniente das demolições de casas.

Essa metropolização biopolítica engendra, assim, uma biopolítica espacial de negação do ser político que se desdobra a partir de um movimento único constituído de três momentos, que denominamos, *inscrição*, *prescrição* e *ordenação*, promovendo um *estranhamento espacialmente construído* e uma *desumanização espacialmente forjada*. A inscrição desdobra-se através da provisão de infraestruturas que consistem em formas-conteúdos estranhas e até indesejadas (teleférico, plano inclinado), desqualificando o ser político pela negação de suas necessidades, demandas e desejos. A prescrição atua através do pré-estabelecimento de funções, usos, ritmos e atividades estranhos à vida cotidiana dos moradores (turismo e entretenimento para visitantes), negando a capacidade do ser político de pôr finalidade. A ordenação estabelece modos de comportamento e condutas estranhos à maneira de pertencer construída nas experiências, memórias e trajetórias dos moradores.

Diante das denúncias e entrevistas coletadas, verificamos que, no que tange às iniciativas de intervenção na Providência, os moradores não foram consultados e não participaram da elaboração dos projetos. A associação de moradores, a serviço dos interesses da secretaria municipal da habitação (SMH) da prefeitura do Rio de Janeiro, era favorável às remoções, que, acionando o discurso do risco e marcando as casas com a sigla SMH, contribuíram para o processo de negação do ser político. Este debate é aprofundado no próximo capítulo, no qual discutimos esse mo(vi)mento a partir do estranhamento e da desumanização pela tríade estruturação-formalização-funcionalização, trabalhando a espacialidade moderno-colonial a partir de um “pacote de hierarquias” e das noções de racismo, necropolítica e vida nua.

3

O espaço hierarquizado da/na metamorfose socioespacial moderna-colonial

No âmbito da biopolítica, a circulação da população, a in-segurança e a regulação da desordem constituem fenômenos da dinâmica espacial contemporânea. Sendo a metropolização do espaço determinante das condições gerais do urbano nos dias atuais, consideramos as intervenções urbanas e as remoções ocorridas no Morro da Providência como uma manifestação da metropolização do espaço enquanto processo biopolítico. O Estado tem um papel fundamental nesta dinâmica: no que diz respeito às tecnologias, estratégias e políticas de segurança presentes na cidade do Rio de Janeiro, é preciso discutir a reconfiguração de seus papéis, evidência de uma des-re-territorialização como também da metropolização. É crucial compreender o fundamento que embasa as intervenções e tentativas de contenção, como também a concepção de território inscrita nas práticas espaciais do Estado.

Capturando a expressão de governamentalidade a partir dos centros de poder, Richard Peet afirma que “o termo se refere à modelagem da conduta humana para fins definidos pelas autoridades e agências maiores do que o Estado, particularmente pelas instituições que invocam a verdade por meio do uso de recursos, expedientes e técnicas científicos” (PEET, 2007, p.29). Porém, discordamos quando o geógrafo coloca o Estado numa posição inferior em relação às autoridades e agências “maiores”. Isto porque, de acordo com Haesbaert (2014), embora a lógica mercantil acabe por “comandar” a ação do Estado e, algumas das prerrogativas vinculadas a ele tenham sido colocadas em xeque, é preciso percebê-lo dentro de dinâmicas de des-re-territorialização, ou seja, de uma recomposição de seus papéis, no qual a problemática do controle da população (e de sua circulação) é uma questão fundamental na re-territorialização do Estado contemporâneo. Portanto, como afirma Haesbaert, *a governamentalidade não se reduz à ação do Estado e inclui as múltiplas “artes de governo” ou de “governo”* (idem, p.175). O Estado expressa um tipo de relação de poder entre outras relações, processos (e atores) de poder. Considerando a noção de meio em Foucault, que constitui um campo de intervenção que busca atingir a população, diversas intervenções no espaço – principalmente o planejamento urbano denominado “estratégico” promovido pelo Estado – correspondem por territorializações hegemônicas que, de acordo com Ferreira (2014), introjetam no cotidiano dos moradores da cidade diversas formas e mecanismos de controle do espaço que passam a ser naturalizados.

As intervenções e modificações no espaço a partir do Estado configuram seu processo de des-re-territorialização no curso da metropolização, revelando essa dimensão privilegiada – a biopolítica – e, para além disso, representações e concepções de espaço e território inscritas no interior de suas medidas e práticas de governamentalidade. O “meio” empiricizado é a própria configuração espacial que cria as condições de reprodução da metrópole e atinge a população, modelando sua conduta. Portanto, torna-se imprescindível reconhecer como o Estado “pratica” o espaço e o território, pois trata-se de um ator privilegiado no que tange ao ordenamento espacial e programação deste “meio”.

Para o geógrafo David Harvey (2006), “o problema da concepção correta do espaço é resolvido pela prática humana em relação a ele”, isto é, “as diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções do espaço” – as respostas se situam na prática humana. Considerando a problemática em questão, a reconfiguração dos papéis desempenhados pelo Estado é determinada pelas demandas para as quais ele é convocado a agir e, é a partir das respostas (re-ações) às demandas que podemos capturar as concepções espaciais vinculadas e veiculadas.

De acordo com Harvey (2008), com a ascensão do neoliberalismo, as finalidades do Estado são modificadas na teoria e na prática. Segundo Harvey (*idem*), na teoria, o Estado neoliberal deve buscar reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante dos outros. A governança deve ser entregue aos especialistas e às elites, com forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial, em lugar da tomada de decisões democrática e parlamentar, já que para os neoliberais, uma governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais. Na prática, ao Estado cabe criar um clima favorável aos negócios ou investimentos para empreendimentos capitalistas, favorecendo a integridade do sistema financeiro em detrimento do bem-estar da população ou do meio ambiente. É nesta via que observamos um crescente aumento das parcerias público-privadas (PPP), um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos atores sociais, onde está o poder real da organização urbana, denominado “governança urbana” por Harvey (2005): constituída por empreiteiras e construtoras, agentes e incorporações imobiliários, bancos, indústria cultural (mídia), instituições e organizações não governamentais (ONG), e, finalmente, o governo e a administração urbana, que desempenham apenas o papel de facilitador e coordenador.

Os negócios e corporações não só colaboram intimamente com atores do governo como chegam mesmo a assumir um forte papel na redação de leis, na determinação das políticas públicas e na implantação de estruturas regulatórias. (...) Surgem padrões de negociação que incorporam os negócios e por vezes interesses profissionais na governança mediante contatos próximos e por vezes secretos. (HARVEY, 2008, p.87).

Esses procedimentos neoliberais caracterizam o que Vainer (2011) denominou “cidade de exceção”, uma referência ao “estado de exceção” de Agamben (2004), que seria uma nova forma de regime urbano, no qual os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. Para o autor, a cidade de exceção é o lugar da “democracia” direta do capital, na qual o poder é transformado em instrumento para colocar a cidade a serviço do interesse privado de diferentes grupos, de maneira direta e sem mediações na esfera da política (consultas públicas, processos participativos, tomada de decisão coletiva). Para Vainer (*ibidem*) essa governança produz e reproduz situações e práticas de exceção, em que poderes são transferidos a grupos de interesse empresarial.

De acordo com Harvey (2008), o Estado neoliberal recorre a legislações coercivas e táticas de policiamento para dispersar ou reprimir formas coletivas de oposição ao poder corporativo, lançando mão de dispositivos de

monitoramento e vigilância, amparado pelo discurso do risco e da insegurança que, segundo Haesbaert (2013), legitima a necessidade de uma “sociedade do controle”. Esta é uma das demandas para a qual o Estado também é convocado a intervir, motivado, sobretudo, pela emergência da “população”, o ser humano concebido enquanto espécie, uma entidade biológica que se reproduz, se expande e circula; e sobre o qual deve-se prolongar a vida (“fazer viver”) ou expor à morte, uma desqualificação progressiva desta no intuito de evitar e/ou conter a proliferação dos riscos e ameaças à vida. Como demonstra Haesbaert (2013), o biopoder enquanto modalidade de poder é profundamente incorporado pelo Estado, reestruturando o seu papel, que se mobiliza em direção aos problemas do “meio” – fluxos e circulação da população.

Segundo Agamben (2002, p.146), a segurança se tornou o princípio básico da atividade do Estado, e tais medidas exigem constante referência a um estado de exceção:

enquanto o poder disciplinar isola e fecha territórios, as medidas de segurança conduzem a uma abertura e à globalização; enquanto a lei deseja prevenir e regular, a segurança intervém nos processos a fim de dirigi-los. Em suma, a disciplina quer produzir a ordem, a segurança quer regular a desordem. (AGAMBEN, 2005, p.145).

Aos mecanismos de segurança caberá prever as ameaças e minimizar o que é inconveniente e fator de risco/ameaça, produzindo um espaço construído a partir dessas premissas, isto é, da exceção tomada como regra para ações e planejamento – fundamento do processo de militarização do espaço. De acordo com Stephen Graham (2016),

A militarização também envolve a normalização dos paradigmas militares de pensamento, ação e política; esforços de disciplinar agressivamente corpos, espaços e identidades consideradas não condizentes com noções masculinizadas (e interconectadas) de nação, cidadania ou corpo; e o uso de uma ampla e diversificada propaganda política que romantiza ou higieniza a violência como um meio de vingança legítima ou de conquista de algum propósito divino. Acima de tudo, a militarização e a guerra organizam a “destruição criativa” de geografias herdadas, economias políticas, tecnologias e culturas (GRAHAM, 2016, p.122).

Sendo assim, constatamos que, num contexto de neoliberalização e segurança/militarização, há pelo menos duas demandas pelas quais o Estado é convocado a atuar, ou seja, que engendram práticas estatais e, portanto, evidenciam concepções espaciais. Se o espaço é um produto social (Lefebvre, 1991) e, enquanto tal, também é produtor das condições sociais, como podemos focalizar a problemática em questão a partir de conceitos geográficos?

A contribuição conceitual elaborada por Stuart Elden (2016) é bastante profícua para o debate e a problemática em voga. Recuperando a abordagem de Edward Soja, quando sugere uma análise tripartite de recurso, poder e organização espacial, Elden nos conduz a pensar em três conceitos inerentemente relacionados – *terra*, *terreno* e *território* – contudo, necessariamente distintos. *Terra* é uma relação de propriedade, uma questão político-econômica; *Terreno* é uma relação de poder, o controle que permite o estabelecimento e manutenção da ordem (político-estratégica, na acepção

militar); *Território* é algo que faz parte de ambos, entretanto, é mais do que os dois (idem, p.47). Embora cada um deles seja atingido por relações de poder, Território pode ser entendido como uma *tecnologia política*, compreendendo as técnicas de medição de terra e controle do terreno (idem, p.54): o conceito deve ser pensando em conjunto com o econômico e o estratégico, *terra* e *terreno*. As modalidades de representação cartográfica, os dispositivos jurídicos e da lei, o cálculo e a quantificação revelam uma relação entre estratégias e técnica que,

nos permitem compreender o território como um modo distinto de organização social/espacial, que é historicamente e geograficamente delimitado e dependente, em vez de apenas pulsão biológica ou necessidade social. (ELDEN, 2016, p.52).

De acordo com Elden (2016, p.53) território é melhor compreendido através de uma análise da relação do Estado com a emergência da categoria “espaço”.

Território é uma questão histórica: é produzido, mutável e fluído. É geográfico não simplesmente porque é uma das maneiras de ordenar o mundo, mas também porque é profundamente desigual em seu desenvolvimento. É uma palavra, um conceito e uma prática em que a relação entre estes só pode ser apreendida genealogicamente. É uma questão política, mas em um sentido amplo: é econômico, estratégico, jurídico e técnico. Território deve ser abordado politicamente em sua especificidade histórica, geográfica e conceitual (ELDEN, 2016, p.54).

Esta conceituação permite focalizar o modo pelo qual o Estado “pratica” ou “usa” o espaço, isto é, as relações de poder contidas nas manifestações de sua espacialidade, considerando o processo de metropolização que está em curso num contexto de neoliberalização e em sua dimensão biopolítica. Procedemos numa separação entre terra e terreno apenas para fins de análise, pois quando trata do território, Elden (2016) não dissocia os termos. Enquanto *terra* o espaço é concebido como mercadoria ou negócio, ele é fragmentado, parcelado e colocado à venda – para isso cooperam o Planejamento estratégico, o *city-marketing* e os projetos de renovação/revitalização urbana, como é o caso da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro. O Estado, em conjunto com a iniciativa privada, se encarrega de coordenar e facilitar o andamento de projetos e empreendimentos cuja finalidade é atrair os megainvestidores globais. Enquanto *terreno* o espaço é alvo de estratégias militares, tendo como maior evidência na contemporaneidade as cercas e os novos muros (HAESBAERT, 2014), segurança privada, câmeras de monitoramento e tecnologias de vigilância. A mercadificação e a contenção territorial, enquanto processos engendrados pela metropolização biopolítica, caminham lado a lado.

Buscando desconstruir algumas ideias acerca da relação entre Estado, poder e território, Haesbaert (2014) traz alguns esclarecimentos que são norteadores ao debate empreendido aqui. Embora o Estado tenha se projetado como um padrão universal e exclusivista de territorialidade, é preciso considerar “uma espécie de dialética territorializadora-desterritorializadora”, pois os Estados são “entidades dinâmicas e historicamente construídas” (idem, p.129), sendo muito mais correto pensa-lo enquanto “processos de estatização”. O autor

discute que, se o território deve ser visto muito mais através das dinâmicas de des-re-territorialização, o Estado também o deve, pois configura um processo, cuja crise torna-se evidente – algumas de suas prerrogativas são colocadas em xeque – diante de outras formas de des-territorialização. Contudo, como observamos, a função de regulação e controle espacial permanece enquanto incumbência do Estado, principalmente a partir da problemática ou questão da segurança (HAESBAERT, 2014, p.143).

O Estado, em seus processos de estatização na cidade do Rio de Janeiro, manifesta uma abordagem territorial hegemônica, à medida que suas práticas veiculam o conceito enquanto categoria normativa, isto é, concebendo o espaço como objeto de ordenamento e instrumento de dominação (funcional e simbólica). São processos indutores/induzidos de/por territorializações voltadas ao fortalecimento do poder político-econômico de grupos sociais, disciplinarização dos espaços e controle dos fluxos e circulação. Nesse aspecto, há uma íntima relação entre metropolização e biopoder, ou melhor, o *desvelamento do caráter biopolítico do processo de metropolização do espaço*.

No âmbito de tais processos em curso, no que concerne às políticas e medidas de segurança na cidade do Rio de Janeiro, a gestão estatal da esfera pública (poder municipal e estadual) produziu uma série de formas-conteúdos reveladoras da generalização do controle com vistas à regulação da desordem, aproximando-se do que Haesbaert (2014) denominou “*contenção-territorial*”, para abordar a ambiguidade envolvida nas modalidades contemporâneas de territorialização, que lidam com a impossibilidade de fechamento integral.

A cidade do Rio de Janeiro, em particular, tornou-se um dos espaços emblemáticos onde a in-segurança é central na construção de todo um projeto político-econômico pautado no discurso do controle social que implica o próprio controle e/ou a reconfiguração, num complexo processo de des-reterritorialização. (HAESBAERT, 2015, p.226)

Diante da impossibilidade de clausura ou confinamento da população, cuja proliferação e circulação são uma ameaça à ordem, a solução do “Estado de segurança” reside em “promover medidas paliativas de contenção, técnicas/procedimentos de evitação ou de repressão, tentando simplesmente dirimir os efeitos dessa dinâmica social precarizadora e excludente” e “conter os espaços dos grupos subalternos” (HAESBAERT, 2014; 2015).

Assim, neste capítulo, aprofundaremos a discussão acerca de uma biopolítica espacial de negação do ser político relacionando o mo(vi)mento de inscrição-prescrição-ordenação – que imprime e exprime a biopolítica na espacialidade – a partir da tríade proposta por Ferreira (2017), substrução-materialização-projeção. Através de evidências empíricas levantadas em trabalhos de campos realizados no local e de uma entrevista realizada com a Dona Jura – moradora do morro há 50 anos – verificamos quatro aspectos que expressam o que entendemos como uma “metropolização biopolítica”: i) o discurso do risco (e da in-segurança); ii) o problema da circulação/mobilidade; iii) a exposição à morte (e o racismo como dispositivo) e iv) a relação entre o cálculo/probabilidade e a financeirização. Estes aspectos fundamentam as metamorfoses socioespaciais moderno-coloniais que, através do processo de hierarquização, têm assegurado a coesão-coerção territorial. É neste sentido que propomos uma tríade analítica e processual, a saber, estruturação-formalização-

funcionalização, pois, contemplando o domínio do comando/controle e poder advindo da hierarquização, é capaz de iluminar as problemáticas espaciais metropolitanas correspondentes aos dispositivos biopolíticos na contemporaneidade.

Essa dimensão do poder que se manifesta a partir da hierarquização será discutida na segunda parte deste capítulo, demonstrando que a contra-face colonial do espaço da modernidade, homogêneo-fragmentado-hierarquizado, não pode ser olvidada. Portanto, é imprescindível discutir a colonialidade do poder-saber para compreender a espacialização biopolítica em relação à metropolização do espaço. Em se tratando de hierarquização e colonialidade é preciso considerar não somente a dimensão econômica e política: há um “pacote” de hierarquias (GROSFOGUEL, 2008), articuladas a partir da ideia de raça, que conforma a espacialidade moderno-colonial – e são extremamente relevantes para compreender a relação em tela e o que ocorre não só no Morro da Providência, mas no “mundo periférico”, tanto global, quanto latino-americano. Deste modo, faz sentido pensar que o processo de hierarquização ordena os fragmentos de um espaço que, embora esteja submetido a uma tendência homogeneizadora, é continuamente diferenciado segundo as dinâmicas de des-valorização do solo urbano, (concebido como uma mercadoria, no âmbito do neoliberalismo) e também segundo as dinâmicas bio-necropolíticas que remetem à “ocupação colonial” (MBEMBE, 2016), ao “racismo de Estado” (FOUCAULT, 2008b) e à “vida nua” (AGAMBEN, 2014).

3.1 Estranhamento espacialmente construído, desumanização espacialmente forjada

Como discutimos no capítulo dois, a noção de meio pretende contemplar os fenômenos relativos à regulação da desordem manifestados pela circulação e pelos fluxos, aspectos fundamentais no processo de metropolização e característica metropolitana, como apontados em Lencioni (2006). Portanto, a organização e programação de espaços favoráveis à circulação e à viabilização política da reprodução do capital é o que se busca com a noção de meio. De acordo com Michel Foucault, em *“História da sexualidade I: A vontade de saber”* (1999), a explosão de técnicas diversas e numerosas para administração dos corpos e para a gestão da calculista da vida inaugura a era de um biopoder, elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo. Este desenvolvimento,

(...) só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e **por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos**. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torna-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar,

das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento. (FOUCAULT, 1999, p.133). [Grifo nosso].

Quando a produção não se limita mais ao seu aspecto estritamente econômico, portanto à fábrica, e se expande num *front* mais amplo, como observou Lefebvre (2016) – para o espaço inteiro – os mecanismos de vigilância, monitoramento e controle passam por um aperfeiçoamento cuja finalidade foi o *ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos*, exigindo, portanto, uma concepção e prática espacial que atendesse a tais propósitos. Podemos relacionar o espaço biopolítico de segurança com a organização-programação do cotidiano e com o espaço instrumental preconizados por Henri Lefebvre (1991; 2016). Considerando que o modo de produção capitalista se efetua através da cotidianidade, no âmbito da re-produção das relações de produção, Lefebvre (2016) afirma que a orientação comum a todas as atividades na sociedade neocapitalista está implicada no e pelo espaço. Todavia, este espaço é aquele configurado pelos cientistas, que contém um certo número de atributos e variáveis e que apresenta-se como modelo de coerência. Acreditamos que há uma estreita relação entre a noção foucaultiana de meio e a lefebvriana de espaço instrumental:

Esse espaço tem as seguintes características: vazio e puro, lugar dos números e das proporções, por exemplo, do número de ouro; ele é visual, por conseguinte, desenhado, espetacular; ele se povoa tardiamente de coisas, de habitantes e de “usuários”; na medida em que esse espaço demiúrgico tem uma justificação, ele se avizinha do espaço abstrato dos filósofos, dos epistemólogos. Sua confusão não ocorre sem riscos. Repitamos que o maior perigo e a maior objeção é a evacuação do tempo concomitantemente histórico e vivido. (LEFEBVRE, 2016, p.43).

O espaço como meio e instrumento, na perspectiva de Lefebvre (2016), é um instrumento político intencionalmente manipulado, um poder “nas mãos de alguém”, povoado segundo decretos de poder que pode reagir sobre os “povoamentos históricos”. Este espaço instrumental impõe uma certa coesão, que o autor define como uma “regulação buscada, pretendida, projetada, o que não quer dizer obtida”. A noção foucaultiana de meio aproxima-se das proposições de Lefebvre quando um espaço é concebido como *instrumento político* para intervir sobre os povoamentos, o que nos remonta ao célebre comentário de Foucault:

O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão. (FOUCAULT, 1999, p.134).

O diálogo entre Foucault e Lefebvre também se efetua quando o último afirma que o espaço instrumental é poder e saber: poder, ideológico, porque é político; saber, porque comporta representações elaboradas. Por implicar um projeto e estratégia, Lefebvre (2016, p.45) denomina o espaço instrumental enquanto racional-funcional e funcional-instrumental, para dizer que: “ele é o ambiente, o meio, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo (...) da sociedade burocrática de consumo dirigido”. Ao utilizar esta expressão para denominar a sociedade na década de 1960, Lefebvre (1991) chama atenção para um planejamento indireto e uma certa organização global que, através da atividade de escritórios, organismos públicos e instituições anexas, organizam o cotidiano. Para o filósofo, “alguns homens dotados e inteligentes (...) perceberam a possibilidade de agir sobre o consumo e por meio do consumo, ou seja, de organizar e estruturar a vida cotidiana” (LEFEBVRE, 1991, p.67), explorando de maneira racional cada fragmento da vida cotidiana (o trabalho, a vida privada, a família e os lazeres). A biopolítica e os dispositivos de segurança apoderam-se do cotidiano e, isso pode ser observado quando Lefebvre (1991) versa acerca da contradição entre o tempo cíclico e o tempo linear (racional) da acumulação de capital. O cotidiano não tem um caráter cumulativo: uso social do corpo, gestos, e expressões físicas se transformam, todavia, “o corpo não se metamorfoseia”, isto é, Lefebvre enfatiza que as carências e atividades psicológicas e biológicas possuem uma certa estabilidade, mesmo que recebam a marca dos estilos, das culturas, das civilizações. O cotidiano se transforma segundo ritmos que não coincidem com o tempo da acumulação e em espaços que não se identificam com os campos dos processos cumulativos (LEFEBVRE, 1991, p.69-70). Para o filósofo, a sociedade moderna enfrenta o problema organizando a mudança da cotidianidade para garantir sua unidade ou coesão. Deste modo, segundo o autor, o conflito entre o não-cumulativo e o cumulativo se resolve por uma subordinação metódica do não-cumulativo, “por uma racionalidade que toca as raias do absurdo, mas que é ótima na manipulação das coisas e das pessoas” (LEFEBVRE, 1991, p.70). Deste modo, a cotidianidade tende a organizar e programar não só as atividades psicológicas, mas até aquilo que no humano constitui sua dimensão biológica.

Ainda no que tange à organização do cotidiano, Lefebvre (1991) verifica “o desvio da energia criadora de obras para a visualização espetacular do mundo”, que promove uma “perda de substância”, que fica mais nítida quando o autor trabalha a dimensão da programação, isto é, a cibernetização da sociedade pelo caminho do cotidiano. Segundo Lefebvre (1991, p.73), as “atividades superiores” (formas, modelos e conhecimentos aplicados) tomam o cotidiano por objeto, para estrutura-lo e torna-lo funcional, transformando-o em plano “sobre o qual se projetam os claros e os escuros, os vazios e os cheios, as forças e as fraquezas dessa sociedade”. A organização do território, a instituição de vastos dispositivos e a reconstituição da vida urbana de acordo com modelos adequados (centros de decisão, circulação e informação a serviço do poder), são aspectos do que Lefebvre denomina cibernetização da sociedade – esvaziamento do conteúdo político do ser social, imposição de um pensamento único e impotência criadora. O que para Foucault tem a imagem de um *animal*, para Lefebvre tem a imagem de um *robô*, pois ambos são atingidos por um projeto biopolítico que os faz perder a substância política. Trata-se de um projeto que tem no espaço e no território seu *modus operandi*, completamente distinto do modo espacial disciplinar, mas que está correlacionado a ele:

Assim, o recorte, ainda visível nas cidades novas, chega ao fim. Tende-se a uma reconstituição prática de uma espécie de unidade. Essa tendência chama-se oficialmente “urbanismo”. O problema da síntese volta ao primeiro plano. Procura-se “o homem de síntese”. Há muitos candidatos: filósofos, economistas, sociólogos, arquitetos, urbanistas, demógrafos, tecnocratas diversos e de diversas denominações. Quase todos apostam, sem o reconhecer, numa “robotização” da qual eles seriam os programadores, porque ela executaria a partir do modelo sintético criado por eles. Os mais inteligentes vislumbram a realização “espontânea”, isto é, democrática e não autoritária do seu modelo. (LEFEBVRE, 1991, p.74).

É no espaço instrumental de um cotidiano programado que, segundo Lefebvre (2016), se efetua a *conexão coercitiva*, conceituação que lança mão para articular o caráter conjunto-disjunto do espaço ao “reino das normas”, que prescrevem as utilizações do tempo. Neste espaço da modernidade, homogêneo, fragmentado e hierarquizado, os “homens de síntese” que operam sobre o meio, querem assegurar não só a coesão, mas a coerção, uma vez que a imposição de decretos de poder é fundamental para gestão da reprodução do capital na metrópole.

É neste sentido que falamos de uma desumanização espacialmente forjada, pois, quando Foucault (1999) afirma que o homem moderno é um animal cuja vida de ser vivo está implicada numa política, o fator de distinção é a existência política – ou seja – sem existência política, o ser humano é reduzido a sua dimensão biológica, torna-se animal. O espaço é político, porque é produto social, portanto, o espaço não prescinde do humano e não há humanidade sem espaço. Todavia, quando o espaço é tomado como instrumento, ele torna-se “o lugar da reificação, um lugar fora do tempo, fora da vida e da práxis” (LEFEBVRE, 2016, p.26), logo, um espaço que extrai a substância política que constitui a existência do humano, um espaço que desumaniza. Por um lado, temos a desumanização espacialmente forjada, que busca iluminar as formas-conteúdo que atuam enquanto dispositivos de segurança a fim de regular a massa de indivíduos que só existem biologicamente; por outro lado, falamos também de estranhamento espacialmente construído, para iluminar as formas-conteúdo que atuam no falseamento da consciência e que participam na/da produção alienadora da cidade. Recorremos ao debate de Carlos (2017) a respeito da dialética do estranhamento-reconhecimento para discutir o que entendemos por “estranhamento espacialmente construído”. Segundo a autora, trata-se de um desencontro entre o tempo de transformação do espaço metropolitano e o tempo da vida de um indivíduo, fazendo com que a imposição de novos modos de uso do espaço limite as suas possibilidades:

Essa contradição produz o que chamo de estranhamento, que por sua vez é a consequência, direta hoje, do processo de reprodução espacial, que produziu a explosão-implosão. Diante de uma metrópole onde a morfologia urbana muda e se transforma de modo muito rápido, os referenciais dos habitantes, produzidos como condição e produto da prática espacial se modificam numa outra velocidade, produzindo a sensação do desconhecido e do não identificado. Aqui, as marcas da vida de relação (e dos referenciais da vida) tendem a desaparecer, ou a se perder para sempre. A ideia do estranhamento liga-se à ideia de que a atividade produtiva

tende a apagar, no capitalismo, seus traços, marcando o desencontro entre sujeito e obra. (CARLOS, 2017, p.284).

Considerando a morfologia de São Paulo, a autora fala acerca de um “espaço sem espessura”, isto é, assolado pelas formas da modernidade, com uma aparente ausência de traços do passado, que atuam sobre a constituição da identidade cidadão/cidade, redefinindo as relações sociais. Para Carlos (2017), as novas necessidades impostas pela reprodução econômica na metrópole impõem-se como *ruptura na morfologia*, e é neste processo que o não-reconhecimento do habitante com os lugares da vida e com o outro é gestado. O estranhamento marca um desencontro entre habitante-cidade, um desencontro entre sujeito-objeto (obra) (CARLOS, 2017, p.285-286).

O momento da alienação do homem no mundo, preso no universo do mundo da mercadoria, onde o próprio espaço adquire esta condição, se reforça na dimensão espacial, no esvaziamento do sentido possível da apropriação do espaço. A normatização do espaço indica uma tendência no horizonte – o homem deixa de afirmar na atividade de apropriação. O estranhamento se coloca enquanto relação com o outro da relação na cidade. O espaço passa a ter preço e o uso se submete ao valor de troca, o que esvazia seu sentido – a intervenção no espaço subtrai dos habitantes os espaços onde se desenrola a vida e se revela em seus desejos mais profundos dos homens. Nesse contexto, a cidade vira fantasmagoria – se eleva independente e autônoma de sua produção social e humana. (CARLOS, 2017, p.292).

As intervenções e transformações na metrópole, no âmbito do lugar, além de produzir a perda das referências espaciais, de acordo com Carlos (2017), tendem a dissipar a consciência urbana, mudando hábitos, comportamentos e formas de apropriação: perda de memória, histórias, trajetórias; acentuação dos sentimentos de angústia, medo e solidão pela dissolução das relações de vínculo e afeto construídas pelas práticas espaciais vividas no cotidiano. A espacialidade das relações sociais que se inscreve num espaço que se reproduz sem referências consiste no processo que Carlos (2017) conceitua como “espaço amnésico”, marcado pelo constante reconstruir do espaço e das modificações do uso, cada vez mais normatizado. Nesses processos estão imbricados tanto uma anátomo-política quando uma biopolítica, portanto, são processos impregnados de biopoder, uma vez que o cidadão – subjugado pelo poder da abstração – “está submetido à banalização do sentido do humano pela normatização exacerbada” (CARLOS, 2017, p.306).

Espaço e tempo tornados abstratos se esvaziam de sentido, contribuindo para a produção de uma nova identidade, a identidade abstrata como decorrência da perda dos referenciais, do empobrecimento das relações sociais; e como imposição do desenvolvimento do mundo da mercadoria, definida pelos parâmetros da reprodução do capital no momento atual. (CARLOS, 2017, p.302).

Assim, o estranhamento espacialmente construído refere-se aos processos espaciais que, a partir de um espaço abstrato-instrumental, objetivam formas espaciais capazes de subtrair e eliminar as memórias, experiências vividas e enraizadas no lugar, relações de afeto e significado, identidades e

pertencimentos. O estranhamento espacialmente construído é marca da produção alienadora da cidade.

Como dito anteriormente, a metropolização biopolítica caracteriza-se por uma biopolítica espacial de negação do ser político, que se desdobra a partir do movimento conjunto de inscrição-prescrição-ordenação na promoção da desumanização espacialmente forjada e do estranhamento espacialmente construído. Partindo de um exame dos projetos urbanísticos e das remoções que ocorreram no Morro da Providência, pretendemos discutir a espacialidade biopolítica na metrópole observando a inscrição-prescrição-ordenação como prisma para uma leitura dos processos em tela. Constituindo-se enquanto tríade, permitirá a análise dos momentos de provisão de infraestrutura, pré-estabelecimento de usos e organização/programação de experiências do/no lugar que negam as demandas, desejos, atividades e modos de pertencer dos sujeitos. Iniciamos esta discussão partindo das intervenções que foram planejadas, realizadas ou não, no âmbito do programa Morar Carioca, projeto aliado à Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro.

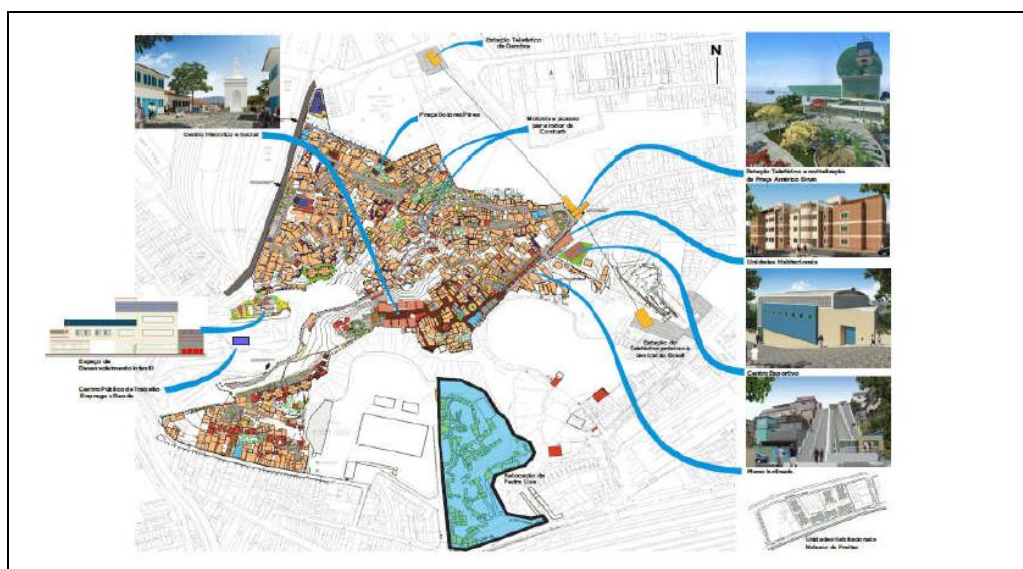


Figura 03. Projeto de intervenções urbanísticas do Morar Carioca no Morro da Providência. Fonte: Relatório de Obras em andamento do Programa Morar Carioca, Junho de 2011.

Na imagem acima (Figura 03) temos uma prancha do programa Morar carioca para o Morro da Providência: no centro, uma representação cartográfica do uso do solo, com indicadores na cor azul informando as obras que seriam realizadas. De acordo com o programa, as intervenções consistiam na execução de obras viárias e de saneamento, na realocação dos moradores da Pedra Lisa, na construção de unidades habitacionais para os moradores removidos, na construção de um centro histórico, de um centro esportivo, de um plano inclinado, de espaços de desenvolvimento infantil, da revitalização da Praça América Brum e da construção do Teleférico. A seguir, apresentamos algumas imagens, para facilitar a visualização dos projetos e prosseguir na discussão. As imagens do projeto urbanístico previsto para o Morro da Providência podem ser

melhor visualizadas consultando o “contralaudo”⁴², que será discutido no capítulo 4.

A escolha do mirante (Figura 04, 05 e 06) como primeiro elemento para análise é proposital: o mirante é uma forma que privilegia a visão, cuja finalidade é orientar e conduzir o olhar para fora, para o exterior – ele contém em si uma norma de posicionamento, não só da mirada, mas do corpo, que está de costas para aquilo que está dentro, no interior. Portanto, o mirante não tem a preocupação de proporcionar a descoberta do que está dentro, mas de dirigir o olhar para o que está além, no horizonte, negando, tanto pela perspectiva que privilegia, quanto pela expressão do corpo, aquilo que está por detrás. Negação, portanto, de toda uma história de corpos, cuja memória está impregnada nas ladeiras e vielas utilizadas para acessar o ponto. A experiência espacialmente projetada pelo mirante des-aponta para toda uma trama de trajetórias e estórias que constitui o morro: o mirante desubstancializa os sujeitos produtores daquele lugar, enquanto os preenche de outros significados – o que não merece ser visto, apreciado e contemplado – é simplesmente visual e corporalmente recusado. Este é o paradoxo do ponto cego contido no mirante, ao mesmo tempo em que revela, também esconde. Embora o mirante conste no projeto, ele fora construído durante a administração do ex-prefeito César Maia. O que o mirante permite ver?



Figura 04. Mirante da Providência (imagem virtual). Fonte: Peça audiovisual do Programa Morar Carioca/Youtube⁴³.

⁴² Disponível em: <https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf> Acesso em: 12 de março de 2020.

⁴³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tw1f0zESqdk>>. Acesso em: 13 de abril de 2018.



Figura 05. De costas para a Providência: a mirada do Mirante I. Fonte: Felipe Tavares, Outubro de 2017.



Figura 06. A espetacularização da paisagem carioca: a mirada do mirante II. Fonte: Felipe Tavares, Outubro de 2017.

Para tomar a fotografia anterior (Figura 06), pus-mê nas pontas dos pés e direcionei a câmera para fora das cercas do mirante, a fim de capturar o exterior que surpreendia os olhos e parecia induzir à celebração da experiência metropolitana: o espaço das redes, dos fluxos, da circulação, do adensamento, da concentração, onde os corpos estão subsumidos perante à morfologia da paisagem. Expus-me à sensação de um despencamento que, por alguns

instantes, me transportou para fora da Providência. Entretanto, quando retornei deste êxtase paisagístico, fui tomado por uma série de questionamentos: no caso dos moradores da Providência, como é conviver com esse panorama diariamente? Como é receber um dispositivo que privilegia o que está fora em detrimento do que está dentro? As intervenções urbanas iriam revelar-se como um projeto para os de fora (turistas), que percorreriam o “interior” na qualidade de um atrativo cujo objetivo era servir de ponto de trânsito para o que está no exterior: o papel do teleférico.

Recorremos à discussão de Ferreira (2013, p.57), sobre a inserção de imagens virtuais na paisagem para a introjeção nos cidadãos de uma sensação de algo que já está dado, ou seja, “a introjeção de uma imagem virtual na paisagem transforma um objeto, que existe em projeto, em ‘real’, visto que está posto na paisagem”. Assim, a imagem virtual inserida na paisagem (Figura 07), além de negar o que existe – ao se sobrepor e suplantar o real – provoca também uma sensação de passividade que imobiliza os sujeitos e os conduz a uma atitude *blasé*.

Anunciado como o projeto de maior expectativa para a favela – do ponto de vista do *city-marketing* –, o Teleférico da Providência (Figura 08) foi inspirado no circuito de teleféricos instalados no Complexo do Alemão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Todavia a proposta não fora bem recebida pelos moradores: sua construção acarretaria a destruição do único espaço de lazer no alto da Providência: a quadra da esportiva e a praça Américo Brum. Mesmo diante das manifestações e resistências contra a demolição dos equipamentos, em 2011, a praça foi cercada e destruída para dar lugar ao Teleférico – cuja tendência para um *elefante branco* fora programada juntamente à obsolescência. De acordo com nossas entrevistas, o teleférico funcionou apenas durante os megaeventos que ocorreram na cidade, principalmente durante os Jogos Olímpicos de 2016. Em dezembro do mesmo ano, o equipamento já estava inoperante e, quando estivemos realizando nossos trabalhos de campo, encontramos as instalações como se apresentam na Figura 09.



Figura 07. A imagem virtual do Teleférico da Providência. Fonte: Peça audiovisual do Programa Morar Carioca/YouTube⁴⁴.

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tw1f0zESqdk>>. Acesso em: 13 de abril de 2018.



Figura 08. O teléfico do Morro da Providência. Fonte: Felipe Rangel Tavares, maio/2019.



Figura 09 – Entrada (bloqueada) do Teleférico da Providência. Fonte: Felipe Rangel Tavares, maio/2019.

Ou seja, nem praça, nem quadra, nem teleférico – o tão mencionado legado dos Jogos Olímpicos para os moradores foi, literalmente, o nada. A não ser a estrutura que se deteriora enquanto exhibe o violento bloqueio de tijolos e concreto, esse muro que transmite a mensagem: não use. A inscrição da forma-conteúdo teleférico na Providência já consistia na negação das demandas e vontade dos moradores; o uso que o Teleférico prescrevia não atendia às necessidades de circulação dos moradores, muito menos aos modos de pertencer – que estavam muito mais atrelados à recreação na quadra de esportes, rodeada de bares e da praça Américo Brum. A construção do Teleférico consiste, assim, numa biopolítica espacial de negação do ser político; o teleférico é a objetivação social dessa política que, atualmente, continua servindo a este propósito, uma vez que não é útil aos moradores, constituindo, portanto, uma espacialidade biopolítica.

A destruição da Praça Américo Brum (Figura 10) desvela o poder na espacialidade, este poder de passar por cima e arrasar com as memórias e anseios da população; desvela também a espacialidade do poder: poder de introduzir formas, usos e ritmos estranhos ao lugar e à vivência dos moradores. Observamos uma biopolítica que expõe os referenciais de vida à morte, provocando uma ruptura propulsora do estranhamento e da desumanização, em nome da circulação turística. O muro na entrada para o teleférico deixa em claro essa dimensão da segurança na contemporaneidade: o equipamento era para permitir os bons fluxos; quando eles se encerram, sua atividade também é interrompida, afinal, à população – que teria sua mobilidade facilitada com a instação do teleférico – se impõem o deixar morrer; sua circulação continuará sendo aquela dos obstáculos, das difíceis ladeiras e escadarias; ou do mototáxi e vans que fazem o transporte dos moradores para a parte alta do morro; a circulação do cansaço e dos “encontros surpresas”, com policiais ou narcotraficantes. Essa situação fica evidente na fala de uma moradora, quando comenta acerca do medo inerente à circulação cotidiana entre os becos da Providência:

Nosso medo também é quando a gente aparece no beco e a polícia se assusta e dá tiro; e da mesma forma com o bandido. Antes de sair cedo eu já boto no RJ TV pra ver se está tendo operação e saber como está o morro, se eu escutar qualquer barulho eu já fico preocupada, eu quero olhar pro caminho pra ver se tá passando alguém pra eu acompanhar e ir junto. Essa semana mesmo o menino estava indo pra escola cedo e estava tendo operação e ninguém sabia, quando a minha nora ligou pra mim e disse que estava tendo operação ele já tinha saído, eu corri pra ver, a polícia deu tapa nele, abriu a bolsa dele. “Você é aviãozinho!” “Não, não eu sou estudante”. Só porque ele não estava com a blusa do colégio eles falaram que não é estudante, mostrou o caderno e falaram que era anotação do tráfico. Ao invés de procurar saber se era verdade ou não, eles esculacharam. Primeiro esculacha depois pergunta, e o garoto não tem nada a ver com nada. A minha preocupação é essa, um inocente pagar por uma coisa que não tem nada a ver. A gente é muito injustiçado aqui. Esse meu neto é músico e estudante, ele mora comigo porque a mãe não tem condição de criar, mas ele quer estudar e às vezes acontece isso aí, não só com ele, acontece toda hora. (Fonte: Entrevista realizada com a moradora Jura, em junho de 2019).

“Acontece toda hora” demonstra a naturalização de situações absurdas nas quais os moradores estão submetidos em sua vida cotidiana, seja diante das operações policiais, seja diante da presença do narcotráfico. O “esculacho” é a violência das agressões e do abuso do uso da força que revelam o poder soberano de aplicar a lei e “fazer morrer”. Por constituir em ato extra e anti-jurídico, cria o que Agamben (2010) denomina por “campo”, um permanente estado de exceção, onde “*primeiro esculacha e depois pergunta*”. Pensamos que, a destruição seletiva de espaços de recreação e lazer, como de moradia, contribui não só para o esfacelamento dos referenciais de pertencimento, como também para a proliferação de espaços marcados pela violência e terror, uma vez que estes são reforçados diante do solapamento dos outros.



Figura 10 – Obras do Teleférico onde se localizou a quadra esportiva da Praça Américo Brum. Fonte: Fórum Comunitário do Porto (website), setembro de 2012.

A fotografia acima é reveladora da atuação do Estado na construção do Teleférico: a secretaria municipal de obras, representadas pelos operários da construção civil trabalhando na execução do projeto – que nasce negando o ser político; e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que atua na UPP da Providência, assegurando a “pacificação” do Morro e o curso das obras. De acordo com Oliveira (2014) a categoria *pacificação* atravessou cinco séculos, da história colonial ao Brasil republicano, para designar a população autóctone, regida por valores e padrões de comportamento absolutamente diversos dos ocidentais. Atualmente, trata-se de uma modalidade de gestão tutelar sobre territórios e populações que engendram processos de classificação social, normatização e imposição de práticas. (OLIVEIRA, 2014). Para o autor, a tutela é uma forma de dominação, caracterizada pelo exercício da mediação e ancorada no paradoxo proteção-repressão. Deste modo, as “ações pacificadoras”, promulgadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora, objetivam restaurar o controle militar do Estado sobre as favelas ocupadas pelo tráfico e, a “comunidade pacificada” é aquela onde se desenrolou tanto uma ação militar para desalojar o crime organizado, quanto aquela em que os moradores e as condições de vida foram modificadas por uma ação supostamente de natureza civilizatória. Oliveira (2014) aponta que o uso da categoria pacificação recupera a retórica da missão civilizatória da elite dirigente e dos agentes do Estado, cuja finalidade é a perda de autonomia e a introdução de dependências da

coletividade⁴⁵ em relação a bens e serviços sob controle exterior, sujeitando-as ao exercício de um mandato tutelar. É através do racismo que a pacificação enquanto modalidade de gestão tutela opera.

Ao constituir unidades policiais específicas para atuar nas favelas, o poder público veio a declarar um segmento urbano como particularmente perigoso, criou procedimentos especiais para relacionar-se com ele, e de maneira subjacente o reconheceu como diferente dos cidadãos comuns, situando-os no limite da criminalidade. Com isto instituiu – de *facto*, ainda que não de *jure* – uma tutela de natureza exclusivamente militar e repressiva sobre os territórios sociais onde habita mais da quinta parte da população da cidade. Transformar a responsabilidade pública em uma tutela militarizada, exacerbando as divisões socioeconômicas existentes, fortalecendo as atitudes discriminatórias e o preconceito, foi o caminho escolhido (...) (OLIVEIRA, 2014, p.145).

A gestão tutelar empreendida pela UPP manifesta uma dimensão de desumanização e estranhamento, pois, por princípio, a tutela procede à anulação de toda ação ou expressão pública do tutelado, “(...) escamoteando por completo qualquer iniciativa que não seja subscrita pelo seu tutor”:

Suas estratégias e táticas não serão inscritas na história, suas imagens e narrativas lhe foram tomadas, sendo-lhe negada sistematicamente e por princípio a permissão e até a possibilidade de falar. (OLIVEIRA, 2014, p.145).

Além das questões relacionadas à militarização, Oliveira (2014) também observa um processo de “remoção branca”, diante do incremento no valor dos imóveis e aluguéis nas “comunidades pacificadas”. Os sinais de insatisfação são comuns entre os moradores, principalmente diante da gestão unilateral, “sem consulta às prioridades e às necessidades cotidianas da população” (OLIVEIRA, 2014, p.148), como é o caso desta fala de dona Jura:

A UPP no início funcionou, mas demorou muito não; mas quando ela chegou, eu já falei que não ia dar certo. Em muitas entrevistas, igual eu tô dando aqui pra vocês, eu falei que pra mim isso não vai dar certo, porque isso aí só vai fazer a criminalidade arrumar mais lugares pra ir, porque os caras que fugiram daqui, se expandiram por aí, pode ver hoje em dia tem tráfico em tudo que é lugar, antigamente não tinha. (Fonte: Entrevista realizada com a moradora Jura, em junho de 2019).

⁴⁵ O autor está tratando das coletividades indígenas, uma vez que o termo pacificação foi utilizado como paradigma político indigenista no Brasil república.



Figura 11 – Manifestações contra a destruição da Praça Américo Brum. Fonte: Fórum Comunitário do Porto (website), setembro de 2012.

As frases contidas nos cartazes (Figura 11) não foram suficientes para que a prefeitura do Rio de Janeiro percebesse o valor que a praça possuía para a população – “a única área de lazer” daqueles que “vivem a praça” que “a comunidade construiu”. É a eliminação de múltiplas existências que se constituíram na festa, na recreação, no lúdico. Eliminar o que a comunidade construiu é extinguir a obra que referencia os moradores a sua capacidade criativa, portanto, exterminar seus referências de potência criadora. A construção do Teleférico representa um assassinio epistemológico e ontológico dos acúmulos coletivamente experienciados pelos moradores da Providência. Como recompensa, um centro esportivo (Figura 12) que, introjetado virtualmente na paisagem, cumpriu o objetivo de apaziguar os ânimos e conferir uma falsa esperança naqueles que viram a praça se tornar ruínas. Nunca saiu do papel. Um equipamento esportivo foi construído nas imediações da Cidade do samba, trata-se do Centro Olímpico da Gamboa. Contudo, como se deslocar até lá, sem as estações do teleférico não funcionam? Lazer e recreação para quem? As crianças, que antes tinham a quadra no alto do morro, reiventam os espaços de lazer para prosseguir com suas infâncias. Na ausência de uma quadra próxima de suas casas, os meninos usam o pátio da Igreja Nossa Senhora da Penha para jogar futebol.



Figura 12 – O projeto de centro esportivo. Fonte: Peça audiovisual do Programa Morar Carioca/Youtube⁴⁶.



Figura 13 – Meninos jogam bola em frente à Igreja N.S da Penha. Foto: Ariana Rocha, 2019.

Não querendo romantizar a ausência de equipamentos urbanos de lazer que promovam a dignidade humana dos cidadãos, mas lançando um olhar crítico à brincadeira, o jogo de futebol dos meninos (Figura 13) suscita a necessidade da reapropriação do espaço, da subversão e reinvenção dos usos.

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tw1f0zESqdk>>. Acesso em: 13 de abril de 2018.



Figura 14 – O projeto de Plano inclinado. Fonte: Peça audiovisual do Programa Morar Carioca/Youtube⁴⁷.

Outro projeto que levantou muita polêmica foi o de construção de um plano inclinado (Figura 14), que daria acesso ao topo do morro, fazendo conexão com outros equipamentos, a saber, o Centro Histórico e a área de convivência do mesmo (Figura 15). Conforme a propaganda oficial do Programa Morar Carioca, o plano inclinado facilitaria a acessibilidade dos moradores e a coleta de lixo. Entretanto, a principal queixa dos moradores referia-se ao fato de que a estrutura permitia a parada apenas no alto do morro e não beneficiaria aqueles cujas casas estavam no percurso do trajeto. Além disso, o discurso oficial era contraditório: para a construção do plano inclinado, muitas famílias teriam suas casas removidas, logo, não seriam eles os contemplados pela intervenção urbana.

– É, as pessoas falavam “fiquei minha vida toda com o morro assim, agora que vai melhorar, querem nos tirar daqui?”. (Fonte: Entrevista realizada com a moradora Jura, em junho de 2019).



Figura 15 – O projeto do centro histórico e social na área do Oratório. Fonte: Revista Porto Maravilha, nº3, novembro de 2010.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tw1f0zESgdk>>. Acesso em: 13 de abril de 2018.

Mesmo diante de muitas controvérsias, casas foram demolidas, mas as obras do plano inclinado não chegaram a se quer serem iniciadas. Manifestações como as do artista plástico português Vhils denunciaram a violação de direitos com a qual a secretaria municipal de habitação agiu na Providência. Estampando o rosto dos moradores que tiveram suas casas removidas (Figura 16), a partir de uma técnica em que o semblante era esculpido nas paredes que restaram entre os escombros, Vhils consegue imprimir a face daqueles cujas existências foram negadas e subtraídas do direito à moradia, ao mesmo tempo que exprime o esvair das memórias, histórias e laços impregnados nas formas. Se a expressão artística funciona como denúncia, também é capaz de demonstrar a biopolítica espacial de apagamento daqueles que produziram a historicidade da Providência, afinal, as casas são obra da atividade dos moradores e estão impregnadas da presença dos mesmos. Perguntada sobre o motivo de morar na Providência e se um dia sairia, Jura responde:

Em primeiro lugar, a minha vida toda foi praticamente aqui, pois vim pra cá muito nova, só o meu filho mais velho tem 46 anos e sempre morando na mesma casa. A minha casa eu comecei fazendo ela do chão, a minha casa é bem simples, mas eu a amo, porque foi ali que eu construí minha família e minha vida. Pra eu sair daqui só se eu ganhasse na loteria, e mesmo assim eu nem sei se sairia mesmo. (...) Uma hora idade chega, e pra chegar até a minha casa eu tenho que subir muitas escadas, então é uma vontade que eu tenho é de vir mais pra baixo, porque a gente não sabe como vai ser, se vai ficar velho, se vai morrer. (...) Eu gosto muito daqui, do povo, graças a Deus aqui todo mundo é meu amigo, parente, sobrinho. (...) eu me dou bem como todo mundo, graças a Deus. Aqui é minha vida. (...) Eu tenho uma história de vida aqui, eu tenho filhos, netos, sobrinhos, tenho até bisnetas, então realmente não é fácil deixar tudo para trás. Aqui tenho meu trabalho, que graças a Deus todo mundo me conhece, fiquei conhecida até mundialmente através do meu trabalho aqui na Providência. Posso não ter dinheiro, continue pobre, trabalhando pra caramba, mas eu fico feliz de todo mundo me conhecer, fazer um trabalho com amor pra todo mundo e isso pra mim não tem preço. (Fonte: Entrevista realizada com a moradora Jura, em junho de 2019).

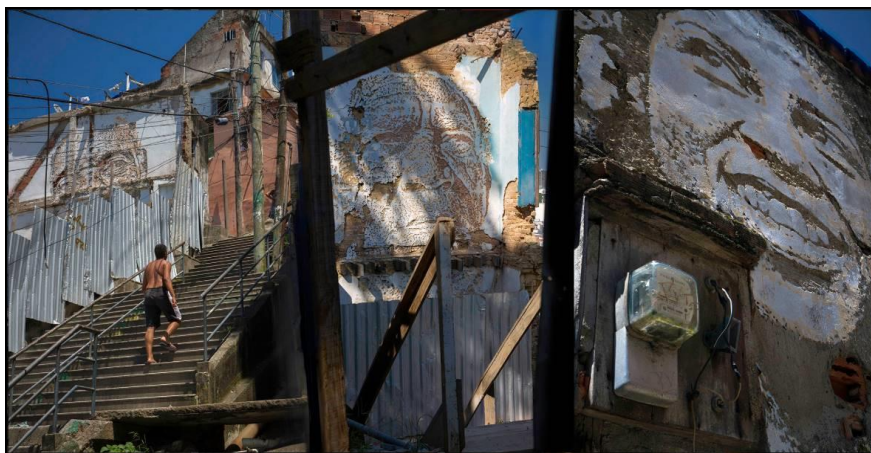


Figura 16 – A obra do artista plástico Vhils no Morro da Providência. Fonte: Luiz Baltar.

O projeto do Plano inclinado deixa escapar seu real propósito: promover a circulação dos visitantes que, chegando à Providência pelo teleférico, acessariam o equipamento até o topo do morro, onde um centro histórico e uma área de convivência foram projetados para concluir a experiência turística, que buscava emular a arquitetura da cidade de Paraty-RJ⁴⁸.

Todas as casas do entorno do oratório (Figura 17) receberam a marcação “SMH” (Figura 18) seguida de uma numeração, que indicava as casas que seriam removidas. Trata-se de outro procedimento arbitrário da secretaria municipal de habitação, que o fez sem a devida comunicação e consentimento dos moradores. Para estes a sigla teve outro significado: “saia do morro hoje”.



Figura 17 – O entorno do Oratório. Fonte: Felipe Tavares, Outubro de 2017.



Figura 18. Marcações da Secretaria Municipal de Habitação para remoção. Fonte: Felipe Tavares, outubro/2017.

⁴⁸ Na ocasião do encaminhamento da cópia do processo administrativo, solicitado por meio de uma interposição da Defensoria Pública Estadual do Rio de Janeiro, a Prefeitura do Rio de Janeiro-Secretaria Municipal de Habitação, duas fotos de Paraty foram incluídas no material da licitação, servindo de “inspiração” para “resgatar a ambiência do início da ocupação do morro”. Disponível em: <https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf>. Acesso: 12 de março de 2020.

Com a decisão judicial que interrompeu as remoções, as casas demolidas foram reocupadas por moradores, como podemos observar na Figura 19. É possível notar a precariedade da estrutura e os tijolos amontoados para reconstruir a parte destruída. De acordo com a FASE (2014), a Planta Geral do de urbanização do Projeto Morar carioca previa a construção de 639 unidades habitacionais na região: 58 na Ladeira do Farias, nº91; 20 na Ladeira do Barroso; 4 no Centro Histórico; 131 na rua Nabuco de Freitas, nº95; 77 na rua Cardoso Marinho, nº68 e 349 unidades habitacionais da rua Aldomaro Costa nº83. Com o término dos contratos com as construtoras, muitas unidades habitacionais não foram se quer iniciadas. Segundo o Diagnóstico para o Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) do Porto do Rio (2016), as obras de 84 apartamentos em 5 blocos seriam recomeçadas. Contudo, conforme nos informou dona Jura, tais prédios não foram concluídos, “tá o esqueleto se acabando”, disse a moradora da Providência em entrevista concedida.



Figura 19. Casa semi-demolidada no transcorrer das remoções, atualmente re-ocupada. Ao fundo, teleférico e edifício da Central do Brasil. Fonte: Felipe Tavares, outubro/2017.

A biopolítica espacial de negação do ser político torna-se evidente quando observamos o movimento de inscrição-prescrição-ordenação, seja através das imagens virtuais inseridas na paisagem, seja através da provisão de formas-conteúdos alheias a tudo que constitui a experiência do lugar e da vida cotidiana dos moradores: ambas promovem o que denominamos desumanização espacialmente forjada e estranhamento espacialmente construído – para dar ênfase à espacialidade dos fenômenos investigados. Destarte, conclui-se que a metropolização biopolítica apresenta quatro aspectos:

1) o discurso do risco (e da in-segurança)

O enunciado biopolítico, ou do poder de regulamentação, mais tarde denominado por Foucault pelo termo *segurança*, é “fazer viver”, isto é, agir em defesa da sociedade. O discurso do risco é funcional para atender a esta demanda, seja através da pacificação e das remoções, seja da construção de contenções, da instalação de sirenes ou câmeras de monitoramento, enfim, de uma gama de tecnologias de controle que tem por objetivo assegurar a vida da população. Vida biológica, lembremos. Portanto, a partir da constituição de um campo de intervenção, de onde emerge a noção foucaultiana de meio, o Estado – em sua nova prerrogativa – deve proceder na incumbência de reduzir danos, ameaças e crises. Este campo de intervenção – o espaço instrumental do cotidiano programado – é constituído de inúmeros dados que darão suporte à

tomada de decisão: dados cartográficos, geológicos, censitários, criminalidade, etc. As intervenções serão justificadas a partir da análise conjunta das informações obtidas sobre o meio, para proteger a vida e garantir a circulação. No Morro da Providência, a remoção de 832 casas foi justificada pela Prefeitura do Rio de Janeiro a partir da apresentação de um laudo técnico que condenava as moradias, principalmente da Pedra Lisa. Todavia, como vimos anteriormente, uma série de grandes obras fora anunciada para o morro, o que levou uma moradora a interrogar: *se os moradores vão sair, para quem serão as obras que vão vir?* O questionamento deixa a estratégia discursiva que mobiliza o risco e a in-segurança às claras: eliminar a má circulação para promover a boa circulação (a turística) – o que nos leva a discutir a questão da circulação e do racismo.

II) O problema da circulação/mobilidade

A metrópole é constituída por redes densas por onde circulam capitais, pessoas, informações, bens e serviços. O problema biopolítico da metrópole diz respeito à circulação da população, mais especificamente, em como realizar a gestão da massa de indivíduos, como controla-la, como contê-la. Vimos, em primeiro lugar, que é apoiando-se em dados de estatística e probabilidade, pois essa é uma gestão de séries aleatórias e abertas. Em segundo lugar, é preciso deixar circular para que o mecanismo de normalização atue no controle do espontâneo, isto é, leve em conta o que é normalmente esperado para controlar o que acontece e programar o que vai acontecer. Em terceiro lugar, fazendo com que um dado fenômeno ocorra, no âmbito dessa normalização, é preciso delimitar o fenômeno dentro de um marco de aceitabilidade, até que o mesmo se anule. Tomemos como exemplo as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que revelam a pacificação como tutela militarizada do território, discutida por Oliveira (2014): de acordo com o autor, o aprisionamento e a morte são fenômenos naturalizados na cidade do Rio de Janeiro – “no período de 1995 a 1997, a polícia carioca matou mais do que a soma de todas as polícias do EUA, sendo responsável por cerca de 10% dos homicídios ocorridos na cidade” (OLIVEIRA, p.135, 2014). “Se no ano de 1998 as mortes por operações policiais nas favelas eram de 20 pessoas por mês, em 2007 essas mortes chegaram a cerca de 1.300” (RIBEIRO DIAS & CARVALHO, 2008 apud OLIVEIRA, 2014). A mídia auxilia na tarefa de naturalização do estigma das favelas como núcleo por excelência da violência fazendo que informações circulem, seja através dos jornais impressos, seja pelos noticiários sensacionalistas – conferindo à ameaça de uma geografia, um corpo e uma cor: o jovem negro periférico e favelado. Esses são revistados, “confundidos”, caminham como se tivessem um alvo estampado nas costas⁴⁹. Sua circulação na metrópole não se faz sem constrangimentos, bloqueios, interdições – materiais/funcionais ou imateriais/simbólicos. No império dos fluxos da metropolização biopolítica a questão da mobilidade é atravessada por uma assimetria econômica, social, mas, sobretudo, racial.

III) A exposição à morte, a multiplicação de seu risco e o racismo

Como discutido no capítulo anterior, quando Foucault aborda a questão do “deixar morrer” através do racismo, a exposição à morte e a multiplicação do

⁴⁹ Para maiores informações a respeito dos indicadores de letalidade racial, consultar Atlas da Violência, IPEA, 2019.

risco de morte para determinados grupos da população é uma das formas em que se opera o assassinio indireto, o poder de tirar a vida. O racismo instaura uma clivagem entre a população e faz funcionar a “relação guerreira” – para viver, é preciso matar – deste modo, atua como condição de aceitabilidade para poder tirar a vida de alguém/outros. O racismo assegura a função de morte na economia do biopoder (FOUCAULT, 2008b, p.308). Como aspecto da metropolização biopolítica, apresenta-se desde a realização de operações policiais (que ocorrem em favelas, geralmente em horário de ida para o emprego e escola) até as situações programadas de abandono e descaso com questões habitacionais e de saneamento. A repercussão do caso da morte de três jovens da Providência, que foram entregues por militares do Exército a traficantes de uma facção rival, lamentavelmente, ilustra essa dimensão. David Wilson Florência da Silva (24), Wellington Gonzaga Ferreira (19) e Marcos Paulo Campos (17) foram presos, acusados pelos militares por desacato à autoridade, e levados para o morro da Mineira, onde foram torturados, mortos e encontrados num aterro sanitário⁵⁰. A ocupação militar no Morro da Providência estabelece essa dinâmica mortífera, onde um estado de exceção se instala como paradigma e a morte opera como política racializada. A invasão das casas de moradores de favela também expõe esse aspecto: com violência e truculência, portando armamento de guerra, policiais militares, sem ordem para inspecionar, chutam portas, depredam o imobiliário e instauram o terror em nome de buscas e apreensões nos “barracos”, uma representação espacial que desqualifica e denota de forma indigna as casas que se situam na zona de violação permitida, não *de jure*, mas *de facto*. A violenta exposição à morte, porém, não fica a cargo apenas do braço armado do Estado. Observamos que as remoções ocorridas deixaram na paisagem do Morro da Providência um cenário devastado, como as imagens que temos de cidades bombardeadas no Oriente Médio ou assoladas pela técnica de inabilitação do inimigo, de fazer terra arrasada. A metropolização biopolítica produz o que Mbembe (2016) chama de “proliferação dos espaços de violência” ao tratar das dinâmicas de soberania vertical e ocupação colonial, levando a uma “guerra infraestrutural”:

Uma sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana do inimigo complementa a apropriação dos recursos de terra, água e espaço aéreo. Um elemento crítico a essas técnicas de inabilitação do inimigo é fazer terra arrasada (*bulldozer*): demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de aeroporto; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político-burocráticos do Proto-Estado Palestino; saquear equipamentos médicos. Em outras palavras, levar a cabo uma “guerra infraestrutural”. (GRAHAM, 2002 apud MBEMBE, 2016, p.137).

Esses espaços de violência, sejam funcionais ou simbólicos, podem ser observados quando famílias continuaram suas vidas, diante da degradação sucumbante, em meio aos escombros das demolições na Providência:

⁵⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1706200801.htm>> Acesso: 22 de fevereiro de 2020.

Um grupo de moradores começou a se manifestar, mas a maioria ainda tava tentando entender. A maioria pensa que não dá pra lutar contra esse Estado, então luta pelo mínimo, que seria algo como uma indenização para poder partir pra outro lugar. Sem contar a questão de ter que abandonar toda uma história e uma vivência no lugar, a escola de samba, entre outras coisas, tem todo um valor emocional, histórico, e quem está de fora não sabe desse valor, e vem querer tirar você do seu lugar achando que está tudo bem. Teve até aumento de morte, pessoas com problemas de AVC, problemas cardíacos e tal por conta do abalo psicológico e pelo baque da notícia, que inclusive o Eduardo Paes era ciente de todo esse peso da remoção, e ainda assim fez. (Entrevista realizada com o morador Cosme, em junho de 2019).

É expondo à morte e proliferando os espaços de violência e risco que a metropolização biopolítica, através do dispositivo do racismo, promove a desumanização espacialmente forjada e o estranhamento espacialmente construído, isto é, nega o ser político também na dimensão de sua eliminação e extermínio. “Viver a metrópole”, para quem?

IV) A relação entre o cálculo/probabilidade e a financeirização

Recuperando o comentário de Foucault (1999) ao verificar as técnicas para administração dos corpos e para a gestão da população como indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo, verificamos o cálculo/probabilidade como instrumento de planejamento e programação do espaço, fundamental à hegemonia do capital financeiro no processo de reprodução em geral, mas principalmente na reestruturação das áreas centrais das cidades, revelando o amálgama entre capital financeiro e imobiliário. A especulação imobiliária ampara-se no suporte estatístico-matemático para criar cenários ótimos para a acumulação, ou, prever onde o clima é favorável para auferir lucros extraordinários. Os projetos de renovação ou revitalização urbana revelam essa dimensão, uma vez que são produzidos mirando a realização da mercadoria em detrimento do uso. Esse aspecto torna-se evidente quando observamos a facilitação da circulação de capital financeiro pela emissão de títulos mobiliários, como no caso dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACS), cuja verba proveniente de sua comercialização custearia as obras infraestruturais na região, como demonstrado por Dametto (2018). De acordo com a autora, a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro delimitou seu perímetro por meio do desenho de diferentes recortes espaciais que revelam uma estratégia do poder público municipal em fomentar valorizações futuras e investimento imobiliário em determinados espaços do perímetro. Cada parcela do espaço corresponde a uma oferta de CEPACS, isto é, cada metro quadrado do solo urbano de um setor, corresponde a uma quantia de CEPACS a ser adquirida para construção nele, o que Dametto (2018) verifica como uma “*valorização diferencial projetada no perímetro, (...) espaços com maior potência na acumulação de capital*”. Essa dinâmica, da cidade como negócio, do parcelamento do solo urbano para os negócios financeiros, promove a segregação do espaço e a gentrificação, processos que devem ser lidos também sob o prisma da clivagem que o racismo opera no âmbito da economia do biopoder. O ordenamento do território na forma de operações urbanas consorciadas pela via das parcerias público-privadas estabelece contenções territoriais funcionais ou simbólicas que determinarão a

circulação da população em dada porção da cidade. A negação espacial do ser político se afirma quando o cálculo geométrico-financeiro e suas previsões de acumulação objetivam tão somente a realização do valor de mercado em detrimento de outras dimensões da vida, como aquelas ligadas ao uso e à cidade como obra, portanto, que não dispensam a atividade política.

Ao compreender tais aspectos da metropolização biopolítica, podemos proceder num exame mais aprofundado do termo hierarquização, essa dimensão do poder de assegurar a coesão na espacialidade constituída na dispersão, a partir da discussão da tríade estruturação-formalização-funcionalização, que iluminará a compreensão dos mecanismos de coerção que atuam no cotidiano, sua crítica e superação.

3.2 Estruturação-formalização-funcionalização

De acordo com Lencioni (2017), a discussão sobre a metropolização do espaço implica na consideração do espaço como política. Como apresentamos no capítulo 2, ao trabalhar com a tríade analítica homogeneização-fragmentação-hierarquização, a autora afirma que o terceiro termo exprime a espacialização do poder, da economia e da política. Portanto, abordar o processo e referencial analítico de hierarquização é tratar da dimensão do poder/política no espaço e, por tal razão, afirmamos que a hierarquização ilumina as dinâmicas espaciais engendradas pelos mecanismos do biopoder – a anátomo-política e a biopolítica –, como também a necropolítica (MBEMBE, 2016) e a formação dos “campos” e da vida nua (AGAMBEN, 2010).

Nessa hierarquia se produz dominação e subordinação, bem como valorização e desvalorização. (...) *A hierarquia é como um cimento que amalgama os fragmentos garantindo a unidade pela relação dominação-subordinação* (LENCIONI, 2017, p.26).

Quando Lencioni (2017, p.54) afirma que a metropolização é ao mesmo tempo “*um processo que acentua a homogeneização do espaço, que intensifica sua fragmentação e altera a hierarquia entre os lugares*”, faz referência à derivação que Lefebvre constrói entre trabalho social e espaço social no capitalismo. Considerando a hierarquia, Lefebvre observa que “*tantos os trabalhos, as atividades e os próprios trabalhadores são hierarquizados*” (LEFEBVRE, 1980 apud LENCIONI, 2017, p.168). Tais aspectos da hierarquização permitem-nos concordar que *os lugares, os trabalhadores, o trabalho e outras atividades* são atravessados por esse processo no capitalismo, afinal, este reproduz-se agora no nível do espaço inteiro, das relações sociais de produção em sentido amplo. E, sendo o trabalho muito mais que uma atividade estritamente econômico-produtiva, mas, uma atividade social mais abrangente que distingue a forma de existência do homem dentro da natureza por sua capacidade de produzir (SANTOS, 2008), pode-se depreender que, uma vez que o trabalho é hierarquizado, todas as dimensões da vida humana também são – da etnia ao gênero, da língua à territorialidade.

Buscamos demonstrar como a hierarquização, no âmbito do processo de metropolização, revela em sua expressão, uma biopolítica espacial de negação do ser político, através da alienação-animização evidenciada no movimento de inscrição-prescrição-ordenação. Agora, cabe-nos discutir uma outra dimensão da problemática que se refere à hierarquização desdobrando-se através do

processo de estruturação-formalização-funcionalização, definido aqui como *aquele que imprime a normatização/normalização bio-necropolítica colonial na espacialidade da metrópole e que permite verificar a reativação das hierarquizações da modernidade-colonialidade na contemporaneidade*. Assim, considerando o termo hierarquização da tríade composta pelos termos homogeneização-fragmentação, conjugado à tríade estrutura-forma-função, concebemos a tríade estruturação-formalização-funcionalização para evidenciar a espacialidade dos procedimentos de normatização-normalização explicitados por Foucault ao discutir a biopolítica.

Para proceder na tarefa, elaboramos o esquema representado na Figura 20. Observamos que o processo de hierarquização desdobra-se a partir da *estruturação*, que consiste na ação de normatizar/normalizar formações e funcionalidades (decorrentes da homogeneização-fragmentação sobre as formas e funções), inscrevendo no espaço seu poder de “formalizar” e “funcionalizar”, isto é, *inscrever as normatizações/normalizações bio-necropolíticas-coloniais nas formas-conteúdo e no desempenho das atividades esperadas pelas formas que sustentam as relações biopolíticas-coloniais*. A hierarquização ilumina um processo de estruturação-formalização-funcionalização que revela o domínio do (bio)poder de assegurar a unidade do conjunto, uma coesão-coercitiva. À formalização correspondem os processos de normatização e normalização (bio-necropolíticas-coloniais) inscritos nas formas-conteúdos da metrópole, como observamos ao discutir os projetos elaborados para o Morro da Providência. À funcionalização correspondem os processos de normatização e normalização contidos nas funções que prescrevem os diferentes usos do espaço-tempo na metrópole e que reforçam as relações bio-necropolíticas-coloniais.

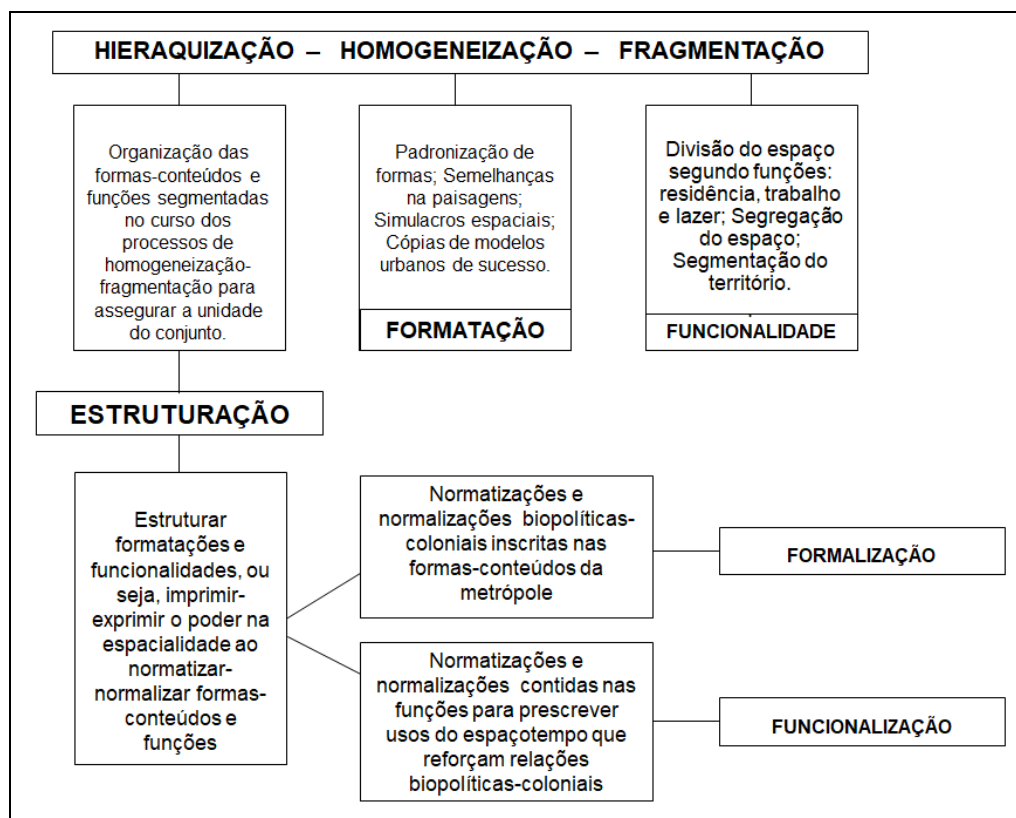


Figura 20. Esquema teórico-conceitual: proposta de desdobramento do termo “hierarquização”. Fonte: Elaboração própria.

No âmbito de um espaço instrumental e de um cotidiano programado, pretendemos discutir a hierarquização nesta dimensão que “assume” a vida biológica enquanto obstrui a vida política. Já observamos em Foucault (p.304, 2008b) quando versa acerca do racismo como instrumento de clivagem, que o aparecimento das *raças* e sua hierarquização, fragmentam o contínuo biológico da espécie humana, estabelecendo uma defasagem no interior da população. Assim, se para Lefebvre (1986) o espaço urbano é o *território onde se desenvolvem a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno*, é também onde se desenvolve a *colonialidade*, “uma vez que a ideia de *raça* e *racismo* torna-se o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (QUIJANO, 1993 apud GROSFOGUEL, 2008, p.123). Deste modo, se tratamos de um “espaço na modernidade” é imprescindível falar em “colonialidade”, uma vez que esta corresponde à contra-face do mundo moderno.

Afinal, reter somente o lado *moderno* da expressão *mundo moderno* é atribuir à Europa um papel protagônico exclusivo nesse processo, olvidando-se que o mundo como um todo dele participou, mesmo que não participando dos seus melhores proveitos. É que, com frequência, esquece-se que junto com o processo de modernização se deu o de colonização. Não fosse a colonização da América, a Europa não teria reunido força para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico. (...) Estamos, sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações

hierárquicas de poder – *moderno-colonial*. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p.24-25).

De acordo com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados baseada numa distinta estrutura biológica que posicionava a uns em situação natural de inferioridade e anterioridade em relação a outros – a partir da construção mental da ideia de raça – é um dos processos históricos que, assomado à articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado mundial, convergiram na produção da América como a primeira “id-entidade” da modernidade, isto é, um espaço-tempo de um padrão de poder de vocação mundial. A ideia de raça foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos, produzindo novas identidades sociais (índios, negros e mestiços) e redefinindo outras – que como português e europeu – adquirem uma conotação racial. Segundo Quijano (2005, p.117), tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha.

A colonialidade consiste, assim, na naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus a partir da elaboração da ideia de raça, que situa “os povos conquistados e dominados numa situação natural de inferioridade (...) e também seus traços fenotípicos, suas descobertas mentais e culturais”, sendo o primeiro critério “para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p.118).

Eso fue producto, al comienzo, de una sistemática represión no sólo de específicas creencias, ideas, imágenes, símbolos o conocimientos que no sirvieran para la dominación colonial global. La represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual o visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios patrones de expresión de los dominantes, así, como de su creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática. (QUIJANO, 1992, p.12).

O autor observa que, embora raça e divisão do trabalho não fossem dependentes para existir, ambos os elementos foram estruturalmente associados e reforçaram-se mutuamente, consistindo numa tecnologia de dominação/exploração que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedida. Conforme Quijano (1992), a colonialidade do poder, como forma mais geral de dominação no mundo atual, funciona como construção intersubjetiva que: a) atua na colonização do imaginário dos dominados; b) na repressão dos modos de conhecer e produzir conhecimento; e c) na imposição do uso dos padrões dos dominados, desde as crenças, significações e produção de conhecimento. Quando tratamos do termo da hierarquização desdobrando-se através da *estruturação como normatização/normalização, buscamos enfatizar a formalização e a funcionalização como processos que criam, espacialmente, as*

condições de naturalização das relações coloniais de dominação, atuantes na colonização-repressão-imposição supracitada.

Portanto, em se tratando de colonialidade, Grosfoguel (2008) apresenta-nos um “pacote” mais complexo e enredado de estruturas de poder que, articuladas a partir da ideia de raça, não deixou de exercer sua força e, como advogamos neste trabalho, conforma uma espacialidade moderno-colonial na contemporaneidade. O sociólogo porto-riquenho empreende um debate cuja finalidade é criar uma política anticapitalista radical que supere a dicotomia entre Economia política e Estudos culturais, sustentando que uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno da diferença colonial trará grandes contribuições à tarefa de “descolonizar a epistemologia e o cânone ocidental”.

Num primeiro momento, Grosfoguel (2008) reconhece múltiplas hierarquias que são determinantes do lugar do qual falamos/ocupamos nas estruturas de poder. Partindo dos aportes provenientes das perspectivas étnico-raciais e feministas, o sociólogo pontua que “ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno’” (GROSFOGUEL, 2008, p.118). Este “lugar do qual se fala” é o “lócus de enunciação”, o “lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala”, sempre ocultado e apagado da análise na Filosofia e Ciências ocidentais que, objetivando o conhecimento universal Verdadeiro, encobre o sujeito e seu lugar geopolítico de enunciação. Para o autor, todo conhecimento se situa, epistemologicamente, ou no lado dominante ou no lado subalterno das relações de poder o que denota uma tensão entre uma “Egopolítica do conhecimento” – ocidental, universal, único e neutro – de uma “Geopolítica do conhecimento” – reveladora de um sujeito/corpo/lugar epistêmico subalterno, não-ocidental e pluriversal. A hierarquia entre povos superiores e inferiores advém dessa hierarquização de conhecimentos:

Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores. Passamos da caracterização de “povos sem escrita” do século XVI, para a dos “povos sem história” dos séculos XVIII e XIX, “povos sem desenvolvimento” do século XX e, mais recentemente, “povos sem democracia” do século XXI. Passamos dos “direitos dos povos” do século XVI (o debate Sepúlveda *versus* de las Casas na escola de Salamanca em meados do século XVI), para os “direitos do homem” do século XVIII (filósofos iluministas), para os recentes “direitos humanos” do século XX. Todos estes fazem parte de desenhos globais, articulados simultaneamente com a produção e a reprodução de uma divisão internacional do trabalho feita segundo um centro e uma periferia, que por sua vez coincide com a hierarquia étnico-racial global estabelecida entre europeus e não-europeus. (GROSFOGUEL, 2008, p.120).

De acordo com Grosfoguel (2008), os estudos dedicados à globalização não tiraram ilações epistemológicas e teóricas da crítica epistêmica proveniente dos lugares subalternos, gerando problemas no que diz respeito à forma de conceitualizar o capitalismo global e o sistema-mundo. Por tal razão, incluímos o termo “colonial” como adjetivação do processo de metropolização, a fim de

demarcar esse traço fundamental na/da determinação da história urbana atual. Como o processo de metropolização do espaço “se constitui numa determinação do momento histórico contemporâneo, comumente referido como globalização” (LENCIONI, 2017, p.204), é preciso deslocar o lócus de enunciação do ponto de vista europeu/euro-americano a fim de não abarcar o sistema-mundo capitalista como essencialmente um sistema econômico que privilegia as relações econômicas sobre as relações sociais. É neste sentido que o sociólogo afirma que aquilo que chegou às Américas nos finais do século XVI,

não foi apenas um sistema econômico de capital e trabalho destinado à produção de mercadorias para serem vendidas com lucro no mercado mundial . (...) O que chegou às Américas foi uma enredada estrutura de poder mais ampla e mais vasta, que uma redutora perspectiva econômica do sistema-mundo não é capaz de explicar. (...) Às Américas chegou o homem heterossexual/ branco/ patriarcal/ cristão/ militar/ capitalista/ europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo. (GROSFOGUEL, 2008, p.122).

Lançando mão das noções de “heterarquias” e “colonialidade do poder”, Grosfoguel (2008) afirma que há que desenvolver uma nova linguagem descolonial para representar os complexos processos do sistema-mundo colonial/moderno, isto é, novos conceitos e nova linguagem para explicar o complexo enredamento de hierarquias do sistema-mundo colonial/moderno, “*em que a incessante acumulação de capital é afetada por, integrada em, e constitutiva de, e constituída por essas hierarquias*” (idem, p.131). Ou seja, ao invés de serem considerados como elementos que crescem às estruturas, raça, gênero, sexualidade e espiritualidade são parte constitutiva, integrante e entretecida desse amplo “pacote enredado” que se chama sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu.

Deste modo, Grosfoguel enumera, para fins analíticos, nove hierarquias globais, a saber: 1) *hierarquia de classes* em que o capital organiza diversas formas de trabalho enquanto produção de mais-valias; 2) *hierarquia de uma divisão internacional do trabalho* em centro e periferia; 3) *hierarquias político-militares* controladas por homens europeus e institucionalizadas em administrações coloniais; 4) *hierarquia étnico-racial global*; 5) *hierarquia de gênero*, que privilegia homens relativamente às mulheres; 6) *hierarquia sexual* que privilegia os heterossexuais relativamente aos homossexuais e lésbicas; 7) *hierarquia espiritual* que privilegia os cristãos relativamente às espiritualidades não-cristãs/não-europeias institucionalizadas na globalização da igreja cristã; 8) *hierarquia epistêmica* que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais relativamente ao conhecimento e às cosmologias não ocidentais; e 9) uma *hierarquia linguística* entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, subalternizando as últimas. Para Grosfoguel (2008), a hierarquia étnico-racial reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder, portanto, a noção de colonialidade do poder é uma chave fundamental para compreensão das relações de poder, pois consiste

[n]um enredamento (...) de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (“heterarquias”) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, linguística e racial. (GROSFOGUEL, 2008, p.123).

Neste sentido, a colonialidade designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno colonial e permite compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo moderno/colonial:

(...) uso a designação de “colonialidade” para me referir a “situações coloniais” da atualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista. Por “situações coloniais” entendo a opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por partes de grupos étnicos-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais. (GROSFOGUEL, 2008, p.126).

Ao recorrer ao pensamento heterárquico, do sociólogo e filósofo grego Kyriakos Kontopoulos, Grosfoguel (2008) pretende romper com a velha linguagem das estruturas sociais, uma “linguagem de sistemas fechados”, de uma lógica única e abrangente que determina uma hierarquia única. As heterarquias supõem um enredamento de hierarquias múltiplas e heterogêneas, superando a ideia de lógicas ou domínio autônomos, isto é, o “dilema do ovo e da galinha”, que se refere ao legado do liberalismo do século XIX, e implica na separação da economia, política, cultura e sociedade em áreas autônomas.

A solução para estas questões ontológicas (o dilema reducionismo/dualismo) do pensamento heterárquico é superar a oposição binária monismo/dualismo, no sentido de um materialismo emergentista que implica múltiplos processos enredados a diferentes níveis estruturais, inseridos numa única realidade material histórica (que inclui o simbólico-ideológico como parte dessa mesma realidade material). (GROSFOGUEL, 2008, p.132).

Podemos depreender que a hierarquização não se reduz a uma dimensão única e estrita, portanto, *o processo de metropolização do espaço, estreitamente vinculado à globalização contemporânea, contém em si um enredamento de hierarquias múltiplas e heterogêneas*, como exemplificou Grosfoguel ao enumerar, pelo menos, nove dessas hierarquias enredadas. As situações coloniais - opressão/exploração cultural, política, sexual, econômica de grupos étnicos/racializados – estão em curso na metrópole, evidenciadas em seu caráter racial quando analisadas sob o prisma do biopoder. Neste sentido, concordamos com Grosfoguel (2008) sobre a necessidade de utilizar um arcabouço teórico-conceitual capaz de apreender de forma integradora a ampla e vasta matriz de poder sob a qual continuamos a viver, desde a constituição da América como id-entidade da modernidade.

Todavia, é preciso contestar um de seus apontamentos acerca das implicações que as conceptualizações (heterarquias e colonialidade do poder) trazem para o debate. Uma das implicações que contestamos, refere-se à substituição do “velho paradigma marxista da infra-estrutura e da superestrutura” por uma “estrutura histórico-heterogênea (...) na qual a subjetividade e o imaginário social não decorrem das estruturas do sistema-mundo, mas são, isso sim, constituintes desse sistema”. Embora “euro-situado” na geopolítica do conhecimento, no final da década de 1950, quando Goldmann (2006) discutiu acerca da teoria da reificação das relações sociais, afirmara que somente esta

leva à compreensão da coerência de todos os textos marxistas referentes às relações entre a “infraestrutura” e a “superestrutura”. O sociólogo e filósofo francês afirma que a teoria marxista implica a ideia de que a vida social constitui sempre uma totalidade estruturada e, se há uma predominância dos fatores econômicos, é uma primazia apenas de fato e não de direito. Deste modo, à medida que a religião, a moral, a arte, a literatura (elementos que correspondem à superestrutura) são “esvaziadas por dentro” – diante da aparição de um conjunto econômico “autônomo” que tende a se apossar de modo exclusivo de todas as manifestações da vida humana – elas tendem a se transformar em realidades autônomas, independentes da vida econômica. O ato de mascarar as relações sociais entre os homens e as realidades espirituais e psíquicas, dando-lhes o aspecto de atributos naturais das coisas ou de leis naturais é uma das características fundamentais da sociedade capitalista (GOLDMANN, 2006, p.144). Deste modo, Goldmann (2006) preconiza a superação das separações entre economia, política, cultura e sociedade em áreas autônomas.

(...) Por um lado, não há história autônoma da economia, do pensamento, da religião etc., mas também que, por outro lado, não há, se tomarmos o conjunto da história, primazia que pertença de direito e necessariamente a este ou aquele setor particular da vida social. (GOLDMANN, 2006, p.139).

Além do mais, considerando que “situar-se ao lado do oprimido (...) não significa pensar a partir de um lugar epistêmico subalterno” (GROSFOGUEL, 2008), é preciso discutir a noção de raça e biopolítica a partir do lado subalterno das relações de poder, pois, *o êxito do sistema-mundo colonial-moderno reside em levar os sujeitos subalternos a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes* (idem). Assim, buscamos autores que trabalham tais noções numa perspectiva subalterna a fim de evidenciar o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala, como Achille Mbembe (2016) e Frantz Fanon (apud GROSFOGUEL, 2012). Procedemos à análise na tentativa de promover um “diálogo entre saberes” (PORTO-GONÇALVES, 2006), por isso trazemos também as discussões de Agamben (2010) e Hardt e Negri (2016).

Ressaltando a devida importância aos trabalhos de Michel Foucault para a teoria do poder, Grosfoguel (2012) contrasta a visão deste, acerca do racismo, à visão de Frantz Fanon, em busca de uma perspectiva alternativa, uma vez que a teoria foucaultiana é produzida a partir da Europa e que,

al no dialogar con el Sur Global ni salirse de su unidad de análisis intra-europeo, no logra dar cuenta de relación entre la emergencia del racismo y la expansión colonial europea. (GROSFOGUEL, 2012, p.81)

De acordo com Grosfoguel (2012), há pelo menos três equívocos na abordagem de Foucault: 1) a tese na qual o racismo não nasce da história colonial europeia, mas, de uma genealogia intrínseca à Europa; 2) a concepção intra-europeia acerca de como o racismo se mobiliza como discurso contra populações internas da Europa e, acidentalmente, a populações coloniais; e 3) o surgimento do racismo no século XIX como uma apropriação conservadora estatal do discurso de “guerra de raças”. A noção de raça no discurso da “guerra de raças” não é equivalente à noção racista de raça – Foucault utiliza a palavra “raça” como equivalente a “étnico”, que foi utilizado na Europa do final do século XVI e início do século XVII. É no final do século XIX que, de acordo com

Foucault, o discurso racista emergirá como um fenômeno “intra-europeu” da biopolítica do Estado. O colonialismo não é considerado constitutivo do racismo porque, para Foucault, o essencial para formação do racismo é a bifurcação que ocorre com o discurso da “guerra de raças”, através de uma transcrição para a “luta de classes” e para um discurso científico de uma anátomo-fisiologia que dará lugar ao nascimento da “teoria das raças no sentido histórico-biológico”. Como apresentamos anteriormente, o discurso racista do século XIX em Foucault é evocado para defesa das instituições sociais diante dos perigos biologicamente constitutivos das raças ameaçadoras. Embora as contribuições de Foucault iluminem algumas problemáticas – como a normalização e o controle biopolítico – deixa de contemplar a questão da colonialidade. Segundo Grosfoguel (2012), uma espécie de “proto-racismo” começa a ser mobilizada já no final do século XV na Península Ibérica contra as populações muçulmanas e judaicas, configurando-se, inclusive, como uma modalidade biopolítica de vigilância de tais populações. Todavia, ainda não se configura como racismo porque não põe em questão a humanidade das vítimas (GROSFOGUEL, p.88, 2012). Este questionamento ou, suspeita da humanidade dos indivíduos, surge com o debate religioso acerca das almas dos “indígenas”, pois, “povos sem religião” equivaliam a “povos sem alma”, o que os retira da categoria de humanos – e, portanto, trata-se de uma questão racista, uma vez que põe a humanidade dos sujeitos em questão.

El racismo científico del siglo XIX no es, como argumentaba Foucault, una rearticulación del viejo discurso de la <<guerra de razas>>, sino que es una rearticulación del racismo religioso de corte teológico cristiano de <<pueblos sin alma>> del siglo XVI y del racismo de color de fines del siglo XVI, de corte <<biologizante>>. El viejo discurso de la <<guerra de razas>> en Europa no fue el fundamento de este racismo científico, como insiste equivocadamente Foucault con su método genealógico, sino el viejo racismo religioso y el racismo de color que emergió a partir del siglo XVI. Esta historia y sus repercusiones para todo el imaginario europeo en la época es totalmente ignorada por Foucault. Sin embargo, sin dicha historia es imposible definir con claridad que entendemos por racismo. (GROSFOGUEL, 2012, p.92).

Já a conceitualização de Frantz Fanon concebe diversas formas de racismos, evitando os reducionismos de muitas definições (GROSFOGUEL, 2012). Para Fanon, o racismo refere-se a uma hierarquia global de superioridade e inferioridade estabelecida a partir de uma linha do humano – uma linha divisória entre a “**zona do ser**” (parte superior) e a “**zona do não-ser**” (parte inferior). Os sujeitos situados por debaixo da linha do humano (zona do não-ser) são considerados sub-humanos ou não-humanos, ou seja, “sua humanidade está questionada e, portanto, negada” (FANON, 2010 apud GROSFOGUEL, 2012, p.93).

Dependiendo de las diferentes historias coloniales en diversas regiones del mundo, la jerarquía de superioridad/inferioridad sobre la línea de lo humano puede construirse con categorías raciales diversas. El racismo puede marcarse por color, etnicidad, lengua, cultura o religión. Aunque el racismo de color ha sido predominante en muchas partes del mundo, no es la forma única y exclusiva de racismo. (GROSFOGUEL, 2012, p.93).

Considerando a noção de “heterarquias” e a colonialidade do poder, a raça constitui-se como linha transversal que atravessa e organiza as demais relações de coerção e opressão, seja de classe, sexualidade e/ou gênero. Todavia, Fanon adverte que, a experiência vivida das diversas opressões e maneira particular como ocorre a interseccionalidade é diferente na zona do ser em comparação com a zona do não-ser:

En la zona del ser, los sujetos, por ser racializados como seres superiores, no viven opresión racial, sino privilegio racial. (...) En la zona del no-ser, debido a que los sujetos son racializados como inferiores, ellos viven opresión racial en lugar de privilegio racial. Por tanto la opresión de clase, sexualidad y género que se vive en la zona del no-ser es cualitativamente distinta a como estas opresiones se viven en la zona del ser. (GROSFOGUEL, 2012, p.94).

Como Fanon discute, a dialética do “Eu” e do “Outro” não prescinde dos conflitos, entretanto, estes não são raciais, porque mesmo oprimido, a humanidade do “Outro” na zona do ser não é questionada/negada pelo “Eu” opressor. É muito interessante como Grosfoguel (2012, p.95) define o “Eu” da zona do ser (um sistema imperialista/capitalista/patriarcal): *“son las elites metropolitanas masculinas heterosexuales occidentales y las elites masculinas heterosexuales occidentalizadas en los países periféricos”*. Advertindo que a zona do ser e não-ser não é um lugar geográfico, mas, uma *posição nas relações raciais de poder que ocorrem em várias escalas contra diversos grupos racialmente inferiorizados*, o “Outro” na zona do ser são:

las poblaciones occidentales de los centros metropolitanos u occidentalizadas dentro de la periferia, cuya humanidad es reconocida pero que al mismo tiempo viven opresiones no-raciales de clase, sexualidad o género dominados por el <<Yo>> imperial en sus respectivas regiones y países. (GROSFOGUEL, 2012, p.95).

Promovendo um diálogo entre Fanon e Boaventura de Sousa Santos, Grosfoguel (2012) constrói uma relação entre as zonas fanonianas e a linha abissal do sociólogo português, a fim de enriquecer o entendimento da modernidade-colonialidade na contemporaneidade. A principal tensão reside nas formas em que os conflitos são geridos na zona do ser e do não-ser. Na zona do ser, os conflitos são geridos a partir de mecanismos de regulação e emancipação – códigos de direitos civis/humanos/trabalhistas, relações de civilidade, espaços de negociações e ações políticas que são reconhecidas ao “Outro” oprimido em seu conflito com o “Eu” opressor – isto é, os conflitos na zona do ser não regulados por métodos não-violentos. Em oposição, os conflitos sociais na zona do não-ser, abaixo da linha abissal – onde as populações são desumanizadas no sentido de considerar-se por abaixo da linha do humano (GROSFOGUEL, 2012) – os métodos utilizados pelo “Eu” imperial/capitalista/masculino/heterossexual recorrem à violência aberta e descarada.

Dado que la humanidad de la gente clasificada en la zona del no-ser no es reconocida, dado que son tratados como no-humano o sub-humanos, esto es, sin normas de derechos y civilidad, entonces se permiten actos de violencia, violaciones y

apropriaciones que en la zona del ser serían inaceptables.
(GROSFOGUEL, 2012, p.96).

Podemos notar que a concepção fanoniana de racismo é mais rica que a noção foucaultiana porque, dialogando com uma perspectiva descolonial, é capaz de apreender o enredamento de múltiplas hierarquias organizadas e atravessadas pela raça – compreendida em seus desdobramentos coloniais, e não como noção intra-europeia emergente no século XIX. Embora Foucault discuta a questão do tratamento da espécie humana como ser biológico no debate sobre a biopolítica e os dispositivos de segurança que surgem no século XIX, Fanon é muito mais profundo ao conectar o racismo ao questionamento do humano, que é anterior ao debate científico, e remonta ao debate teológico-colonial. Isto é, a noção de raça em Fanon ilumina a emergência de categorias como sub-humano e não-humano. Assim, Fanon demonstra de forma mais clara a violência do racismo em desumanizar os sujeitos e seus corpos. A conceitualização das zonas (do ser e do não-ser) torna evidente o enredamento de múltiplas hierarquias em suas operações diferenciadas considerando as assimetrias nas relações de poder. Marcadas pela opressão e violência que destituem sujeitos de sua humanidade, essa perspectiva de racismo se conecta ao debate empreendido por Achille Mbembe no ensaio sobre necropolítica (2016) e ao debate feito por Agamben (2010) sobre os campos e a vida nua.

Baseando-se no conceito de biopoder para explorar sua relação com as noções de soberania e estado de exceção, Mbembe (2016) pontua que a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer – deste modo, exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder. O autor propõem as noções de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, “(...) vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos vivos’” (MBEMBE, 2016, p.146). A preocupação de Mbembe é com as formas de soberania cujo projeto central não é a luta por autonomia – traço evidente nos marcos regulatórios e normativos da zona do ser – mas, a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos e populações, que constituem o *nomos* do espaço político que vivemos. Para Mbembe (2016), uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica foi a escravidão, pois a humanidade de uma pessoa era dissolvida até o ponto em que se torna possível que “a vida do escravo é propriedade do seu dominador”. O autor observa que a condição de escravo resulta numa tripla perda que equivale à dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social perda de um lar; perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político. Podemos verificar que, operando uma “expulsão da humanidade”, a necropolítica desdobra-se nas zonas do não-ser, onde situações coloniais persistem a partir do exercício de um poder colonial de racialização, terror e violência. A noção de colônia para Mbembe (2016) remonta à territorialização do Estado soberano, isto é, à determinação de suas fronteiras no contexto de uma ordem global recentemente imposta, e revela a delimitação das fronteiras como territórios de exceção, uma vez que as colônias poderiam ser governadas na ilegalidade absoluta:

No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal **e não criaram um mundo humano**. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e

suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (**cidadãos**) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes, ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. Assim, é impossível firmar a paz com eles. Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – **a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”**. (MBEMBE, 2016, p.133). (Grifo meu).

A negação da humanidade e da cidadania através da violência e da opressão é exercida em nome da civilização, ou, “em defesa da sociedade” diante da ameaça que os “selvagens” ou as “classes perigosas” representam à vida da população. Nesses “territórios sem lei”, é legítimo fazer morrer, pois a matabilidade constitui um traço existencial dos corpos desse *habitat*. Como afirma Mbembe (2016), “o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias”. Discutindo a relação entre soberania e “ocupação colonial”, o autor afirma que aquela é a capacidade de definir quem é descartável e quem não é, a partir da inscrição de um novo conjunto de relações sociais e espaciais sobre o terreno (uma territorialização).

Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; e resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto. (MBEMBE, 2016, p.135).

A partir de tais discussões, Mbembe (2016) chama atenção para uma concatenação do poder disciplinar, biopolítico e necropolítico, através do isolamento e cercamento de vilas e cidades; da militarização do cotidiano, inclusive com a outorga aos militares para o uso de critérios próprios sobre quando e em quem atirar; através da destruição de instituições civis e das execuções a céu aberto, como também, das matanças invisíveis. Portanto, temos a emergência de “campos”, na concepção de Agamben (2010), que se refere à “estrutura em que o estado de exceção é realizado normalmente”.

Para Agamben (2010), a questão biopolítica – da implicação da vida natural dos homens nos mecanismos e cálculos do poder – focalizada a partir do conceito de “vida nua”, já está implícita num documento que, segundo o autor, é unanimemente colocado à base da democracia moderna, a saber, o *writ de Habeas corpus*. Encontrada no século XII, é singular que em seu centro esteja o “puro e simples *corpus*”, que então, torna-se o novo sujeito da política, levando Agamben (idem) a verificar a democracia moderna como reivindicação e exposição desse “corpo”. Posteriormente, em Hobbes, Agamben (p.122, 2010)

verifica a inserção da matabilidade do corpo como fundamento tanto da igualdade natural dos homens, quanto da necessidade do *Commonwealth*, o que o leva a afirmar que “são os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente”.

Se é verdade que a lei necessita, para a sua vigência, de um corpo (...) a democracia responde ao seu desejo obrigando a lei a tomar sob seus cuidados este corpo. (...) *Corpus* é um ser bifronte, portador tanto da sujeição ao poder soberano quanto das liberdades individuais (AGAMBEN, 2010, p.121).

Portanto, a vida nua – a vida natural, o puro e simples corpus em sua matabilidade –, não o homem como sujeito livre e consciente, é que está e ocupa o fundamento do Estado moderno nos séculos XIX e XX. Segundo Agamben (2010), a separação entre o *humanitário* e o *político* revela a constante necessidade de redefinir, na vida, o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora – isto é, o reinvestimento da vida natural, operado pelos Estados-nação, que discrimina a vida autêntica de uma *vida nua*, privada de todo valor político, um “descolamento” entre os direitos do homem (natural, espécie biológica, “selvagem”) e os direitos do cidadão. Assim, o campo designa o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra; “um pedaço de território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, mas não é, por causa disso, simplesmente, um espaço externo” (AGAMBEN, 2010, p.166). Como um híbrido de direito e de fato, marcado pela indiscernibilidade dos termos – na qual a vida nua constitui-se como limiar – o campo é “o mais absoluto espaço biopolítico (...) no qual o poder tem diante de si a pura vida, sem qualquer mediação” (idem).

(...) se a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na consequente criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de indistinção, deveremos admitir, então, que nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura. (...) O nascimento do campo em nosso tempo surge, então, nesta perspectiva, como um evento que marca de modo decisivo o próprio espaço político da modernidade. (AGAMBEN, 2010, p.169-170).

Agamben (2010) afirma que, nessas condições, o estado de exceção “torna-se uma nova e estável disposição espacial na qual habita a vida nua que não pode mais ser inscrita no ordenamento”, configurando uma “localização sem ordenamento”, uma “localização deslocante”, isto é, que suspende os direitos, as normas, o ordenamento jurídico, o sistema de justiça quando opera sobre os corpos, a partir de procedimentos extra/anti-jurídicos, arbitrários, violentos e mortíferos. Agamben (2010) observa a manifestação desses campos na cidade, particularmente, nas periferias, onde se inscrevem “delirantes definições normativas”.

Afirmamos que tais procedimentos – bio/necropolíticos coloniais de exceção – que instauram a violência, a matabilidade dos corpos e a instrumentalização da morte, nos marcos da modernidade/colonialidade metropolitana, decorrem da dinâmica da normalização-normatização que é evidenciada pela tríade estruturação-formalização-funcionalização. Assim, no âmbito da metropolização bio/necropolítica moderno/colonial, estruturação-formalização-funcionalização, permitem apreender a hierarquização nesta

perspectiva de uma matriz colonial de poder que abarca múltiplas hierarquias globais que se inscrevem e interferem na cotidianidade da metrópole, demarcando espacialmente as zonas do não-ser, à medida que as relações de poder se desdobram num *continuum* que contempla desde uma dimensão material/funcional até uma dimensão simbólica/imaterial. A hierarquização na metropolização bio/necropolítica moderno/colonial é um processo que insere os indivíduos numa matriz de múltiplas relações de poder enredadas, que está estruturada a partir da raça enquanto linha divisória entre o humano e o sub/não-humano, conformando, assim, espacialidades que instrumentalizam a exposição à morte e o direito de matar.

As contribuições de Campos (2011), Haesbaert (2014) e Oliveira (2017), são reveladoras de uma produção do espaço urbano eivada por situações bio/necropolíticas coloniais de exceção, e fundamentais para pensar, dentro de uma perspectiva geográfica subalterna, o processo de estruturação-formalização-funcionalização, ou seja, pensar acerca dos procedimentos de normatização/normatização biopolíticas-coloniais nas formas-conteúdos e funções do espaço metropolitano.

Quando versa acerca da construção de “territórios criminalizados” na metrópole carioca, Andreilino Campos (2011) expõe os violentos procedimentos materiais e simbólicos que conformam a experiência urbana racista e colonial, presentes na paisagem e no imaginário da cidade do Rio de Janeiro desde suas origens. Ao considerar o quilombo, o cortiço e a favela como *formas espaciais de resistência ao poder constituído*, busca restabelecer a lógica das classes populares, “tornando os ocupantes desses espaços como sujeitos responsáveis pela história sócio-espacial das cidades” (CAMPOS, 2011, p.66). Este projeto é totalmente solidário à perspectiva de descolonização do conhecimento, como observamos em Grosfoguel (2008). A contribuição deste importante geógrafo é crucial para revelar a estigmatização do quilombo e da favela ao longo da história sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro. Tratando sobre o “projeto de nação”, Campos (2011) pontua o processo de homogeneização racial que consistia no não-reconhecimento dos elementos da cultura negra, pois o pressuposto da construção de um país baseava-se no estabelecimento da cultura europeia. Neste sentido, o negro era o “Outro”, “não-igual”, portanto, toda produção que remetia à tal identidade/territorialidade era considerada inferior e deveria ser combatida⁵¹. O geógrafo afirma que tanto a criminalização quanto a discriminação eram anteriores à existência da favela, referindo-se ao processo de “estigmatização do espaço” como o inusitado produzido pelos grupos dominantes. A estigmatização é um ato de poder espacial, portanto, de hierarquização, e vai de encontro ao debate das heterarquias e zonas do não-ser, quando normaliza/normatiza o racismo e as situações coloniais na contemporaneidade, a partir da conferência de um aspecto simbólico pejorativo, ameaçador e perverso às determinadas espacialidades:

Em outras palavras, o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o Outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano. Obviamente, a cor continua a ser um dos elementos fundamentais, mas a favela

⁵¹ Campos (2011, p.47) apresenta algumas palavras do antiescravagista Frederico L. C. Burlamaque em que a “ideologia do embraquecimento” fica evidente, principalmente quando se refere aos negros como “pragas” das quais o país deveria livrar-se.

esconde parte dessa diferença étnica. Negros, brancos, “paraíba”, “baianos”, entre outros atores sociais, são, antes de tudo, pobres, mas são classificados, em geral, pelos formadores de opinião, como pertencentes às “classes perigosas”. Entretanto, sem dúvida, o estigma, apesar de ser generalizado, atinge, sobremaneira o negro e, de modo mais virulento, o negro favelado. (CAMPOS, 2011, p.63).

A abordagem de Campos (2011) também afirma a violência material-funcional como forma de gestão de conflitos da zona do não-ser e, portanto, a bio/necropolítica colonial de exceção como paradigma de governo para os grupos considerados sub/não-humanos.

O controle exercido pelo Estado sobre os grupos menos favorecidos é, em geral, expresso pela marca da violência com que são tratados os mais pobres. (...) Nesse caso, estamos nos referindo a uma violência tácita, seja na ocupação do espaço, seja na ação coletiva, onde a repressão é a melhor arma para a negociação entre o Estado e os desvalidos da sociedade. (CAMPOS, 2011, p.64).

Seja pelo discurso do “risco ambiental”, do “risco à segurança pública” ou da “incapacidade dos moradores de favela em adaptar-se à dinâmica do capitalismo”, Campos (2011) põe acento nos estigmas que são criados para respaldar toda e qualquer ação contra os indivíduos que ocupam esses espaços. A introjeção de tais estigmas e discursos nas formas-conteúdos em suas distintas funcionalidades exprime o processo de estruturação-formalização-funcionalização, que introduz na espacialidade vivida no cotidiano a naturalização de imaginários coloniais e comportamentos de violência e desumanização. Campos (2011) ainda acentua a associação entre Estado e classes dominantes no acionamento de aparelhos de repressão para definir os diversos usos do solo urbano e excluir parcelas significativas da população, o que pode ser percebido quando examinamos as intervenções no Morro da Providência a partir do movimento de inscrição-prescrição-ordenação. Essa definição repressiva de usos do solo é o que o termo funcionalização permite compreender, uma vez que corresponde ao pré-estabelecimento de atividades e ritmos que suplantam a existência de determinados grupos ao provocar o estranhamento e questionar sua humanidade, como no discurso da “incapacidade” de habitar a moderna metrópole – que revela a tentativa de posicionar (dentro das relações de poder) na zona de fronteira que Mbembe (2016) discute ao tratar da ocupação colonial, portanto, lugar de “selvagens”, “não-civilizados”, não-humanos.

A manifestação do bio/necropoder colonial na estruturação-formalização-funcionalização também é evidente quando Haesbaert (2014) discute as estratégias de restrição à circulação e/ou de contenção territorial, subdividindo-as em três modalidades: i) contenção territorial permanente; ii) contenção territorial temporária; iii) contenção simbólica. O geógrafo busca analisar as formas de constrangimento e barragem pelas quais moradores de favelas são submetidos na vida cotidiana da metrópole. Na primeira modalidade, o autor discute acerca dos muros-duto e muros-barragem, isto é, objetos geográficos inseridos na paisagem para contenção indireta da população; canalização segura dos fluxos; impedimento do contato com certas áreas da cidade (as favelas); embelezamento (de caráter discursivo); restrição da mobilidade e expansão das classes indesejadas. Em relação à contenção temporária,

destaca-se a obstrução de fluxos ou fechamento de vias de circulação advinda de conflitos entre polícia, narcotraficantes e/ou milícias (HAESBAERT, 2014). E por fim, a contenção simbólica diz respeito às representações ou concepções do espaço que permeiam o discurso dominante e produzem estigmas e discriminações espaciais. A hierarquização, no âmbito de uma metropolização bio/necropolítica colonial de exceção, introduz, na experiência do espaçotempo da metrópole, as categoriais de distinção racial, sexual, de gênero, econômica, social, espiritual e epistêmica que atravessam os sujeitos diferencialmente e estabelecem posicionalidades no interior dessas múltiplas relações de poder, interferindo – conforme a contribuição de Haesbaert (2014) – na mobilidade dos sujeitos e em sua subjetividade, uma vez que, portadoras de normas, as formas carregam em si as representações da proibição, da privação e da negação da cidade para determinados grupos. De acordo com Haesbaert (2014), não devemos perder de vista a natureza dessas políticas, que enfatizam a insegurança enquanto desviam a atenção para a precariedade das condições em que sobrevivem os grupos subalternos. Todavia, é deste modo que o mecanismo de instrumentalização da morte funciona, no esvaziamento do conteúdo político do ser social.

Por fim, as contribuições de Oliveira (2017) também são reveladoras dessa normalização bio/necropolítica moderna-colonial que observamos como desdobramento do termo hierarquização em sua dimensão espacial. Mais especificamente, buscando analisar a inscrição espacial do imaginário colonial biopolítico racista nas políticas de *city-marketing* na cidade do Rio de Janeiro, Oliveira (2017) afirma que o racismo se dimensiona espacialmente numa pluralidade de experiências que revelam tensões nos projetos de cidade e nação. O geógrafo sugere duas possibilidades:

- 1 - o racismo e o imaginário colonial como instrumento político/ideológico na venda da imagem da cidade cordial e racialmente democrática para atrair investimentos, empreendimentos e eventos; 2 – Gestão racista da cidade como mecanismo biopolítico de controle, segurança e instituidor de uma ordem espacial. (OLIVEIRA, 2017, p.78).

Na primeira possibilidade, que trata mais especificamente o marketing urbano, o autor discute a transformação da cidade do Rio de Janeiro numa vitrine que dissimula a racialização e a segregação racial na produção do espaço urbano, enquanto incorre no silenciamento de violências extremas e no apagamento de tensões provenientes da discriminação racial – afinal, a imagem da cidade só é rentável se não exhibe conflitos. A objetificação da mulher negra, a *mulata* que diverte os turistas com seu samba, através da naturalização de seu corpo com a paisagem urbana tropical, é uma das formas pelas quais observamos a ação da formalização-funcionalização, uma vez que as relações são reificadas, normalizadas e comercializadas quase que harmonicamente, demonstrando a audácia do poder colonial em operação na metrópole. Oliveira (2017, p.84) chama atenção para a substituição do espaço público *pelo espaço racializado e regulado pela bio e necropolítica para o consumo e extração de mais-valia* – criando padrões racializados de circulação no espaço público, enquanto, simultaneamente, promove as *arquiteturas da exclusão*: ações de caráter autoritário, restituidoras do imaginário colonial, que buscam “limpar/higienizar” a paisagem e o espaço público de grupos considerados indesejáveis. A hierarquização (colonial, bio/necropolítica, de exceção) através

da formalização-funcionalização, estrutura formatações que “destituem de importância existencial” (OLIVEIRA, 2017) os grupos subalternos.

O *marketing* urbano na cidade do Rio de Janeiro é marcado por uma hegemonia de classe e racial que busca dissimular qualquer desigualdade racial para exportar imagens de harmonia e democracia de nossas relações raciais perante outras partes do mundo. (OLIVEIRA, 2017, p.87).

Examinando a segunda possibilidade proposta por Oliveira (2017), a que refere-se à gestão racista do espaço, deparamo-nos com uma importante nota de rodapé que é fundamental para construção do que compreendemos como estruturação-formalização-funcionalização, uma vez que apreende as favelas como:

a contraface da modernidade urbana, isto é, “a expressão moderno-colonial do urbano, subalternizando grupos sociais que a compõem e caracterizando-se como formações territoriais subalternas num contexto de (re)novação da colonialidade nos primórdios do pós-colonialismo. (OLIVEIRA, 2017, p.89).

Este trecho permite-nos depreender que a hierarquização no âmbito de uma metropolização bio/necropolítica moderno-colonial é um processo de subalternização de territorialidades, estruturadas no interior de uma matriz de poder colonial, enredada em níveis estruturais de poderes heterogêneos, situadas na zona do não-ser, logo, destituídas de natureza humana e, portanto, violáveis e matáveis. Oliveira (2017) afirma que as cidades brasileiras nascem para exterminar os negros enquanto sujeitos de direitos e identifica três grupos responsáveis pela gestão racista da cidade, tanto por ações intencionalmente racistas, quanto como neutras – mas com grande potencial discriminatório: são os capitalistas raciais, os protagonistas do racismo ambiental e as UPPs. Por capitalistas raciais, Oliveira (idem) compreende os agentes modeladores do espaço urbano que instituem uma organização e uma distribuição do espaço que concedem privilégios a determinados grupos raciais de *status* social superior, que, tradicionalmente, se constituíram a partir de tecnologias biopolíticas na produção do espaço. São estes agentes que formalizam, isto é, validam formatações que contém em si normações bionecropolíticas coloniais e produzem não apenas o branqueamento e a euro/americanização de paisagens, mas também, a segregação, a gentrificação e o solapamento de referenciais de pertencimento da identidade negra no urbano. O racismo ambiental é evidente no acionamento do discurso do risco e dos desastres naturais nos casos de remoções – como verificamos no caso do Morro da Providência, famílias estavam vivendo em meio aos escombros e ruínas das casas removidas para dar lugar aos megaempreendimentos. Acerca das UPPs, Oliveira (2017) destaca o branqueamento das paisagens e dos eventos culturais, ao regular a vida dos moradores de favela e destruírem as condições de existência das culturas negras em ambientes de favela – principalmente a partir da destituição do poder de criar os *bailes funks* – uma nítida racionalização da cultura através de uma visão elitista, machista e racista (idem). As UPPs instauram constrangimentos na mobilidade e na subjetividade da população, o que corresponde ao que denominamos *funcionalização*, esta dinâmica de poder capaz de robotizar (nas palavras de Lefebvre) e animalizar os indivíduos através da prescrição de usos estranhos à maneira de se reconhecer no lugar.

Por fim, os geógrafos que cooperam para um entendimento da produção do espaço numa perspectiva subalterna, não apenas identificam a essência dos fenômenos e levantam problemas... Os mesmos buscam propor soluções para superação deste sistema-mundo moderno/colonial/capitalista. Desde redes de solidariedade (CAMPOS, 2011) às dinâmicas de contornamentos (HAESBAERT, 2014), a palavra chave que emerge como possibilidade para alternativas e uma outra produção do espaço é *resistência*. Nesta direção, partilhamos da conceitualização de biopolítica a partir de Hardt e Negri (2016). Os autores discutem que, quando Foucault começa a trabalhar com o conceito de biopoder, este sempre possui uma dupla acepção, a qual ele denomina como resistência (em relação ao poder que se opõe). Todavia, este termo parece não capturar realmente o que Foucault tem em mente, porque a simples oposição ainda é dependente ou subordinada ao poder e, conforme os autores, esse outro, *“pode ser melhor definido como uma produção alternativa de subjetividade, que não só resiste ao poder como busca autonomia em relação a ele”* (HARDT E NEGRI, 2016, p.73). Neste sentido, os autores adotam uma distinção terminológica pela qual concebem a biopolítica como o poder da vida de resistir e determinar uma produção alternativa de subjetividade. Assim, Hardt e Negri (2016) postulam que a biopolítica surge como um acontecimento, ou melhor, *como uma densa trama de acontecimentos de liberdade*.

Em contraste com o biopoder, a biopolítica tem um caráter de *acontecimento*, antes de tudo, no sentido de que a “intransigência da liberdade” perturba o sistema normativo. O acontecimento biopolítico vem do exterior, na medida em que rompe com a continuidade da história e a ordem existente, mas não deve ser entendido apenas negativamente, como ruptura, mas também como inovação, emergindo, por assim dizer, do interior. (HARDT E NEGRI, 2016, p.76)

Destarte, o acontecimento biopolítico deve ser entendido, no contexto antropológico e ontológico, como um ato de liberdade, o que permite entender a vida como uma trama tecida por ações constitutivas e compreender o tempo em termos de estratégia. Para Hardt e Negri (2016), o ser é feito no acontecimento e este se situa no interior das existências e das estratégias que o perpassam. Conforme os autores, *os acontecimentos de resistência têm o poder não só de escapar ao controle, mas de criar um novo mundo* (HARDT E NEGRI, 2016, p.79). Os acontecimentos são subversivos, abalam identidades e normas dominantes, inauguram uma produção alternativa de subjetividade. Assim, diante da captura capitalista-moderna-ocidental-branca-masculina de múltiplas subjetividades que se (re)fazem no cotidiano da metrópole, é preciso provocar acontecimentos produtores de subjetividades-mundos alternativos, em redes de solidariedade, através de contornamentos, buscando sobreviver e encontrar justiça, afeto e dignidade. Henri Lefebvre enunciou a fórmula – produzir um novo espaço para novas relações sociais, pela via do direito à cidade, como condição para a renovação do humanismo e da democracia. Contudo, que humanismo? Que democracia? Já indicamos que o caminho é feito a partir de um diálogo entre saberes, portanto, partindo de um lugar epistêmico subalterno. A partir de uma análise da constituição da Comissão de Moradores do Morro da Providência e da luta contra as remoções, partiremos da noção alternativa de biopolítica como “trama de acontecimentos de liberdade” para construir a noção de *tramas políticas de ação rebelde*, que busca dar conta dos enredamentos multi/trans-escalares de atores e práticas espaciais de resistência e rebeldia fundamentais

na luta pelo direito a permanecer no morro. Trata-se, do direito de produzir o direito à produção do espaço e, portanto, fazer-se ser político.

4

Reivindicar o direito à produção do espaço

Considerando a tese lefebvriana de implosão-explosão da cidade, concorda-se que o espaço urbano é simultaneamente produto de contradições e produtor de conflitos, o que nos permite focalizar os atores e ações que suscitam a tensão entre dominação e apropriação na cidade. Neste sentido, o fenômeno da implosão-explosão da cidade é “detonado” por determinados atores que, portanto, forjam espacialidades antagônicas: a cidade é o lócus do controle, da opressão e da repressão, como também da insurgência, rebeldia e transgressão. Cabe, assim, considerar o espaço enquanto um produto social de grupos distintos que, a partir de suas ações – ou práticas espaciais – constroem determinadas espacialidades: mais ligadas à dominação ou, mais ligadas à contestação. A análise que empreendemos aqui se debruça sobre esta última, pois inscrevem no lugar ações de resistência e rebeldia capazes de anunciar outras possibilidades e modalidades de apropriação/produção do espaço.

Lançamos mão da teoria crítica do filósofo francês Henri Lefebvre (1991), para o qual o espaço social é um produto social que contém as relações sociais de reprodução (bio-fisiológicas e socioeconômicas) e certas representações de determinadas relações sociais, constituindo-se, simultaneamente como físico e social, concreto/funcional e simbólico. Para o filósofo, cada sociedade, ou modo de produção, produziu seu espaço, sendo este – simultaneamente – um meio de produção e de controle, portanto, meio de dominação e de potência. Sendo assim, o espaço tem um caráter instrumental, que serve tanto ao pensamento, quanto à ação. E, neste sentido, o espaço é político e ideológico, justamente porque o processo de sua produção está vinculado a grupos particulares que dele se apropriam para geri-lo, para explorá-lo. É nesta direção que abordamos o “direito à produção do espaço”, que pretende abranger as reivindicações, processos, estratégias e procedimentos engendrados por grupos subalternizados na luta e resistência pelo poder/controlar da produção do espaço.

Para Lefebvre (2016) o espaço é objeto de estratégias e caberá à análise crítica do espaço definir como e de acordo com qual estratégia determinado espaço constatado foi produzido. Na obra *O direito à cidade*, Lefebvre (2008) situa a cidade num nível intermediário entre duas ordens, a saber, a *ordem distante* – a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado, organizações supranacionais, oligopólios transnacionais); e a *ordem próxima*, relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações destes grupos entre eles. A ordem distante se institui num nível dotado de poderes, comporta princípios morais e jurídicos, formalizados ou não, projetando-se na realidade prático-sensível, na ordem próxima, manifestando seu poder coator. A apresentação dessas ordens leva o filósofo a considerar a cidade com obra de certos “agentes” históricos e sociais, sendo necessário distinguir a ação e o resultado, o grupo ou os grupos e seu “produto”. Grupos distintos, ordens, estratégias, ideologias, dominação e apropriação estão contidos no espaço revelando as tensões e contradições que o fundam enquanto produto e produtor de relações sociais. Segundo Gottdiener (2010), Lefebvre vê o conflito de classes como se se desenvolvesse no espaço, numa perspectiva na qual os padrões espaciais adquirem uma dinâmica própria à medida que são produzidos por uma formação

social antagônica, envolvendo contradições que nascem da natureza dialética da organização sócio-espacial.

A principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, e espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária. (Lefebvre, 1979, p.241 apud Gottdiener, 2010, p.131).

Neste sentido, concordamos com Ferreira (2007), ao considerar que as *relações sociais são sempre espaciais*, existindo a partir da construção de certas espacialidades que evidenciam os conflitos de interesses engendrados em torno do espaço social e do espaço abstrato. A sobre-determinação do valor de troca em relação ao valor de uso, no que diz respeito à cidade, é focalizada por Ferreira (2007) como processo que garante a sobrevivência do capitalismo e, portanto, ponto de apoio à tensão entre dominação/apropriação e ordem distante/ordem próxima: a dominação está ligada ao valor de troca e também à ordem distante, enquanto a apropriação da cidade pelo cidadão está ligada ao valor de uso e à ordem próxima.

Cabe ressaltar que a tensão entre valor de uso/valor de troca, dominação e apropriação como problemática da realidade urbana se acirra no período denominado por Lefebvre como explosão-implosão da cidade. Escrevendo no ano de 1968, o filósofo pontua:

O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais. Atravessa alegremente as fronteiras nacionais; a Megalópole da Europa do norte vai do Ruhr ao mar e mesmo às cidades inglesas, e da região parisiense aos países escandinavos. Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os “pobres” e tornam-se guetos para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrário as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (em redor do Central Park em New York, no Marais em Paris). (Lefebvre, 2008, p.18,).

No fenômeno de implosão-explosão, portanto, são observados a expansão da fronteira urbana, para além dos municípios e até limites nacionais (no caso europeu), como também a concentração populacional, o aumento dos deslocamentos, a segregação sócio-espacial e a afirmação e/ou dissolução dos centros urbanos. No ano de 1989, o jornal *Le Monde Diplomatique* publica um texto de Henri Lefebvre, cuja tradução é, “quando a cidade se perde na urbanização planetária”, no qual o autor versa acerca do fenômeno urbano estendido a todo o planeta. Lefebvre inicia seu texto com a evidência de que as esperanças no urbano enquanto portador de novos valores e de uma civilização

alternativa se esvaem com as últimas ilusões da modernidade, em primeiro lugar, porque, quanto mais a cidade se estende, mais as relações sociais se deterioram. De acordo com Lefebvre, a situação na cidade piorou, por um lado, devido à extensão das formas urbanas e, por outro, devido à fragmentação das formas tradicionais de trabalho. O centro urbano se transforma e assume um valor de consumo, o centro histórico desaparece, restando apenas centros de poder e espaços fictícios e artificiais. O planejamento urbano não se traduziu num verdadeiro pensamento de cidade, mas, numa espécie de catecismo para os tecnocratas, sendo o sistema institucional - tecnocracia e burocracia – verdadeiros inimigos da vida urbana – o que paralisa o devir. Os direitos do cidadão existem apenas na teoria, pois na prática a decisão e os poderes permanecem nas mãos das autoridades. Contudo, dentre tais evidências, o maior perigo para Lefebvre, reside na homogeneização acarretada pelo processo de planetarização, uma vez que promove o desaparecimento das diferenças. À homogeneização, acompanha-se a fragmentação e a hierarquização do espaço. Concluindo sua visão, Lefebvre afirma que o cidadão e o habitante da cidade foram dissociados, uma vez que ser cidadão significava permanecer muito tempo em um território e, sob o império dos fluxos – com o advento das tecnologias de informação e comunicação – o habitante está em constante movimento, circulação. Para Lefebvre, cidadão e habitante da cidade devem se encontrar sem, no entanto, se confundir – o que implica a reformulação do quadro de cidadania política – que, no direito à cidade, se constitui enquanto concepção revolucionária.

No âmbito de uma urbanização planetária, tem-se a deterioração das relações sociais. Como essas relações são sempre espaciais, conformadoras de espacialidades antagônicas, a cidade também se deteriora, ou seja, ela se perde à medida que a experiência urbana predominante é a da mercadificação de todas as dimensões da vida social, processo que revela o triunfo do espaço abstrato – numa escala antes não vista. De acordo com Neil Brenner (2013) a problemática urbana contemporânea é definida pela extensão desigual do processo de destruição-criativa capitalista em escala planetária e a dialética implosão-explosão afirma-se como horizonte analítico, empírico e político fundamental para qualquer teoria crítica de urbanização no século XXI. Considerando o horizonte político e os atuais debates sobre o direito à cidade, em torno da política do espaço e da luta pelo bem comum local em grandes cidades, Brenner (2013) pontua sobre a necessidade de *conectar as lutas ao largo dos mais variados cenários de urbanização estendida*, afirmando que camponeses, pequenos proprietários de terra, trabalhadores agrícolas, populações indígenas e setores afins estejam unidos na busca de um mesmo objetivo político. Isto porque, para o autor, novos vetores de luta social e urbana cristalizam-se e a cidade não pode mais ser concebida apenas como um sítio ou cenário de conflitos políticos, pois as condições urbanas aparecem com um meio para modificar as estruturas políticas-econômicas e as formações espaciais gerais do capitalismo mundial (Brenner, 2013, p.43).

Tal perspectiva corrobora com a tese de Harvey (2014), para o qual, algum tipo de luta de classes está inevitavelmente envolvido no processo de urbanização, este, crucial para a história da acumulação do capital. Neste sentido, a proposta do geógrafo de “reivindicar a cidade para luta capitalista”, consiste em considerar que o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política (HARVEY, 2014). Ele propõe, para além disso, a reivindicação do direito à cidade, o que *“equivale a reivindicar algum tipo de*

poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014). Este “poder configurador” é uma característica essencial do “arquiteto rebelde”, que pressupõe a capacidade de pensar e agir de maneiras radicalmente diferentes, isto é, “pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas” (HARVEY, 2011, p.305). A inclinação à rebeldia define-se pelo empenho do ser social em transformar o mundo e apropriar-se de seu destino social individual e coletivo.

É neste sentido que apontamos para a necessidade de “reivindicar o direito à produção do espaço”, uma vez que, considerando a biopolítica como acontecimento que busca autonomia em relação aos poderes da ordem moderno-colonial, a atividade rebelde corresponderá à restituição do (contra)poder de modelar o espaço como uso/obra, alterando profunda e radicalmente o horizonte das relações sociais de (re)produção do espaço.

Sendo assim, a partir da análise de Brenner (2013) e Harvey (2014), torna-se evidente algum tipo de articulação coletiva de iniciativas, lutas e movimentos na direção da negação e superação do estado de coisas atual. Ao nos debruçarmos sobre as espacialidades mais ligadas à apropriação, lançamos mão do conceito de *mobilizações*, concordando com Ferreira (2013) ao se referir à necessidade de *incorporar maneiras novas e alternativas de insurgência e contestação*, desprendendo-se dos debates e reflexões que não condizem com o tempo presente e, para além disso, rejeitando as hierarquizações, que desqualificam ativismos e outras formas de engajar-se politicamente em detrimento do tradicionalismo de determinados movimentos sociais. Deste modo, ao lançar mão do conceito, pretendemos notabilizar, além das práticas espaciais alternativas de contestação e reivindicação, as ações em âmbito espacial capazes de criar um outro espaço para outras e novas relações sociais, no sentido de uma cidade anti-capitalista.

No contexto de tais grupos e relações sociais, destacamos as práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos. De acordo com Pedon (2013), é a partir da década de 1970-80 que surge um interesse da parte dos geógrafos pelo estudo dos movimentos sociais, principalmente, daqueles adjetivados como “urbanos”. Para o autor, “há entre os movimentos sociais que atuam no Brasil, um conjunto de mobilizações cuja natureza é essencialmente territorial e de importância crescente no contexto nacional”, e prossegue afirmando que,

(...) constitui um desafio pensar a natureza territorial, assim como as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, com o fim de reconceituá-los com base numa leitura geográfica do processo (Pedon, 2013, p.27).

A observação de Nel-lo (2014) é interessante ao situar os movimentos e conflitos sociais como fatores que incidem de modo decisivo na configuração da cidade. Para ele: “las configuraciones territoriales existentes en cada momento reflejan (...) también el legado espacial del orden y las luchas de sociedades pretéritas” (NEL-LO, 2014, p.274). Se concordamos que as relações sociais são relações de produção, em sentido amplo, precisamos reconhecer a produção do espaço a partir dos movimentos sociais – seus desafios, potencialidades e possibilidades.

Para Nel-lo (2014), apropriando-se de seu caráter eminentemente político, que emerge das demandas por equidade e democracia, os movimentos sociais se converteriam em sujeitos transformadores do território e da sociedade. Quando Oslender (2002) conceitualiza o espaço como “*un sitio de constante interacción y lucha entre dominación y resistencia*”, ele concebe os movimentos sociais “*desde una perspectiva de estructuración en tanto que la acción colectiva de los participantes de un movimiento desafía a estructuras de dominación y/o sujeción*”. A dimensão da ação contestatária, de reivindicação e transformação está no horizonte de atuação dos movimentos sociais, que segundo a percepção de Ferreira (2011, p. 235), são “aqueles que se colocam em oposição à determinada situação do cotidiano, tentando – a partir de sua organização – transformar aquilo que lhes aflige”. O autor se refere a uma ação de âmbito coletivo, decorrente de uma luta – de natureza social, política, econômica ou cultural – mobilizada através de diversas práticas espaciais, sendo considerada como força central da sociedade.

Tais práticas espaciais de contestação contêm implicações espaciais, isto é, podem atuar na reconfiguração material dos lugares urbanos, como propõe Velloso (2016), ao pesquisar as lutas e episódios de insurreição e a repercussão desses momentos na transformação do espaço. A pesquisadora observa uma reconfiguração do espaço urbano a partir do episódio das barricadas de 1830, 1848, 1871 e 1968 em Paris, como também, em Seattle (2000), o movimento *Piqueteros* na Argentina e o movimento *Occupy*. Considerando este olhar, é possível reconhecer não apenas diferentes formatos de apropriação coletiva dos lugares, como também, uma modificação da morfologia do espaço, de uma cidade inteira até uma rua, edifício e/ou praça: os movimentos sociais produzem concretamente seu espaço.

É preciso considerar a produção do espaço para além de sua dimensão material, como observa Souza e Teixeira (2009) ao atentar para os domínios do poder simbólico e as imagens espaciais dos movimentos sociais que, ao nomearem seus espaços, atribuem aos seus territórios um significado político-simbólico, criando o que os autores definem como “*léxico espacial*”. Compreendendo os movimentos sociais como “agentes modeladores”, estes,

Ao produzirem espaço, não modelam apenas formas visíveis e palpáveis, diretamente. Os agentes sociais, ao protagonizarem processos e práticas de significação e ressignificação espacial (isto é, atribuição de significados aos espaços, às práticas e aos processos e produção de símbolos), também “modelam” imagens espaciais, assim interferindo (ou buscando interferir) na maneira como a sua identidade (espacial) é construída e apreendida por outros agentes sociais. Ao mesmo tempo em que essa face das práticas dos agentes se associa práticas de territorialização (...) também constitui uma dimensão da “política de identidade” (...) o que representa o passo crucial de cavar uma trincheira político-simbólica. (Souza e Teixeira, 2009, p.33).

Sem mergulhar num romantismo exagerado a respeito da relevância dos movimentos sociais, não podemos ignorar a contribuição destes na promoção de uma maior participação popular nas esferas de decisão e intervenção no/do espaço urbano, concordando com Souza (2005), que,

(...) sem a participação da sociedade civil, um desenvolvimento sócio-espacial fundado na conquista gradual da autonomia

individual e coletiva (...) deixa simplesmente de fazer sentido. (Souza, 2005, p.140).

Para Ferreira (2011), a construção de uma percepção da necessidade de participação, no âmbito da população – na definição do futuro das cidades – deve ser um projeto que integre a capacidade imaginativa com novas formas de associação e mobilizações, levando em conta o curto, médio e longo prazo em suas reivindicações, o que nos aproximaria do verdadeiro direito à cidade: o direito de pensar e construir uma outra cidade.

A necessidade de enfrentar as consequências da crise de democracia e a vontade de buscar alternativas tem propiciado o surgimento de iniciativas cidadãs centradas na esfera da reprodução social, as denominadas práticas de inovação social (NEL-LO, 2014, p.281), que se caracterizam: *“por otros dos rasgos distintivos – la voluntad de apoderar a los ciudadanos a la hora de reclamar sus propios derechos y de construir alternativas para avanzar hacia una mayor equidad social”*.

Reconhecendo a produção espacial dos movimentos sociais, tanto material quanto simbólica e seu papel na construção e luta por direitos, mesmo diante de um cenário em que o estado de exceção e a segurança são tomados como paradigma de governo e tendem a suspendê-los, legitimando uma bio/necropolítica de controle e contenção das mobilizações, neste momento – considerando a biopolítica como acontecimento de resistência e autonomia – avaliaremos as novas ações coletivas que demandam por autonomia ou recorrem às narrativas autônomas na constituição de protestos, agendas e espacialidades alternativas.

O interesse na perspectiva autônoma segue o raciocínio de Souza (2000) quando versa a respeito do planejamento e gestão das cidades, colocando-a como princípio e parâmetro central para avaliação de processos e estratégias de mudança sócio-espacial. Para o geógrafo, uma sociedade autônoma significa “uma sociedade onde a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos e a opacidade e mutilação da esfera pública que disso derivam foram abolidas” (SOUZA, 2000, p.77). A partir do prisma político-filosófico de Castoriadis, para o qual o projeto da autonomia refunda a democracia, Souza (2000) aborda os dois sentidos que a noção engloba:

Autonomia coletiva ou consciente e explícito autogoverno de uma sociedade dada, o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva (o que inclui o acesso à informação suficiente e confiável) de igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da esfera pública; e autonomia *individual*, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa (o que, obviamente, depende tanto de circunstâncias estritamente individuais e psicológicas quanto de fatores políticos e materiais). (Souza, 2000, p.76)

Neste sentido, ao investigar as novas formas de ação coletiva dos movimentos sociais dos anos 80, Alberto Melucci (1989) reconhece uma mudança nos conflitos sociais, em que novas contradições emergem e implicam na redefinição da situação e modalidades de ação dos movimentos sociais. De acordo com Melucci, *é preferível falar em redes de movimentos ou áreas de*

movimento, para destacar as mudanças organizacionais dos novos movimentos sociais, que

estão adquirindo autonomia crescente em relação aos sistemas políticos; como um subsistema específico, criou-se um espaço próprio para a ação coletiva nas sociedades complexas. Ele se torna o ponto de convergência de formas de comportamento diferentes que o sistema não pode integrar (incluindo não só orientações conflitantes, mas também comportamento desviante, inovação cultural etc.). (Melucci, 1989, p.61)

Para Melucci, a situação normal do “movimento” hoje é ser uma de pequenos grupos imersos na vida cotidiana (1989). Como já observava o autor, as ações destes movimentos sociais estão focalizadas nos códigos culturais que desafiam os padrões simbólicos dominantes, o que torna o próprio movimento uma mensagem:

Compromisso de curta duração e reversível, liderança múltipla aberta ao desafio, estruturas organizacionais temporárias e ad hoc são as bases para a identidade coletiva interna, mas também para um confronto simbólico com o sistema. Às pessoas é oferecida a possibilidade de outra experiência de tempo, espaço, relações interpessoais, que se opõe à racionalidade operacional dos aparatos. Uma maneira diferente de nomear o mundo repentinamente reverte os códigos dominantes. (Melucci, 1989, p.62)

Esta reconfiguração e reformatação das ações dos movimentos sociais é apreendida por Svampa (2009) apresentando um panorama da ação coletiva dos novos movimentos na América Latina. Para a autora, entre os anos 1970-1980, surge um conjunto de ações coletivas, marcadas por seu caráter local e pontual, chamando atenção para os novos movimentos sociais, caracterizados pela emergência de novas lutas, ligadas às condições de vida, reivindicando a terra e moradia, como também, os serviços públicos. Na década de 1990, ocorre uma nova repercussão no plano das ações coletivas como resposta às dinâmicas da globalização neoliberal: novos repertórios ligados à ação direta proliferam-se – saques, inquietações sociais, escrachos, bloqueios de rotas, puebladas, entre outras (Svampa, 2009, p.3).

Así, en las últimas décadas, los movimientos sociales en América latina se han multiplicado y han extendido su capacidad de representación, esto es, han ampliado enormemente su plataforma discursiva y representativa en relación a la sociedad: movimientos indígenas y campesinos, movimientos urbanos territoriales, movimientos socio-ambientales, movimientos y colectivos glttb, en fin, colectivos culturales, dan cuenta de la presencia de un conjunto de reivindicaciones diferentes. (Svampa, 2009, p.7)

Novas tendências de ação social adquirem destaque na América Latina (SVAMPA, 2010), dentre as quais, um novo *ethos* militante que emerge pela demanda por autonomia, sendo um dos campos mais proeminentes do campo contestatário e forma de resistência, caracterizado pela concepção de política na perspectiva de baixo, reclamando a horizontalidade dos vínculos e a democracia por consenso e a auto-determinação como valores estruturantes.

En Argentina, hay que reconocer que en los últimos años ha habido un amplio desarrollo de diferentes corrientes que dan

cuenta de la presencia de la narrativa autonomista que incluyen desde las organizaciones de desocupados independientes, asambleas barriales, organizaciones de derechos humanos (como H.I.J.O.S), fábricas recuperadas, asambleas socio-ambientales, numerosos colectivos culturales e incluso experiencias centradas en la denuncia de la precarización laboral (Coordinadora de Trabajadores Precarizados) y nuevos activistas sindicales. (...) A nivel continental, el modelo de referencia es sin duda la experiencia y el discurso zapatista, más allá de la entusiastas adhesiones que ha producido la experiencia Boliviana en los últimos años. (Svampa, 2010, p.16)

De acordo com Raúl Zibechi (2007), os movimentos sociais latino-americanos compartilham de traços em comum em relação às novas tendências e caminhos que constituem as ações coletivas. O autor destaca a territorialização dos movimentos e a demanda por autonomia. Em relação à territorialização dos movimentos, diz respeito ao “*arraigo en espacios físicos recuperados o conquistado a través de largas luchas, abierta o subterráneas*”, à criação de espaços de auto-gestão e à capacidade de produzir e reproduzir a vida (ZIBECHI, 2007, p.22). Em relação à autonomia, destaca-se a crescente capacidade dos movimentos para assegurar a subsistência de seus seguidores:

Los comuneros, los coccaleros, los campesinos sin tierra y cada vez más los piqueteros argentino y los desocupados urbanos, están trabajando de forma consciente para construir su autonomía material y simbólica. (Zibechi, 2007, p.23).

A proposta de Pickerril e Chatterton (2006) acerca das “geografias autônomas” (*autonomous geographies*) contribui bastante à compreensão e análise das experiências contemporâneas de ação coletiva, especificamente em relação às narrativas e demanda por autonomia. Os autores denominam Geografias autônomas os espaços onde pessoas desejam constituir formas políticas, econômicas e sociais de organização igualitária, solidária e não-capitalista através da combinação de resistência e criação. O termo é utilizado como parte de um vocabulário de intervenção, de urgência, esperança e inspiração, enfatizando o “onde estamos” e as projeções de “onde nós podemos estar”, ou seja, um conceito e caminho para explorar a materialização de visões utópicas.

This multi-scalar and multi-faceted activism manifests itself through global and regional convergences (...) through localised autonomous spaces and alternative processes (such as social centres, eco-villages, alternative currencies, food production, housing co-operatives and self education), and experiments in non hierarchical organization and consensus-based decision-making. (...) we propose to use the concept of autonomous geographies to understand alter-globalization movements as a progressive politics, not grounded through a particular spatial strategy but as a relational and contextual entity drawing together resistance, creation and solidarity across multiple times and places. (Pickerril e Chatterton, 2006, p.2).

Neste sentido, a perspectiva autonomista das ações coletivas dos novos movimentos sociais revela maneiras alternativas de organização e protesto, a partir dos princípios de autogestão, autodeterminação, horizontalidade,

solidariedade, resistência e criatividade/inação, moldando assim, práticas espaciais capazes de construir outras relações sociais e, portanto, espacialidades outras, novos espaços. Dialogam, portanto, com a biopolítica como acontecimento de resistência e liberdade. É neste sentido que essa outra biopolítica vem se desdobrando na metrópole, como “indícios de insurgências” (FERREIRA, 2017) frente à metropolização bio/necropolítica moderno-colonial de exceção.

Na perspectiva da revolução urbana e do direito à cidade propostas por Henri Lefebvre, “mudar a vida” e “mudar a sociedade” nada significam se não há produção de um espaço apropriado. É preciso produzir um outro espaço, no qual as regras e normas estejam sempre abertas e em construção. Contudo, como sugere Harvey (2014, p.18), o grande problema político consiste em saber como grupos tão desorganizados poderiam se auto-organizar de modo a constituir uma força revolucionária. Como explorar o caráter imprevisível, criativo e subversivo de alguns protestos e, ao mesmo tempo, garantir a permanência de ações sem que percam sua relevância e efetividade? A partir do exame das práticas espaciais engendradas pela Comissão de Moradores do Morro da Providência, pretendemos responder à questão feita pelo geógrafo britânico.

Harvey (2014) enxerga na emergência dos novos movimentos sociais no mundo a possibilidade de concretização de lutas anticapitalistas, a partir daqueles que constroem e mantêm a vida urbana. São moradores de favelas, conselhos de bairros, fóruns comunitários, movimentos de mulheres, movimentos negros, movimentos/coletivos LGBTQi+, coletivos de produção, cultura e estudos: a diversidade de intencionalidades anima as lutas políticas pelo direito à cidade e demonstra a coexistência da pluralidade no sujeito histórico do político na contemporaneidade.

Contudo, se tais lutas emergem é porque há determinadas relações que tornam a vida cotidiana insuportável, bloqueando o possível, como demonstramos nos capítulos anteriores – relações que atuam na desqualificação do político, na repressão e até na criminalização das resistências. Esses processos e dinâmicas bloqueadores da realização plena da sociedade urbana tendem a fazer-nos acreditar que a mudança é impossível, operando para isso através das ideologias e das representações, desviando-nos a atenção dos problemas e esfumando mais a nossa consciência. É através da contestação que percebemos que seu empreendimento contém brechas, lacunas, abismos – que são o lugar do possível – como observou Lefebvre. São nessas lacunas que um novo sentido, ou racionalidade, mais próximos da apropriação, do uso, da participação e da justiça social, residem. É a partir dessas brechas que as lutas são travadas e anunciam o contrário do que querem nos fazer acreditar: o direito à cidade é possível, uma cidade justa, sem desigualdade e verdadeiramente democrática está ao nosso alcance. Se uma frente mundial parece impossível, como pontuou Lefebvre ao término da obra que ilumina essa análise, no entanto, não há dúvidas que ela seja possível – *a luta e resistência articulada em redes (e escalas) dos moradores do Morro da Providência trazem à tona essa possibilidade*.

Segundo Lefebvre (2008) a destruição da cidade e da realidade urbana é uma estratégia de classe que visa o remanejamento da cidade e que promove a perda da noção de totalidade, através da fragmentação e da segregação, dissipando e esfumando a consciência. Através da estruturação-formalização-funcionalização verificamos o estranhamento espacialmente construído e a desumanização espacialmente forjada, isto é, operações que consistem em

desfazer os referenciais sociais e históricos dos moradores e reconstruí-los sobre outros fundamentos para neutralizar os conflitos e perpetuar as relações de dominação, cada vez mais amparada em dispositivos de controle, vigilância e programação da vida cotidiana. R-existir ou d-existir? Apostando na r-existência e contrariando a negação de existências, empreendemos um debate que permita uma investigação e interpretação do enredamento de mobilizações que se conectam em prol da justiça, equidade, dos direitos, da democracia e de um humanismo reinventado pelos sujeitos subalternizados.

4.1 Enredamentos de mobilizações de resistência e rebeldia

Metropolização e globalização estão relacionadas, sendo aquela, “*uma espécie de tradução urbana da manifestação socioespacial*” desta (LENCIONI, p.2017, p.141). Todavia, como discutimos no capítulo anterior, a partir de Grosfoguel (2008), é preciso superar o ponto de vista eurocêntrico que concebe o sistema-mundo capitalista essencialmente como um sistema econômico e considerar a existência de um *enredamento de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de formas de exploração*. Assim, a globalização em sua manifestação socioespacial implica numa enredada estrutura de poder mais ampla e mais vasta que uma redutora perspectiva econômica do sistema-mundo. A noção de enredamento evidencia a *integração de múltiplas hierarquias de dominação em rede*. Portanto, para desafiar esta ordem, é preciso compreender tais redes e utilizar-se da mesma lógica, tal como afirma Harvey (2016, p.152) quando versa acerca da unificação dos movimentos anticapitalistas diante da produção capitalista do espaço: “não é irracional esperar que os movimentos de resistência e oposição sejam igualmente caóticos, voláteis e geograficamente específicos”. Ou, quando aponta que “toda alternativa radical, para sem bem-sucedida no momento em que se materializar, tem de seguir no tocante a isso o exemplo do capitalismo” (HARVEY, 2011, p.318). Deste modo, advogamos pela emergência de um *enredamento de mobilizações espaciais heterogêneas de luta e resistência que conformam tramas políticas de ação rebelde* na metrópole contemporânea, isto é, tanto “redes de movimentos sociais”, quanto “movimentos sociais em rede”. O êxito de algumas ações na luta da Comissão de moradores na Providência se deu pela articulação em redes de mobilizações e pelas mobilizações em rede.

No âmbito da discussão empreendida por Lencioni (2006b, 2010, 2015), as redes expressam as relações de circulação do capital e, neste sentido, a produção de um espaço global que se situa na relação entre a forma global de se organizar a produção e a rede de fluxos. Distinguindo as redes em duas categorias, a saber, as redes de proximidade territorial e as redes de proximidade relativa, Lencioni (2006b) observa que, as novas formas de organizar a produção e o desenvolvimento das redes de fluxos, produzem novos arranjos e dinâmicas territoriais. As redes de proximidade territorial consistem nas redes materiais, como as de circulação (transportes viários), que redimensionam as distâncias e podem acentuar algumas centralidades conforme a densidade e capacidade de fluidez, construindo um padrão espacial constituído de nós e redes. Já as redes de proximidade relativa, dizem respeito às redes imateriais, ligadas aos fluxos de informação e comunicação que estruturam o sistema mundial de cidades em redes. Conforme Lencioni (2006b), esses complexos sistemas de redes se apresentam como um dos elementos estruturadores de novos arranjos territoriais e subvertem a tradicional relação e

hierarquia entre os lugares, tornando a “forma hierárquica piramidal” de divisão das escalas (local, regional, nacional, internacional) insuficiente e anacrônica para compreender tais fenômenos.

De acordo com Souza (2015), o conceito de rede foi uma “coqueluche acadêmica” nos anos 1990 no Brasil e a dimensão técnica foi a mais trabalhada, desde o socialista utópico Saint Simon até o maior conhecedor do tema das redes urbanas na Geografia brasileira, Roberto Lobato Corrêa. Quando apreendemos as redes materiais e imateriais que Lencioni (2006b, 2010, 2015) apresenta, observamos que se trata das redes em sua dimensão técnica e produtiva, isto é, como forças produtivas e condições gerais de produção no âmbito da reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Observando por outro ângulo analítico – todavia, ainda numa concepção de redes técnicas – Lencioni (2008) apresenta outra metodologia para apreender as redes materiais e imateriais, sobretudo no que diz respeito à multiescalaridade do fenômeno da metropolização, a saber, a lógica topográfica e a lógica topológica. A lógica topográfica corresponde a superfície do terreno e, à lógica topológica, a densidade virtual dos lugares, medida em termos dos fluxos imateriais entre dois pontos, que dizem respeito aos fluxos de informação e comunicação (Lencioni, 2008, p.17). Neste sentido, afirma que, uma característica dos dias atuais é o desenvolvimento do *território em redes*.

As contribuições de Haesbaert (2014, 2016) acerca da categoria território e dos territórios-rede são fundamentais para focalizarmos a problemática em questão, compreendê-la e intervir na realidade. Segundo o autor,

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos – tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas subalternas de resistência – pois, poder sem resistência, por menos que ela seja, não existe. (Haesbaert, 2014, p.58-59).

Ao pensar numa concepção reticular de território, ou, território-rede, o autor refere-se à rede como componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, movimento, perspectivas de conexão e profundidade (Haesbaert, 2016, p.286-287). A característica mais importante das redes, segundo Haesbaert (2016), se situa no seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser, ora de sustentação, mais “interno” ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais “externo” ou desarticulador de territórios. Analisando a rede terrorista *Al Qaeda*, o autor ilustra a configuração simultânea de territórios-rede e a diversidade de modos de organização espaço-territorial, trazendo a lição de que,

a eficácia do poder **[e das resistências]**, hoje, passa pela capacidade e a agilidade (velocidade) de atuar nas mais diversas escalas e pelos diferentes tipos de territórios, articulados em rede (territórios em rede), usufruindo assim das vantagens que cada um deles proporciona (...) o poder pode estar nas mãos de quem é capaz de “jogar” com essas múltiplas escalas: do local ao regional, ao nacional, e ao global. Quanto mais presos ficarmos a um território (ou a uma de suas

modalidades) e a uma escala específicos, mais estaremos sujeitos a perder o poder de controlar fenômenos e ações. (Haesbaert, 2016, p.306). *Grifo meu.*

Portanto, é fundamental para as mobilizações atuar nas mais diversas escalas e territórios, usufruindo de suas vantagens, o que só se torna possível quando há articulação em redes, isto é, quando as resistências encontram-se enredadas, pois o êxito de resistir está em “jogar” com a multi/transescalaridade na qual as hierarquias de dominação também “jogam”. A problemática das redes suscita este debate: *as redes re-des-configuram as escalas e podem desfavorecer a articulação de ações e atores pelo espaço.*

De acordo com Souza (2015), o conceito de escala se tornou uma das temáticas mais debatidas pelos geógrafos e também por outros profissionais vinculados ao que o autor denomina por “pesquisa sócio-espacial”. A escala geográfica tem a ver, “(...) com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta” e “deve ser subdividida em escala do fenômeno, escala de análise e escala de ação” (SOUZA, 2015, p.181). O geógrafo afirma que é preciso levar em conta os *processos, agentes e discursos* envolvidos na construção em torno das escalas, sobretudo porque ainda é recorrente tornar os níveis de análise da realidade como “dados”, naturalizando o *local, regional, nacional e internacional* como realidades independentes, isto é, reificando a ideia de escala. Neste sentido, Souza (2015) postula que as escalas são antes “arrancadas” da realidade no processo de construção do objeto de conhecimento por parte do pesquisador, como também, são socialmente construídas – como no caso dos processos de acumulação capitalista ou de movimentos sociais – pela ação. Portanto, é preciso colocar, em primeiro plano, “a natureza das relações sociais e as práticas espaciais incluídas, cuja percepção poderá variar bastante de acordo com o contexto” (SOUZA, 2015, p.198) considerado.

Examinando a “geografia escalar do capitalismo” a partir da literatura anglo-saxônica, Gonzáles (2005) demonstra a dificuldade de encontrar uma definição suficientemente convincente e que seja capaz de capturar a complexidade do conceito de escala. Contudo, a autora parte de uma definição ampla que sustenta que a escala geográfica se refere a “uma hierarquia entrelaçada de espaços definidos que diferem em seu tamanho: local, regional, nacional ou internacional” (DELANEY e LEITNER, 1997, p.93, apud GONZÁLES, 2005, p.95), hierarquia pela qual o capitalismo se organiza para adquirir uma “coerência estrutural” – isto é – “*la escala en la que los actores capitalistas pueden relacionarse con menores costes alrededor de un proyecto común*” (GONZÁLES, 2005, p.96). O ponto central de tais observações reside na dinâmica entre mobilidade e fixação, o que leva a autora à afirmação de que a escala é “o âmbito geográfico em que num determinado momento se produz uma certa coerência e fixação dos processos de acumulação de capital”. (idem, p.97). É o que Smith (2000) discute quando concebe a escala como uma “resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação” (SMITH, 2000, p.142).

Buscando na escala uma categoria capaz de conectar as concepções metafórica e material do espaço para alcançar uma linguagem da diferenciação espacial, Smith (2000) demonstra a partir de uma análise do “veículo do sem-teto” um processo de “reinscrição da escala geográfica”, isto é, a possibilidade de “saltar escalas”: a produção e reprodução da vida cotidiana como resistência à opressão e a dissolução das fronteiras espaciais impostas de modo heterônomo. Deste modo, o geógrafo afirma que:

(...) a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. Por fim, a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa. (SMITH, 2000, p.139).

Disputas sociais e geográficas são intrínsecas à construção da escala que é, simultaneamente, “materialização espacial de forças e processos sociais contestados” e “progenitor ativo de processos sociais”, marcando tanto o sítio da disputa social como a resolução dessa disputa, como aponta Smith (2000, p.144), afirmando que “é a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado”.

Ao estabelecer fronteiras, a escala pode ser construída como um meio de restrição e exclusão, como um meio de impor identidade. Mas uma política da escala pode se tornar também uma arma de expansão e de inclusão, um meio de ampliar as identidades. As escalas oferecem marcos na recuperação do espaço da aniquilação e uma linguagem mediante a qual a rediferenciação do espaço pode ser desbravada sobre bases sociais discutidas e ajustadas, em vez de seguir a lógica econômica do capital e os interesses políticos de sua classe. (SMITH, 2000, p.157).

Uma vez que as ações dos grupos e atores na produção de espacialidades, ou territorialidades, engendram noções de escala, é importante repensar a escala como *categoria de análise* e *categoria da prática* (MOORE, 2018). De acordo com o autor, a escala deve ser considerada uma categoria da prática ao invés de uma categoria de análise, isto porque, como categoria analítica – principalmente entre os geógrafos – a adoção de escalas reificadas (local, regional, nacional, global) gera uma série de suposições apriorísticas, que tenta encaixar políticas espaciais complexas dentro dos estreitos limites de um punhado de escalas conceitualmente estabelecidas, ao invés de interrogar tais políticas e projetos socioespaciais, dirigindo a atenção para longe dos vários atores e práticas sociais envolvidos na política de escalas. Outra questão apontada por Moore (2018) diz respeito ao tratamento de escalas como níveis, plataformas ou arenas na política, diminuindo ou distorcendo uma variedade de processos socioespaciais, além de simplificar a posicionalidade espacial complexa e múltipla dos atores e eventos sociais. De acordo com Moore (2018, p.12), é preciso dirigir a atenção para as práticas e processos, sem assumir ou manter um compromisso com a existência de escalas, isto é, realizar uma manobra analítica que focaliza nos conjuntos de práticas e de discursos, de uma forma ou de outra, - poderosos e institucionalizados - em vez de coisas concretas.

Impele-nos a considerar os processos através dos quais as configurações de escala específicas se solidificam na consciência e na prática, bem como os efeitos que esses desenvolvimentos têm sobre as relações sociais, políticas e culturais. (Moore, 2018, p.12).

Neste sentido, a atenção deve ser dirigida “para as maneiras pelas quais as narrativas, classificações e esquemas cognitivos de base escalar restringem ou permitem certas formas de ver, pensar e agir” (Moore, 2018, p.12). O ponto que, segundo o autor, merece mais atenção, apresenta-se a partir da seguinte questão: “o que as pessoas fazem com as categorias de escala, e como elas as

utilizam para construir o espaço e relações sociais para fins políticos específicos?” – pois implica considerar os atores sociais, seus discursos e práticas de natureza reificante, delimitadores do espaço e definidores de um ordenamento vertical (Moore, 2018, p.15). A virtude de tal procedimento analítico reside no fato de demonstrar como os atores usam categorias de escala para enquadrar, definir, constituir e organizar a vida social, uma vez que os processos de “enquadramento escalar” de problemas e soluções funcionam tanto para organizar a experiência quanto para guiar a ação.

Tratar a escala como uma categoria da prática também nos alerta para níveis flutuantes de escalaridade – a dimensão em que os atores pensam e agem em termos de escalas e em que as relações sociais e instituições são organizadas de acordo com preceitos de escala. Sob esse ponto de vista, os arranjos políticos e sociais não são continuamente “afixados” e “reafixados” em escalas específicas, como alega a tradição político-econômica. Modos alternativos de conceber e organizar a vida social, como as relações em rede, frequentemente coexistem ao lado de arranjos de escala, ou operam no lugar deles. (Moore, 2018, p.16).

Para Moore (2018), a abordagem de redes e escalas promete facilitar uma investigação mais produtiva que ilumina projetos espaciais, processos de delimitação e ordenamento relacional, tal como a constituição mútua de perspectivas e metáforas de escalas e de rede, uma vez que o entrelaçamento entre práticas escalares e práticas em rede tornaram-se, possivelmente, os modos espaciais dominantes de raciocínio tanto na cultura popular, quanto na geografia humana nos últimos anos.

Pensamos que a escala pode e deve ser tomada como categoria de análise e categoria da ação, considerando sempre uma perspectiva relacional, ou, construtivista da escala. A variedade de sujeitos, objetos e objetivos irá fazer com que a noção e apreensão da escala também varie. Portanto, embora Moore (2018) prefira conceber a escala como categoria da ação, as críticas que dirige à escala como categoria de análise estão de acordo com as formulações de Smith (2000) e Souza (2015), autores que também tecem críticas à categoria, mas enfatizam sua importância como instrumento analítico. As redes podem ser interpretadas como essas “estruturas geográficas de interação” (SMITH, 2000) e, portanto, são fundamentais no processo de construção social de escalas.

Focalizando o enredamento de mobilizações que se constituiu a partir da luta pela permanência dos moradores na Providência, utilizaremos os apontamentos e as contribuições de Melucci (1989), Tarrow (2001), Scherer-Warren (2006), Castells (2013) e Cumbers, Routledge e Nativel (2008), para analisar o processo em questão.

Quando Melucci (1989) aborda as transformações das formas organizacionais dos movimentos sociais, preferindo falar de “redes de movimento” ou “áreas de movimentos”, chama atenção para a *partilha*, isto é, para o sistema de trocas que ocorre a partir da “rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana”. Desta rede, segundo o autor, participam pessoas, informações circulando, e agências “como rádios livres locais, livrarias, revistas que fornecem uma determinada unidade”. É preciso lembrar que Melucci está escrevendo no final dos anos 1980 e, atualmente, o número de componentes associados desta rede, como observamos no caso da Providência, se expandiu

consideravelmente. De acordo com o autor, as redes de movimentos possuem as seguintes características:

- a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos grupos. (Melucci, 1989, p.61).

Das contribuições de Melucci (1989) sobre “redes de movimento”, as múltiplas formas de associação e as trocas (principalmente aquelas marcadas pela solidariedade e afeto) são cruciais para examinarmos o que ocorreu na luta da Comissão de Moradores da Providência, isto é, o enredamento de mobilizações que conectam atores de diversos campos de atuação em torno de uma luta comum. Neste sentido, a discussão do cientista político Sidney Tarrow (2001) acerca dos “movimentos sociais transnacionais” é fundamental para o debate da articulação de movimentos e ativismos em rede, principalmente ao sublinhar o caráter político contestatório que constitui o cimento das conexões. Analisando os movimentos sociais transnacionais, Tarrow (2001) busca especificar e distinguir as ações destes em relação à ação de Organizações não-governamentais (ONGs) e redes de ativistas (*activists networks*). O cientista político critica as abordagens que partem da globalização ou de outros processos transnacionais e “saltam” para os movimentos sociais transnacionais e deste para uma “sociedade civil global”. O autor define os movimentos sociais em termos de “ação coletiva de disputa” (*contentious collective action*) a fim de estabelecer uma conceitualização que não se baseie somente em “metas de mudanças sociais” (*social change goals*). Assim, Tarrow (2001) sustenta que os movimentos sociais devem ser identificados pelos tipos de ação de “políticas de disputas” (*contentious politics*) nas quais estão frequentemente engajados, sendo estas, episódicas e de cunho coletivo, seja pelo objeto da reivindicação, seja pelos sujeitos que reivindicam. O caráter transnacional dos movimentos é o que nos interessa no âmbito da organização em rede. O autor define “movimento social transnacional” como:

(...) *grupos socialmente mobilizados* com integrantes em pelo menos dois Estados, *envolvidos em sustentada interação contenciosa com detentores de poder* em pelo menos um Estado que não seja o seu, ou contra uma instituição internacional ou um ator econômico multinacional. (Tarrow, 2001, p.11). Grifo meu.

Para Tarrow (2001), essa definição seria estratégica ao apontar para o comportamento dos movimentos interagindo com outros grupos e instituições, o que exige um exame empírico das relações entre movimentos sociais e outras formas institucionais, tal como o rastreamento das transições potenciais entre essas formas. O autor chama atenção para os diversos mecanismos através dos quais os movimentos e ativismos locais podem se encontrar, ganhar legitimidade, formar identidades coletivas e retornar a seus países com alianças, direitos comuns e programas de novos repertórios de ação coletiva. Tarrow (2001) identifica, portanto, quatro mecanismos: I) Negociação (*brokerage*); II) Certificação (*certification*); III) Modelagem (*modeling*); e IV) Apropriação institucional (*institutional appropriation*)⁵². O primeiro mecanismo consiste na

⁵² 1. *Brokerage*: making connections between otherwise unconnected domestic actors in a way that produces at least a temporary political identity that did not exist before. 2. *Certification*: the recognition of the identities and legitimate public activity of either new actors or actors new to a particular cite of activity. 3. *Modeling*: the adoption of norms forms of collective action or

ação de realizar conexões entre outras formas de atores locais não conectados, a fim de produzir uma “política de identidade temporária” que não existia antes. O segundo mecanismo, denominado de “certificação”, consiste no reconhecimento das identidades e da legitimidade de ações públicas de novos atores em determinadas atividades. Por “modelagem”, o autor compreender a ação de normas e formas de ação coletiva ou a organização em um local que foi apresentado a partir de outro. Por último, a “apropriação institucional”, que consiste no uso de recursos ou reputação de instituições para servir aos propósitos dos grupos associados. O que pretendemos ressaltar com os apontamentos de Tarrow (2001), no âmbito do debate das redes, é o nexo aglutinador das mobilizações, isto é, o amálgama entre os grupos socialmente mobilizados numa interação que está fundamentada no que autor apresenta como *contentious politics*: as ações coletivas são definidas pela contestação aos poderes dominantes e, portanto, as interações que constituem as redes guardam essa propriedade, isto é, são redes alicerçadas em disputas políticas contra-hegemônicas. É a partir dos quatro mecanismos que tais redes vão se “costurando” e adquirindo abrangência transnacional. Embora seja o fator de convergência dos movimentos, contudo, esses conflitos podem se transformar em limite à associação, pois, de acordo com Scherer-Warren (2006), a absorção de posturas ideológicas ou políticas conflitivas pode cindir a organização em rede, mesmo que esteja aberta à articulação da diversidade.

Considerando que a sociedade-civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade em prol de alguma ação política, a socióloga Ilse Scherer-Warren (2006) identifica três níveis: a) o associativismo local; b) as formas de articulação inter-organizacionais e c) as mobilizações na esfera pública. De acordo com a autora, na sociedade das redes,

(...) o associativismo localizado (ou os movimentos sociais de base locais) percebem a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil. (Scherer-Warren, 2006, p.113-114).

A socióloga observa que, enquanto conceito teórico, uma rede de movimento social vai se constituindo como resultado de um *processo articulatório*. Esta rede pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, que definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Para Scherer-Warren (2006), *rede de movimento social* é um conceito de referência

organization in one venue that have been demonstrated in another. 4. Institutional appropriation: the use of an institution's resources or reputation to serve the purposes of affiliated groups. (Tarrow, 2011, p.15).

cujo propósito é apreender o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. Compreendemos que a abordagem da autora não se propõe a-espacial/a-temporal ou des-territorializadora dos movimentos⁵³, mas, na mesma direção que Tarrow (2001), busca iluminar as articulações para além dos limites físicos, cronológicos e dos constrangimentos sociais que impossibilitariam associações.

No que diz respeito às identidades (de gênero, étnica, de classe, regional), as redes possibilitam a aproximação de atores sociais diversificados, favorecendo o diálogo da diversidade de interesses e valores, que vem permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (Scherer-Warren, 2006). Além disso, as articulações em rede proporcionam o debate de temas transversais, relacionados às várias dimensões dos direitos humanos, como a autora demonstra a partir do Fórum Social Mundial (FSM). No que diz respeito às relações de poder, a socióloga discute que, embora haja distribuição do poder e certa democratização deste, isto não se efetua de modo homogêneo, pois, há elos mais fortes que detêm maior poder de influência e direcionamento nas ações do que outros elos de conexão da rede.

As redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento. Portanto, o que interessa é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos e que, freqüentemente, são as denominadas “populações-alvo” desses mediadores. (Scherer-Warren, 2006, p.122).

Outro apontamento que Scherer-Warren (2006) introduz ao debate e é de interesse nesta pesquisa, é aquele que versa acerca da “participação em diversos espaços” como “novas formas de governança na organização em rede”. De acordo com a socióloga, deve haver uma interação entre mobilizações de base local na esfera pública, empoderamento de fóruns e redes da sociedade civil, participação nos conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado, como também, representação ativa em conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parcerias com a sociedade civil organizada. No espaço das mobilizações de base local as identidades coletivas, os simbolismos/místicas das lutas e os projetos/utopias são afirmados e consolidados. No espaço dos fóruns da sociedade são construídas as propostas de transformação social e formas de negociação com o Estado e o “mercado” (Scherer-Warren, 2006). Nas parcerias entre sociedade civil, Estado e iniciativa privada, a autora destaca os conselhos e conferências, sendo este o espaço institucional para o encaminhamento de propostas da sociedade civil para uma

⁵³ As redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; sociais em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. (SCHERER-WARREN, 2006, p.127).

“nova governança” junto à esfera estatal. Percebemos, portanto, que, numa perspectiva conceitual, as redes de movimento social focalizam os processos articulatórios engendrados a partir de problemáticas comuns a uma variedade de atores, pressupondo uma pluralidade de identidades, bandeiras, espacialidades e temporalidades enredadas como estratégia de visibilidade e força em diversos campos de atuação.

Buscando analisar a formação, a dinâmica, os valores e as perspectivas presentes nos movimentos sociais conectados em rede – como os que emergiram na Tunísia e na Islândia – Castells (2013) oferece um substrato conceitual para compreensão da relação entre indignação, ciberespaço e a conexão de indivíduos em movimentos sociais da sociedade em rede. Partindo de sua teoria sobre o poder, o sociólogo afirma que este é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas: “as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses” (Castells, p.7, 2013). A fonte de poder mais decisiva e estável para o autor é *a construção de significados na mente das pessoas*, isto é, moldar mentalidades, o que o leva à afirmação de “que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas” (idem). Castells (2013) denomina o processo de compartilhar significado de “comunicação” – ato fundamental para a constituição de redes. Para o autor, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, as relações de poder:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autoselecionada. (Castells, 2013, p.7-8)

É a contradição e o conflito que suscita o *contrapoder*, compreendido como “a capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses” (Castells, 2013, p.7). Numa sociedade em rede, quem detém o poder são os *programadores* e os *comutadores*, isto é, aqueles que possuem a capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas e aqueles que operam as conexões entre diferentes redes, respectivamente. Para Castells (2013), o exercício do contrapoder consiste na tentativa de alterar as relações de poder e, se desempenha, “reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social” (Castells, 2013, p.11).

Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas

vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem. (Castells, 2013, p.11).

Os movimentos sociais cumprem o papel de exercer o contrapoder, segundo Castells (2013), “construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de *comunicação autônoma*, livre do controle dos que detêm o poder institucional” – processo que é basicamente constituído nas redes de internet e plataformas de comunicação sem fio, conclui o autor. Todavia, é preciso também construir comunidades livres no espaço urbano, no espaço público. Desta conjugação, o sociólogo sustenta que nasce o “espaço de comunicação autônoma”, o espaço em rede situado entre os espaços digital e urbano. Neste sentido, o autor ressalta para a importância do papel desempenhado pelos “*espaços ocupados*”, tanto na história da mudança social, quanto na prática contemporânea:

(1) Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade. A proximidade é um mecanismo psicológico fundamental para superar o medo. E superar o medo é o limiar fundamental que os indivíduos devem ultrapassar para se envolver num movimento social, já que estão bem conscientes de que, em última instância, terão de confrontar a violência caso transgridam as fronteiras estabelecidas pelas elites dominantes para preservar sua dominação. Na história dos movimentos sociais, as barricadas erigidas nas ruas tiveram pouco valor defensivo; na verdade, tornaram-se alvos fáceis, fosse para a artilharia, fosse para as brigadas antidistúrbios, dependendo do contexto. Mas sempre definiram um “dentro e fora”, um “nós versus eles”, de modo que, ao se juntar a uma área ocupada e ao desafiar as normas burocráticas sobre o uso do espaço, outros cidadãos podem participar do movimento sem aderir a nenhuma ideologia ou organização, apenas estando lá por suas próprias razões. (2) Os espaços ocupados não carecem de significado: são geralmente carregados de poder simbólico de invadir áreas do poder do Estado ou de instituições financeiras. Ou então, reportando-se à história, evocam memórias de levantes populares que expressaram a vontade dos cidadãos quando forem fechadas outras vias de representação. Frequentemente, prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito de uso público de propriedades ociosas, especulativas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. (...) O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas. (3) Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se tornam um espaço político, para que assembleias, soberanas se realizam e recuperem seus direitos de representação, apropriados por instituições políticas ajustadas às conveniências dos interesses e valores dominantes. *Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido*

entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora. (Castells, 2013, p.12-13). Grifo meu.

Outro ponto importante na construção teórica de Castells (2013) é que os movimentos sociais são constituídos de indivíduos, isto porque, as práticas reais que favorecem o surgimento, a transformação de instituições e da estrutura social “são desenvolvidas por indivíduos, em seus corpos e em suas mentes”, o que leva o autor a questionar “como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas” (Castells, 2013, p.13). De acordo com o sociólogo, ao considerar o plano individual, os movimentos sociais são *emocionais*, isto é, a insurgência não começa como um programa ou estratégia política, mas, quando a emoção se transforma em ação. Na visão de Castells (2013), para que um movimento social se forme, é necessário que a ativação emocional dos indivíduos se conecte a outros indivíduos, sendo importante haver mecanismos de comunicação para estabelecer esse contato: as redes da era digital são condição e meio para esse processo de comunicação ocorra.

Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas tem de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social, por exemplo, entre redes pró-democracia e redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade e assim por diante. (Castells, 2013, p.17).

Afirmando que a autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet é o novo contexto em que os movimentos sociais se constituem, numa sociedade em rede, Castells (2013) uma série de características, a saber: a) os movimentos sociais são conectados em redes de múltiplas formas; b) eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano; c) os movimentos são simultaneamente locais e globais; d) são espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação; e) os movimentos são virais; f) a passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia; g) a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal; h) são movimentos profundamente autoreflexivos; i) são raramente programáticos; j) são movimentos voltados para a mudança dos valores da sociedade.

Tabela 5. As 10 características dos movimentos sociais em rede segundo Castells (2013)

MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE	CARACTERÍSTICAS
São conectados em redes de múltiplas formas	A forma de conectar-se é multimodal, inclui redes sociais on-line e off-line, assim como redes preexistentes e outras formadas durante a ação do movimento.
Tornam-se um movimento ao ocupar o espaço urbano	O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos da internet e nas redes de comunicação sem fio com os espaços dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. O que o autor denomina “espaço da autonomia”.
São simultaneamente globais e locais	Começam em contextos específicos, mas são globais, pela capacidade de conexão proporcionada pela internet.
São espontâneos em sua origem	Os movimentos têm origem num apelo à ação proveniente do espaço dos fluxos, que visa a criar uma comunidade instantânea de prática insurgente no espaço dos lugares.
São virais	Refere-se à difusão das mensagens, ações e efeitos de protestos e mobilizações, seguindo a lógica das redes da internet.
Deliberam em espaços da autonomia	As tomadas de decisão ocorrem em assembleias e em comitês por elas designados
Cooperação e solidariedade e redução de liderança formal	As redes horizontais e multimodais criam companheirismo e fortalece a deliberação como mecanismo de tomada de decisão.
São movimentos autoreflexivos	Os movimentos questionam-se permanentemente como movimento; os integrantes questionam-se sobre o que são, o que desejam e o que pretendem realizar; questionam-se sobre o tipo de democracia e sociedade que estão almejando – o que manifesta-se também no processo de deliberação das assembleias, como em fóruns da internet e redes sociais.
São raramente programáticos	Não conseguem formalizar uma organização ou liderança porque seu consenso e companheirismo depende de uma deliberação e de um protesto <i>ad hoc</i> , não da concretização de um programa elaborado em torno de objetivos específicos.

São voltados para a mudança dos valores da sociedade	São muito políticos num sentido fundamental – particularmente quando se propõem e pratica de democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede – uma democracia que se constitui a partir de comunidades locais e virtuais em interação.
--	--

Elaboração: Felipe R. Tavares. Fonte: Castells (2013).

Castells (2013) confere centralidade ao papel da internet na conectividade, um componente necessário, mas não suficiente, de ação coletiva. Para o autor, o que esses movimentos estão propondo em sua prática é uma nova utopia, aquela da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade.

Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores. (...) Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional pra traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. (Castells, 2013, p.135-136).

Sem dúvida, a análise de Castells (2013) traz muitas contribuições para compreender o que denominamos “tramas políticas de ação rebelde”, considerando a experiência da Comissão de Moradores do morro da Providência: das múltiplas formas e escalas de enredamento (on-line/off-line, local/global) à espontaneidade e ausência de um programa; da presença em “espaços de lugares ocupados” até às assembleias de deliberação e tomada de decisão fundada no companheirismo – sem a exigência de uma liderança – e na construção de laços de solidariedade com grupos voltados à transformação da sociedade, podemos apreender muitos fatores que sinalizam para uma mobilização de resistência cujas conquistas podem ser atribuídas à organização reticular. Como apresentaremos, desde a mobilização do Fórum Comunitário do Porto até a publicação on-line da carta aberta sobre as remoções na Providência e, no ato contra a destruição da Praça Américo Brum para construção do teleférico, a internet e as redes sociais desempenharam um papel crucial nesses processos de luta.

Contudo, é preciso “espacializar” a análise dessas redes, uma vez que numa dimensão epistemológica e discursiva, o debate sobre redes de movimentos sociais deixa de apreender especificidades históricas, sociais e espaciais que demonstram, não só a particularidade em que as redes se constituem, como também as relações de poder desiguais no interior delas. É o que o debate de Andrew Cumbers et al (2008) pretende contemplar. Os autores observam, desde uma perspectiva geográfica, que os movimentos anti-globalização são importantes por representarem tentativas de conectar lutas territorializadas numa ampla rede global de suporte, ação e debate. Tais movimentos são conceituados como *Global Justice Networks* (redes de justiça global - RJG) e, questões sobre espaço e lugar são fundamentais para compreender a atuação dessas redes e seu potencial para contribuir a uma política global alternativa:

Through GJNs, different place-based movements become connected to more spatially extensive coalitions with a shared

interest in articulating demands for greater social, economic and environmental justice. GJNs work together on particular campaigns, global days of action, social forums, etc, and in so doing constitute a somewhat amorphous 'movement', reflecting common interests in addressing the material inequalities and injustices produced by neoliberal globalization. Such networks comprise a range of different actors: social movements, trade unions, NGOs, leftist political parties, religious groups, etc. (Cumbers et al, 2008, p.184).

Os autores enfatizam a utilidade analítica do conceito de rede para mapear e categorizar diferentes formas de relações sociais e conexões que emergem no espaço. A análise espacial suscita questões sobre poder e controle de informações no interior dessas redes, uma vez que, embora os imaginários sobre as redes preguem o livre fluxo de informações em todas as direções e entre todos os atores, a realidade é atravessada e constituída por diferentes hierarquias de poder que modelam o funcionamento das redes. Os autores chegam a afirmar que “o discurso sobre redes, como aplicado às redes de justiça global e às relações globais em geral, tende a uma visão da globalização bastante elitista e ocidentalizada” (Cumbers et al, 2008). Neste sentido, afirma que a ideia de que “grupos não dominantes ou indivíduos” controlam a tomada de decisão no âmbito das redes está bem distante da realidade – o que contraria o que postulou Castells (2013). Os autores apontam que as tomadas de decisão em rede muitas vezes se resumem a uma pequena elite de indivíduos que decidem o que acontece, quando e onde acontece. As relações desiguais de poder constituem as redes e daí se coloca a necessidade de teorizar o contexto espacial e histórico de surgimento e formação dessas redes, principalmente pelo aspecto dos movimentos que fazem parte delas – frequentemente “enraizados” espacialmente e temporalmente:

Too little time is spent exploring and assessing the importance of the contexts from which different actors and groups have emerged. While networks may be unstable and subject to shifting coalitions and alliances, the movements that inhabit them are often not, remaining firmly rooted spatially and temporally in particular settings. (Cumbers et al, 2008, p.192).

Deste modo, os autores consideram as redes de justiça global como “espaços de convergência” (*convergence spaces*) para atores, movimentos e lutas em momentos particulares no tempo, proporcionando uma participação que permite aos ativistas incorporados em lutas historicamente enraizadas, “expandir seus horizontes espaciais”. E, embora as interações em rede possam redefinir a constituição dos movimentos, Cumbers et al (2008) afirmam que os movimentos permanecem territorializados através de suas lutas cotidianas, conferindo centralidade ao sentido de lugar. Destarte, os autores levantam sete características para pensar as redes de justiça global como “coalizações sociais espacialmente dispersas de atores enraizados territorialmente”⁵⁴. Procederemos na breve exposição dessas sete características-chave a fim de contribuir ao arcabouço teórico-conceitual construído para analisar os acontecimentos no Morro da Providência, sobre os quais nos debruçamos até então.

⁵⁴ (...) we can think of GJNs as spatially dispersed social coalitions of territorially rooted actors. (Cumbers et al, 2008, p.192).

Tabela 6. As 7 características-chave dos “Espaços de convergência” (Cumbers et al, 2008)

“ESPAÇOS DE CONVERGÊNCIA”
1. São baseados em lugar, mas não necessariamente, delimitados por lugares.
2. Articulam certas visões coletivas que geram uma base comum para políticas de solidariedade mútua.
3. São conquistas relacionais que envolvem a prática de políticas relacionais de solidariedade.
4. Facilitam ações políticas espacialmente extensivas por movimentos participantes.
5. Possuem uma organização de base.
6 - são caracterizados por uma diversidade de lógicas de operação, desdobrando-se de lógicas de operação mais horizontal (descentralizada, não-hierárquica) para mais vertical (hierárquica, centralizada).
7- espaços de convergência são locais de contestação social e relações de poder, porque a diversidade dos grupos que os compreendem articulam uma variedade de objetivos potencialmente conflituosos e estratégias.

Elaboração: Felipe R. Tavares, baseado em Cumbers et al (2008).

Com o primeiro aspecto, os autores pretendem demonstrar que muitos dos atores e movimentos que constituem as RJG derivam seus principais esforços a partir da atuação nas escalas local e nacional, ao invés da escala global – são sua própria localidade, o senso de comunidade ou mesmo, uma “consciência étnica coletiva” que permanece a fonte mais importante das identidades individuais e coletivas. Deste modo, a vida cotidiana e até os vínculos familiares e com a comunidade permanecem embutidos em movimentos e seus lugares particulares. Todavia, isso não significa que tais espaços de convergência – baseados no lugar – não são delimitados ou fechados neles: o espaço é concebido numa perspectiva relacional e aberta, como aquela proposta por Doreen Massey (2012). O segundo aspecto refere-se a um modo participativo de práticas políticas efetivas, articulando a habilidade de movimentos heterogêneos em sua capacidade de trabalhar em conjunto sem responder a nenhuma organização ou ideologia dominante, aproximando-se do que Harvey (2011) discute quando observa a relação entre particularismos/universalismo: a busca de uma plataforma comum de ação coletiva é construída num espaço onde a diferença entre os participantes é reconhecida. O terceiro aspecto, que versa acerca das políticas de solidariedade, revela que esta se apresenta virtualmente – através da internet – e materialmente, como em fóruns, onde conexões são estabelecidas em momentos de articulação “cara a cara” no lugar: essa solidariedade mútua ao redes de movimentos baseados no lugar possibilita conexões que se estendem

para além do lugar e do particular. Assim, os espaços de convergências podem ser vistos como ativos na formação de identidades políticas. Considerar o potencial das RJG no desenvolvimento de políticas sustentáveis de solidariedade mútua envolve também a compreensão de o “global” é acionado em lutas que se desdobram localmente (CUMBERS ET AL, 2008). Mais uma vez, a partir dos debates empreendidos por Doreen Massey, os autores convidam-nos a levar em conta o amplo impacto político de ações e intervenções locais, implicando: i) em como diferentes lugares tem diferentes capacidades de resistência ao neoliberalismo e, ii) como um amplo imaginário espacial (ou uma “ampla consciência global”) é introduzida em atividades baseadas no lugar ou em lutas territoriais. As políticas de solidariedade mútua, portanto, requerem a manutenção de uma base-local política eficaz e dependem das maneiras em que uma “consciência global” é promovida entre as bases dos movimentos, à medida em que imaginários espaciais amplos são incorporados nas ações cotidianas. O quarto aspecto focaliza a facilitação de ações políticas espacialmente extensivas: movimentos de base local participam cada vez mais na construção de redes não-locais com outros movimentos. Contudo, tais ações se desdobram no âmbito de geometrias do poder (Massey apud Cumbers et al, 2008) que distingue conexões entre lugares sob a globalização econômica. A quinta característica-chave versa acerca das organizações de base, que constituem momentos “corporificados e articulados de relações sociais nos espaços de convergência” (Cumbers et al, 2008, p.196). De acordo com os autores, essas organizações organizam conferências, mobilizam recursos e facilitam os fluxos de informação e comunicação entre movimentos e escritórios/agências de movimentos. O sexto aspecto focaliza as lógicas de operação, tipificadas em lógicas de operação horizontal e lógica de operação vertical:

The networking logic of GJNs is always entangled with more verticalist practices as a result of traditional movement structures, power relations inherent within and between participant movements, and the role played by key network actors within convergence spaces. As a result, operational dilemmas arise in the attempt to prosecute spatially extensive politics, compounded by uneven processes of interaction and facilitation. (Cumbers et al, 2008, p.196).

Por último, o sétimo aspecto revela o que Tarrow (2001) apresentou enquanto *contentious politics*, isto é, os espaços de convergência como lócus da contestação social e relações de poder, articulando uma variedade de objetivos potencialmente conflitivos e estratégicos. Em suma, os autores concebem as redes de justiça global operando simultaneamente nas lógicas vertical e horizontal, atribuindo o êxito de suas ações à capacidade de fomentar e sustentar, em curto prazo, o envolvimento de movimentos territoriais de base em suas lutas mais amplas. O lugar tem uma importância fundamental na formação das identidades coletivas dos movimentos que se articulam em redes, principalmente na forma em que tais redes são imaginadas, construídas e reproduzidas em contextos mais locais.

Assim, retornando à proposição de Brenner (2013) – de conectar as lutas ao longo dos mais variados cenários de urbanização dispersa – diante dessa metropolização bio/necropolítica colonial de exceção, as múltiplas associações que Melucci (1989) observa como fato novo na organização das redes de movimentos sociais já sinalizavam a conexão de ações coletivas e políticas de

disputas que Tarrow (2001) preconiza pela contestação aos poderes dominantes. Os quatro mecanismos que este autor apresenta são cruciais para compreendermos o movimento de “costura” das tramas, ou, como denomina Scherer-Warren (2006), o processo articulatório do qual resulta uma rede de movimento social. A partir desses debates, podemos compreender como as redes de movimento se formam e atuam, isto é, como as lutas podem se conectar, mesmo em distintos contextos do processo de metropolização. Em Castells (2013), observamos a constituição de movimentos sociais em rede, isto é, na articulação de contrapoderes pelo processo de comunicação autônoma proporcionado pela internet e redes sem fio. Contudo, é preciso considerar os contextos espaciais e históricos nos quais as redes de movimentos sociais e os movimentos sociais em rede emergem, como discutido em Cumbers et al (2008), para desviar de armadilhas discursivas que, no processo de abstração, acabam generalizando os fenômenos e se descolando da realidade, obscurecendo processos espaciais relevantes para a compreensão dos enredamentos mencionados. É por tal motivo que nos debruçamos agora sobre a experiência de luta dos moradores da Providência, sob o prisma analítico dos “espaços de convergência”.

4.2 Tramas políticas de ação rebelde

A partir das tensões entre remoções e resistências dos moradores do Morro da Providência, verifica-se a impossibilidade, todavia, também, a possibilidade de realização do direito à cidade como propôs Henri Lefebvre, na disputa entre projetos e planos de cidade, mais alinhados à racionalidade neoliberal e de mercadificação da cidade, e outro mais alinhado à perspectiva social e popular, formulados, propostos e fomentados na luta e pela luta a partir do cotidiano e do espaço vivido dos moradores da favela.

As aberturas e possibilidades que orientam as lutas pelo direito à cidade e condicionam à renovação do humanismo e da democracia são construídas coletivamente servindo-se de todos os meios, como mencionamos acima. No transcorrer dessas práticas, a concepção de cidade, o cotidiano e a própria vida são modificados e mudam de direção, da mercadoria rumo à obra, pela ação conjunta direcionada ao direito à cidade, pondo fim às alienações e acontecendo através da e na participação. Para Lefebvre (2008), o sentido da obra, da apropriação (do tempo, do espaço, do corpo, do desejo) reside no direito à atividade participante em âmbito coletivo, designando a atividade de um grupo que toma em suas mãos e a seu cargo seu papel e seu destino social, ou seja, uma autogestão.

Apreendemos a Comissão de Moradores do Morro da Providência (CMMP) – que se forma a partir do anúncio das remoções no âmbito do Programa Morar Carioca e dos megaeventos – considerando a conceitualização de Ferreira (2013) acerca das mobilizações, na perspectiva da biopolítica como acontecimento de resistência e produção alternativa de subjetividades autônomas. Portanto, a CMMP é uma mobilização que, a partir de seu engajamento espacial, constitui-se em enfretamento/resistência aos processos em curso e, simultaneamente, em produção (bio)política de outra racionalidade: aquela mais próxima da cidade como obra, cujo valor de uso tem preeminência diante da mercadificação do espaço. A emergência da CMMP revela a dimensão da autonomia, que marca o acontecimento biopolítico: diante da anuência da associação de moradores às obras que apagariam as trajetórias e memórias da

Providência, a comissão se organiza para disputar os discursos, os projetos, os modos de habitar e os modelos de cidade. De acordo com Giannella (2015), a Comissão passa por duas fases: a primeira, articulada a partir do Fórum e a segunda, desarticulando-se deste, e adquirindo maior autonomia nas ações.

Não é possível apresentar a CMMP olvidando a mobilização do Fórum Comunitário do Porto (FCP), organizada no ano de 2011, por moradores da zona portuária, no contexto das intervenções do projeto Porto Maravilha⁵⁵. De acordo com o *website*⁵⁶ do FCP, este “se constitui como um espaço público onde são vocalizadas denúncias de violações de direitos e articulados apoios institucionais necessários à ação política de defesa destes direitos”. O Fórum se estruturou a partir de três eixos de ações: 1) Projetos e concepções de desenvolvimento; 2) Questão fundiária; 3) Violação de direitos e conflitos urbanos. No primeiro eixo, questiona-se a concepção e modelo de desenvolvimento adotado para a zona portuária, marcados pelo:

não partilhamento do poder de decisão e discussão com a sociedade civil sobre as prioridades, os projetos e as formas de desenvolvimento; produção de injustiça ambiental através da distribuição desigual de impactos sócio-ambientais sobre a população, o território e os modos de vida; forte presença do Estado como formulador e operador das políticas de desenvolvimento e como financiador dos grandes projetos privado-empresariais de desenvolvimento; flexibilização da legislação urbana e ambiental para instalação dos grandes projetos públicos e privados; expropriação da terra e da moradia da população mais empobrecida e diretamente atingida pelos projetos de desenvolvimento, levando ao incremento das formas de segregação urbana desta população; especulação imobiliária e financeirização do mercado de produção imobiliária e do próprio urbano; desestruturação dos modos de vida de populações tradicionais removidas e/ou impactadas de outras formas; concentração do capital privado nacional e internacional em um limitado universo de grandes empresas globais que atuam de forma associada ou não e, cada vez mais, através da diversificação do portfólio de suas áreas de atuação. (Fonte: website do Fórum Comunitário do Porto. Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 06 de março de 2020).

A partir desse eixo, verificamos a força exercida por um enredamento de hierarquias que desqualificam e negam o político, que expõem sujeitos a situações coloniais e à morte, que esvaziam o conteúdo político-social da produção do espaço em detrimento da produção e realização da cidade como mercadoria, que criam “campos” a partir da suspensão das leis e dos direitos, enfim, que correspondem à metropolização bio/necropolítica moderna/colonial de exceção e seus procedimentos/mecanismos de opressão, repressão, coerção, alienação e animalização.

⁵⁵ O Fórum Comunitário do Porto foi um desdobramento do agrupamento iniciado a partir do Fórum Social Urbano (FSU) – um contraponto ao 5º Fórum Urbano Mundial, promovido pelo ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para o habitat) no ano de 2010. (Giannella, 2015, p.152).

⁵⁶ Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>>. Acesso: 06 de março de 2020.

O segundo eixo, que se debruça sobre a questão fundiária, discute “a expropriação da terra e da moradia, a privatização da terra e do espaço público, a reafirmação do direito à terra urbanizada e à moradia digna e bem localizada”:

Este eixo de ação expressa o intenso processo de expropriação da terra e da moradia que acompanha os projetos de desenvolvimento da região portuária do Rio de Janeiro e que impacta diretamente as famílias trabalhadoras pobres residentes na área e os pequenos comércios e estabelecimentos locais. O eixo pretende dar destaque a outras práticas fundiárias como a concentração do solo urbano nas mãos de grandes grupos empresariais investidores na região e o processo de privatização das terras públicas, em detrimento da destinação do solo urbano, ainda disponível, e de domínio público, para a produção de moradia de interesse social e para o reconhecimento e preservação das terras e do patrimônio material e imaterial do Quilombo Pedra do Sal. (Fonte: website do Fórum Comunitário do Porto. Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 06 de março de 2020).

Este eixo põe ênfase na mercantilização/mercadificação da terra, um aspecto presente desde a origem do sistema mundo moderno-colonial, atualizado a partir das ofensivas neoliberais de desregulamentação, como também, de uma gestão racista do espaço que se vê autorizada a tomar a terra daqueles que “se opõem ao desenvolvimento e ao progresso”, isto é, daqueles – que inferiorizados e sub-humanizados, não tem condições de aceder à civilização. Este eixo desdobra-se no terceiro, que se inclina sobre as violações de direitos e conflitos urbanos:

(...) este último eixo de ação do Fórum Comunitário do Porto pretende colocar em relevo e discussão: 1) a insuficiência do plano formal e legal como horizontes únicos/últimos dos processos de luta, mobilização e resistência popular e, também, a fragilidade que o campo dos direitos e das leis, na sociedade burguesa, possui frente a contextos de implantação de grandes projetos de desenvolvimento, quando a “exceção” e mesmo o não cumprimento legal parece ser a norma de mediação das relações entre Estado e sociedade civil; Estado e capital privado; 2) a violação dos direitos cometida por atores públicos e privados em nome do “desenvolvimento”; 3) a necessidade de constituição de esferas públicas de debate, proposição e fiscalização sobre os destinos e conteúdos das mudanças necessárias da região portuária, a partir da fala e da história social daqueles que residem e trabalham na região portuária e resistem há décadas de abandono e omissão desta mesma região pelo poder público. (Fonte: website do Fórum Comunitário do Porto. Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 06 de março de 2020).

No âmbito da modernidade eurocentrada, este eixo questiona o caráter universalizante dos projetos de desenvolvimento, que negam outros projetos, formas e experiências de viver o espaço – e por isso são violadores de direitos humanos –, uma vez que passam por cima de saberes, memórias, desejos, linguagens, identidades e territorialidades outras. A favela como contraface espacial da modernidade não tem direito de existir. Portanto, deslocar o lócus de enunciação para os sujeitos subalternizados – através de esferas públicas de

debate – é promover “espaços de respiração e emancipação democrática” (FERRÃO, 2015), onde quem demanda e decide o melhor para sua vida é aquele que vive o lugar.

O Fórum teve um importante papel de integração ao estimular diálogos, articulações com outros sujeitos políticos e mobilizações em diversos âmbitos de enfrentamento da questão. A análise do direito à cidade como possível, a partir das lutas e resistências dos moradores do morro da Providência, é realizada considerando o encadeamento de ações e estratégias científicas, artísticas, técnicas e sócio-políticas. Mas, sobretudo, o engajamento dos moradores – que vivem as mazelas cotidianas de situar-se numa zona do não-ser – tem um destaque particular nessa dinâmica de resistência: a autoconstituição dos sujeitos e dos direitos a partir da luta, ou, a negação e superação da id-entidade sub/não-humana descartável-matável imposta pelas hierarquias enredadas da espacialidade biopolítica.

A moradora e integrante da CMMP Márcia de Deus é testemunha do que destacamos acima. Filha de presidente da Associação de Moradores e, vista como possível ocupante ao posto que o pai ocupou, a trajetória de Márcia revela-nos as trilhas de envolvimento com a luta diante das remoções na Providência – da crítica à associação de moradores, até a coragem para enfrentar truculência policial e ameaças de morte. Em entrevista concedida a Guterres e Barros (2015), a moradora comenta:

(...) o morador, na realidade, ele não participou de projeto nenhum. Não foi mostrado nada disso ao morador. Quando a gente foi ver as coisas estavam acontecendo. Por isso que eu digo que a associação de moradores, ela tava por dentro disso tudo, mas ela foi incapaz de chegar pro morador e falar a realidade. Então, pra mim, por isso que eu digo, associação lá e eu cá. (Guterres e Barros, 2015, p.77).

Segundo Giannella (2015), quando as obras chegaram ao Morro da Providência, os moradores passaram a frequentar as reuniões do Fórum, mais especificamente, na ocasião do fechamento da praça Américo Brum para a realização das obras do Teleférico. As instituições/organizações do FCP se reuniram com alguns moradores para pensar numa “articulação de moradores por área”, que fosse conduzida por eles próprios e independentemente da assistência direta do Fórum. De acordo com um dos integrantes da comissão:

A Comissão, ela se iniciou pela necessidade da situação. Na realidade, quando começou, começou um grupo de moradores que se sentiu ameaçado, a sua moradia, sua história, sua vida. E a mobilização não só trouxe essa visão pra gente, mas também, criou ferramentas para que a gente pudesse ir além da favela, pra buscar toda essa visibilidade, tentar colocar pra fora quilo que só o morro via; ou seja, só a favela via a história da remoção; enquanto a gente não colocou isso pra fora... e aí começou a vir os estudantes; ou seja, a questão da remoção ela ia além do Brasil, ela conseguiu chegar na Finlândia, na França, na Rússia, na França, em tudo que é lugar; Mas não conseguia alcançar o Brasil, o Rio de Janeiro; as pessoas de fora achavam que o morar carioca era o melhor dos projetos; e aí , a gente começou a fazer reunião, se organizar, fazer

eventos. (Disponível no documentário “Território Ocupado”, UERJ/FASE⁵⁷).

A CMPM resulta da oposição à Associação de moradores diante da falta de representatividade que esta proporciona ao aderir às intervenções no morro. Esta oposição e distanciamento da Associação fica clara, inclusive, quando a proposta da Comissão busca uma integração das territorialidades que existem dentro da Providência:

(...) Hoje, eu faço parte de uma comissão de moradores. Comissão de Moradores é uma coisa, Associação de Moradores é outra. Comissão de Moradores **a gente reúne** aquele número de pessoas, e aí sim tem **um que representa a Ladeira do Barroso, outro representa a Escadaria, um representa o Faria, um representa o Sessenta...** que é a **divisão da comunidade**, né... E assim vai. (Guterres e Barros, p.75, 2015).

A superação da id-entidade sub/não-humana descartável-matável fica evidente quando a moradora questiona: *“E eu não posso participar dessa nova Providência, ficando dentro? Pra eles não interessa”* (GUTERRES E BARROS, 2015). Embora Márcia tenha algumas incertezas acerca dessa “nova Providência”, ela afirma *“por isso que eu tô na briga, eu continuo brigando pela minha comunidade, pelo meu espaço dentro dela, pela minha casa, continuo”*, isto é, a moradora está na luta pelo direito de ser reconhecida como sujeito político da geografia histórica da Providência. A marca da temporalidade – “eu continuo” – e da espacialidade – “pela minha comunidade, (...) meu espaço, (...) minha casa” – são fundamentais nesta autoconstituição de Márcia como sujeito “que tá na briga”, ou seja, que disputa politicamente o direito de existir e modelar a cidade conforme seus desejos. Uma luta não apenas para sair da zona do não-ser, mas para extingui-la. A busca pelo reconhecimento fica nítida na fala:

A gente não é contra isso tudo que está acontecendo, a gente queria participar, que tivesse a participação da comunidade, que eles chegassem, pra comunidade: “Olha, vai acontecer isso assim, isso assim, assado. Vamos sentar? Vamos se reunir? Isso aqui serve? Isso aqui não serve? Pode fazer isso com a comunidade?”, mas não... Eles acham que eles é que mandam. A única coisa que a gente queria é que a associação estivesse junto com a gente, entendeu? Para não dizer que a gente tá desfazendo deles. Mas, como eu falei no começo pra vocês, a gente é uma coisa muito diferente. E onde tem dinheiro, as pessoas deixam se levar muito fácil. (Guterres e Barros, 2015, p.81).

O anseio pela participação deixa a esfera imaterial do desejo para transformar-se em luta concreta pelo direito à produção do espaço, ao passo em que a luta pela sobrevivência particular torna-se luta pela permanência coletiva, como verifica-se na fala – “a gente é uma coisa muito diferente” – em relação a identidade que se constrói na e pela Comissão enquanto mobilização espacial de r-existência⁵⁸. Outra ruptura que se estabelece na autoconstituição dos

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Wd1kX1mPdss>>. Acesso em: 18 de março de 2020.

⁵⁸ R-existência na perspectiva de Porto-Gonçalves (2012, p.51), que significando mais do reagir a uma situação anterior (e ter sempre o status de ação reflexa), trata-se de uma forma de existir,

sujeitos é observada quando Márcia se coloca como sujeito a quem se demanda as questões (“isso aqui serve?”), ou seja, o sujeito que irá falar e ser ouvido, portanto, uma des-territorialização do locus de enunciação moderno-científico-branco-masculino, para uma re-territorialização⁵⁹ subalterna-negra-feminina que reivindica seu lugar geopolítico e corpo-político de sujeito que fala – e que expressa o que Zibechi (2015), denomina lógica familiar-comunitária centrada no papel da mulher-mãe, cuja potência reside em moldar um mundo de relações outras, marcadas pelo afeto.

A construção de uma paisagem geográfica favorável à acumulação interminável de capital (HARVEY, 2016) não respeita vínculos e laços de pertencimento com o lugar, portanto, a lógica familiar-comunitária, apesar de ser estranha à lógica de acumulação, é estratégica para o seu enfrentamento, no sentido de desmoralizar o capital ao expor à nudez sua perversidade, e de acionar a afetividade do humano e a humanidade dos afetos em torno da luta por moradia – a luta pelo abrigo, pelo lar – pelo lugar de existência. A biopolítica como acontecimento revela essa dimensão que se desdobra para além da contestação, porque é invenção-criação de outras possibilidades de apropriação e construção do espaço, outras racionalidades que emergem do lugar/subjetividade subalterno e constituem “contra-enredamentos” ou “enredamentos autônomos” de mobilizações que permitem pensar/agir local/globalmente (PORTO-GONÇALVES, 2018).

Como forma de vocalizar e reverberar os enfrentamentos em curso na Providência, o Fórum Comunitário do Porto e a Comissão de Moradores publicaram uma carta aberta – cujo valor documental é importantíssimo, não só pelo teor de denúncia que traz, mas pelo modo pelo qual as mobilizações interpretam os fenômenos e traduzem para a sociedade a fim de encontrar apoio. O documento foi publicado em diversos websites e foi estratégico para difundir o caso da Providência para além de suas fronteiras. Reproduzimos a carta na íntegra para extrair alguns apontamentos fundamentais para esta discussão:

SOS PROVIDÊNCIA

Você sabia que a favela mais antiga do Brasil está sendo destruída?

Desde 2009 a região Portuária do Rio de Janeiro transformou-se num grande canteiro de obras das empreiteiras OAS, Carioca e Odebrecht. Juntas essas empresas invadiram a área com três projetos: 1º é o que eles chamam de “PORTO MARAVILHA”, um projeto de “revitalização” da Zona Portuária que está sendo coordenado pela CDURP – Companhia de

“uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, um lugar próprio, tanto geográfico, quando epistêmico”.

⁵⁹ A conceitualização que admitimos acerca da categoria-processo de *des-re-territorialização* é aquela encontrada em Haesbaert (2016), para quem, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. O geógrafo define território “enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espço, [que] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2016, p.95-96). Para Haesbaert, (des-re)territorializar-se significa “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais” – poder que é sempre multiescalar e multidimensional, material/imaterial, de dominação/apropriação.

Desenvolvimento Urbano da Região Portuária e financiado pelo dinheiro público (FGTS) e pela venda da terra pública existente na região (70% dos terrenos são públicos); 2º é o Programa de Urbanização MORAR CARIOCA do Morro da Providência que está subordinado a Secretaria Municipal de Habitação e orçado no valor de 119 milhões e o 3º é o Projeto PORTO OLÍMPICO que é parte das grandes intervenções urbanas de embelezamento da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016.

Contudo, muito antes desses projetos já existia na área portuária o MORRO DA PROVIDÊNCIA. Segundo historiadores essa é a favela mais antiga do Brasil, com mais de 110 anos de ocupação, patrimônio do povo brasileiro, remanescente da cultura afro-descendente e berço das primeiras escolas de samba como a “Vizinha Faladeira” e dos primeiros grupos de pagode como o “Conjunto Nosso Samba”!

ATUALMENTE TODA NOSSA HISTÓRIA ESTÁ EM PERIGO!

Obras e mais obras pensadas pelos grandes empresários do setor imobiliário e do turismo estão destruindo a nossa memória, nossa história e toda nossa vida! A grande imprensa não divulga que as construções do Teleférico e do Plano inclinado do Morro da Providência estão sendo implementados de cima para baixo, sem nenhum tipo de participação social da comunidade e sem nenhum estudo técnico que comprove a necessidade da construção desses equipamentos de transporte! Mas será que eles realmente sevem para isso? Já sabemos que o teleférico do Complexo do Alemão está subutilizado e que não atende as necessidades dos moradores!!!

A mídia também não informa que o próprio projeto de Urbanização Morar Carioca prevê a remoção de 832 casas da Providência! Estas já foram criminosamente pixadas pela Secretaria Municipal de Habitação e, infelizmente, algumas delas já foram removidas! Sob o argumento de que 317 destas casas estão no caminho das obras e que 515 estão em área de risco (já temos um contra-laudo provando que na Providência a grande maioria das casas NÃO está em área de risco) a Prefeitura está aterrorizando moradores e oferecendo como contrapartida um aluguel social de 400 reais que não dá para pagar nenhuma casa digna para morarmos, ou uma compra assistida que também é uma roubada, ou ainda uma indenização fora da realidade do mercado.

Segundo a “Planta Geral de Urbanização do Projeto Morar Carioca” o número de unidades habitacionais planejadas para serem construídas ao longo de dois anos é menor do que o número de remoções! São apenas 639 unidades habitacionais previstas! 58 unidades na Ladeira do Farias nº 91; 20 na Ladeira do Barroso; 4 no Centro Histórico; 131 na rua Nabuco de Freitas, 77 na rua Cardoso Marinho nº68; 349 na Aldomaro Costa nº83. Faltariam ainda 193 casas se considerarmos que em cada casa vive só uma família, no entanto, na comunidade a maioria das casas possui mais de uma família morando; famílias que construíram suas casas ao longo de muitos anos e com muito trabalho e que não querem sair dali!

Para a construção do Teleférico roubaram a nossa única área de lazer - A Praça Américo Brum! Para a construção de uma rua que vai ligar o Teleférico à Vila Portuária, várias famílias da área da "Toca" já foram desapropriadas com valores baixíssimos! Para a construção de um centro esportivo, que também não nos consultaram sobre a necessidade, a área conhecida como AP na Ladeira do Farias foi demolida e desalojou cerca de 60 famílias de um dia para o outro. Nesse caso a Prefeitura demoliu casas ainda com pessoas dentro!!! Uma moradora ainda mora neste imóvel e vem resistindo a todo tipo de pressão, obrigando a prefeitura a suspender os trabalhos de um complexo esportivo. Ela mora no AP há 35 anos e tem direito de posse daquele imóvel! O nosso Direito à Moradia não está sendo respeitado!

Além disso, temos vivido de domingo à domingo em meio aos entulhos, buracos, lixos, atormentados pelo barulho das máquinas da obra que não param nem de noite e impedidos de transitar pela Ladeira do Barroso que é uma das únicas ruas que liga a Providência à Central do Brasil. Sentimos o impacto ambiental na pele e mesmo assim a obra foi liberada sem nenhum Estudo de Impacto Ambiental prévio! O impacto de vizinhança também não é considerado! Há pessoas que já saíram do Morro e que estão sem escola para os filhos, longe de parentes e amigos! O valor dos aluguéis já subiu! Daqui a pouco não conseguiremos mais pagar!

Gostaríamos que o povo da cidade do Rio de Janeiro soubesse que os moradores da Providência não são invasores nem contra a urbanização! Somos mulheres e homens que moramos aqui porque temos uma história aqui e precisamos sobreviver! A maioria dos moradores está aqui há mais de 20 anos, toda nossa vida é aqui, a dos nossos filhos, dos nossos netos! Tudo é perto, escola, hospitais, trabalho, mercado, lazer etc. Acreditamos a Prefeitura é a principal responsável por todo esse transtorno e estamos unidos para garantir que nenhuma casa mais seja derrubada e que as melhorias nos beneficiem!

Para finalizar, o legado social da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 que queremos é permanência na Providência e a garantia de que também poderemos viver nesta cidade maravilhosa! **Pedimos** à população carioca que nos ajude a divulgar o que está acontecendo com a nossa cidade!

Comissão de Moradores da Providência e Fórum Comunitário do Porto.
(Carta Aberta, 12 de Setembro, de 2012, Comissão de Moradores e Fórum Comunitário do Porto)⁶⁰.

O primeiro ponto que destacamos é a noção de "invasão", que constitui um fator de inversão de papéis, quando busca desconstruir a existência da Providência ao problematizar a questão da moradia, do pertencimento e dos

⁶⁰ Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2012/09/12/carta-aberta-a-populacao-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso: 11 de março de 2020.

vínculos com o lugar e a atuação da Prefeitura e dos consórcios empresariais. Diante do imaginário social que atribui aos grupos subalternos o caráter de “invasor” – de propriedades, de limites e fronteiras situados, material e simbolicamente, na zona do ser – o Fórum e a Comissão “deslocam a invasão” para as empresas e seus projetos urbanísticos. São estes atores que, após uma história de “mais de 110 anos de ocupação”, chegam à Providência como invasores – uma atualização do desembarque do europeu-branco-masculino às Américas que marca as situações coloniais na contemporaneidade. A ideia de “invasão” abre e fecha a carta, sendo fundamental para reposicionar os moradores dentro das relações de poder que conferem a eles um lugar na zona do não-ser, principalmente quando reivindicam seus direitos a partir da reivindicação de sua humanidade – *“moramos aqui porque temos uma história aqui, (...) há mais de 20 anos, toda nossa vida é aqui, a dos nossos filhos, dos nossos netos! Tudo é perto, escola, hospitais, trabalho, mercado, lazer, etc.”*. Tal reivindicação é nítida quando os mesmos afirmam que *“os moradores não são (...) contra a urbanização”*. Embora, como discutimos anteriormente, também haja opressões no interior da zona do ser – que não são atravessadas pelo questionamento da humanidade, mas por outros fatores – os moradores reivindicam a urbanização que, nos moldes como transcorre na cidade do Rio de Janeiro, é um privilégio dos que ocupam da zona do ser. Entretanto, não se trata simplesmente de situar-se na zona do ser e não ter mais a humanidade questionada/negada, isto é, beneficiar-se dos privilégios dos grupos situados nessa estrutura de poder. A reivindicação da carta procura por algo mais próximo do que Lefebvre discutiu em “O direito à cidade” – dignidade, participação nas tomadas de decisão, direito à moradia, ao lazer, às proximidades, ao encontro, história e memória – portanto, uma transformação radical do humanismo que dissipa a humanidade (e a linha divisória) constituída na e pela zona do ser – isto é, que propõem a superação das estruturas de poder estabelecidas pela matriz de poder colonial/capitalista/patriarcal/cristã/euro-estadunidense-centrada. A potência desta mobilização enquanto biopolítica da autonomia reside na recriação e reinvenção de um outro humanismo – que é popular, negro, feminino –, e que suscita a reflexão acerca da cidade como obra, portanto, a necessidade de repensar alternativas anticapitalistas às relações sociais de produção.

O segundo ponto, também se relaciona à invasão, mas enfatiza o perigo que os projetos e obras “pensadas pelos grandes empresários do setor imobiliário” representam aos moradores. Um ameaça à memória, história e vida – que nos moldes de um epistemicídio, atentam contra os saberes e conhecimentos produzidos pelos moradores, contra a dignidade da moradia e contra a participação dos moradores nos processos e projetos. A atuação da Prefeitura e das construtoras é retratada como “aterrorizante”, mais uma vez, deslocando os estigmas socialmente construídos, principalmente pela grande mídia – que não noticia a ausência de consultas e anuência dos moradores acerca das obras, sobre as casas marcadas e as remoções que já tinham ocorrido e deixado um rastro de destruição e violência material e simbólica. Neste sentido, os produtores e promotores do risco-perigo-ameaça não são os moradores, pois eles são expostos à situações de expropriação, violência e degradação do ponto de vista da dignidade humana – *“temos vivido (...) em meio aos entulhos, buracos, lixos, atormentados pelo barulho das máquinas”* – numa clara evidência do que Oliveira (2017) discutiu como racismo ambiental.

Outro documento fundamental para essa mobilização biopolítica de existência é o “contralaudo”⁶¹, um documento técnico que refutou o laudo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro que criava um zoneamento de áreas de risco na Providência e justificava as remoções de moradias. O documento foi elaborado pelo engenheiro Maurício Campos e pelo arquiteto Marcos Asevedo, e figura como um importante recurso na luta que se travou pela permanência dos moradores no morro. O contralaudo dialoga com a discussão sobre racismo ambiental (OLIVEIRA, 2017) e contenção territorial (HAESBAERT, 2014) na emergência do discurso do risco como instrumento de gestão biopolítica do espaço. Além disso, surge como documento extremamente crítico, que coloca a ciência e a técnica a serviço dos moradores em sua luta pelo direito à cidade e à produção do espaço.

O contralaudo consiste num relatório de duas visitas técnicas e de um parecer técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias do Morro da Providência e da Pedra Lisa. Diante da ausência de informações prestadas pela Secretaria Municipal de Habitação sobre as obras previstas e em andamento naquele período (ano de 2011) e, em função da situação de insegurança dos moradores gerada a partir da ameaça de remoção, as visitas técnicas tiveram como objetivo avaliar as possíveis situações de risco geotécnico que resultaram na marcação de centenas de casas. De acordo com o documento, os moradores não tiveram acesso a qualquer laudo técnico com mapeamento de risco ou aos projetos que conteriam as especificações das obras previstas – fato que levou à interposição de uma ação pela Defensoria Pública Estadual do Rio de Janeiro, requerendo cópias do projeto e a suspensão de qualquer iniciativa relacionada à remoção das famílias, até que os moradores tomassem conhecimento das propostas. Como versa o contralaudo, após três meses, a cópia do processo administrativo referente à licitação de obras foi enviada à Defensoria Pública, todavia, tanto a Planilha de Quantitativos e Custos unitários, quanto as Atas de Audiências Públicas não foram encaminhadas. Sobre as atas, cabe destacar:

Neste mesmo Ofício, o Secretário Municipal de Habitação, em resposta às indagações apresentadas pela Defensoria Pública, afirma que “em relação às atas de Audiências Públicas... até agora foram realizadas apenas Assembleias de Apresentação, conforme documento em anexo. O diagnóstico Social Participativo ainda está em fase de contratação, conforme aviso de licitação TP 006/2011”, reconhecendo assim, formalmente, a completa ausência de discussão sobre o projeto de urbanização. (Disponível em: https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf). Acesso: 12 de março 2020).

Em conjunto com as informações referentes ao projeto, também foram encaminhados os Relatórios de campo que integram o documento chamado “Apoio Técnico para Mapeamento Geológico em Encostas”, elaborado sob a

⁶¹ Recomendamos a leitura do contralaudo, que se encontra disponível em: https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf. O documento conta com uma análise minuciosa dos projetos de “realocação” e “intervenções urbanísticas” propostas pela Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Habitação. Além disso, contém detalhes dos projetos e fotografias referentes às visitas técnicas realizadas para composição do documento.

responsabilidade da Geo-Rio/Concremat Engenharia, cuja síntese é apresentada sob a forma de um “mapa de risco”. O contralaudo toma como base os mapeamentos de “urbanização”, “realocações” e “zonas de risco” propostos pela Prefeitura/SMH no âmbito do Programa Morar Carioca. É a partir desses três elementos que as avaliações são realizadas: o engenheiro e o arquiteto subdividem o Morro em cinco setores e, para cada um deles, apresentam suas análises amparadas num rico acervo fotográfico que compõe o material e auxilia na refutação dos argumentos levantados pela Prefeitura/SMH.

O teor crítico do contralaudo se apresenta a partir do instante que, para além de um documento estritamente técnico, busca desfazer as máscaras sociais que escamoteiam as contradições inerentes aos discursos e às práticas engendradas pela Prefeitura/SMH para justificar as intervenções urbanas e as remoções. Dentre as contradições que o contralaudo aponta, estão: a) a falta de precisão dos relatórios, inconsistentes quando comparados entre si⁶²; b) ausência de ocorrências relacionadas à queda de blocos/lascas de escarpas que justifiquem as “realocações”; c) contradições entre ações preventivas baseadas em critérios técnicos e definição genérica dos riscos, ignorando situações objetivas e propondo a implantação de áreas de lazer – onde fora configurado área de alto risco; d) intervenções que não tem relação com as reais necessidades de mobilidade e circulação dos moradores; e) interesse da Prefeitura em criar “ícones” urbanísticos para propaganda e espetacularização (Teleférico, Plano Inclinado) em detrimento do atendimento efetivo das necessidades dos moradores.

O documento também aborda a violação de direitos, com ações truculentas por parte da Prefeitura/SMH, expulsões forçadas e demolição com imóveis ainda habitados. O contralaudo conclui que o risco é superdimensionado e utilizado para justificar a remoção das famílias. Além disso, com a alegação de que as intervenções eram de interesse da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas 2016, o argumento de que haveria um interesse público na execução de obras para a implantação de infra-estrutura urbana foi amplamente utilizado para intensificar a política de remoções.

Trata-se de um projeto concebido em gabinetes que, sem considerar a realidade dessas comunidades, propõe, em um curto espaço de tempo, apagar da memória da cidade a história de várias gerações de famílias que são o testemunho de como a população pobre da cidade proveu a sua moradia contando apenas com seus próprios meios, como alternativa ao abandono a que sempre foram relegadas pela prefeitura e demais esferas do poder público. (Disponível em: <https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf>. Acesso: 12 de março 2020).

Por fim, o contralaudo aponta para a resistência da Comissão de Moradores na construção de um projeto de urbanização alternativo, isto é, um projeto cujas bases sejam redefinidas pelos moradores, e reafirma o direito de permanência no morro, prestando orientações que contribuíram para a luta na

⁶² O Inventário de Riscos apresenta duas zonas de riscos na Pedra Lisa, uma de alto risco e outra de baixo risco, todavia, o projeto urbanístico Morar Carioca indica – indistintamente e sem justificativa técnica – a remoção de 351 domicílios, sem que haja projeto para a localidade (a comunidade não estava incluída no projeto de urbanização).

forma de duas premissas: “nenhum morador deve aceitar sair de sua casa sob a alegação de risco” e “nenhum morador deve aceitar sair de sua casa em função de definições do projeto urbanístico”.

Nenhum morador deve aceitar sair de sua casa sob a alegação de “risco”

- sem que tenha sido assegurado o seu direito de ter acesso ao laudo técnico contendo a especificação da situação de risco identificada;
- sem que tenha sido assegurado o seu direito de, se for o caso, contestar o laudo técnico apresentando um contra-laudo elaborado por profissionais ou instituições que sejam de sua confiança;
- sem que tenha sido assegurado o seu direito, no caso em que fique comprovada uma situação real de risco, de ser reassentado em outro imóvel que atenda às necessidades de sua família e que seja localizado na própria comunidade e de somente sair de sua casa quando o novo imóvel estiver construído.

Nenhum morador deve aceitar sair de sua casa em função de definições do projeto urbanístico

- sem que tenha sido assegurado o seu direito de ter acesso à documentação detalhada do projeto e de discutir as soluções nele previstas;
 - sem que tenha sido assegurado o seu direito de apresentar alternativas que tragam benefícios para a comunidade e não impliquem na necessidade de reassentamento de famílias, ou que reduzam drasticamente essa necessidade;
 - sem que tenha sido assegurado o seu direito, na hipótese em haja o reconhecimento de uma necessidade real e justificada do projeto urbanístico, de ser reassentado em outra moradia definitiva nas mesmas condições já mencionadas acima.
- (Disponível em: https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf). Acesso: 12/03/2020).

Compreendemos que o contralaudo reafirma o direito à produção do espaço pelos moradores do morro da Providência, uma vez que são estes que devem projetar, decidir e deliberar sobre seu espaço habitado e vivido. Durante as entrevistas que realizamos com moradores da Providência, foi possível perceber a presença das informações do contralaudo no discurso dos moradores, isto é, a mobilização produziu um saber-poder que foi apropriado e acionado em defesa da permanência no território e contra as medidas arbitrárias e violentas com as quais a Prefeitura/SMH procedeu. A produção de um conhecimento e de uma consciência territorial de resistência à ofensiva colonial empreendida pelo Estado/Capital foi fundamental para fortalecer os moradores e encorajá-los diante do autoritarismo dos projetos de revitalização e “modernização” que “desembarcaram” na Providência.

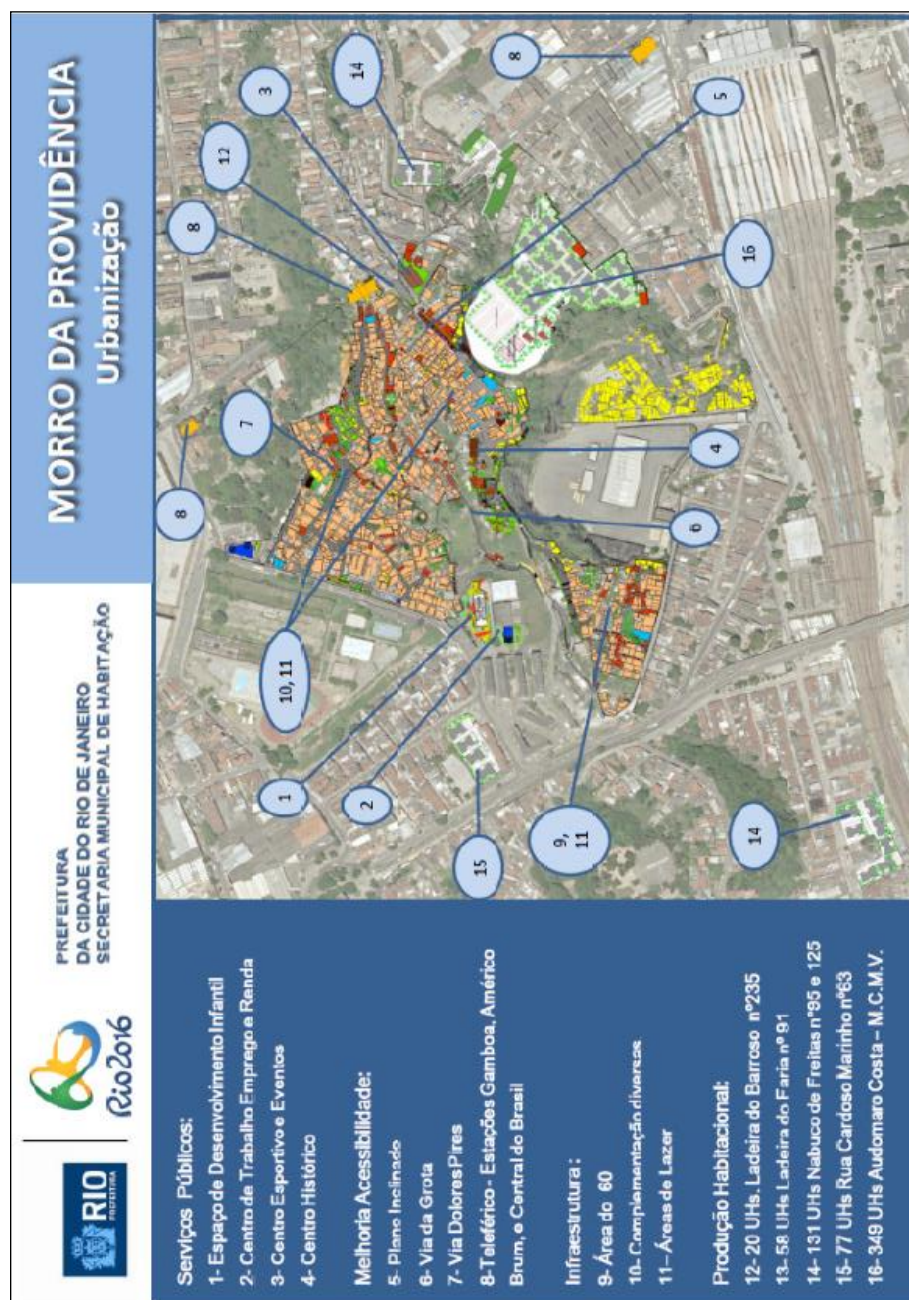


Figura 22. Projeto de Urbanização para o Morro da Providência. Fonte: Contralaudo produzido pelo Engº. Maurício Campos e pelo Arq. Marcos Asevedo.

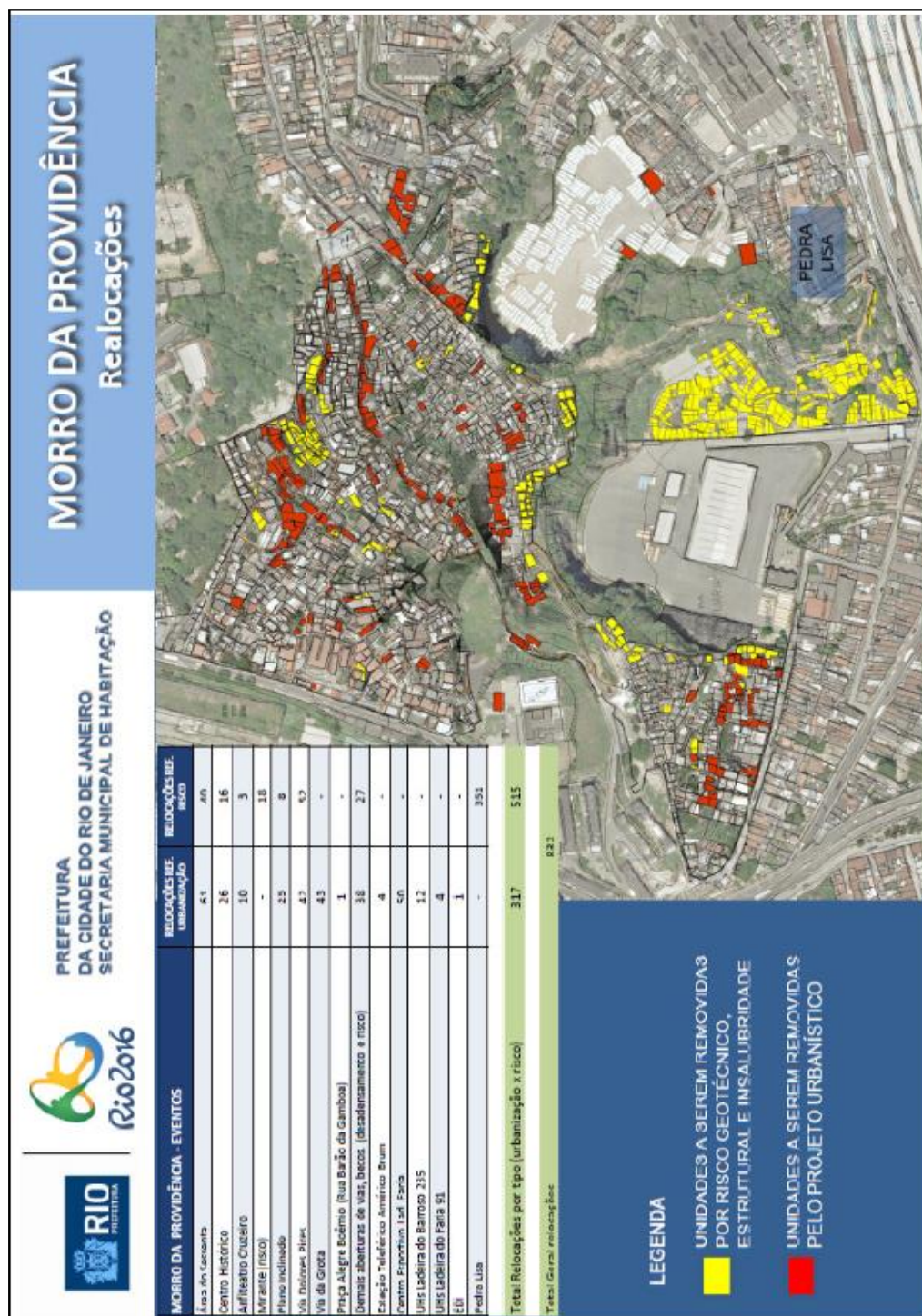


Figura 23. Mapa das “Realocações” (remoções) do Morro da Providência. Fonte: Contralaudo produzido pelo Engº. Maurício Campos e pelo Arq. Marcos Asevedo.

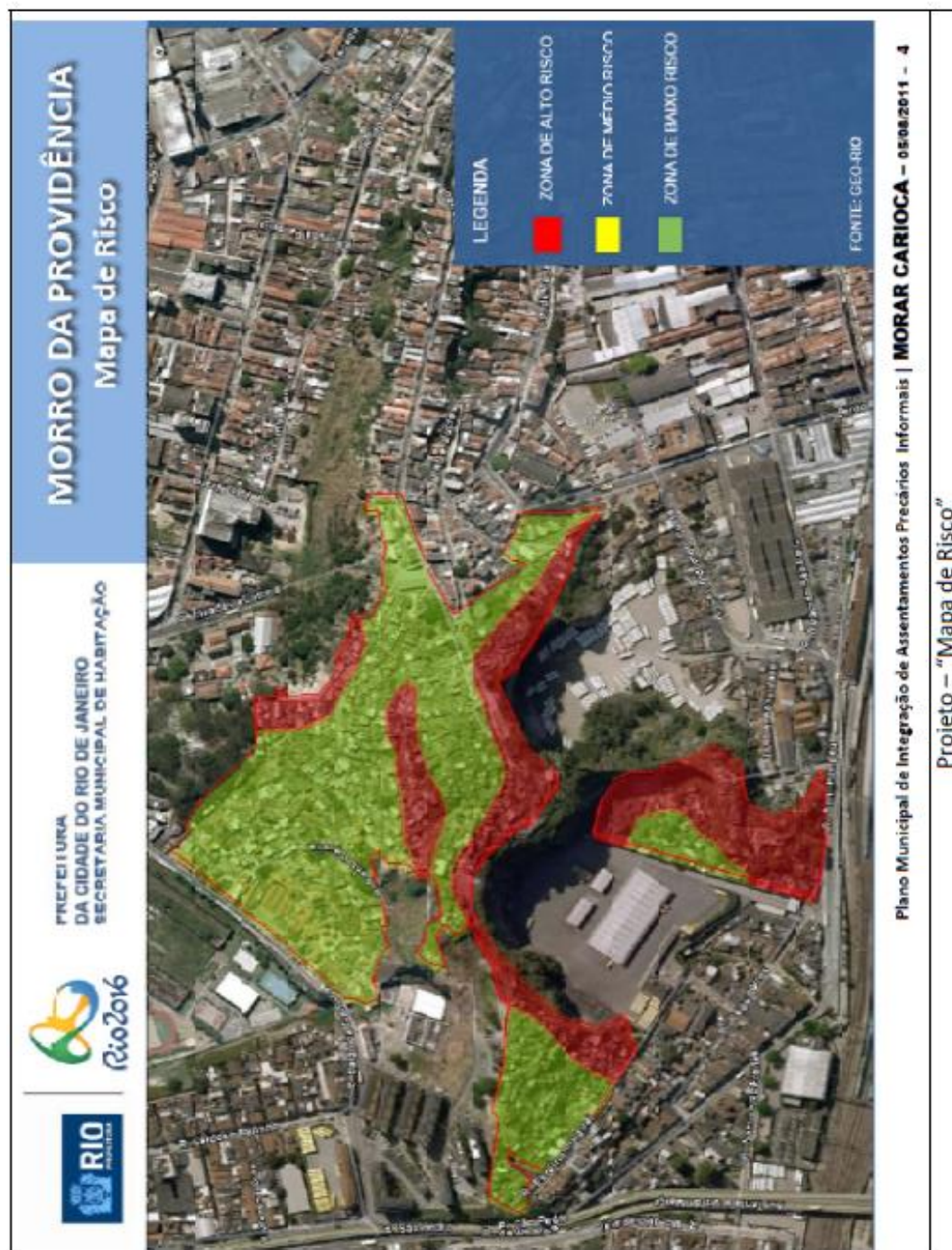


Figura 24. “Mapa de risco” do Morro da Providência. Fonte: Contralaudo produzido pelo Engº. Maurício Campos e pelo Arq. Marcos Asevedo.

Outro documento produzido no âmbito do FCP e da CMMP é o Relatório de violação de direitos e reivindicações⁶³. Produzido antes do contralaudo, em maio/2011, por um grupo de trabalho do Fórum Comunitário do Porto em colaboração com moradores da Providência e outros integrantes, contribui para verificarmos a constituição de “campos”, isto é, situações onde o direito e o ordenamento-jurídico são suspensos e conformam um estado de exceção. Ao apresentar os argumentos normativos para garantir o direito à moradia da população na região portuária, o documento perpassa desde a Constituição Federal até a Lei Orgânica do município, e até mesmo alguns tratados internacionais, buscando evidenciar: a) a violação de distintos dispositivos e diplomas legais; e b) o cumprimento da legislação vigente, concebendo os moradores como “cidadãos, sujeitos de direitos humanos e sociais” (FCP, 2011). A violação de direitos é apresentada na forma de *violação do direito à informação e violação do direito à participação*.

A partir de depoimentos, fotografias e vídeos, a violação ao direito à informação revela-se a nas informações desencontradas e contraditórias que fomentam incertezas e dúvidas nos moradores. Sem a devida abordagem da Prefeitura/SMH – que realizava apenas reuniões de apresentação dos projetos – assoma-se ações truculentas dos técnicos da prefeitura e do consórcio, inclusive negando informações requeridas pelos moradores. Como já destacamos, as *casas marcadas* (fato que deu nome a um documentário) com a sigla SMH são expressão não só da arbitrariedade com a qual os moradores foram tratados, como também da violência que a ausência de informações trouxe ao cotidiano dos encontraram seus domicílios pixados e viram seus vínculos e redes de afetividade e segurança serem ameaçados:

E a gente vai morar onde? Eu não quero sair da minha casa. Eu não quero sair da minha comunidade. Porque eu saí daqui pra ir morar na roça, meu filho ficou cego, porque teve um acidente na minha casa, um assalto, e meu filho hoje é cego, não enxerga de uma vista. Perdi tudo o que era meu. Aqui eu durmo de porta aberta, de janela aberta, nunca aconteceu nada com a gente. A gente aqui tá tranquilo. Nós aqui vivemos numa paz. Passou mal o outro (...). E na roça? O filho da gente morre porque a gente morre. Aqui passou mal, mesmo que não tem dinheiro pra pegar um carro, vai a pé, tem um vizinho que te socorre, te traz e leva, entendeu? Agora a gente vai sair daqui pra ir pra onde? Eu não tenho condições de pagar aluguel. Agora to com problema na minha vista. To correndo atrás pra fazer uma cirurgia. To sem trabalhar, eu trabalhava como agente comunitária no Hospital da Gamboa, aí fui mandada embora, to sem trabalhar. Aí vai me tirar da minha casa e vai me botar onde? Na minha casa tem o meu neto com 10 anos, o outro com 16, meu filho e a minha nora. Eu não quero sair daqui, eu não quero sair daqui, já falei isso já, minha casa é pequena mas é minha.” (Moradora do Morro da Providência, Sessenta, FCP, 2011).

Considerando a violação do direito de participação popular, o relatório se refere tanto ao processo de discussão sobre a necessidade da obra quanto à criação de condições de apresentação de um projeto alternativo. Os trechos a seguir elucidam a maneira pela qual a ausência da participação se deu como “presença” de suspensão de direitos e medidas de exceção:

[Como foi a abordagem da SMH?] “Tentaram uma vez, agora a poucos dias trouxeram caminhão, trouxeram a guarda municipal,

⁶³ Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>>. Acesso: 15 de março de 2020.

vários agentes da prefeitura mas alegando apenas que estavam fazendo o cadastramento de auxílio aluguel, sendo que trouxeram caminhão grande, imenso, para poder quebrar tudo e tirar tudo. Ou seja, se tivessem tido oportunidade tinham tirado a força.” (Moradora da Rua do Livramento, 207/211 – FCP, 2011)

[Após terem marcado as casas e convocarem para ir à Prefeitura, como foi a abordagem?] “Cheguei lá ele mandou esse papel aqui, mostrou, e aí falou pra gente “você escolhem: ou um apartamento, ou essa indenização aqui no valor de 14 mil e não sei quanto ou então essa compra assistida, né? Aí eu falei assim pra ele: mas vem cá, lá é um comércio... como é que eu vou comprar um outro bar com 14 mil, ou 21 mil também? Como eu vou comprar? “lá mesmo!”. Aí eu falei: lá onde? Se vocês tão chamando de lá, onde vou comprar meu bar? Aí ele: “não, então você calcula aí, chamou a moça lá aí mandou a mulher fazer uma conta lá e chegou... era de 14... falou que me dava 14 mil na mão, ou então arrumava um bar com esse preço aqui (21 mil), aí eu falei que não dava. Aí ele foi chamar a mulher lá que fez outro calculo e aumento pra 25mil. Eu falei que não vou procurar nada porque não existe bar nesse preço e eu não vou procurar. Isso aí, eu e meu marido.” (Moradora do Morro da Providência, Ladeira do Barroso. FCP, 2011).

“um problema que teve lá [na Prefeitura], um problema bem sério, é que eles coagiram um pessoal pra aceitar o valor falando assim: não adianta que vocês vão ter que sair de lá mesmo de qualquer maneira, que vai ser feito isso, entendeu? Que vai ser feito, vamos dizer, no nosso caso, que vai fazer o plano inclinado mesmo... e ele falou que nós somos donos da alvenaria. Falou: a alvenaria é de vocês, agora o solo não é de vocês, é da prefeitura. Foi isso que ele falou, entendeu? E ele falou num tom ríspido, entendeu? Como se estivesse impondo, dizendo que tem que aceitar de qualquer jeito.” (Morador do Morro da Providência, Ladeira do Barroso, FCP, 2011).

Diante da falta de escuta e de abertura de espaços institucionais de diálogo e mediação de conflitos para elaboração de um projeto que atendessem às necessidades dos moradores, o relatório apresenta uma seção com propostas dos moradores para a área, que se expressam: na melhoria do saneamento básico, escoamento das águas pluviais e coleta de lixo; no subsídio público para reformas das moradias já instaladas no morro; na construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA); na construção de um plano inclinado ao lado da pedreira, sem remoção de moradores. O documento se encerra com a deliberação de 11 propostas e reivindicações, que podem ser observadas no Anexo 1. As deliberações manifestam assim, uma luta pela participação dos moradores nos projetos e processos que afetam sua vida cotidiana na cidade, como também pelo reconhecimento destes como sujeitos históricos e de direitos na produção do espaço. Quando os moradores não são consultados e não participam das decisões, tem sua cidadania negada, portanto, sua humanidade é questionada dentro de uma ordem-quadro jurídica que se apresenta como democrática. O relatório ilumina as violências naturalizadas no interior de uma matriz de poder colonial-necropolítica de exceção, isto é, os procedimentos que, na zona do não-ser, tornam-se banalizados – como ameaçar, aterrorizar, reprimir, negar, privar e até matar, ainda que indiretamente. Como podemos verificar na fala da moradora Márcia de Deus, as violações são parte dos procedimentos adotados pelos funcionários da Prefeitura/SMH e interferem de modo prejudicial à saúde mental e emocional dos moradores; Todavia, há na fala de Márcia, um sinal de empoderamento, protagonismo e desafio à ordem que pretende se instalar na

Providência – que demonstra a importância da Comissão de moradores, do contralaudo, do relatório, assegurando o direito de permanecer, questionar e confrontar – não sem prejuízos:

Sofri muito, chorei muito, eu dormia com medo. “O trato vai passar por aí amanhã, hein. Se tu não sai por bem, sai por mal”. E eu dormia assim, ó. Mas hoje em dia não, hoje em dia eu to bem, Meto a cara, pergunto pros homens que batem na minha janela: “Pois não, o senhor é da onde? O seu crachá, por favor. Dá pra se identificar? Se não se identificar não tem conversa”. Funciona desta maneira, agora. Num ponto foi bom, em outro ponto foi ruim, mas eu aprendi. Tem que saber pra quem você vai abrir a tua porta. E isso eu aprendi com isso tudo que aconteceu, e com a minha amiga que quase morreu soterrada na casa dela, com essas truculências todas também, Foi tudo um aprendizado.

E nessa truculência toda, nós perdemos muita gente. Seu Nélcio, um guerreiro... morreu com esse choque todo, brigando com a gente. Roberto, que é ali do que eles dizem que é o plano inclinado, perdeu a mãe nessa truculência. A Neuzimar perdeu a mãezinha dela nessa truculência. E eu, no finalzinho agora, a minha mãe, não falava comigo. Porque fizeram a cabeça dela dizendo que eu estava atrapalhando as obras. A minha mãe entrou dentro da minha casa e falou: “Minha filha, saia da sua casa”. Eu falei: “Saia a senhora da sua, eu não vou sair da minha, porque não é assim que a banda toca”. Não falava comigo, porque ela achava que eu estava errada, porque as pessoas tem mania de dizer que a prefeitura tem o poder. Não, o poder quem tem é Deus. Aí fizeram aquela lavagem cerebral na pobrezinha. Minha mãe levou um tombo, dentro da Central do Brasil. Mas, quer dizer, ela já tava com aquele problema todo, aquilo tudo guardado, né. Ela ficou magoada comigo, aconteceu esse acidente e na volta disso tudo, ela não resistiu. Ela teve duas paradas cardíacas e um infarto. mas a minha mãe tá no céu, tá brilhando, e eu já falei pra ela: “Eu sou a estrela. A senhora brilha aí em cima e eu to brilhando aqui embaixo, que eu vou continuar na minha luta”. (Guterres e Barros, 2015, p.80).

Da carta aberta ao contralaudo e ao “relatório de violação de direitos e reivindicações”, podemos verificar a emergência de múltiplos enredamentos que, numa outra possibilidade da biopolítica, apresentam-se como enredamento de mobilizações de resistência e rebeldia. Evidenciados a partir da contribuição de Sánchez *et al* (2016) e Giannella (2015), que realizam um mapeamento dos atores organizados em torno da resistência às intervenções na Providência, buscamos listar os sujeitos e grupos enredados em torno da luta pelo direito à moradia no Morro da Providência. Segundo Sánchez *et al* (2016), a identificação de experiências e imaginários insurgentes se torna parte constitutiva dos processos de transformação da cidade e podem sinalizar novos caminhos para uma construção mais democrática da cidade. Para Giannella (2015) há diversas formas de lutas pelo espaço e, portanto, há múltiplas relações de poder, diferenças de escalas no processo de luta, historicidades, singularidades e particularidades – que vem à tona quando a análise se debruça sobre as contradições. Todavia, a autora não pretende destacar a fragmentação-desagregação das lutas, antes, procura focalizar a dimensão central das lutas naquilo que as faz convergir: a luta pelo espaço. Em outras palavras, o que interessa, no âmbito de pensar alternativas possíveis à coesão-coerção, é a *comunhão de lutas em torno do direito à produção do espaço*.

De caráter sócio-político, o Fórum Comunitário do Porto e a Comissão de Moradores da Providência tiveram um importante protagonismo ao construir redes de mobilização a partir do lugar. Numa dimensão político-jurídica, a Defensoria Pública com a atuação do NUTH (Núcleo de Terras e Habitação), auxiliada pelo relatório de violações de direitos e reivindicações e pelo contralaudo. Numa perspectiva científica, o Projeto de extensão do Departamento de Serviço Social da UERJ, Grupo Educação Popular, o engenheiro Maurício Campos e o arquiteto Marcos Asevedo, e o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ) por meio de um Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (Neplac). Além destes sujeitos e coletivos, segundo entrevista realizada em outubro de 2017 com o morador da Providência, Cosme Vinícius Felippsen, as organizações FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), a Unesco, a Anistia Internacional e a Justiça Global também foram cruciais nestas lutas. Os canais de informação de mídia independente e alternativa foram importantes meios de difusão de notícias e relatos de moradores, dos quais destacamos o “Rio On Watch”, um site de relato das favelas, cujo objetivo é trazer visibilidade às vozes de seus moradores, mobilizadores comunitários e observadores internacionais. As expressões de denúncia e contestação através da arte também figuraram dentre as ações de resistência, por meio das fotografias de Luiz Baltar e Maurício Hora, dos documentários “Casas Marcadas”, “SMH – Saia do Morro Hoje”, “Morro da Providência, história de vidas” e “Território Ocupado (FASE)”, além dos grafites do artista plástico português Alexandre Farto (Vhils).

Essas mobilizações de reivindicação, reflexão, informação e arte formaram um verdadeiro enredamento de mobilizações de caráter autônomo, multi e trans-escalar de resistência, na qual a cidade e o urbano enquanto convergência, apropriação e Festa, tornaram-se possíveis, culminando no Morro da Providência, mas, se difundido para além das fronteiras geográficas da favela, conectando-se à rua, às universidades, às instituições governamentais e não-governamentais e também ao ciberespaço, por meio das redes sociais e páginas da web. A ideia de “tramas políticas de ação rebelde” é uma tentativa de conceitualizar este enredamento no intuito de instrumentalizar – não no sentido de aparelhar/cooptar, mas de equipar – as lutas na metrópole a fim de promover uma “metropolização da rebeldia”.

A organização dos moradores na forma de uma “Comissão de Moradores” foi fundamental para resistir e conquistar ganhos como a liminar que suspendeu as obras e remoções do Morar Carioca no morro da Providência, e também ao fazer frente à Associação de Moradores, que desempenhava uma ação instrumental a serviço dos projetos da prefeitura⁶⁴.

Contudo, como trata-se de uma disputa, há um movimento contínuo de conflitos e tensões que se desdobram no espaço-tempo através de novos atores, novas estratégias, e que terminam por erigir bloqueios e limites, como na relativa desmobilização observada por Sánchez et al (2016).

Em 2015, as remoções voltaram a ocorrer na região mais vulnerável da comunidade, ao mesmo tempo em que se iniciam negociações para o estabelecimento de um plano de habitação social na área. (...) Tal plano vem sendo criticado por moradores e instituições públicas, pois seu conteúdo é genérico e não compromete o avanço da operação urbana a partir da qual foram gerados os conflitos relativos à moradia e ao direito à cidade. (Sánchez, 2016, p.105).

⁶⁴ Sánchez et al, 2016, p.99.

De acordo com Giannella (2015), a Comissão de Moradores foi construindo um processo de aquisição de autonomia, passando a se reunir por si só e com outros sujeitos. Para a autora, é preciso exercitar a capacidade de trabalhar as contradições que afloram diante da aproximação de demandas mais pontuais e específicas, com o intuito de resistir coletivamente a uma conjuntura adversa e desagregadora. Trata-se de uma luta inscrita no cotidiano, cuja demanda é urgente – a permanência dos moradores em seus lugares de vida – e não uma luta que se trava em espaços institucionalizados, o que coloca desafios maiores quando a reflexão busca formas de integração. Segundo o morador e integrante da comissão, Cosme Felippsen, atualmente o grupo está desarticulado, fator que é explicado pelo momento de “trégua” no Morro da Providência.

Assim, a partir dos apontamentos levantados pela discussão das redes de movimentos sociais e dos movimentos sociais em rede, observamos que as experiências vividas pela Comissão de Moradores do Morro da Providência fornecem pistas para pensarmos numa generalização de *redes de luta* e de *lutas em rede* nos espaços da urbanização difusa. A variedade de atores, movimentos e organizações enredadas sob um horizonte de luta comum, simultaneamente, universal-particular/institucional-popular/horizontal-vertical/des-centralizado/assimétrico/local-global revela que o sucesso das iniciativas de rebeldia e resistência situa-se na possibilidade de operar em múltiplas escalas ao mesmo tempo – tal como opera o “pacote enredado” de hierarquias globais e estruturas de poder do sistema-mundo moderno-colonial.

Considerações finais

No intuito de imprimir outra racionalidade na produção de outro espaço, as contribuições que embasaram esta análise possibilitam-nos apreender espacialidades de resistência que, a partir das mobilizações e mais próximas das relações de apropriação/valor de uso/obra, são capazes de fundar outra cidade, outro urbano. As tensões observadas no Morro da Providência e a experiência de luta dos moradores forneceram referências fundamentais para este trabalho, pois tornaram evidente o que denominamos por *biopolítica espacial de negação do ser político*, desdobrando-se no movimento de inscrição-prescrição-ordenação e promovendo um estranhamento espacialmente construído e uma desumanização espacialmente forjada. A metropolização biopolítica ressalta a dimensão do poder, do comando e do controle, portanto, é através da hierarquização – como termo integrante de uma tríade – que apreendemos essa política espacial que “assume” a vida biológica do indivíduo/população enquanto obstrui o político do ser social pela via da normatização/normalização bio-necropolítica/colonial; factível de ser observada pela tríade estruturação-formalização-funcionalização. Assim, os enredamentos articulados para o enfrentamento das ofensivas de mercadificação do espaço são o ponto de partida para pensarmos numa “generalização da rebelião” na metrópole, pois trazem consigo a luta pelo direito à produção do espaço.

A noção de mobilização, proposta por Ferreira (2013), contém em si a ideia de integração-associação, ou “conexão de lutas” (BRENNER, 2013), que, a nosso ver – a partir das redes de movimentos e dos movimentos em rede – desafia a ordem estabelecida pela formalização-estruturação-funcionalização, concretamente e simbolicamente no espaço. Trata-se do enredamento de mobilizações que desafiam a hierarquização da metropolização bio/necropolítica colonial de exceção, posicionando-se como r-existências cujo potencial reside na criação, invenção e autonomia, operando através de lógicas de ação verticais e horizontais.

Propomos a noção de “tramas políticas de ação rebelde” como categoria de análise e da ação – no sentido de intervenção/interpretação política no âmbito do lugar – para evidenciar a necessária articulação multi e transescalar em rede de atores e práticas espaciais de resistência-contestação-emancipação, isto é, iluminar os “enredamentos autônomos” e as possibilidades de ação rebelde de mobilizações em múltiplas escalas espaço-temporais. Os enredamentos de hierarquias de opressão e dominação constroem suas múltiplas escalas de operação a fim de estruturar territórios e proceder no controle do espaço, assegurando, como demonstrado, a coesão-coerção no âmbito da urbanização dispersa. Todavia, “redes de justiça global” (Cumbers et al, 2008) também se valem de uma política de escalas para operacionalizar suas ações e derrubar fronteiras impostas, expandindo as possibilidades de se engajar socialmente em mobilizações contestatórias, numa “densa trama de acontecimentos de liberdade” (Hardt e Negri, 2016). Se o espaço, atores, discursos e práticas são produzidos e condicionados por tais determinações históricas e procedimentos estratégicos, como os enredamentos de resistência e rebeldia, considerando a política escalas, auxiliam na superação do estado de coisas atual? As contribuições de David Harvey (2011; 2014) e de Boaventura de Sousa Santos (2016) oferecem pistas à reflexão.

Quando Harvey (2011, p.306) afirma que *“a real mudança política advém de alterações simultâneas e bem pouco coordenadas tanto no pensamento como na ação em várias escalas”*, chama atenção para a necessidade de dar importância às possibilidades políticas numa variedade de escalas espaçotemporais em âmbito coletivo. Por este motivo ele recorre à metáfora de vários “teatros” (operações) possíveis de pensamento e de ação em alguma “longa fronteira” de práticas políticas “rebeldes”. Os sete teatros de pensamento e ação rebelde propostos por Harvey (2011) se estendem desde a pessoa corporificada (ou a escala do corpo) às relações socioecológicas que constituem a pessoa enquanto construção social; desde a comunidade, a partir das políticas de coletividade, aos movimentos sociais representados pelo particularismo militante; desde as instituições mediadoras e ambientes construídos até algum gênero de universais – socialmente construídos e atrelados a pessoas políticas. Harvey (2011) afirma que não há primazia entre eles, todos estão inter-relacionados, e, conforme o geógrafo declara, *“para haver uma insurgência generalizada que altere a forma e a direção da vida social são necessárias ações colaborativas e coordenativas em todos os teatros”* e *“avançar num dado teatro acaba por estagnar ou mesmo regredir caso não seja apoiado por avanços noutros teatros”* (HARVEY, 2011, p.306-307). Deste modo, as escalas oferecem tanto ao pensamento, quanto à ação, reais possibilidades de mobilização e organização de discursos, identidades, recursos, atores e espaços constituídos na dispersão, promovendo a integração de agendas e enfrentamentos carregados de um potencial político transformador, não sem tensões e ou contradições.

O enredamento de operações de contestação, insurgência e coletivização, visa à unificação política, que, segundo Harvey (2014), deve ter como objetivo controlar a organização, a produção e a distribuição do produto excedente para o benefício em longo prazo de todos. Isto porque o geógrafo considera que *“o capitalismo precisa de urbanização para absorver o excedente da produção que nunca deixa de produzir”* (Harvey, 2014, p.30); logo, o direito à cidade se configuraria pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização. Nesta perspectiva, o controle democrático em âmbito metropolitano só poderá ser alcançado mediante a articulação em redes de mobilizações que atuem nos momentos da organização, produção e distribuição do produto excedente, seja pela via da reivindicação, seja pela via da formulação de novas práticas e relações. Portanto, devem estar engajados nessa tarefa – organizando-se de forma autônoma e reticular – movimentos sociais, ativismos de base/nível local, mobilizações de cunho artístico (música, dança, grafite, fotografia), coletivos de mídia independente/alternativa, coletivos de técnicos, grupos de economia coletiva/solidária, a universidade representada por grupos de estudos, núcleos de pesquisa, e instituições do âmbito da comunidade, como escolas, grupos religiosos e outras organizações sociais, como fóruns, conselhos, associação e comissão de moradores. Partidos políticos e sindicatos, desde que estejam comprometidos com perspectivas anticapitalistas/revolucionárias e com o fortalecimento da sociedade civil; e desde que não haja cooptação nem desvio de interesses.

Compreendendo a relevância de uma articulação em distintas escalas num sentido mais funcional/concreto/material, é preciso fazer uso das lógicas imateriais – tecnologias digitais, plataformas virtuais e redes sociais, principalmente, para estabelecer a integração/coesão diante de uma morfologia

urbana constituída na dispersão: Youtube, Facebook, WhatsApp, entre outros aplicativos, desempenham o papel de importantes dispositivos de aproximação-difusão. E, mais importante que tais dinâmicas de associação, é preciso garantir a incessante abertura para a discussão, negociação e definição de alvos, ações e intervenções – sob o prisma da rebeldia e da revolução permanente.

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2016) afirma que, para que as lutas anticapitalistas tenham êxito, têm que lutar contra todas as formas de poder que se reproduzem em seis diferentes espaços-tempo correspondentes a uma forma específica relação desigual, a saber:

(...) [n]o espaço-tempo doméstico, a forma de poder é patriarcado ou relações sociais de sexo; no espaço-tempo da produção, a forma de poder é a exploração centrada na relação capital/trabalho; no espaço-tempo da comunidade, a forma de poder é a diferenciação desigual, ou seja, os processos pelos quais as comunidades definem quem pertence e quem não pertence e se arrogam o direito de tratar desigualmente quem não pertence; no espaço-tempo do mercado, a forma de poder é o fetichismo das mercadorias, ou seja, o modo como os objetos assumem vida própria e controlam a subjetividade dos sujeitos (alienação); no espaço-tempo da cidadania, a forma do poder é a dominação, ou seja, a desigualdade no acesso à decisão política e no controle dos decisores políticos; e, finalmente, no espaço-tempo mundial, a forma de poder é troca desigual, ou seja, a desigualdade nos termos de troca internacionais, tanto econômica como políticas e militares. (Santos, 2016, p.137)

O sociólogo afirma que as seis formas de poder alimentam-se uma das outras e atuam em rede, isto é, em *constelações de poder*, que devem ser combatidas através de “constelações de resistências” cujo efeito agregado denomina-se por emancipação social:

O que chamamos de “emancipação social” é o efeito agregado das lutas contra as diferentes formas de poder social e afere-se pelo êxito com que vão transformando relações desiguais de poder em relações de autoridade partilhada em cada um dos espaços-tempo. (SANTOS, 2016, p.138).

Os *teatros de ação* e as *constelações de resistências* podem ser concebidos no interior do que apreendemos enquanto *tramas políticas de ação*, que são constituídas por enredamentos de mobilizações espaciais de engajamento político rebelde e emancipatório, articulados em múltiplas escalas. A noção de tramas busca eliminar as noções de linearidade, etapas ou sequências rígidas, advogando pela urgência de mobilizar todos os pontos, linhas e nós simultaneamente no espaço, apreendido aqui como sempre aberto, em construção, pois ilumina o possível e o dever de novas territorialidades mais próximas daquilo que apresentamos com a noção de *obra*, pois, como Harvey (2011) discute, é preciso construir princípios norteadores capazes de amalgamar ou, nas palavras de Ferreira (2011), constituírem nexos aglutinadores, que promovam a unificação de distintas pautas, atores e ações. O grande desafio é a unificação política em torno de pautas múltiplas e agendas particulares. É preciso alinhar essa multiplicidade e particularismos, sob um horizonte em comum, a partir de princípios norteadores que, construídos coletivamente, podem desencadear investidas e ofensivas em várias direções.

É neste sentido que lançamos mão da abordagem de Hardt e Negri (2016, p.288), para os quais a metropolização pode significar, não apenas a generalização de estruturas de hierarquia e exploração, mas também, “*uma generalização da rebelião e então, possivelmente, o crescimento de redes de cooperação e comunicação, a crescente intensidade do comum e dos encontros entre singularidades*”. Para os autores, a metrópole é o lugar da produção biopolítica, uma *fábrica da produção do comum*. Propondo uma analogia entre fábrica/classe operária industrial e metrópole/multidão, Hardt e Negri (2016) apontam para a metrópole como lugar da produção, do encontro, da organização e da rebelião. Para os autores, a metrópole é o lugar do comum, das pessoas vivendo juntas, compartilhando recursos, comunicando-se, trocando bens e ideias, linguagens, imagens, afetos, conhecimentos, códigos, hábitos e práticas. A alteridade, o imprevisível e o aleatório se apresentam como qualidades da metrópole enquanto lugar do encontro. Contudo, eles avançam dizendo que é preciso ir além dos encontros inesperados e espontâneos propiciados na experiência do cotidiano vivido – é preciso organizar-se politicamente, superando as contradições e estabelecendo redes de comunicação e cooperação. As manifestações decorrentes das injustiças, descontentamentos e insatisfações relacionadas ao cotidiano de opressão, exploração, violência, medo e dor – tal como na fábrica – exemplificam a metrópole enquanto lugar do antagonismo e da rebelião. Para Hardt e Negri, “essas rebeliões não se dão apenas na metrópole, mas também contra ela” (2016, p.288), restituindo o político ao ser social.

Os aportes que a análise de Pogrebinschi (2009) acerca do *político* oferecem, ajudam-nos a pensar a *emancipação* enquanto repertório de ação conjuntamente à apropriação do espaço e sua produção enquanto obra (valor de uso). A autora situa a emancipação humana como escopo do político, isto é, a negação marxiana da política, aquilo que ganha forma com o desvanecimento do Estado e a unidade entre o homem e o social. Partindo de Marx em *A questão judaica*, Pogrebinschi (2009) recupera a ideia de que a emancipação realiza-se quando o homem tiver reconhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais, observando que a comunidade e a verdadeira democracia são condição para a realização da emancipação humana, isto é, a forma política que surge com o desvanecimento do Estado e o poder que se organiza por meio da autodeterminação, do autogoverno e da autogestão. A emancipação humana é o que devolve aos homens sua essência genérica e, portanto, ela se realiza como autoemancipação – um processo de autoconstituição de sua subjetividade, a um só tempo social e individual (Pogrebinschi, 2009, p.291).

Nos termos da produção de *enredamentos de resistência e rebeldia*, essa emancipação é possível a partir do momento em que não há mediações e/ou separações responsáveis pela alienação do homem, estranhamentos e perda de referências, ou seja, elementos distanciadores do sujeito e da obra, do social e do político – as hierarquizações que verificamos a partir da tríade formalização-estruturação-funcionalização. A emancipação do ser humano liga-se ao comum à medida que o sujeito adquire a consciência de si mesmo, um “retorno do homem ao homem, do sujeito com ele mesmo, a recuperação da essência genérica perdida no processo de alienação e estranhamento” (Pogrebinschi, 2009, p.353). O homem se reconhece na comunidade e a comunidade suscita o pertencimento, religando as conexões perdidas nos circuitos abstratos do espaço instrumental. Tal experiência é inteiramente espacial e cotidiana, pois a metrópole é produção coletiva desse homem, portanto, obra do comum.

De acordo com Harvey (2014), o comum deve ser entendido como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico. Para Dardot e Laval (2015a, 2015b), a reivindicação pelo comum – *enquanto princípio político* – nasce, em primeiro lugar, nas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial, sendo um termo central de alternativa ao neoliberalismo que marca a emergência de uma nova forma de se opor ao capitalismo e, inclusive, de considerar sua superação: o comum nomeia um regime de práticas, de lutas, de instituições e de investigações que apontam um porvir não capitalista. É somente pela atividade prática dos homens que algo pode tornar-se comum, da mesma forma que, somente a atividade prática é capaz de produzir um sujeito coletivo, isto porque, “atuar em comum” requer uma certa obrigação recíproca entre todos que estão comprometidos numa mesma atividade – o que Dardot e Laval (2015a) denominam co-atividade –, isto é, homens que se comprometam juntos numa mesma tarefa e produzam, atuando dessa maneira, normas morais e jurídicas que regulam suas ações. Nesta direção, Dardot e Laval (2015b) propõem a necessidade de articular a defesa dos serviços públicos com uma perspectiva de transformação que permita assegurar a coerência entre suas finalidades coletivas, suas regras de gestão e os procedimentos definidores das orientações da sua atividade. O essencial na constituição do comum é a compreensão da destinação social, o exercício de um direito de uso coletivo, muito mais que a reivindicação de uma “propriedade coletiva” e a formalização jurídica. Os autores apontam alguns princípios gerais, dos quais destacamos, no escopo deste trabalho: a dimensão do indisponível e do inapropriável; a práxis instituinte enquanto resguardar de qualquer lógica de apropriação, reservando a coisa comum para o uso coletivo; e, por fim, a coprodução de regras de direito por um coletivo – cuja força,

Advém do engajamento prático que liga aqueles que elaboraram coletivamente as regras pelas quais o indisponível se encontra subtraído de toda lógica de apropriação. [Resguardando] de fazer o comum um novo “modo de produção” ou, ainda, um terceiro a se interpor entre o mercado e o Estado: “comum” é, na verdade, o novo nome de um sistema de práticas e lutas. (DARDOT E LAVAL, 2015b, p.271).

Portanto, as tramas são políticas e rebeldes porque, enquanto produto-processo do enredamento de múltiplas mobilizações emancipatórias, têm como horizonte a superação do *estranhamento espacialmente forjado* e da *desumanização espacialmente construída* enquanto experiência bio/necropolítica no espaçotempo da metrópole, visando à recuperação da essência genérica, tanto individual quanto coletiva. A dimensão da ação é fundamental para qualificar essas tramas, pois, à medida que os sujeitos retomam em suas mãos seu destino social (apropriação) e superam a condição de complacência e passividade ligadas ao cotidiano programado e ao espaço instrumental – tornam-se sujeitos de sua própria geohistória no presente e no futuro –, ou seja, se autoconstituem como portadores de uma ação de rebeldia/rebelião *que confronta* o estado de coisas (colonial e de exceção) na metrópole contemporânea, *enquanto projeta e inscreve* alternativas e possibilidades outras de existir na cidade, por exemplo, a partir do princípio do comum. Existir sem ter a humanidade questionada; existir reformulando constantemente as regras, ou seja, produzindo o direito à medida que se produz o espaço, afinal, nas palavras de Smith (2000), “a libertação política exige o acesso ao espaço”.

Há um grande desafio posto diante da possibilidade de inscrever e instituir futuros urbanos alternativos à cidade, principalmente quando o que se persegue é a construção de uma “cidade dos cidadãos” (FERRÃO, 2015). Além das questões de legitimidade que tais esferas de insurgência e rebelião carecem – por serem situadas em espaços não-institucionalizados – existe a problemática de uma cidadania definida nos marcos do Estado capitalista e, portanto, nos limites da zona do ser. “Esta cidadania se limita à existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo e, o que é mais importante, para sua preservação” (CARLOS, 2005). Portanto, trata-se de uma cidadania delimitada pela zona do ser, que preserva também, uma série de assimetrias de poder e hierarquias de opressão – que na zona do não-ser é marcada pela violência colonial, isto é, pelo etnocídio, genocídio e ecocídio (PORTO-GONÇALVES, 2018). Contudo, são os processos de ações coletivas, denominados por Ferrão (2015) por “modos de microprodução de cidade” – facilitados por uma sociedade cada vez mais organizada em rede – que possibilitam a criação de espaços de respiração e emancipação democrática. Os enredamentos de rebelião e resistência que constituem as tramas políticas de ação rebelde preconizam a “verdadeira democracia” pavimentada pelo direito à cidade.

Quando observamos a luta e engajamento da Comissão de Moradores da Providência contra as remoções e pelo seu direito de morar, podemos afirmar que há um processo de microprodução da cidade. Embora carentes de legitimidade política – não possuindo o reconhecimento e histórico que a Associação de Moradores possui – a mobilização, articulada a outros atores, foi capaz de bloquear as intervenções urbanísticas previstas para a comunidade e, pelo menos diante da Defensoria Pública, adquiriu relevância como entidade civil e política capaz de reivindicar juridicamente a interrupção das obras. Resistindo às ofensivas que aqui apreendemos como bio-necropolíticas/coloniais de exceção, a rede construída aponta para outras possibilidades de construção da cidade, mais próximas das experiências de participação no planejamento e intervenções no/do espaço. A ação da Comissão de Moradores situa-se no âmbito do que Santos (2009) denomina enquanto “cultura política do protesto e do confronto” em oposição à “cultura do conflito e da negociação”, aquela, pautada no enfrentamento e analisada aqui pela reivindicação pelo direito à cidade.

Por que falamos sobre “reivindicar o direito à cidade”? A resposta se encontra nos desdobramentos que a metropolização bio-necropolítica colonial de exceção promovem no âmbito político e social da cidade e do urbano, bloqueando a renovação do humanismo e da democracia. Contudo, “o direito à cidade” está para além do direito jurídico elaborado no interior das instituições do Estado moderno. Embora algumas políticas públicas possam colaborar e contribuir para sua efetivação, é preciso compreender que a proposta de Lefebvre tem um caráter revolucionário e, portanto, visa superar a sociedade capitalista. De acordo com Goonewardena (2011), a popularidade do conceito propiciou uma enorme variedade de apropriações, desde a trabalhada por David Harvey, até pelo Banco Mundial... É preciso recuperar o sentido que o autor conferiu ao enunciar o direito à cidade: revolucionar o espaço⁶⁵. Para Harvey (2014), reivindicar o direito à cidade é uma estação intermediária na estrada que conduz ao objetivo de derrubar e substituir a totalidade do sistema capitalista,

⁶⁵ Goonewardena, 2011, p.10.

assim como suas estruturas relacionadas de poder de exploração de classe e do Estado.

O direito à cidade é um processo, uma mediação, enquanto vereda ao estabelecimento e afirmação do político, isto é, como um devir que proporciona a renovação da democracia pelo movimento de recuperação da atividade participante, condição para autoconstituição simultânea dos sujeitos e dos direitos. O político é a superação do Estado separado da sociedade civil⁶⁶, cuja forma de organização se dá a partir de modalidades de ações que realizam a participação social efetivamente, sem mediações ou abstrações. A atividade participante é o fundamento da realização do político, construído coletivamente a partir da apropriação e pautada na liberdade, isto é, pela tomada de consciência, na organização e autodeterminação do grupo na definição do seu destino social, de maneira autônoma.

Verificamos na articulação entre a Comissão de Moradores do Morro da Providência e outros grupos, uma rede de co-atividade na qual, em diferentes âmbitos, a participação coletiva resultou em ganhos sociais, políticos, jurídicos e pedagógicos. Com isso, reiteramos a necessidade de servir-se de todos os meios, como propôs Lefebvre, para acionar o direito à cidade, solucionar os problemas urbanos e condicionar, assim, um humanismo e democracia renovados. Sem dúvida, a experiência do Morro da Providência, em seu sucesso e fracassos, é fundamental para construção de um movimento unificado em diferentes esferas e escalas de ação – em curto, médio e longo prazo – capaz de revolucionar o cotidiano, a cidade e o urbano, enfim, as relações sociais como um todo, uma vez que mobiliza não apenas atores, mas, também, técnicas e saberes que funcionam como estratégias e alternativas, criativas e inovadoras. Esse é o movimento que anima e fomenta o processo de lutas pelo direito à cidade, lançando mão da liberdade, da improvisação, da experimentação e da espontaneidade como ferramentas capazes de surpreender os processos engendrados pelos atores dominantes.

Contra a negação do ser político, presente nas relações que conformam o espaço hierarquizado da metropolização moderna-colonial, o direito à cidade é um movimento de afirmação do político, ao (r)estabelecer a participação, ativa e efetiva de quem de fato habita, nos processos decisórios; ao permitir o reconhecimento e pertencimento dos sujeitos na/da ação através da atividade (re)criadora dos direitos definidos pelo uso e, finalmente, ao possibilitar a autoconstituição e autoemancipação dos sujeitos pela autodeterminação, autogoverno e autogestão nas demandas, iniciativas e processos condizentes à vida cotidiana na cidade. Neste sentido, reivindicar o direito à cidade é negar a produção alienadora da cidade e enveredar-se nas lutas que promovem o direito como uma prática resultante da autoconstituição dos sujeitos, sendo a experiência/ação humana, e não as instituições e/ou ordenamentos jurídicos abstratos, a base da verdadeira democracia.

⁶⁶ Pogrebinschi, 2009.

6

Referências bibliográficas

ABREU, M. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 4ª edição. Instituto Pereira Passos, 2011. 3ª reimpressão.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo. Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2ª edição, 2ª reimpressão, Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **Sobre a segurança e o terror**. In: COCCO, Giuseppe; e HOPSTEIN, Graciela. (Org). As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos. Rio de Janeiro, DP&A, 2002. 152p.

_____. **O que é um dispositivo**. Revista Outra Travessia, n. 5, p.9-16, Ilha de Santa Catarina, 2005.

ALVES, R. **O direito e a propriedade: o privado, o público, o comum**. IN: COSTA, Geraldo Magela et al (org.). Teoria e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

ANTAS JR, R. **Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território**. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 16, pp. 81 -86, 2004. <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/73956/77616>>.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro. Zahar, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a outra modernidade**. São Paulo. Ed.34, 2ª edição, 2010.

BRENNER, Neil. **Tesis sobre la urbanización planetaria**. Revista Nueva Sociedad, n.243, jan-fev, p.38-66, 2013.

BURGOS, M.B. **Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro**. In: ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs.). Um século de favela. 5ª ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CALAFATE, J.C et al. **O morar carioca e a maneira carioca de morar**. Instituto de Arquitetos do Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/projetos/o-morar-carioca-e-maneira-carioca-de-morar>>. Acesso: 13/04/2018.

CAPEL, H. **La forma urbana en la ciudad postcapitalista**. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias sociales, vol. XXI, n.1.177, 2016. <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1177.pdf>>.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Crise urbana**. São Paulo, Contexto. 2015.

_____. **La utopia de la “gestion democrática de la ciudad”**. Scripta Nova, vol. IX, n.194 (1), 2005.

_____. **Espaço-tempo na vida cotidiana na metrópole**. 2ª edição revisada, São Paulo: Labur edições, 2017.

CASARA, R. **Estado Pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CIAVATTA, M. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e educação no labirinto do capital. São Paulo, Editora Expressão popular, 2014.

CRUZ, Walter Carmo. **A “Teoria como caixa de ferramentas”: Reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em Geografia**. In: Anais do X ENCONTRO ANPEGE, 2013, Campinas-SP, p.4454-4466.

CUMBERS, Andrew et al. **The entangled geographies of global justice networks**. Progress in Human Geography, 32(2), pp.183-201, 2008.

DAMMETO, Marcela. **O capital financeiro na operação urbana consorciada da região do Porto do Rio de Janeiro**. Revista ParaOnde!? Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRGS, Porto Alegre, v.9, n.2, pp.55-50, 2018.

DANNER, Fernando. **O sentido da biopolítica em Michel Foucault**. Revista Estudos Filosóficos, n.4, pp.143-157, 2010.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

_____. **Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. 2ª edição, Barcelona: Gedisa editorial, 2015a.

_____. **Propriedade, apropriação social e instituição do comum**. Revista Tempo social, v.27, n.1, 2015b. <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v27n1/0103-2070-ts-27-01-00261.pdf>>.

DAVIDOVICH, Fany. **Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro**. Cadernos Metrópole, n.6, pp.67-77, 2001.

ELDEN, Stuart. **Terra, Terreno, Território**. Revista GEOGRAFARES, nº21, Janeiro-Junho, 2016. p.42-60.

FASE. **Cartografia social urbana: transformações e resistências na zona portuária do Rio de Janeiro**. 2014. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Fase_Web.pdf>. Acesso: 13/04/2018.

FAULHABER, L. AZEVEDO, L. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERRÃO, João. **O ordenamento do território como política pública**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição, 2014.

_____. **Governança democrática metropolitana: como construir a “cidade dos cidadãos”**. IN: FERREIRA, Alvaro et al. *Desafios da metropolização do Espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p.209-224.

FERREIRA, Alvaro. **Metropolização do espaço, tensões e resistências: Entre espaços de controle e controle do espaço**. In: *Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona, 2014, 2014.p.1-18.

_____. **A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações?** I SIMEGER, Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. **A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais**. Scripta Nova, Universidade de Barcelona, vol.XI, n.245(15), 2007.

_____. **Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica**. In: *Desafios da metropolização*. FERREIRA, A. RUA, J. MATTOS, R. (orgs.) 1ª edição, Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência: materialização, substrução e projeção**. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (Org.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 91-120, 2017.

_____. **Caminhando em direção à metropolização do espaço**. Geosp – Espaço e Tempo (online), v.20, n.3, pp.441-450, 2016.

_____. **A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis. Vozes, 29ª edição, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª edição, 1984.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes. 2008b.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. 1ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FREHSE, Fraya. **Potencialidades do método regressivo-progressivo. Pensar a cidade, pensar a história.** Tempo social, Revista de sociologia USP, São Paulo, 13(2), pp.169-184, 2001.

FURTADO, Rafael Nogueira. CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. **O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault.** Revista Subjetividades, Fortaleza, 16(3), pp.34-44, 2016.

GIANELLA, Letícia de Carvalho. **A luta pelo espaço no contexto do Projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais, Recife, v.17, n.3, pp.150-171, 2015.

GOLDMANN, L. **A reificação das relações sociais.** IN Sociologia e sociedade – Leituras de introdução à sociologia. Marialice Mencarini Foracchi, José de Souza Martins. LTC editora, 2006.

GONZÁLES, S. **La Geografía Escalar del Capitalismo actual.** Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v.IX, nº189, maio de 2005.

GOONEWARDENA, K. **Henri Lefebvre y la revolución de la vida cotidiana, la ciudad y el Estado.** Urban, Revista del Departamento de Urbanística e Ordenación del Territorio, n.2, 2011.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar.** 1ª ed, Boitempo, São Paulo, 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Trasnmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** Revista Crítica de Ciências Sociais. 80, pp.115-147, 2008.

_____. **El concepto de <<racismo>> en Michel Foucault y Frantz Fanon: Teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?** Tabula Rasa, Bogotá-Colombia, n.16, pp.79-102, 2012.

GUTERRES, Anelise. BARROS, Raquel. **Mobilizando-se: entrevista com integrante da Comissão de Moradores do Morro da Providência.** In: Caderno de debates 5 – Zona Portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e cpnflitos. 1ª edição, FASE, Rio de Janeiro, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** 1 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

_____. **O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 10ª ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2016.

_____. **Do telecontrole à “ocupação”: in-segurança e contenção territorial na metrópole carioca.** In: Ferreira, Alvaro; Rua, João; Mattos, Regina Célia de (Org). Desafios da metropolização. Rio de Janeiro. Consequência, 2015.p.225-251.

_____. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2ed. Revista e atualizada – Niterói, EdUFF, 2013.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Record. 2016.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism. Towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006.

_____. **O Neoliberalismo – História e implicações**. São Paulo. Edições Loyola, 2008.

_____. **Condição Pós-moderna**. São Paulo, 17ª edição. Edições Loyola, 2008.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Editora Annablume, 2005.

_____. **O enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. **Espaços de esperança**. 4ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 2011.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2016.

IPEA. **40 anos de Região metropolitana no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

JUSTIÇA GLOBAL. **Guia para jornalistas e comunicadores: violações de direitos na cidade olímpica**. 2016. Disponível em: < <http://www.global.org.br/blog/guia-violacoes-de-direitos-na-cidade-olimpica-versoes-em-portugues-english-espanol/>>. Acesso: 13/04/2018.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Blackwell Publishing, 1991.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, UFMG, 2016.

_____. **La presencia y la ausencia: contribuciones a la teoria de las representaciones**. Fondo de Cultura Economica, México, 1983.

_____. **O direito à cidade**. 5ª edição, São Paulo: Centauro Editora, 2008.

_____. **Vida cotidiana no mundo moderno**. Rio de Janeiro, Editora Ática, 1991b.

_____. **De lo rural a lo urbano**. 4ª edição, Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne.** Paris, Messor/Éditions Sociales, 1986.

LENCIONI, Sandra. **Reconhecendo metrópoles: território e sociedade.** In: SILVA, Cátia Antônia da. FREIRE, Désirée Guichard. OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). *Metrópole – governo, sociedade e território.* Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p.41-57.

_____. **Redes, Coesão e Fragmentação do território metropolitano.** [ONLINE] Vol. XIV, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>.

_____. **Da cidade e sua região à cidade-região.** In: Panorama da Geografia Brasileira I. SILVA, José Bozacchiolo da et al (org.). São Paulo: Annablume, 2006b. p.65-75.

_____. **Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões.** In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina. (Org). *Desafios da metropolização do espaço.* Rio de Janeiro, Consequência, 2015.

_____. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro.** In: Revista eletrônica e-metropolis, nº22, ano 6, setembro de 2015b, p.06-15.

_____. **Metrópole, metropolização e regionalização.** 1ª edição, Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 2015.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2002.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** 3ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais.** Revista Lua Nova, n.17, São Paulo, junho de 1989.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica.** Arte e ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n.32, 2016.

MOORE, Adam. **Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática.** Revista GEOgraphia, vol. 20, n. 42, jan/abr, p.3-24, 2018.

MOURA, Rosa; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. **Estatuto da metrópole: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira?**. Disponível em: <<http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/estatuto-da-metropole-nova-lei-para-gestao-metropolitana-do-brasil/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2018.

NEL-LO, Oriol. **Los movimientos sociales urbanos: de la desensa del território a la innovación social**. IN: Desafios da metropolização. FERREIRA, Alvaro, RUA, João e MATTOS, Regina Célia (orgs). 1ª ed. Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

NETTO, José Paulo. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

NOVAES, Patrícia Ramos. **Política urbana e gestão democrática após 10 anos de Estatuto da Cidade possibilidades e desafios na perspectiva do direito à cidade**. Revista e-Metropolis, nº11, v.3, pp.19-28, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios**. Revista MANA, 20(1): pp.125-161, 2014.

OLIVEIRA, Denílson Araújo. **Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro**. In: CRUZ, Walter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítica. 1ª edição, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

OSLENDER, U. **Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una "espacialidad de resistencia"**. [ON LINE] Vol. VI, núm. 115, 1 de junho de 2002. Disponível em: Acesso 31 de maio de 2016.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre na geografia**. In: GODOY, Paulo R. Teixeira. (org.). História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PEDON, N.R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Unesp, 2013. PEET, R. Imaginário de desenvolvimento. IN: Fernandes, B.M; Marques, M.I; Suzuki, J.C.(orgs). Geografia Agrária: Teoria e poder, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PICKERILL, Jenny e CHATTERTON, Paul. **Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics**. Progress in Human Geography, January, 2006. <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132506071516>>.

POGREBINSCHI, T. **O enigma do política: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos-Walter. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Buenos Aires, CLACSO, 2008.

_____. **A Globalização da natureza e a Natureza da Globalização**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

POSTONE, Moische. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

_____. **Colonialidad y modernidade/racionalidade**. Perú Indígena, 13(29), pp.11-20, 1992.

SÁNCHEZ, F. et al.2016. **Cronologia crítica da cidade em disputa: o caso do morro da Providência no porto do Rio de Janeiro**. IN: OLIVEIRA, F. et al. Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. 1ª edição, Rio de Janeiro: Letra capital, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Politizar a política e democratizar a democracia**. In: A difícil democracia: reinventar as esquerdas. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2016.

_____. **Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, 2006.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica**. In: ARANTES, Antonio A. (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus editora, 2000.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Recompondo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação**. In: Metrópole: governo, sociedade e território. DA SILVA, C. FREIRE, D. OLIVEIRA, F. Rio de Janeiro, DP&A editora: FAPERJ, 2006, p.27-40.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

_____. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A cidade, o seu Estatuto e a sua “gestão democrática”**. (s/d). Disponível em: <<http://www.nuped.geografia.ufrj.br/textos/acidadeoseuestatutogestao.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O Planejamento e a Gestão das Cidades numa perspectiva autonomista.** Revista Território, n.8, p.67-100, 2000.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. e TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. **Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem –teto.** Revista Cidades, v.6, n.9, p.29-66, 2009.

SVAMPA, Maristella. **Movimientos sociales, matrices sócio-políticos y nuevos escenario em América latina.** One Wolrd Perspectives, Working Papers, 2010.

_____. **Protesta, Movimientos sociales y dimensiones de la acción colectiva en América Latina.** Disponível em: <maristellasmvampa.net/archivos/ensayo57.pdf >. 2009.

TARROW, Sidney. **Transnational politics: Contention and Institutions in International Politics.** Annual Review of Political Science, v.4, 2001.

TAVARES, F. **Movimentos sociais e a produção de espaços de autonomia em um contexto de in-segurança.** Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço, v.5, n.2, 2016.

TORRES RIBEIRO, Ana Clara. **A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação.** In: OSAL, Observatorio Social de América Latina, Ano VII no. 21 set-dez, 2006. <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D3992.dir/3TorresRibeiro.pdf>>.

VAINER, Carlos B. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.** Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), vol. 14, 2011. <http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso: 13/04/2018.

VALLADARES, L. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com.** 4ª reimpressão, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. **Arquiteturas da Insurreição. Uma análise dos modos de engajamento das sociedades urbanas no presente das cidades e sua repercussão na configuração material do espaço urbano.** Disponível em: < <http://arquiteturasdainsurreicao.blogspot.com.br/p/historias-para-escrever.html> > Acesso em: 11 de dezembro de 2016.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento.** Programa Democracia y Transformación Global; Fondo Editorial de la Facultad de Ciencia Sociales – Unidad de Post Grado – UNMSM. Lima, 2007. < http://www.redmovimientos.mx/2016/wp-content/uploads/2016/10/Autonomias_y_emancipaciones.pdf >.

_____. **Territórios em Resistência: cartografia política das periferias latino-americanas.** 1ª edição, Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ZIBECHI, R. MACHADO, D. **Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo.** 1ª edição, Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

7 Anexos

Relatório de reivindicações e violação de direitos – Fórum Comunitário do Porto (24 de maio de 2011).

V- PROPOSTAS E REIVINDICAÇÕES

1. Compromisso imediato do governo municipal para a paralisação de todos os processos de remoção na região portuária.

Tendo em vista todos os argumentos aqui apresentados, é emergencial uma avaliação ampla e participativa do modo como os projetos urbanos implementados, em ocasião dos megaeventos esportivos na região portuária, estão sendo geridos, considerando as evidências de violação de direitos humanos e uma gestão urbana municipal pouco participativa. Antes de começar o planejamento de projetos e infraestrutura e urbanização é essencial avaliar com cuidado sua necessidade e adequação, se o projeto é indispensável, quem será beneficiado, seu impacto e se há alternativas que gerem menor impacto, sobretudo, social;

2. Medidas mitigatórias à população atingida por processos de violação de direitos, sobretudo, o direito à moradia. É preciso reconhecer que os moradores da região são pessoas instituídas de direitos e que a conduta e o amparo social devem considerar o caráter universalista das leis brasileiras e de direitos humano, e, ao mesmo tempo, as especificidades do perfil socioeconômico das famílias vulneráveis aos riscos socioambientais dos despejos forçados. A garantia de que esta população não volte a ocupar locais precários, de risco e desprovidos de serviços e infraestrutura urbana é papel do Estado;

3. Ajuste de procedimentos e condutas da prefeitura e sua respectiva Secretaria Municipal de Habitação nos processos de remoção, segundo a legislação brasileira e internacional, explícito nas recomendações da Relatoria por Moradia Adequada da ONU, a fim de evitar violação de direitos da população local. Os profissionais técnicos da prefeitura devem atuar segundo o código de ética de cada categoria e seguir todos os trâmites, prazos e recursos possíveis previstos em lei, sem discriminação à população atingida por projetos de remoção. Os moradores da região portuária exigem ser tratados como cidadãos, tendo seu direito a voz, a informação e ao diálogo com o poder público para que os prejuízos (psicológicos, econômicos e socioculturais) sejam os menores possíveis;

4. Cumprimento da lei 11.124 de 2005 do Sistema Nacional de Habitação sobre a destinação das terras do poder público prioritariamente à habitação de interesse social, conforme as diretrizes da Política Nacional de Habitação em vigor (art. 4, II, c). Cerca de 65% das propriedades da região portuária pertencem a União e por isso há estoque de terra suficiente para resolver o déficit habitacional qualitativo destes bairros considerando a Lei Orgânica do município do Rio de Janeiro sobre o limite de 500 m de distância da nova residência de famílias atingidas por processos de reassentamento. Os terrenos de qualidade na área plana estão sendo unicamente destinados à classe média, numa lógica de mercado e não da função social da propriedade;

5. Constituição de espaço institucional de mediação de conflitos. Como é evidente o conflito de interesses e o desrespeito aos direitos humanos e de moradia na região, consideramos fundamental que a prefeitura componha um conselho, ou equivalente, de ampla representação da sociedade civil organizada que consiga deliberar e dar consequência as reivindicações da população sobre o destino dos bairros onde vivem há anos, aspecto que os resguardam enquanto posseiros em casos de irregularidade fundiária, e como tal são moradores com legitimidade jurídica;

6. Acesso à informação a respeito dos projetos que tem como objeto a região portuária a fim de que a população local possa ter instrumentos práticos para debater e propor projeto alternativo. É preciso advertir sobre segundo o Decreto n.º 31.185 de 2009 que institui a criação de um Grupo de Trabalho para promover ações e estudos capazes de identificar e mensurar os legados produzidos por cada megaevento realizado na Cidade do Rio de Janeiro. Segundo o decreto o GT seria composto pelos seguintes órgãos: Secretário Especial da Copa 2014 e Rio 2016 – SERIO Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, Secretaria Especial de Turismo – SETUR, Secretaria Municipal de Fazenda – SMF, Secretaria Municipal de Transporte – SMTR e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, sem menção à participação popular. Por isso, é primordial a instituição de um conselho que considere a participação popular para um amplo debate sobre qual legado queremos.

7. Adiamento do leilão dos CEPACs. Consta que a própria Comissão de Valores Mobiliários, que fiscalizará os leilões, teria alertado quantos aos riscos econômicos e financeiros dos CEPACS virtuais no próprio edital, pois não se pode comprar certificados previstos numa lei complementar, a qual pode ser alterada a qualquer momento. (<http://www.portomaravilha.com.br/canal-do-investidor/> edital do leilão de CEPAC's – págs 88 a 93 citado pela vereadora Sonia Rabello no Seminário IHGB, 17.05.2011). Além disso, foi anunciado que a fim de não criar um mercado secundário dos CEPACS, a Caixa Econômica Federal compraria todos os CEPACS num único lote. Ocorre que a CEF tem dívidas a receber da DOCAS por meio de terrenos. O FGTS vai investir R\$ 3 bilhões e terá retorno deste investimento. Mas entende-se que a Prefeitura e/ou a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto-CDURP confundiram o instrumento de Outorga Onerosa com os CEPACS. A outorga onerosa, prevista no Estatuto da Cidade, seria concedida por lote, ao passo que os CEPACS se aplicariam à Operação Urbana Consorciada como um todo, isto é, na superfície da área total onde os Cepacs são efetivamente aplicáveis: 681.466,13m², segundo o Estudo de Impacto de Vizinhança do Projeto Porto Maravilha. A companhia criada pela Lei Complementar 102 é uma empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura, que tem como funções principais implementar e gerir a concessão das obras e dos serviços públicos na Região Portuária, e gerir os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao Projeto Porto Maravilha. Há, portanto, uma superposição de funções. O Consórcio das empreiteiras OAS, Odebrecht e Carioca é também a Concessionária Porto Novo, que irá operar os serviços públicos durante 15 anos.

8. Definição de zoneamento da área que garanta a constituição de uma ZEIS e AEIS, conforme o Plano Diretor do Rio de Janeiro em vigor. Apesar das fragilidades do plano atual, é importante ressaltar pontos que podem

beneficiar a aplicação da função social da propriedade a fim de garantir o direito à moradia da população. Na seção sobre área de especial interesse: “Área de Especial Interesse Social (AEIS) é aquela ocupada por favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais, destinadas a programas específicos de urbanização e regularização fundiária”. Garantindo a instituição de legislação e programas específicos, seja para população que reside em favelas, seja aqueles que estão em ocupações de prédios e cortiços;

9. Produção emergencial do EIA-RIMA e Estudo de Impacto de Remoção.

Diversos fatores impõem a necessidade da realização destes estudos: sabe-se que as atividades portuárias resultam em impacto ambiental considerável; as atividades portuárias assim como as intervenções também resultam em impactos socioambientais consideráveis; e o Porto Maravilha e o Porto Olímpico apresentam propostas de reconfiguração das características do patrimônio histórico cultural que consta em sua malha urbana e sua arquitetura. O estudo e a licença dos projetos também devem estar de acordo com a Lei nº 971/ 1987 SAGAS que institui a APA da área portuária. O Estudo de Impacto de Remoção não deve observar os aspectos econômicos do impacto, mas também sociais e culturais, segundo a Relatoria por Moradia Adequada da ONU. Fatores como, condições de convivência pré-existente, traumas psicológicos, deterioração do acesso a serviços sobre os diferentes grupos, mulheres, crianças, doentes, grupos marginalizados etc. Reivindicamos que estes estudos sejam feitos para que se dialogue sobre as intervenções da região de forma participativa. Como os projetos em questão não estão na matriz de responsabilidade com COI e FIFA, os prazos dos megaeventos esportivos não podem servir de parâmetro para a aceleração das intervenções.

10. Definição de compromissos quanto ao processo de reassentamento referente a prazos e garantias sociais aos moradores atingidos. As opções oferecidas não resguardam os moradores aos riscos sociais. Sabe-se que o aluguel social não tem garantido segurança da moradia e os reassentamentos para conjuntos na zona oeste impõem aos moradores advindos de regiões sob a influência de grupos rivais de tráfico de drogas, uma situação extrema de risco.

11. Reconhecimento do Fórum Comunitário do Porto como espaço popular e legítimo para a constituição de diálogos para a construção de propostas que atenda a função social da cidade e da propriedade, o direito à cidade e moradia digna e adequada. Temos feito o esforço de articular ações de resistência e de diálogo com o poder público a fim de construir possibilidades e alternativas participativas para a construção de propostas de intervenção que de fato traga benefícios para os moradores e para toda a cidade. Esta é uma oportunidade única do nosso país de utilizar em benefício da justiça social o grande volume de recursos que estão sendo mobilizados por conta da Copa e Olimpíadas e mostrar para o mundo que somos um povo que caminha para garantia do respeito e priorização dos direitos de todos, sem discriminação, de forma ampla e democrática.

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO

Grupo de Trabalho Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações
Isabel Cristina da Costa Cardoso – assistente social e professora adjunta ESS/UERJ
Rossana Brandão Tavares – técnica educadora popular da FASE e doutoranda em urbanismo PROURB/UFRJ

Caroline Rodrigues – assistente social e mestranda ESS/UERJ
Letícia Giannella - geógrafa e mestranda UERJ
Ludmila Paiva – advogada e mestranda em Direito UERJ
Maria da Silveira Lobo – socióloga e pós-doutora em urbanismo

Colaboração

Marcia Wajsenzon – arquiteta urbanista e doutoranda em urbanismo
PROURB/UFRJ
Antonio Machado – representante do grupo carnavalesco Filhos de Gandhi
Elias Soares – jornalista e morador da região portuária
Sidney e Sérgio – moradores do Morro da Providência
Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio